

# AS CRISES DA RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA:

UM DIÁLOGO EM BUSCA DAS (RE)CONEXÕES  
(RE)CONEXÕES

Jéssica de Sousa Baldassarini



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Presidente Prudente

## AS CRISES DA RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA: UM DIÁLOGO EM BUSCA DAS (RE)CONEXÕES

Jéssica de Sousa Baldassarini

Orientador: Prof. Dr. João Osvaldo Rodrigues Nunes

Relatório de defesa de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT Unesp, campus de Presidente Prudente como um dos requisitos para a obtenção do título de doutora em Geografia.

**Área de concentração:** Produção do Espaço Geográfico.

**Linha de pesquisa:** Dinâmicas da Natureza.

Presidente Prudente

2021

**CERTIFICADO DE APROVAÇÃO**

**TÍTULO DA TESE:** AS CRISES DA RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA: UM DIÁLOGO EM BUSCA DAS (RE) CONEXÕES

**AUTORA:** JESSICA DE SOUSA BALDASSARINI

**ORIENTADOR:** JOÃO OSVALDO RODRIGUES NUNES

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em GEOGRAFIA, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. JOÃO OSVALDO RODRIGUES NUNES (Participação Virtual)  
Departamento de Geografia / FCT/UNESP - Câmpus Presidente Prudente



Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO (Participação Virtual)  
Departamento de Geografia / FCT/UNESP - Câmpus Presidente Prudente

Prof. Dr. GUILHERME MAGON WHITACKER (Participação Virtual)  
Pós-doc / Instituto de Política Públicas e Relações Internacionais

Prof. Dr. NÚBIA BERAY ARMOND (Participação Virtual)  
Departamento de Geografia / UFRJ

Prof. Dr. REGINALDO JOSÉ DE SOUZA (Participação Virtual)  
Campus Erechim / Universidade Federal da Fronteira Sul

Presidente Prudente, 19 de março de 2021

B175c	<p>Baldassarini, Jéssica de Sousa</p> <p>As crises da relação sociedade-natureza: : um diálogo em busca das (re)conexões / Jéssica de Sousa Baldassarini. -- Presidente Prudente, 2021</p> <p>211 f.</p> <p>Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente</p> <p>Orientador: João Osvaldo Rodrigues Nunes</p> <p>1. relação sociedade-natureza. 2. crise do paradigma científico. 3. crise ecológica. 4. crise agrária. 5. descolonialidade. I. Título.</p>
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

## **AS CRISES DA RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA: UM DIÁLOGO EM BUSCA DAS (RE)CONEXÕES**

### **Resumo:**

A crise da relação sociedade-natureza tem se consolidado como uma das maiores problemáticas da civilização moderna, enquanto expressão das contradições inerentes a este modelo de sociedade. Neste trabalho, esta crise será abordada em sua relação com outras crises, que são: a do paradigma científico (articulada com uma concepção socialmente construída de natureza, vinculada com o modelo de pensamento hegemônico da modernidade), a ecológica (enquanto expressão do modo de produção, apropriação e exploração capitalista da natureza e da sociedade) e a agrária (por meio de um modelo agrícola insustentável e excludente que tem reproduzido os padrões coloniais de exploração e dominação). Por fim, também é abordado como estes padrões estiveram intrínsecos ao processo de colonização da América Latina, enquanto aspectos estruturantes de uma colonialidade da relação sociedade-natureza. Assim, a pesquisa tem como objetivo entender como a crise da relação sociedade-natureza se articula com outras crises intrínsecas com o modelo de sociedade moderna e de como o diálogo entre perspectivas descoloniais e de emancipação do Sul Global podem contribuir em formas de transpor as suas contradições, em formas de se prefigurar uma descolonialidade da relação sociedade-natureza.

Palavras-chave: relação sociedade-natureza; crise do paradigma científico; crise ecológica; crise agrária; descolonialidade.

## **THE CRISIS OF NATURE-SOCIETY RELATION: A DIALOGUE IN SEARCH OF (RE)CONNECTIONS**

### **Abstract:**

The crisis of nature-society relation are consolidating as one of the main problems of modern civilization while an inherent contradiction expression to this model of society. In this study, these crisis will be approached in its relation with other crisis witch is the scientific paradigm (articulated with a socially constructed concept of nature, related with a hegemonical model of thought of modernity), the ecological (while expression of a mode of production, appropriation, and capitalist exploration of nature and society) and agrarian (employing an agriculture unlistenable modeling and excluding that has reproduced colonial patterns of exploration and domination. Lastly, it is also approached as these patterns were intrinsic to the process of Latin America colonization, while structural aspects of a coloniality of nature-society relation. Therefore, the research aims to comprehend how the crisis over a nature-society relation are articulated with other crisis intrinsic with the modern models of society and how the dialogue between decolonization perspectives and global South emancipation can contribute in means of transpose its contradictions in ways of prefigure decolonization of the nature-society relations.

Key words: Nature-society relation; Scientific paradigm crisis; Ecological crisis; Agrarian Crisis; Decoloniality.

*“A utopia está no horizonte. Ando dois passos, ela se distancia dois passos, e o horizonte vai dez passos mais pra lá. Para que serve, então, a utopia? Serve para isso, para caminhar”.*

(Eduardo Galeano)

## DEDICATÓRIA

Dedico a todos aqueles que fizeram parte da minha história e a todos os que sonham e lutam para transformar o mundo em um lugar melhor.

## AGRADECIMENTOS

Eu não sou mais a mesma pessoa. Talvez esta frase sintetize um pouco do caminho percorrido nos últimos anos. Ninguém saí da produção de uma tese de doutorado da mesma forma com que entrou. É um momento de altos e baixos. Houve fases em que a rotina acadêmica me exauria, houve fases em que era a única coisa que queria fazer.

Nesta trajetória encontrei e me desencontrei de muitas pessoas, todas elas de uma forma particular fizeram parte dessa história. Neste momento faço um pequeno e singelo agradecimento a todos aqueles que cruzaram o meu caminho.

Nos agradecimentos não daria conta de esmiuçar todos os nomes que talvez, por este momento conturbado de finalização da tese possam se esquivar da minha mente, jamais me perdoaria por ausentar alguém importante nessa trajetória, por isso meus agradecimentos serão no coletivo, algo que gostamos demais! Se em algum ou alguns destes espaços sua história se cruzou com a minha, sinta-se abraçado e abraçada com toda a força!

Agradeço a Deus.

Agradeço a minha família, em especial aos meus pais e a minha irmã que são o meu esteio, obrigada por me apoiarem e torcerem pela minha felicidade incondicionalmente. Tudo o que faço sempre foi pensando em vocês!

Ao meu querido companheiro Agnaldo, com o qual tenho o privilégio de dividir a minha história, encontrar pessoas especiais tornam o caminho da vida muito mais feliz de se viver. Te admiro imensamente e te agradeço por todos os momentos que posso somar contigo! Gratidão!

Agradeço imensamente a todas as professoras e professores com o qual tive o privilégio de aprender sobre a vida. A educação transformou a minha história e devo isso a vocês. Em especial, agradeço aos meus professores da Fundação Bradesco de Marília e aos meus professores da FCT/UNESP, durante a graduação e a pós-graduação.

Também agradeço aos funcionários da FCT/UNESP, em especial, da Seção de Pós-Graduação.

Ao meu orientador e amigo Prof. Dr. João Osvaldo Rodrigues Nunes, pela parceria ao longo destes anos. Esta tese expressa apenas um pouquinho do que foi a nossa trajetória juntos, uma trajetória que não se encerra aqui. Levarei você, a Mie e sua família comigo por toda a vida. Vocês são especiais.

Agradeço imensamente a banca de qualificação e de defesa. Núbia, Carlos, Guilherme e Reginaldo, pensamos com muito carinho em todas as contribuições e diálogos que poderiam resultar deste encontro. Direta ou indiretamente vocês fazem parte desta construção e a nossa admiração pessoal e profissional foram chave para o nosso convite. Muito obrigada por fazerem parte deste momento conosco.

Não poderia deixar de agradecer a todas as amizades construídas ao longo dessa trajetória. Meus parceiros da graduação, meus companheiros e companheiras da pós-graduação da FCT/UNESP, em especial, aos integrantes do GAIA e do LabSolos.

Nestes espaços construí histórias, estreitei laços e aprendi muito, sobre a Geografia e sobre a vida. Saibam que tenho imensa gratidão e admiração por todos vocês. Que saudade do nosso convívio diário, que saudade de todos!

No final dessa jornada, nos deparamos com um dos maiores desafios da humanidade no século XXI, a pandemia do COVID-19 nos levou tantas pessoas, tantos projetos, nos trouxe a instabilidade, o medo e a insegurança. Com certeza este é um momento que marca o nosso modelo de sociedade, um preço alto, um gosto amargo do caminho que trilhamos enquanto humanidade. É preciso repensar, é preciso agir, e esperamos humildemente que as reflexões tomadas aqui possam contribuir de alguma forma para colocar este tema no lugar de importância que ele merece.

Por fim, agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) por financiar esta pesquisa: Processo nº2017/01373-6. “As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP”.

Conforme Portaria CAPES 206/2018 "O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

## Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Variações do índice de Gini para concentração fundiária no Brasil _____	105
Gráfico 2 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários no Brasil vinculados à agricultura familiar e não familiar _____	108
Gráfico 3 - Evolução do consumo de ingredientes ativos de agroquímicos e a produção de grãos no Brasil _____	121
Gráfico 4 - Balança comercial do agronegócio brasileiro (2011-2019) em US\$ Bilhão _____	126
Gráfico 5 - Área plantada e produção nacional de soja (2002/2003 – 2019/2020) _____	128
Gráfico 6 - Área plantada e produção nacional de cana-de-açúcar (2005/2006 – 2019/2020) _____	129
Gráfico 7- Área plantada e produção nacional de milho (2002/2003 – 2019/2020) _____	129
Gráfico 8 - Área plantada e produção nacional de arroz (2004/2005 – 2019/2020) _____	130
Gráfico 9 - Área plantada e produção nacional de feijão (2004/2005 – 2019/2020) _____	129
Gráfico 10 - Produção e área plantada de mandioca (2005 – 2018) _____	131

## Lista de Figuras

Figura 1 - Comparação do uso de agrotóxicos no Brasil e no mundo (2013) _____	119
Figura 2 - Infográfico do comparativo entre aumento da área plantada, uso de agrotóxicos e casos de intoxicação no Brasil (2007 a 2013) _____	122
Figura 3 - Participação do valor adicionado no PIB da agricultura e a taxa geométrica de crescimento (1992-2013) _____	127
Figura 4: Aspectos estruturantes da colonialidade da relação sociedade-natureza _____	151
Figura 5: Aspectos estruturantes da descolonialidade da relação sociedade-natureza _____	159
Figura 6: Representação da economia Donut _____	172

## Lista de Tabelas

Tabela 1 - Variação do número e área dos estabelecimentos agropecuários no Brasil _____	106
Tabela 2 - Área dos estabelecimentos agropecuários por utilização da terra _____	108
Tabela 3 - Pessoal ocupado por grupo de área total em 1996 e 2017 _____	112

## SUMÁRIO PARCIAL

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO I</b> .....	<b>17</b>
<b>A CRISE DA NATUREZA E A NATUREZA DA CRISE: ASPECTOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA NA CIÊNCIA MODERNA</b> .....	<b>17</b>
1.1 Para pensar nas conexões entre a crise da relação sociedade-natureza e uma crise do paradigma científico.....	18
1.2 Caminhos outros do paradigma científico: prefigurações sobre outras formas de conceber a relação sociedade-natureza.....	30
<b>CAPÍTULO II</b> .....	<b>45</b>
<b>A CRISE ECOLÓGICA E A EXPLORAÇÃO DA NATUREZA E DA SOCIEDADE NO CAPITALISMO</b> .....	<b>45</b>
2.1 O capitalismo e os mecanismos de expropriação, privatização e exploração .....	51
2.2 A consolidação do capitalismo global pelo controle da produção, do consumo e da distribuição .....	58
2.3 O capitalismo global e a globalização da exploração da natureza e da sociedade .....	66
2.4 As contradições da crise ecológica no capitalismo e suas novas roupagens .....	75
<b>CAPÍTULO III</b> .....	<b>85</b>
<b>A CRISE AGRÁRIA E O MODELO DE EXPLORAÇÃO DA NATUREZA E DA SOCIEDADE NA AGRICULTURA CAPITALISTA</b> .....	<b>85</b>
3.1 Aspectos sobre a propriedade privada da terra.....	87
3.2 A crise agrária e as contradições da agricultura capitalista no Brasil .....	98
• A herança colonial do latifúndio: A quem a terra pertence? .....	103
• O mito da modernização da agricultura no Brasil: o que significa dizer que o “ <i>Agro é tech</i> ”?.....	111
• A agricultura capitalista e a sua natureza antinatural .....	116
• Quem alimenta o Brasil? A agricultura capitalista e a insegurança alimentar .....	123
<b>CAPÍTULO IV</b> .....	<b>135</b>
<b>A DES(COLONIALIDADE) DA RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA: DO ENTENDIMENTO DOS PADRÕES DE REPRODUÇÃO AOS POTENCIAIS DE TRANSPOSIÇÃO PELO DIÁLOGO COM AS PERSPECTIVAS DESCOLONIAIS E DE EMANCIPAÇÃO DO SUL GLOBAL</b> .....	<b>135</b>
4.1 A colonialidade da relação sociedade-natureza: entendendo os padrões de dominação e os mecanismos de reprodução do sistema-mundo capitalista moderno-colonial .....	136
4.2 Por uma descolonialidade da relação sociedade-natureza: Aspectos teóricos e práticos enquanto práxis para uma outra relação .....	158
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>190</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>196</b>

## INTRODUÇÃO

A crise da relação sociedade-natureza tem se consolidado como uma das maiores problemáticas da civilização moderna, enquanto expressão das contradições inerentes a este modelo de sociedade.

Seus desdobramentos são diversos, passando por uma concepção socialmente construída de natureza, associada com a consolidação da ciência, enquanto pensamento hegemônico da sociedade moderna. Enquanto expressão deste processo têm-se tanto uma deslegitimação de outras formas de se conceber o que é natureza, como também a consolidação de uma natureza da externalidade, que precisa ser conhecida para possibilitar e potencializar mecanismos como os de dominação, exploração e colonialidade.

Este processo se materializa por meio da apropriação e pelas relações de produção, que são orientadas pelo modelo hegemônico vinculado com os mecanismos de mercantilização, valoração e acumulação de capital.

Como resultado identifica-se uma lógica de produção, representada e assentada na exploração intensiva da natureza e da sociedade, levando tanto a uma crise ecológica marcada por processos cada vez mais complexos e multiescalares de degradação e poluição dos ecossistemas naturais, como também a expropriação, superexploração e precarização da vida humana. Estes aspectos são importantes para entender a constituição de uma crise da relação sociedade-natureza e de como se justificou e se endossou uma sociedade vinculada com uma racionalidade econômica antinatural (LEFF, 2006; LÖWY, 2013; HARVEY, 2016).

Os pressupostos da pesquisa versaram sobre identificar como esta crise da relação sociedade-natureza estaria articulada com outras crises, características do modelo de sociedade moderna, e que foram definidas por apresentarem aspectos importantes no entendimento de como a sociedade concebe a natureza, sobre as suas formas de apropriação social e de como estes processos legitimam mecanismos de exploração. Estas crises são: a *crise do paradigma científico*, a *crise ecológica* e a *crise agrária*, partindo do pressuposto de que pensar em formas de transpor estas crises também significa identificar e contrapor as suas contradições.

A abordagem adotada na pesquisa, ao trabalhar com processos considerados “em crise”, indica uma crise enquanto um contexto que expressa um conjunto de contradições

e mecanismos que desencadeiam momentos de ruptura, mudança e conflito. Ao mesmo tempo, a crise pode estar articulada com um estado de redefinições, reorganização e ressignificação, neste caso, exprimindo a prefiguração de transformações que objetivem transpor suas contradições e apontar possíveis caminhos.

Nesta perspectiva, foi proposto um diálogo com aspectos considerados relevantes para se pensar em caminhos de oposição ao padrão de dominação, exploração e colonialidade que permeiam a relação sociedade-natureza, bem como indicam formas outras de se conceber esta relação.

Assim, a pesquisa tem como objetivo identificar como a crise da relação sociedade-natureza se articula com outras crises intrínsecas com o modelo de sociedade moderna e de como o diálogo entre perspectivas descoloniais e de emancipação do Sul Global podem contribuir em formas de transpor as contradições inerentes a estas crises.

Como percurso para contemplar o objetivo geral foram estabelecidos alguns objetivos específicos:

- Compreender como a concepção de natureza foi construída na ciência moderna e as suas conexões com a forma com que a sociedade vai se relacionar com esta natureza;
- Estabelecer correlações entre a apropriação da natureza pela sociedade no modo de produção capitalista e os seus principais desdobramentos ecológicos e sociais;
- Identificar como a apropriação de terras no Brasil pelo modelo da agricultura capitalista está vinculada com a reprodução das contradições ecológicas e sociais do modo de produção;
- Estabelecer as conexões entre a crise da relação sociedade-natureza, a crise do paradigma científico, a crise ecológica e a crise agrária;
- Identificar como o diálogo entre as perspectivas descoloniais e de emancipação do Sul Global podem contribuir na superação das contradições inerentes as crises abordadas.

Os questionamentos iniciais foram no sentido de identificar como foi construída esta externalidade da natureza, expressando processos que indicariam um “afastamento” entre a natureza e a sociedade, e quais mecanismos foram utilizados para legitimar este distanciamento.

Para Mosé (2018) este processo teria se iniciado com a consciência da maior contradição da vida, que é a morte. Esta consciência é tomada pelos seres humanos ao entenderem que a sua presença é provisória no mundo, que a vida é frágil e que o conhecer é uma necessidade para a sua manutenção. A consciência de uma vida provisória e

instável teria impulsionado os humanos à cultura, no sentido de uma ação que intervém no mundo, transformando-o. Neste contexto, o conhecimento, enquanto um produto da linguagem e da consciência, passa a ser um aspecto importante neste processo de aprimoramento da interferência no mundo.

À medida em que houve um aprimoramento desta interferência, ela deixou de ser um modo potencializador da vida e passou a ser uma busca da sociedade por vencer e controlar a natureza. Assim, ao invés da criação de uma civilização em conexão com a natureza, criou-se uma sociedade que se afasta de tudo que a leva a encarar a vida enquanto fluxo, transformação e instabilidade, um desafio e um conflito que a humanidade não controla (MOSÉ, 2018).

Como consequência, a sociedade passa a substituir a experiência, a fluidez e a incerteza pelos signos, pelos modelos e pela verdade. Aspectos que, fundamentados em um método, conferem estabilidade e racionalidade ao mundo. Para Mosé (2018) se o valor da vida teria sido o impulso do processo civilizatório, é o distanciamento da vida e, conseqüentemente da natureza, que caracteriza o seu fim, já que a busca por uma interação com a vida é substituída por uma civilização especializada em ideias, ficções e em ilusões constituídas por intermédio da razão.

O capítulo I da tese intitulado “A crise da natureza e a natureza da crise: aspectos sobre a construção da relação sociedade-natureza na ciência moderna” busca justamente identificar como a concepção de natureza foi socialmente construída dentro da ciência e de como esta construção está articulada com dois aspectos principais. O primeiro deles diz respeito à legitimação das formas de apropriação dos elementos naturais pela sociedade e o segundo sobre como a crise da relação sociedade-natureza está articulada com a crise do paradigma científico, caracterizado pela disjunção, fragmentação e objetivação do conhecimento do mundo (SANTOS, 1988; MORIN, 2005; LEFF, 2006; MOREIRA, 2006).

Para Leff (2006) a sociedade moderna está articulada sobre uma racionalidade econômica que legitima as formas de apropriação e intervenção no mundo, solapando as bases da sustentabilidade da vida e invadindo os mundos de vida das diferentes culturas em prol de um modelo econômico globalizante.

Tendo como base esta racionalidade econômica a crise ecológica e a crise econômica vão se configurar como resultados de um mesmo sistema que busca transformar a natureza e todos os aspectos da vida social em mercadoria. Por isso, compreender a crise da relação sociedade-natureza também perpassa por identificar como

ambas são apropriadas no modo de produção capitalista e quais os mecanismos utilizados para esta apropriação (LÖWY, 2013).

Por isso, no capítulo II intitulado “A crise ecológica e a exploração da natureza e da sociedade no capitalismo” as formas de apropriação foram abordadas na sua correlação com o capitalismo, identificando como ele interfere no processo de produção, mediado pelo trabalho enquanto atividade social de transformação da natureza.

Ao longo das reflexões buscou-se articular como os processos de expropriação, privatização e exploração da natureza e da sociedade serviram de base para a acumulação de capital, principalmente por meio dos mecanismos de produção, consumo e distribuição de mercadorias (SMITH, 1984; FOSTER, 2000; MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Além disso, buscou-se identificar como o capitalismo influenciou nas práticas de exploração vinculadas com o extrativismo e a colonização dos países latino-americanos, reproduzindo um histórico de dependência externa, desigualdade social e exportação da natureza (FERNANDES, 1975; PORTO-GONÇALVES, 2006; ACOSTA; BRAND, 2018).

No que tange às formas de apropriação da natureza pela sociedade em território brasileiro, é impossível desconsiderar o histórico de incorporação e exploração das terras impulsionado pela agricultura capitalista. Este modo de apropriação e produção, articulado com o atendimento de demandas do mercado externo, resultou em um quadro de desigualdade da estrutura fundiária, de deslegitimação da diversidade cultural dos povos e suas formas de coexistir com a natureza, bem como de intensificação da degradação ambiental (OLIVEIRA, 2001; STEDILE; ESTEVAM, 2013; FERNANDES, 2014).

A exploração da natureza na agricultura capitalista está vinculada com a degradação e poluição dos ecossistemas naturais, em especial, por meio do desmatamento e das práticas agrícolas de produção de *commodities*, baseadas no binômio monocultura e latifúndio. Estes aspectos caracterizam os mecanismos de expropriação, privatização e exploração da natureza e da sociedade e são elementos constituintes de uma crise agrária (PORTO-GONÇALVES, 2006; BOMBARDI, 2017; SANTOS; GLASS, 2018).

Com o objetivo de compreender como esta crise agrária está articulada com a crise da relação sociedade-natureza é que foi desenvolvido o capítulo III da tese, intitulado “A crise agrária e o modelo de exploração da natureza e da sociedade na agricultura capitalista”. Este capítulo busca identificar as principais contradições desta crise e de

como ela se configura como um modelo intensificador da exploração da natureza e da sociedade.

Por fim, o capítulo IV “A des(colonialidade) da relação sociedade-natureza: do entendimento dos padrões de reprodução aos potenciais de transposição pelo diálogo com as perspectivas descoloniais e de emancipação do Sul Global” buscou-se, primeiramente, identificar como os mecanismos de apropriação, dominação e exploração da natureza e da sociedade se davam no contexto da colonização da América-Latina, por meio da identificação dos aspectos estruturantes de uma colonialidade da relação sociedade-natureza.

Posteriormente, foi proposto um diálogo entre concepções que caminham para a transposição das contradições expressas nas crises abordadas. São caminhos que perpassam pela ecologia dos saberes, alternativas ao desenvolvimento, perspectivas pós-extrativistas e por uma discussão que aborda o *Buen Vivir* e os Direitos da Natureza enquanto potenciais de emancipação.

Estes caminhos se encontram com as lutas dos movimentos sociais, enquanto práxis da articulação de mudanças de paradigmas e ações contestadoras articuladas, principalmente, com a soberania alimentar e a agroecologia.

Estas buscas pelas (re)conexões entre crises importantes para se entender as bases da relação sociedade-natureza pretendem ser um caminho para se pensar na superação das contradições do modelo de sociedade moderna, indicando um horizonte que possa ser de coexistência, diversidade e emancipação dos indivíduos e da natureza.

## CAPÍTULO I

### A CRISE DA NATUREZA E A NATUREZA DA CRISE: ASPECTOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA NA CIÊNCIA MODERNA

Para entender as questões que envolvem a relação sociedade-natureza, partiu-se da identificação de como a noção de natureza foi construída. Esta abordagem da concepção social de natureza traz elementos importantes tanto do ponto de vista da forma como o conhecimento é produzido e da sua conexão com os contextos históricos e sociais, como também de como as interpretações e percepções da realidade estão articuladas com a legitimação das formas de apropriação da natureza pela sociedade.

No dicionário de língua portuguesa a natureza está referenciada como um “[...] conjunto de leis que regem a existência das coisas e a sucessão dos seres. Uma força ativa que estabelece e mantém a ordem natural do Universo” (MICHAELIS, 2015, n.p.). Também é definida como um conjunto de elementos naturais e como constituinte da essência ou condição própria de um ser ou de uma coisa.

Na filosofia a natureza está vinculada com o fundamento dos princípios morais, os estudos dos princípios que regem o mundo natural ou mesmo a condição natural do homem não civilizado e sua índole. Já o estado de natureza seria entendido como o estado em que viviam os seres humanos antes de se organizarem em sociedade. (MICHAELIS, 2015).

No dicionário filosófico a natureza é expressa como sinônimo de essência, como um conjunto de propriedades que definem uma coisa, ou como o mundo físico,

“[...] como conjunto dos reinos mineral, vegetal e animal, considerado como um todo submetido a leis, as "leis naturais" (em oposição a leis morais e a leis políticas). As forças que produzem os fenômenos naturais. Em um sentido teológico, o mundo criado por Deus. Opõe-se à cultura no sentido daquilo que é criado pelo homem que é produto de uma obra humana. Opõe-se também ao sobrenatural, aquilo que transcende o mundo físico, que lhe é externo” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p.137).

Estas definições indicam duas características importantes de como a natureza é entendida socialmente. A primeira está relacionada com a concepção de algo associado ao mundo físico, seus fenômenos e leis gerais, que regem um certo equilíbrio natural que garante a sobrevivência e reprodução.

A segunda expressa uma ideia de distanciamento da natureza com relação a cultura, a sociedade e a tudo que é concebido ou produzido socialmente, ou seja, uma natureza que desde a sua definição, já ocupa um lugar de distanciamento do social. Sendo que uma certa aproximação estaria limitada a um estado, um momento da história anterior a organização dos seres humanos em sociedade. Mas como esta concepção de natureza foi construída?

Quando se refere a definição de um conceito como o de natureza, de como ele é concebido e de como a visão de mundo se estrutura é impossível não levar em consideração a importância do conhecimento científico nesta “leitura” da realidade.

Por isso, a seguir, serão estabelecidas algumas conexões sobre como o conhecimento é socialmente produzido, de como a concepção de natureza foi construída dentro do pensamento científico e de como este processo de apreensão, significação e entendimento do mundo contribuem para legitimar a forma com que a sociedade se apropria da natureza.

Por fim, estes aspectos serão relevantes para entender o porquê de uma crise tanto da relação sociedade-natureza, como do paradigma científico, indicando como elas estão conectadas.

### **1.1 Para pensar nas conexões entre a crise da relação sociedade-natureza e uma crise do paradigma científico**

A construção do conhecimento, que se encontra intrinsecamente vinculada a sua forma mais racional e socialmente legitimada, que é por meio da ciência, se apresenta como um processo de significação da realidade, uma realidade significada pela sociedade enquanto produto da atividade humana.

Para Marx e Engels (2007) a produção das ideias, das representações e da consciência são processos ligados com a atividade material dos sujeitos sociais, enquanto uma linguagem da vida real, considerando que são os seres humanos que produzem estas representações e ideias, enquanto emanção direta de seu comportamento material.

Ou seja, não se deveria partir do que os indivíduos dizem, imaginam ou representam, muito menos do que eles são nos dizeres, no pensamento e na representação dos outros, mas sim do que são os indivíduos em sua atividade real e a partir do seu processo de vida real, que dariam indícios do processo de desenvolvimento dos seus

reflexos e das suas repercussões ideológicas. Toda a existência no cérebro humano seria, portanto, resultado do processo de sua vida material, repousando em bases materiais (MARX; ENGELS, 2007).

De acordo com Coelho et al. (2010) contribuições da sociolinguística como de Antoine Meillet e Mikhail Bakhtin, ajudam a compreender a linguagem como algo além da mediação com o mundo, mas enquanto resultado de fatores sociais. Ou seja, a linguagem, assim como todos os sistemas simbólicos, tem suas raízes nas interações sociais.

Para Meillet, a linguagem é entendida enquanto um fato social, que sofre variações decorrentes de mudanças sociais, ou seja, a língua constitui-se em um fato social dinâmico.

Bakhtin, por sua vez, defende a linguagem enquanto interação verbal contextualizada historicamente, seja este um contexto imediato ou um contexto social mais amplo. Assim, a mudança linguística seria entendida como historicamente motivada por diferentes contextos de uso da língua, que conferem à uma “mesma” palavra diferentes sentidos e significados.

Para Bakhtin, a própria consciência individual deriva da sua introjeção no social. Isso porque o individual não se opõe ao social, sendo que a reflexão e expressão desenvolvem-se por meio da interação entre o indivíduo e o grupo social. Assim, os significados desenvolvidos por intermédio dessa interação integram o psiquismo individual, articulando e possibilitando sua expressão através das palavras, da arte, da religião, da ciência etc.

Na perspectiva de Bakhtin as palavras não seriam neutras, muito menos imutáveis, sendo no seu contexto real de uso da língua, ou seja, no plano material, que uma determinada forma possui valor conferindo-lhe, portanto, a característica de um signo variável e flexível.

Este aspecto é importante porque o domínio, a hegemonia, de uma forma ou outra, de uma variante ou outra, se modifica de acordo com a língua, a época e os grupos sociais. Aqui a língua é um fenômeno social de natureza ideológica, elaborada e negociada em situações dialógicas, se transformando juntamente com a sociedade e refletindo suas lutas internas.

Esta correlação entre a produção do conhecimento científico e a materialidade da vida social é abordado por Porto-Gonçalves (1978) ao considerar que esta produção está inserida em um contexto histórico-social, e que a cientificidade, que é o modo específico

de legitimação do trabalho intelectual, é relativa, já que o real é um movimento que se realiza a partir das contradições.

Por este motivo, qualquer tentativa de desvendar a natureza da crise de um segmento do saber deve considerar que o trabalho intelectual sofre influência do próprio contexto histórico, entendido como a materialidade do trabalho científico.

Por mais que queiramos expressar ou colocar o discurso científico como uma “visão” neutra e acima de qualquer outro discurso, ele se inscreve naquilo que Marx chamou de superestrutura. O discurso científico é uma aproximação do real efetivada por indivíduos inscritos em relações sociais, que, no caso da sociedade de classes, é de onde emanam os antagonismos através dos quais a História se move (PORTO-GONÇALVES, 1978, p. 9).

Para Porto-Gonçalves (1978) um projeto de Geografia que busque compreender e explicar os problemas concretos do espaço geográfico, enquanto uma crise que se materializa em determinados espaços, se configura como uma Geografia da Crise. Porém, quando não há uma reformulação de sua base teórica envelhecida ou não se assume uma posição crítica, deixa-se de lado uma Geografia da Crise para dar lugar a Crise da Geografia.

Para explicar os modos de abordar a realidade dos geógrafos, tanto do ponto de vista teórico como metodológico, o autor define as “perspectivas” ou “visões” da Geografia ao longo do tempo, considerando que estas “visões” sempre existiram, mas durante determinados momentos, uma teoria predominou sobre as demais. Toda vez que uma “visão” deixou de exercer hegemonia, houve crises da Geografia.

As crises hegemônicas da Geografia não são apenas crises teóricas ou metodológicas, mas são provenientes da não resposta destas “visões” a uma realidade historicamente determinada, surgindo a necessidade de que uma nova “visão” substitua a anterior.

A sua validade enquanto científica depende do fato dos interesses daqueles que as tornaram hegemônicas serem atendidos, já que os pensamentos da classe dominante são também os pensamentos dominantes e a classe que dispõe dos meios de produção material também é a que dispõe, igualmente, dos meios de produção intelectual (PORTO-GONÇALVES, 1978; MARX; ENGELS, 2007).

Assim, as “visões” da Geografia se inscreveram e foram determinadas por contextos históricos e sociais que estabeleceram tanto os seus períodos de hegemonia, enquanto pensamentos dominantes que favoreceram a criação das condições ideológicas

e materiais para a sua legitimação, como também os seus períodos de crise, indicando transformações substanciais nas formas de análise da realidade.

Esta vinculação entre a legitimação de visões e pensamentos hegemônicos com o contexto histórico-social também se aplica para a construção de uma ideia de natureza ao longo da história da ciência moderna. Esta “forma” de pensar a natureza vai influenciar, diretamente, na construção da relação sociedade-natureza, socialmente concebida e apropriada.

Gomes (1996) vai estabelecer as articulações entre a construção do conhecimento científico, a modernidade (enquanto sua situação histórica) e as crises e contradições do pensamento enquanto reflexo de um modelo de sociedade.

Para o autor a modernidade foi constituída por dois polos epistemológicos. Um deles formado por uma estrutura hegemônica do conhecimento racional, e o polo oposto por outras epistemologias que buscam abalar a sua estrutura hegemônica.

A razão se institucionalizou no final do século XVIII, transformando-se em uma ciência alicerçada em modelos experimentais. Uma razão enquanto fonte de toda a generalização, norma e verdade. Neste contexto, “[...] a ordem, o equilíbrio, a civilização, o progresso são noções saídas diretamente deste sistema moderno que se proclama como a única via de acesso a um mundo verdadeiramente humano” (GOMES, 1996, p. 25).

Ao se considerar o culto à razão fica claro que a sua oposição mais importante está vinculada com a negação desta razão como única forma legítima do saber. Assim, a valorização do particular, das noções de incerteza, de acaso, de caos, se inscreve enquanto uma rede de oposição ao sistema unificado na racionalidade moderna.

Esta racionalidade é historicamente localizada, se situando no que ficou conhecido como modernidade. Neste mesmo período, as “contracorrentes” desafiam o domínio da razão, indicando outros sistemas de organização do pensamento. Isto indica um momento muito menos monolítico, forjado por uma hegemonia única da razão. O que se tem na verdade é uma disputa de poder, um campo de tensões, com conflitos periódicos, entre polos epistemológicos distintos.

Assim, fundamental é contestar, de imediato, que a modernidade, frequentemente apresentada como um período totalmente dominado pela racionalidade, constrói sua identidade mais sob a forma de um duplo caráter: de um lado, o território da razão, das instituições do saber metódico e normativo; do outro, diversas “contracorrentes”, contestando o poder da razão, os modelos e métodos da ciência institucionalizada e o espírito científico universalizante (GOMES, 1996, p.26).

Para Gomes (1996) a ciência se constitui enquanto elemento fundador da modernidade que, por sua vez, se inicia com o estabelecimento de um novo código de valorização que interfere em diversas esferas da vida social. Uma mudança que possui uma dinâmica espacial e temporal complexa, que pode ser identificada por meio de traços característicos dessa mudança de valores.

Uma das mudanças fundamentais foi justamente o lugar conferido à ciência. Um discurso do saber que atravessa as discussões da modernidade, enquanto um novo código de valores deste período. A ciência geográfica, inserida neste contexto, busca ser um discurso científico e moderno, reproduzindo as características fundamentais da época e acompanhando as suas transformações. Assim, “[...] a história da ciência geográfica pode, então, ser considerada como a história do *imago mundi* da própria modernidade” (GOMES, 1996, p.28).

Nesta perspectiva, o movimento da ciência é conferido pela disputa entre os polos epistemológicos. No caso da ciência moderna, legitimada pelo método, é nas diferenças metodológicas que os dois polos vão construir suas individualidades. Aqui, a crise da ciência é entendida como o anúncio de uma modificação, bem como o signo da confrontação entre os dois níveis de compreensão.

O primeiro polo seria fundado no projeto de ciência no Século das Luzes, com a ideia central da universalidade da razão, na qual a verdade do mundo é fruto de uma argumentação lógica, sistemática e ordenada que respeita os princípios da não-contradição, generalização e demonstração. Assim, o pensamento enquanto um julgamento racional sobre a realidade, têm a ciência como a esfera que organiza e sistematiza este julgamento.

O outro polo epistemológico se opõe à primazia da razão na produção do saber, manifestada por meio de múltiplos movimentos. São “contracorrentes” que não consideram a razão humana como a matriz de uniformidade, ou seja, como universal.

Este outro polo valoriza o que é particular, considerando que o fato só adquire significado dentro de um contexto singular. Aqui, o distanciamento dos fatos, defendido pelo método científico, resulta na não compreensão da riqueza da diversidade dos fenômenos. “[...] O sentimento, a empatia, a identidade são instrumentos epistemológicos tão importantes quanto o raciocínio lógico. A diferença fundamental é que este último reduz os fatos e limita a observação a um programa preestabelecido” (GOMES, 1996, p.33).

Neste outro polo, os fatos devem ser interpretados enquanto expressões, enquanto uma totalidade de suas mensagens. Nesta concepção, a ênfase está no conteúdo do fenômeno. Além disso, se na concepção racionalista, sociedade e natureza exterior são integrados sob o primado das leis gerais, neste outro polo, a comunhão entre homem e natureza não está restrita ao aspecto exterior ou ao discurso racional, mas a um pertencimento do homem à natureza.

Este conflito constante da modernidade na ciência tem múltiplos termos. No interior das disciplinas é possível a identificação de momentos de contestação, que se reproduz sob o ângulo particular das suas preocupações e objetos científicos, bem como sob a influência de um determinado contexto histórico-espacial (GOMES, 1996).

Em síntese, tem-se na abordagem de Gomes (1996) o entendimento de uma evolução do pensamento científico por meio da oposição entre correntes epistemológicas, que colocam em xeque o papel da racionalidade na ciência moderna.

Ciência esta que se alimenta justamente da controvérsia entre estes dois polos epistemológicos, no qual a hegemonia de um é definida pelo contexto histórico-social. Afinal, o discurso dominante é resultado como também reproduz as práticas e os interesses das classes dominantes.

Estes elementos articulam a constituição da ciência e da modernidade como, uma ciência que se figura no cume da redistribuição de horizontes nos quais a modernidade está associada. Assim, “[...] a constituição da ciência se confunde a tal ponto com o nascimento da modernidade, que é difícil [...] pensar uma sem fazer referência à outra. O pensamento científico moderno é a própria essência da modernidade, sua testemunha mais eloquente” (GOMES, 1996, p.66).

Este contexto está relacionado com a constituição do pensamento da natureza. Um conceito ou ideia que já existia há muito tempo, porém, o corte entre a consciência conhecedora e o objeto deu um novo papel a esta noção.

Moreira (2006) vai abordar como se deu a construção social de natureza dentro da ciência moderna. Esta análise vai se iniciar com o processo de substituição de uma abordagem considerada de uma *natureza-divina* para uma *natureza-matemático-mecânica*. Esta oposição de uma perspectiva sobre a outra ocorreu no século XVIII, com a consolidação de um método experimental baseado em uma concepção de mundo objetiva.

Esta forma de abordagem teria resultado em uma dessacralização da concepção de natureza, ou seja, em um rompimento de sua abordagem nos moldes estabelecidos pela

religião cristã. Aqui a natureza deixa de ser explicada por meio da fé e por uma perspectiva divina de seus processos, representada, por exemplo, pela visão geocêntrica, e passa a ser entendida como algo regido por leis naturais próprias, podendo ser submetida a medição, e, conseqüentemente, ter o seu “funcionamento” conhecido e controlado.

Uma das maiores representações desta perspectiva é a visão heliocêntrica desenvolvida por Copérnico e a formulação da lei da gravidade, como uma unidade físico-matemática que rege todos os corpos do universo (MOREIRA, 2006; MENDONÇA; KOZEL, 2009).

Esta visão de natureza esteve associada com um momento histórico de fortalecimento do capitalismo enquanto sistema econômico conectado com transformações importantes. Dentre estas transformações tem-se o processo de cercamento de terras comuns por meio de ações de expropriação da população rural com a legitimação de sua posse através da propriedade privada (o que representou uma privatização da natureza e dos meios de produção), como também a consolidação da Revolução Industrial nos grandes centros urbanos da Europa, com o crescimento exponencial da população urbana (MOREIRA, 2006; MENDONÇA; KOZEL, 2009).

Este distanciamento intencional dos sujeitos que foram desprovidos de suas terras, constituiu-se em um dos mecanismos principais de externalização tanto da natureza como da força de trabalho, ao representar a desvinculação dos sujeitos que antes produziam diretamente de suas terras e que agora passam a depender a venda da sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades básicas (MOREIRA, 2006; MENDONÇA; KOZEL, 2009).

Estes processos de dessacralização e externalização da natureza vão se consolidar na ciência por meio da fragmentação do conhecimento e da dissociação do que é considerado natureza ou não.

Esta natureza abordada por seu funcionamento matemático e mecânico passa a ser denominada como algo separado de outros fenômenos ao ser definida como tudo que se repete com constância e regularidade matemática nos seus movimentos. Assim, tudo o que não se repete e não obedece a esta regularidade não é considerado natureza (MOREIRA, 2009).

Esta perspectiva de separação entre o natural e não natural é denominada por Moreira (2009) como uma *natureza-desumanizada*, ou seja, uma oposição bem definida entre tudo aquilo que pode ser mensurável e quantitativo e tudo aquilo que não possui existência objetiva. Neste momento, uma divisão dicotômica é estabelecida. A ideia de

uma natureza mensurável se traduz em uma natureza que pode ser conhecida e controlada, uma natureza preditiva. Dando início aos fundamentos de uma filosofia que isola a natureza e a sociedade.

Até o Renascimento, o natural e o não-natural se entrecruzam, havendo entre ambos mil portas de entrada e saída. O natural pode ser a encarnação do sobrenatural e os acontecimentos acidentais e provocados por forças não-naturais. Com o advento da ciência moderna, a natureza passa a ser um campo de forças racionais e lógicas, separando-se rigidamente o natural do não-natural. A dessacralização é assim a passagem para a naturalização absoluta da natureza, sinônimo de desumanização, e a sua relação utilitária (MOREIRA, 2009, p.57).

A desumanização aparece como um dos principais resultantes deste processo, já que não seria possível conceber a natureza como um movimento mecânico tendo que contemplar ao mesmo tempo o homem, a sociedade. Portanto, a exclusão do homem do mundo físico é demarcada. “[...] A separação natureza-homem no plano geral da filosofia e a separação ciência-filosofia no plano específico do mundano significam fazer da natureza assunto da ciência, e do homem assunto da metafísica, efetivamente” (MOREIRA, 2009, p.58).

Este processo de *desumanização da natureza* é completado pela *desnaturalização do homem*. Aqui a relação de separação e externalidade do homem se completa, em uma concepção de natureza fechada em si mesma, externa a tudo que não seja físico-matemático e preditivo. Ou seja, o homem passa a ser abordado como a externalidade da natureza, já que a natureza é vista como a externalidade do homem. Homem e natureza se opõem, consolidando a dicotomia homem-natureza, característica da ciência moderna.

Do homem desnaturalizado caminha-se para um *homem tricotomizado*. Enquanto o homem triplica em si esta dicotomia sendo o seu corpo natureza e a sua mente espírito: “[...] se até então o homem integrava-se conceitualmente ao mundo circundante, mesmo que nos termos teleológicos do cristianismo, no pensamento científico moderno dele se aparta inteiramente” (MOREIRA, 2009, p.59).

A grande ambiguidade deste momento é um homem segmentado diante de si mesmo, o corpo do homem faz parte do mundo da natureza, mas o seu espírito não. No mundo físico o homem perde a sua integralidade. Como pode o homem vir a conhecer o mundo, se qualitativamente dele não faz parte?

Este homem tricotomizado vai levar a uma *natureza pulverizada*. No qual a desintegração física do mundo é completada por uma fragmentação infinita da natureza, formada por objetos diferenciados e distanciados por seu lugar no espaço.

A natureza pulverizada desencadeou na concepção de uma *natureza-técnica*, no qual a natureza passa a ser uma coleção de coisas físicas que se interligam por relações espaciais de ordem mecânica e matemática e que se movimentam de forma previsível, apreensível e controlável.

Este movimento, vinculado com o seu comportamento repetitivo, regular e constante, coloca o movimento destes corpos a serviço de demandas vinculadas ao ideal de progresso da sociedade moderna. “[...] A natureza torna-se uma grande máquina, uma engrenagem de movimentos precisos e perfeitos, que o homem pode controlar, transformar em artefatos técnicos e explorar para fins econômicos” (MOREIRA, 2009, p.60).

Aqui se observa a legitimação de uma natureza enquanto condição de objeto (objetificação) e enquanto condição físico-matemática (fisicidade), aspectos estes fundamentais para uma concepção mecanicista e para uma ciência moderna comprometida com a construção técnica do capitalismo (MOREIRA, 2009).

A visão do sistema solar como uma grande engrenagem, que depois será generalizada para o todo da natureza no universo, é a ante-sala da revolução científico-técnica cujo ensaio é a manufatura, o embrião da fábrica moderna e contemporânea do nascimento da física. Resultando em a ciência nascer com a cara da física, a natureza com a do relógio, a manufatura com a da máquina e a física a da economia política nascente (MOREIRA, 2009, p.60).

Uma natureza tecnicada resultou em um homem também passível de manejo técnico, um *homem-força-de-trabalho*. Força para um movimento fundamental, para a nova representação da engrenagem da natureza, a fábrica. Neste lugar, a natureza é transformada, é vista como um inesgotável arsenal de recursos que dão origem a produtos de valor econômico (MOREIRA, 2009).

Aqui a natureza é engolida pelas engrenagens do capitalismo, assim como os homens, que possuem a singularidade da força física e mental, capaz de transformar a natureza como matéria-prima em produtos a serem consumidos. O homem se torna, assim como tudo que se vê, força produtiva para fins de acumulação de capital (MOREIRA, 2009).

Esta concepção de homem e de natureza levam ao período do triunfo do paradigma físico no século XIX, representados pelo positivismo e o método experimental e matemático. Suas bases são o isolamento do fenômeno do seu meio, em condições na qual o seu comportamento pode ser reproduzido ao ponto de estabelecer o padrão matemático validado enquanto lei. E a generalização gera o estabelecimento de leis de valor universal (MOREIRA, 2009).

Após o momento de triunfo do paradigma físico identificou-se o estabelecimento de uma crise da concepção mecânica de movimento da natureza. Esta crise esteve vinculada com as investigações da estrutura interna da natureza que, ao adentrar nas relações de internalidade revelaram uma outra natureza de movimentos.

Neste contexto, o capitalismo, representado especialmente pela atividade industrial, vai buscar incorporar estes novos conhecimentos, reorientando os processos de produção e demandando da ciência um novo modo de entendimento que adequasse a visão de natureza, mas sem romper com o paradigma do naturalismo mecanicista (MOREIRA, 2009).

“A natureza foi *desnaturalizada* ao ser transformada em recurso dentro do fluxo unidimensional do valor e da produtividade econômica. Essa naturalidade da ordem das coisas e do mundo — a naturalidade da ontologia e a epistemologia da natureza — foi construindo uma racionalidade *contra natura*, baseada em leis naturais inexpugnáveis, inelutáveis, inalteráveis” (LEFF, 2006, p.304).

Esta crise da concepção do movimento mecanicista da natureza vai levar a busca por um encaixe conceitual unitário para a natureza, o homem e o mundo. Este conceito unitário vai se dar por meio de August Comte ao validar o naturalismo mecanicista como paradigma do conhecimento, hierarquizando as ciências em um sistema integrado que tem na base a sua forma mais geral e simples, da qual o conhecimento evolui na direção do mais específico e complexo, por meio da incorporação por acumulação (MOREIRA, 2009).

Neste sistema o homem passa a ser incluído na esfera da física social (sociologia). Porém, a diferenciação entre os fenômenos inorgânicos, orgânicos e humanos ainda permanece, só que agora sendo “integrados” no plano das leis físico-matemáticas enquanto base comum das ciências.

Neste momento da história da ciência tem-se a separação dos fenômenos em esferas, por meio das especializações e da divisão científica do trabalho, que vai ser unida pelo sistema econômico. Aqui a relação utilitária e dessacralizada da natureza física chega

a sua expressão máxima, “[...] o arsenal da natureza virando o fator-terra da moderna economia e as ciências naturais, o seu inventariante” (MOREIRA, 2009, p.69).

Como consequência, os fenômenos sociais (tema da sociologia) são desconectados dos fenômenos econômicos, dando origem a uma ciência econômica baseada na filosofia positivista, na qual o discurso é comandado pela substituição da determinação da produção pela determinação do consumo, com o intuito de maximizar as satisfações da sociedade orientada pela economia. O equilíbrio do sistema econômico passa a ser entendido como resultante de três fatores de produção: terra, trabalho e capital, ou seja, renda fundiária, salário e lucro (MOREIRA, 2009).

Com a consolidação da indústria a terra passa a ser entendida como todo o arsenal de recursos naturais<sup>1</sup> de determinado lugar. A natureza e o homem se transformam em fatores de produção e a ciência assume a função de promover o uso econômico mais racional possível destes recursos. “[...] Parte componente de um mundo de coisas, a natureza ganha o expressivo nome de minérios, solo agrícola ou fonte de energia. E é negociada no mesmo mercado no qual o capital fará negócios com a força de trabalho” (MOREIRA, 2009, p.70).

Aquilo que a sociedade concebe como natureza não tem nada de natural. Por isso estes apontamentos históricos e científicos de construção social das perspectivas de natureza trazem elementos importantes para se pensar como a relação da sociedade com esta natureza também foi construída dentro destes contextos histórico-sociais. Em especial, por envolverem interesses dominantes, que vão se reestruturando e legitimando discursos e formas de analisar a realidade e produzir conhecimentos que se tornaram hegemônicos.

Como foi possível perceber, houve historicamente nesta ciência moderna uma tendência a construir uma ideia de separabilidade, de externalidade que legitimou ou mesmo potencializou os mecanismos de apropriação, dominação e exploração social da natureza pelo modo de produção capitalista. No interior da ciência geográfica este processo se traduz por meio da fragmentação do conhecimento em Geografia Humana e Geografia Física (SUERTEGARAY, 2001).

---

<sup>1</sup> Recursos naturais é uma expressão comumente utilizada para se referir a todo tipo de elemento ou matéria derivada da natureza que, pelo processo de apropriação da sociedade, se transforma em recurso para realização de atividades produtivas e/ou consumo. No corpo do texto esta expressão, assim como matéria natural, é apresentada considerando o contexto de formulação dos autores utilizados. Portanto, estamos entendendo uma natureza enquanto uma totalidade constituída por processos e fenômenos naturais, não lhe atribuindo a função de utilidade enquanto recurso.

Esta última teria se especializado em uma natureza inorgânica com o objetivo de “[...] inventariar sua repartição e arrumação corológica na superfície terrestre para os fins do seu uso prático na sociedade” (MOREIRA, 2009, p.70). No século XIX a Geografia Física se consolidou como um coletivo de ciências particulares especializadas no estudo de pedaços da natureza inorgânica para os fins práticos da sociedade exercendo, assim como outras ciências, um projeto de relação utilitarista com a natureza que corrobora com o sistema econômico atual.

Estes aspectos ajudam a compreender o porquê da relação sociedade-natureza ser permeada por contradições e orientada para uma forma de apropriação que tem se mostrado insustentável e marcada pela exploração, tanto da natureza como da própria sociedade.

Estas formas de apropriação depredatória da natureza pela sociedade, que tem sido traduzida por processos cada vez mais complexos e multidimensionais de poluição e degradação, vão se expressar por meio das contradições de uma *crise ecológica*.

Esta crise seria marcada não apenas por uma crise da natureza, entendida no sentido de um rompimento do equilíbrio dinâmico do sistema natural, mas também por um conceito ontológico de natureza que está na base das formas de compreensão, apropriação e exploração da natureza (LEFF, 2006).

Portanto, esta *crise da relação sociedade-natureza* seria também um efeito de uma crise do pensamento moderno ocidental, de um pensamento que produziu uma ideia de disjunção da natureza e da sociedade, favorecendo uma racionalidade científica e instrumental, que gerou um mundo fragmentado e coisificado na sua busca por domínio e controle da natureza (LEFF, 2006).

Esta crise, seria uma expressão do questionamento tanto da ontologia e da epistemologia com as quais a civilização ocidental tem entendido o mundo, como também da ciência e da tecnologia com as quais se buscou controlar a natureza e economizar o mundo. Ou seja, esta crise também seria um problema do conhecimento (LEFF, 2006).

Os apontamentos elencados ao longo desta exposição indicam a relevância de se pensar em caminhos para a “transposição” desta *crise do paradigma científico* e, conseqüentemente, da forma como a realidade é concebida, enquanto aspecto relevante para se pensar na *crise da relação sociedade-natureza*.

De modo geral, como visto ao longo das exposições que versaram sobre diferentes tipos de crise, sua definição está articulada com as ideias de mudança, ruptura e conflito.

Mas, ao mesmo tempo, a crise também pode se apresentar como um estado de redefinições, de reformulações e, portanto, de crítica, de mudança e de possibilidade. Neste sentido, estar em crise pode significar estar no processo construtivo de algo novo, de redesenhar novas perspectivas, de considerar novas significações, de repensar algo já envelhecido ou incapaz de expressar a realidade e seu movimento.

Assim, a crise seria uma manifestação da necessidade de reordenamentos que, por sua vez, resultam em transformações de significativo peso sobre as estruturas dominantes em um determinado contexto histórico-social, a ponto de colocar em xeque os padrões e prefigurar possíveis mudanças. Por ser uma expressão destes reajustes as crises estão intimamente vinculadas com o movimento da sociedade.

As expressões diversas das crises também demonstram o seu caráter multifacetado, sendo gestacionadas e integradas a muitos aspectos da vida social. Esta característica indica as conexões e a interdependência destas crises tanto no sentido de entender os seus processos constituintes e as suas contradições, como também de buscar alternativas de transposição. Assim, uma crise carrega em si outras crises.

No caso da *crise do paradigma científico* e da *crise da relação sociedade-natureza* esta interdependência se estabelece a partir do momento em que qualquer proposição que busque caminhar para uma nova forma desta relação ser estabelecida também depende de uma nova forma desta sociedade conceber sua concepção do que é natureza.

Com o intuito de identificar outros caminhos para a forma hegemônica da ciência moderna de conceber uma ideia de distanciamento e externalidade da relação sociedade-natureza, serão apresentadas, a seguir, algumas reflexões no campo do conhecimento que podem apontar outras possibilidades.

## **1.2 Caminhos outros do paradigma científico: prefigurações sobre outras formas de conceber a relação sociedade-natureza**

A ideia da prefiguração está associada ao exercício de figurar ou representar o que está por vir, acontecer ou existir, ou seja, supor antecipadamente algo ou uma situação. Aqui, a ideia de prefiguração será abordada como a possibilidade de experimentar hoje, tanto no campo teórico como prático, dimensões e abordagens que ainda não se legitimam por serem suprimidas por estruturas dominantes, mas que indicam possibilidades de

transformação ou superação futura. São paradigmas emergentes, momentos de transição e novas perspectivas possíveis.

São possibilidades de repensar uma ciência comprometida com as demandas sociais, que dimensiona a importância de se estabelecer novas estruturas de pensamento e novas formas de conceber as necessidades fundamentais da reprodução da vida.

São preocupações que anseiam e fundamentam uma ciência comprometida com a diversidade cultural e com as diferentes formas de conhecimento, entendendo que o diálogo, enquanto construção de pontes, criam o ambiente propício para o respeito, a emancipação social e auxiliam a repensar a relação sociedade-natureza.

As perspectivas apontadas a seguir não têm como objetivo principal caminhar para o mesmo sentido. Na verdade, são possibilidades outras de visualizar múltiplos caminhos, direções diversas que se encontram em alguns aspectos fundamentais como: a coexistência das formas de pensamento, a emancipação social, a defesa da diversidade, a superação dos sistemas de dominação, a complexidade das relações e da realidade etc. Em síntese, são múltiplas formas de se chegar à fronteira do pensamento hegemônico e de se pensar em transpô-la.

Para Santos (1988) pensar sobre este paradigma emergente significa considerar um paradigma científico (*de um conhecimento prudente*) e social (*de uma vida decente*), ou seja, uma ciência preocupada com o seu objetivo.

Para que esta ciência se construa é fundamental que os parâmetros sociais que dão sustentação para a construção desta ciência também sejam alterados, e isto está relacionado com as formas de dominação e exploração tanto da natureza como dos indivíduos. Para que exista uma ciência comprometida com a emancipação social é necessário, portanto, uma sociedade comprometida com a mesma preocupação.

Para o autor, as bases deste outro paradigma estariam justamente em superar algumas das crises fundamentais da ciência moderna como a fragmentação do conhecimento; a dicotomia entre ciências da natureza e ciências sociais; a preocupação com uma ciência do autoconhecimento e o estabelecimento do diálogo com os diferentes saberes como um caminho no qual a ciência se conecte com os conhecimentos práticos, produzidos pela experiência de vida e, portanto, solidificando o seu caráter democrático e transformador.

Um dos grandes desafios apontado por Santos (1988) seria encontrar categorias de inteligibilidade globais e conceitos que derretam as fronteiras nas quais a ciência moderna dividiu a realidade. Nesta forma de abordagem seria possível a superação da

fragmentação do saber científico no caminho para um conhecimento que é total, uma busca pela totalidade universal, mas que não deixa de se concretizar em projetos de vida locais. Aqui o conhecimento deixa de ser organizado em disciplinas e passa a ser temático, convergindo em busca de algo maior (SANTOS, 1988).

Para Capra (1996) um novo paradigma científico deve buscar conceber o mundo como um todo integrado e funcional. Esta integração perpassa tanto pela interdependência dos fenômenos e processos, bem como por uma nova relação sociedade-natureza.

Esta forma de conceber esta relação estaria vinculada com uma ecologia profunda, que se opõe àquilo que o autor vai chamar de ecologia rasa. A ecologia rasa seria entendida como antropocêntrica, ou seja, centralizada no ser humano como algo localizado acima ou fora da natureza e no qual todos os valores atribuídos à natureza estão relacionados com o seu valor utilitário.

A ecologia profunda, por sua vez, tem como base a não separação dos seres humanos, ou de qualquer outra coisa existente, com o meio ambiente natural. Por meio desta concepção entende-se o mundo não como uma coleção de objetos e fenômenos isolados, mas como uma rede de fenômenos que são, fundamentalmente, interconectados e interdependentes, reconhecendo o valor de todos os seres vivos e considerando os seres humanos como um fio particular na teia da vida (CAPRA, 1996).

Na ecologia profunda há uma preocupação com as chamadas questões profundas, que seriam entendidas como os questionamentos estruturantes essenciais para a mudança de paradigma. Estas questões dizem respeito às nossas visões de mundo e ao modo de vida baseado em uma sociedade da modernidade, científica, industrial e orientada por perspectivas de crescimento e progresso (CAPRA, 1996).

Esta perspectiva ecológica reconhece a natureza antiecológica das estruturas sociais e econômicas arraigadas em “sistemas de dominação” da organização social. “[...] O patriarcado, o imperialismo, o capitalismo e o racismo são exemplos dessa dominação exploradora e antiecológica” (CAPRA, 1996, p.18). Portanto, a busca por uma ecologia social passa por superar e combater estes sistemas de dominação.

As transformações para uma visão ecológica como estrutura para se pensar uma nova relação da sociedade com a natureza seria baseada, para Capra (1996), na superação do entendimento de natureza na ciência moderna.

Aqui, uma natureza fundamentada na passividade, na ordem, no equilíbrio, na constância, na regularidade dos fenômenos e, portanto, que permitem padrões de controle, dá lugar para um paradigma emergente, no qual a natureza é entendida *como auto-eco-*

*organizadora* e como *auto-eco-produtora*, ou seja, uma natureza com movimentos não lineares e com autonomia (CAPRA, 1996; MORIN, 2005; SANTOS, 1988).

Na ecologia profunda a natureza se baseia nos três critérios fundamentais da vida que são formados por um *padrão*, uma *estrutura* e um *processo*, e que são interdependentes.

O *padrão* se refere a autopoiese, entendida como o padrão de funcionamento dos sistemas vivos que são organizados em redes. Segundo Maturana e Varela (1984) sua principal característica é que ela se produz continuamente, portanto, o ser e o fazer dos seres vivos são inseparáveis.

Autopoiese significa “autocriação” e representa este padrão em rede no qual a função de cada componente participa ativamente da produção e transformação dos outros componentes, ou seja, ao mesmo tempo em que a rede é produzida pelos seus componentes ela também os produz.

Esta produção dos componentes da rede por outros componentes, relaciona-se com um sistema *auto-organizador*, considerando que a sua ordem e comportamento não seriam impostos pelo meio ambiente, o que os torna sistemas vivos autônomos. Porém, este processo não significa que os sistemas vivos sejam isolados do seu meio ambiente.

Para Capra (1996) os componentes da rede interagem com o meio ambiente por meio de intercâmbios contínuos de energia e matéria. Sendo que esta interação não seria responsável por determinar a sua organização, já que estes sistemas teriam sua autonomia, mas participa da sua renovação contínua, da sua autocriação.

Já a *estrutura* seria dissipativa (de fluxo de matéria e energia), que se dão por meio de processos metabólicos e de desenvolvimento, com a coexistência aparentemente paradoxal de mudança e da estabilidade estrutural. Assim, um sistema vivo seria, ao mesmo tempo, aberto e fechado, estruturalmente aberto, mas organizacionalmente fechado. “[...] A matéria flui continuamente através dele, mas o sistema mantém uma forma estável, e o faz de maneira autônoma, por meio da auto-organização” (CAPRA, 1996, p.127).

Aqui as ideias fundamentais ligadas a estrutura mostram as conexões entre estabilidade e instabilidade, ordem e desordem, equilíbrio e não-equilíbrio, do ser para o vir-a-ser, uma coexistência entre estabilidade estrutural e mudança (CAPRA, 1996).

Por fim, o *processo* se relaciona com a incorporação contínua de um padrão de organização autopoietico numa estrutura dissipativa por meio da cognição, que para Capra (1996) é entendida como o processo de conhecer. Aqui a mente e a matéria são

vistas como inseparáveis e a mente não seria uma coisa, mas sim um processo, o próprio processo da vida.

Ou seja, toda atividade organizadora dos sistemas vivos seria entendida como uma atividade mental, as interações de um organismo vivo (planta, animal ou ser humano) com o seu meio ambiente são interações cognitivas. Assim, o processo mental estaria conectado à matéria em todos os níveis da vida.

No domínio humano a cognição inclui a linguagem, o pensamento conceitual e a consciência humana. Para Capra (1984) o pensamento racional teria resultado na desconexão entre a mente e o corpo, desligando os indivíduos do seu meio ambiente natural e os fazendo esquecer de cooperar com a variedade de organismos vivos.

Esta concepção sistêmica da mente não se limita a organismos individuais, portanto, as sociedades e as culturas possuem uma mente coletiva e, por conseguinte, uma consciência coletiva.

Estas mudanças conceituais para Capra (1996, p.144) resultam em uma outra concepção de natureza:

“Muitas das características-chave das estruturas dissipativas — a sensibilidade a pequenas mudanças no meio ambiente, a relevância da história anterior em pontos críticos de escolha, a incerteza e a imprevisibilidade do futuro — são novas concepções revolucionárias do ponto de vista da ciência clássica”.

Aqui a natureza se revela com proximidade com a natureza humana, como imprevisível, sensível ao meio no qual está inserida, influenciada por pequenas flutuações, na qual a história ganha papel importante, o futuro é incerto e essa incerteza está no cerne da criatividade, da autonomia e da autoprodução.

“Portanto, a consciência ecológica somente surgirá quando aliarmos ao nosso conhecimento racional uma intuição da natureza não-linear de nosso meio ambiente. Tal sabedoria intuitiva é característica das culturas tradicionais [...] em que a vida foi organizada em torno de uma consciência altamente refinada do meio ambiente” (CAPRA, 1982, p.31).

Para Morin (2010) esta busca pelas conexões, por reunir o que foi desligado, seja a mente e o corpo, a natureza e a sociedade, vai ser concebida por meio de um pensamento complexo.

A Teoria da Complexidade questiona o conhecimento científico como dissipador da complexidade dos fenômenos para assim revelar uma ordem simples obedecida por eles.

Esta forma de conhecimento seria um modo simplificador que mutila ao invés de revelar a realidade e os fenômenos. A ideia da complexidade vai carregar em si, segundo Morin (2010), a confusão, a incerteza e a desordem, se apresentando como uma *palavra-problema* e não como *palavra-solução*, que busca lidar com o real, não no sentido de controlá-lo, mas sim de dialogar com ele.

Por isso, o pensamento complexo surgiria justamente onde o pensamento simplificador falha, buscando tanto a integração ao invés da desintegração da complexidade do real, como também a articulação dos campos disciplinares ao invés do seu desmembramento no pensamento disjuntivo.

Sua aspiração é a multidimensionalidade. É reconhecer que não se dará conta de todas as informações sobre um fenômeno estudado, mas que as suas diversas dimensões precisam ser respeitadas. É justamente por aspirar a multidimensionalidade que o pensamento complexo comporta o princípio da incompletude e da incerteza.

Morin (2010) vai partir da complexidade como um tecido (*complexus*: o que é tecido junto), considerando que este tecido é formado por constituintes heterogêneos, mas que, ao mesmo tempo, estão associados.

No pensamento complexo os objetos possuem fronteiras cada vez menos definidas, sendo constituídos por anéis que se entrecruzam em teias de redes complexas com os outros objetos, a tal ponto que os objetos em si são menos reais que as relações estabelecidas entre eles.

A Teoria da Complexidade se estrutura a partir de uma abordagem organizacional, compreendendo a organização como resultado de um pensamento complexo elaborado. Este pensamento deve incluir três relações fundamentais que são a relação *auto-eco-organizadora*, ou seja, a relação profunda e íntima dos sistemas com o meio ambiente; a relação *hologramática*, entendida como aquela estabelecida entre o todo e as partes; e a relação da *recursividade*, ou seja, de autoprodução (MORIN, 2005).

Para Morin (2005) a primeira relação da *auto-eco-organização* vai considerar os sistemas organizados em redes, como abordado por Capra (1996). Porém, a contribuição do autor está em pensar como a autoprodução dos sistemas em sua relação com o meio ambiente (representada pelo prefixo *eco*) se estabelece por meio dos mecanismos de ordem, desordem e reorganização.

O primeiro mecanismo é o da ordem que dentro da concepção de ciência moderna e do positivismo esteve vinculada com a ideia de determinação, de lei, de estabilidade, constância, regularidade e repetição.

Para Morin (2005) a ideia de ordem está conectada com uma perspectiva de interação, de estrutura e de organização: “[...] a ordem singular de um sistema pode ser concebida como a estrutura que o organiza, [...] a organização, entretanto, não pode ser reduzida à ordem, embora a comporte e produza” (MORIN, 2005, p.198).

A organização seria responsável por estabelecer sua constância, regularidade e estabilidade, produzindo uma ordem. Mas, esta ordem também é constituída por uma desordem que a interrompe, já que não existe ordem absoluta e eterna.

A desordem vai além do acaso, estando vinculada com a ideia de agitação, dispersão, irregularidade e instabilidade. Assim, ao mesmo tempo em que a desordem se baseia nas desintegrações e nas incertezas, ela não nega a ordem, já que coopera com a geração de uma nova ordem organizacional. Porém, a desordem ameaça, incessantemente, esta organização por meio da desintegração e da desorganização (MORIN, 2005).

Neste sentido, a *auto-organização* que caracteriza os seres vivos é composta por processos de desorganização que se transformam em processos de reorganização.

Aqui se estabelece a tríade ordem, desordem e reorganização, entendendo que os fenômenos tanto naturais como sociais não se explicam ordenadamente, mas nesta dialética de uma ordem estrutural que se desorganiza para se reorganizar.

Nesta perspectiva, a crise seria um processo de reorganização, de reestruturação:

“[...] seria necessário perguntar se nossas sociedades em plena evolução, ou seja, em mudança permanente, não são ao mesmo tempo, necessariamente, sociedades “em crise”, sociedades “catastróficas”, que utilizam bem e/ou mal, com erro e/ou sem erro, com regressões e/ou progressões, as forças desestruturastes em jogo, para se reestruturar de outro modo. Uma sociedade que evolui é uma sociedade que se destrói para se recuperar (MORIN, 2005, p. 247).

Já a relação *hologramática* estaria vinculada com um tipo de organização que conecta o todo e as partes. Nos organismos biológicos, por exemplo, todas as células carregam a informação genética do ser global, por isso não só as partes estão no todo, como o todo está nas partes. Já nas organizações sociais este processo pode ser ilustrado pela forma como a linguagem, os ritos e as necessidades sociais introduzem a cultura. Ou seja, o todo da sociedade está presente na parte, no indivíduo.

Neste sentido, não há um sistema complexo por meio da redução, mas sim a necessidade de um movimento contínuo entre o todo e as partes, as partes e o todo para que a complexidade da realidade seja apreendida (MORIN, 2005).

Por fim, a Teoria da Complexidade também tem como princípio a *organização recursiva*, ou seja, uma organização na qual os efeitos e os produtos são necessários para a sua própria causação e produção. Esta forma de organização participa da autoprodução e *auto-organização* dos sistemas.

Nesta perspectiva os sistemas são ao mesmo tempo abertos e fechados, como exposto por Capra (1996) ao trabalhar com a sua estruturação. Assim, um sistema precisa da energia proveniente do meio ambiente, indicando uma relação de dependência, que se complementa com uma estrutura fechada, que permita preservar a sua individualidade e originalidade, ou seja, sua autonomia. Por isso, a autonomia dos sistemas está articulada com a sua dependência, ou seja, é preciso ser dependente para ser autônomo.

Outra contribuição relevante seria a de Leff (2006) ao conceber a relação sociedade-natureza por meio da articulação entre a racionalidade e a legitimação das práticas sociais.

Para o autor supracitado o caminho para um novo paradigma científico estaria vinculado com a substituição de uma *racionalidade econômica* por uma *racionalidade ambiental*, enquanto subsídio para uma reapropriação da natureza.

Assim, a racionalidade seria um sistema de regras do pensamento e da ação que são estabelecidos em diferentes esferas como a ideológica, a política, a econômica etc., conferindo um sentido de organização à sociedade. Ou seja, estas regras seriam responsáveis por orientar processos e práticas sociais para determinados fins.

Portanto, pensar em uma transformação da racionalidade seria importante tanto pelo fato dela estar vinculada diretamente com a relação estabelecida entre processos sociais e naturais, bem como por refletir de maneira integrada os diferentes mecanismos ideológicos, técnicos, institucionais, econômicos e jurídicos que permeiam e legitimam tanto as ações sociais de transformação da natureza como as relações de produção (LEFF, 2006).

Para o autor a *crise ecológica* tem sua origem nos diferentes processos que expressam a desarticulação e o distanciamento, como por exemplo, por meio da exclusão da natureza, da marginalização das culturas, das práticas de extermínio do outro e da anulação da diferença, em prol de uma unidade, uma sistematicidade e uma homologação das ciências. Esta crise teria sido o efeito da produção de uma racionalidade formal,

instrumental e econômica das formas de conhecimento, vinculada com uma vontade de dominação, controle, eficácia e *economização* do mundo.

Esta racionalidade econômica seria caracterizada por medir e controlar os valores da diversidade cultural e biológica, as diferenças sociais e a distribuição ecológica por meio da contabilidade econômica (LEFF, 2006).

Estes princípios corroboram com uma concepção de desenvolvimento das forças produtivas orientadas para o privilégio do capital, do trabalho, e do progresso técnico como fatores de produção, banindo de seu campo a cultura e a natureza.

Como resultado há um agravamento das desigualdades, que se manifestam nos processos de polarização e marginalização social, produção da pobreza estritamente vinculada com a degradação da natureza, a destruição da base dos recursos naturais e a desintegração de formações culturais fundadas em distintas identidades étnicas e suas práticas.

Em oposição à racionalidade econômica havia uma busca da reintrodução da natureza e da cultura por meio de alguns eixos principais. O primeiro seria a incorporação dos valores culturais diversos atribuídos a natureza; o segundo a incomparabilidade dos processos ecológicos dos quais dependem a resiliência, o equilíbrio e a produtividade dos ecossistemas complexos; e o terceiro o enraizamento da racionalidade das sociedades locais e suas economias de autossustentação, fundadas nos valores tradicionais das culturas diversas e nas suas identidades, que atribuem sentido a produção com a natureza (LEFF, 2006).

Esta nova racionalidade não seria uma “ecologização” do pensamento, ou um novo conjunto de normas e instrumentos de controle da natureza e da sociedade, mas sim uma orientação da práxis por meio da subversão dos princípios que ordenam e legitimam a racionalidade teórica e instrumental da modernidade. Seria uma racionalidade aberta à diferença, à diversidade e à pluralidade de racionalidades que definem e dão especificidades para a relação da natureza e da cultura (LEFF, 2006).

Ambas as racionalidades se definem pelos diferentes modos de se apropriar da natureza, e se caracterizam por princípios, valores e meios distintos de alcançar seus objetivos. Por isso, a contraposição entre elas não se limitaria a uma confrontação teórica entre uma visão mecanicista e das leis de mercado, com a concepção orgânica e dos sistemas ecológicos, mas se manifesta também pela maneira como as motivações individuais, as normas culturais e as instituições sociais interiorizam uma visão mecanicista ou uma visão ecologista do mundo (LEFF, 2006).

A racionalidade ambiental estaria articulada com outros quatro níveis de racionalidade, definidas por Leff (2006) como: *racionalidade material* (sistema de valores que normatiza os comportamentos sociais, baseadas no saber ambiental, na racionalidade ecológica e da sustentabilidade; *racionalidade teórica* (construção de conceitos que se articulam com valores da racionalidade material, dando suporte para outra racionalidade produtiva baseada no potencial ecológico e nas significações culturais das diferentes comunidades e seus territórios); *racionalidade técnica* (geração de um sistema de meios eficazes e tecnológico para a transição a uma racionalidade ambiental) e a *racionalidade cultural* (sistema de significações que conforma as identidades diferenciais de formações culturais diversas, que dê integridade as práticas simbólicas, sociais e produtivas).

A reorientação da produção do conhecimento sob esta nova lógica, considerando a relevância da linguagem, da teoria e da ciência para a recodificação e percepção da realidade, partiria de três níveis principais.

O primeiro está vinculado com a orientação da investigação e a aplicação dos saberes científicos e técnicos por meio de demandas sociais de conhecimento. O segundo está ligado com a integração de processos diversos e na conjunção de saberes existentes em torno de um objeto de estudo ou problemática, com o intuito de elaborar conhecimentos integrados por meio de métodos interdisciplinares. Por fim, o terceiro se refere a problematização dos paradigmas teóricos e a revisão dos conceitos, com o surgimento de novas temáticas e a construção de objetos interdisciplinares de conhecimento (LEFF, 2006).

A racionalidade ambiental também busca uma nova lógica produtiva baseada na articulação da valoração da natureza com as significações culturais e na consideração das potencialidades ecológicas dos ecossistemas como fundamentais tanto para a gestão como para o processo produtivo (LEFF, 2006).

O processo produtivo teria como base uma *produção ecotecnológica*, que integra três níveis de produtividade: a ecológica, a tecnológica e a cultural, que orientam um conjunto de práticas produtivas para uma economia sustentável, baseada em uma produtividade durável a longo prazo (LEFF, 2006).

Esta articulação dos níveis de produtividade se justifica pelo fato das práticas de gestão da natureza e de processos produtivos serem definidos culturalmente. Ou seja, todo sistema de produção rural, por exemplo, está articulado com a racionalidade de seus agentes produtivos, uma racionalidade cultural que nunca é homogênea, já que se

diferencia entre o produtor ser uma empresa rural comercial ou mesmo uma comunidade que coevoluiu historicamente com a terra por meio de práticas produtivas que atribuíram significados outros à natureza (LEFF, 2006).

Estas racionalidades vão configurar cada formação social por meio da integração entre suas visões com as suas formas sociais de organização do território, da propriedade da terra ou mesmo da percepção dos recursos, gerando relações sociais e técnicas específicas. Ou seja, é através da cultura que se definem as práticas de uso do solo e dos padrões de aproveitamento dos recursos naturais.

Uma produtividade que seja ecotecnológica deve partir do conhecimento cultural das condições da natureza e das formas de manejo sustentável dos ecossistemas. Aqui, qualquer aplicação da tecnologia estaria associada com a capacidade de recuperar ou melhorar as práticas tradicionais de uso dos recursos. Sendo que esta inovação depende da motivação das comunidades para a autogestão de seus processos produtivos, com uma incorporação de conhecimentos tecnológicos e científicos que incrementem a produtividade das práticas tradicionais, sem destruir sua identidade étnica e seus valores culturais (LEFF, 2006).

As práticas agroecológicas seriam um exemplo da aplicação dos princípios da ecotecnologia ao articular o conhecimento agrícola tradicional com os elementos da ciência e da tecnologia, inovando práticas culturalmente compatíveis com a produção camponesa e tradicional. As técnicas resultantes desta articulação são ecologicamente apropriadas e culturalmente apropriáveis, permitindo uma produtividade que preserva a capacidade produtiva dos ecossistemas, ao mesmo tempo em que respeita as identidades culturais (LEFF, 2006).

Esta articulação entre diferentes saberes científicos e não científicos está vinculada com uma racionalidade que o autor denomina de comunicativa, ao permitir um diálogo dos saberes que se abre a *outridade*, ou seja, que procura compreender o outro, por meio do encontro de interlocutores que ultrapasse toda a teoria e toda a finalidade guiada, caminhando para uma fusão, uma sinergia da pluralidade e da diversidade (LEFF, 2006).

Para Leff (2006) a construção de um futuro sustentável é um campo aberto, gerado pelo encontro da *outridade* em um diálogo de saberes que ao mesmo tempo que acolhe visões também negocia interesses contrapostos de apropriação da natureza.

Este diálogo é formulado por meio do reconhecimento de saberes autóctones, tradicionais e locais, que aportam experiências e se somam com o conhecimento científico

e especializado, incluindo alternativas e racionalidades diversas, que seriam canalizadas por meio de uma racionalidade comunicativa para convergirem à um “futuro comum”.

Por meio deste diálogo os saberes, os conhecimentos e os discursos são reapropriados.

Essas estratégias de poder no campo do saber ambiental se desdobram no diálogo de saberes entre intelectuais e grupos de base na invenção de discursos teóricos e políticos que se entrecruzam, se hibridam, se mimetizam e se confrontam em um diálogo entre as comunidades e a academia, entre a teoria e a práxis, entre o saber indígena e o conhecimento científico da natureza (LEFF, 2006, p.378).

Dentro de uma perspectiva geográfica, Porto-Gonçalves (1978) indica a superação da crise do paradigma científico por meio da retomada da interpretação dialética da organização do espaço.

Por meio desta abordagem a dicotomia entre natureza e sociedade perde sentido, já que a sua relação passa a ser estabelecida justamente por meio da dialética da produção do espaço geográfico, que vai se realizar pelo trabalho, enquanto relação de produção.

Aqui a realidade histórica é entendida como algo que se dá de modo desigual e combinado, resultando em diferentes formações sociais e formas concretas de combinações de desigualdades, no qual os distintos modos de produção se encontram submetidos à hegemonia de um modo de produção dominante (PORTO-GONÇALVES, 1978).

As diferentes formações sociais também são explicadas considerando as características dos lugares, entendidas pelo autor como a síntese da multiplicidade de determinações que não são entendidas pelo local em si, mas também como formas específicas de materialização do universal que, por sua vez, é mais do que a soma dos lugares únicos. Ou seja, o local e o global em uma simbiose particular que resulta em diferenciações socioespaciais (PORTO-GONÇALVES, 1978).

Para a abordagem ecológica o autor aponta para releituras que busquem, por exemplo, considerar o homem como categoria genérica e com finalidades que deixem de ser ditadas pelo modo de produção, mas sim pela sua relação com a natureza.

Uma natureza que não seja considerada como a-histórica, mas com um significado e uma função que estão vinculados, historicamente, com o modo de produção, podendo ser vista como valor de uso ou como valor de troca (PORTO-GONÇALVES, 1978).

Esta articulação em uma sociedade capitalista, por exemplo, gera uma relação que não se sustenta em função da produção social da existência humana, e nem dos elementos

naturais, mas como subordinada aos interesses da acumulação de capital (PORTO-GONÇALVES, 1978).

Portanto, uma leitura geográfica da relação sociedade-natureza estaria baseada em observar, criticamente, a situação de inter-relação entre a sociedade e a natureza, partindo das estruturas que as determinam (PORTO-GONÇALVES, 1978).

Porto-Gonçalves (2006) encara a discussão do campo ambiental como um potencial emancipatório. Para o autor qualquer que seja o projeto de futuro do mundo atual este deve incorporar a dimensão ambiental, inclusive como enfrentamento aos riscos apresentados pelo capitalismo, sobretudo no período neoliberal.

Neste contexto, uma economia política baseada na terra, no trabalho e no capital enquanto mecanismos geradores de valor, de exclusão e de desigualdade, se deslocaria para uma ecologia política na qual as lutas sociais se definem em termos como identidade, territorialidade e sustentabilidade. Aqui, os conceitos de território, autonomia e cultura ganham notoriedade ao serem convertidos em conceitos políticos que questionam as formas de apropriação produtiva da natureza (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Para Alier (1992) estes movimentos se traduzem no que ele vai chamar de ecologismo dos pobres, ou melhor, o ecologismo dos empobrecidos, representado por recentes e fortes movimentos ecologistas em várias partes do mundo, inclusive no Brasil.

São movimentos sociais que se relacionam com as lutas pela sobrevivência, definido por necessidades ecológicas da vida social, como acesso à energia, água e habitação. São movimentos ecologistas populares que retiram a natureza da esfera econômica, do mercado generalizado, da racionalidade mercantil, para fundar uma “economia moral”, uma economia ecológica.

Assim, o ecologismo dos pobres se configura como movimentos sociais de pobres (rurais e urbanos) que lutam pelo acesso à natureza.

Esta seria a perspectiva das lutas contra a contaminação do ar nos bairros populares das cidades, as lutas por espaços verdes contra a especulação urbana, a luta nos subúrbios das cidades pobres para ter a água potável suficiente, as lutas contra o dióxido de enxofre no Rio Tinto [...] são lutas contra as empresas papeleiras para conservar os bosques, e para conservar a terra contra as centrais hidroelétricas, para salvar a pesca artesanal [...]. São lutas nos campos de algodão da América Central contra a utilização de pesticidas. São as lutas pela saúde nos postos de trabalho (ALIER, 1992, p. 12).

São movimentos que, ao se contraporem ao sistema de mercado e de controle do Estado sobre a natureza (implicando em uma lógica de horizontes temporais cada vez

mais curtos e que não assumem os custos ecológicos), indicam um outro modelo de coexistir com a natureza o que contribui, ao mesmo tempo, com a sua conservação. Assim, “[...] a ecologia da sobrevivência torna os pobres conscientes da necessidade de conservar os recursos”, ou seja, de se conservar a natureza (ALIER, 1992, p.10).

Estes movimentos ecologistas são mais próprios do Sul Global, estando associados com lutas contra-hegemônicas e com movimentos que se baseiam, inclusive, no diálogo entre diferentes formas de se conceber e se relacionar com a natureza, o que implica uma crítica da insuficiência científica. O ecologismo, nesta perspectiva, não se configura como anticientífico, mas com uma perspectiva ecológica de integração e articulação dos diferentes conhecimentos (ALIER, 1992).

Estas lutas, enquanto uma das formas de se encarar o desafio ambiental carrega consigo toda a complexidade do questionamento da dominação da natureza e, portanto, precisa estar no centro da crítica do modo de organização da sociedade, dando espaço a todos aqueles que foram dominados, oprimidos e explorados na medida que o progresso e o desenvolvimento legitimam as formas de exploração da natureza e da sociedade (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Partindo dos apontamentos propostos até aqui, uma nova relação sociedade-natureza seria a base para uma justiça social e uma sustentabilidade ecológica, na qual todos tenham os mesmos direitos para afirmarem as suas diferenças. Um projeto em que a diversidade biológica e cultural sejam os maiores patrimônios da humanidade e um caminho de soberania, autonomia, consciência e sobrevivência.

Por isso duas dimensões importantes precisam ser repensadas. A primeira delas se refere a criar e ressignificar as condições materiais e técnicas de gerenciamento e apropriação da natureza, enfatizando o saber próprio construído pela convivência, que deve ser incorporado e considerado como um *saber com* e não um *saber sobre* (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Já a segunda dimensão se refere a questão agrária-agrícola, para além dos impactos ambientais decorrentes da exploração intensiva, por ser um aspecto importante para se pensar a democratização da natureza, o fortalecimento da diversidade cultural, bem como a soberania alimentar, enquanto elemento fundamental para a (re)existência das comunidades (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Esta dimensão ganha ainda mais protagonismo em um contexto histórico-social de expropriação, exploração e exportação de bases coloniais da natureza dos países latino-

americanos. Um processo de colonialidade da natureza que reproduz estes mecanismos de dominação característico da sociedade moderna ocidental capitalista.

Estes aspectos se materializam tanto em uma *crise ecológica* como em uma *crise agrária*, características da apropriação privada da natureza em território brasileiro. Por isso, ambas serão abordadas a seguir.

## CAPÍTULO II

### A CRISE ECOLÓGICA E A EXPLORAÇÃO DA NATUREZA E DA SOCIEDADE NO CAPITALISMO

*A crise da relação sociedade-natureza* se materializa pela forma de apropriação, que está vinculada tanto com uma construção social e hegemônica da concepção de natureza, como abordado no capítulo anterior, como também pelos mecanismos constituintes desta relação como, por exemplo, o trabalho enquanto processo de produção que transforma a natureza pela atividade social.

Por isso, para identificar os aspectos fundamentais desta crise é preciso se direcionar para a abordagem dos elementos que condicionam as formas de apropriação.

Com relação a concepção socialmente construída de natureza, esta foi influenciada pela hegemonia de uma ciência da fragmentação, da separabilidade, enquanto forma de pensamento dominante da sociedade moderna.

O que resultou, concomitantemente, em uma deslegitimação de formas outras de se conceber a relação da sociedade com a natureza, e em uma consolidação de natureza que precisa ser externalizada e conhecida, enquanto expressão dos objetivos de dominação e exploração social.

Como já abordado, a separabilidade, a fragmentação, da sociedade e da natureza, são entendidas enquanto produto de uma construção da ideia de natureza. Não é um distanciamento que ocorre no campo material, já que a sociedade se constitui enquanto parte integrante da natureza.

Esta separação, característica do fundamento da ciência moderna, se revela enquanto processos e aspectos de um distanciamento, de uma fragmentação e de uma externalização, constituída no campo das ideias, e que reforça os mecanismos de reprodução da sociedade que as produziu.

Neste capítulo, a dominação e a exploração da natureza pelo modelo de sociedade, sustentada nos pilares do capitalismo, da modernidade e da ciência, é abordada juntamente com a exploração dos indivíduos, uma exploração que se dá pelo trabalho, na luta de classes e nas suas contradições.

Ou seja, não só a exploração da natureza, mas também a exploração da sociedade é inserida no debate, já que, enquanto natureza, os seres humanos, os sujeitos sociais, também estão engendrados nos processos de apropriação, dominação e exploração pela força de trabalho.

No que se refere aos mecanismos fundamentais desta relação, vinculada com a produção e transformação da natureza pelo trabalho social, tem-se que sua engrenagem está inserida nas lógicas do modo de produção hegemônico, ou seja, no sistema econômico capitalista, que vai orientar a forma de apropriação da sociedade pela natureza conforme as suas normativas.

De forma geral, isso vai se traduzir em uma relação que objetiva a transformação tanto da natureza como do trabalho em aspectos fundamentais para a produção de mercadorias, de valoração e de ampliação da acumulação de capital.

Como resultado destas engrenagens de funcionamento identifica-se uma *crise ecológica*, vinculada com os processos cada vez mais complexos e multiescalares de degradação e poluição dos ecossistemas naturais, em correlação com uma crise do modelo de sociedade capitalista, ou seja, com uma crise do modo de produção, que orientam uma relação sociedade-natureza ecologicamente e socialmente insustentável.

Para Lowy (2013) este modelo de produção historicamente é associado com *crises econômicas*, oriundas das contradições do próprio modelo de produção. Socialmente, estas crises têm sido responsáveis pelo aumento do desemprego, a precarização do trabalho, a recessão econômica, o endividamento dos Estados e o aumento da desigualdade social e da miséria.

Tanto esta crise econômica como a *crise ecológica* seriam, para Lowy (2013), resultantes do mesmo fenômeno: um sistema que parte do princípio de transformar tudo em mercadoria, seja a terra, a água, o trabalho ou mesmo a vida.

Portanto, uma das crises fundamentais para entender a *crise da relação sociedade-natureza* seria, a *crise ecológica*, ao expressar o rompimento do equilíbrio dinâmico dos processos e fenômenos naturais e, conseqüentemente, afetar a sustentabilidade da própria civilização no modelo vigente. Para entender o porquê do estabelecimento desta *crise ecológica*, por sua vez, é imprescindível compreender como ela está inserida e articulada com o modelo de sociedade capitalista, que vai marcar o caminho a ser percorrido pelas formas de apropriação.

Para Harari (2018), a história da agricultura é uma história do próprio processo de apropriação da natureza pela sociedade, na sua forma mais íntima, o provimento do alimento. Durante 2,5 milhões de anos, os humanos se alimentaram por meio da coleta de plantas e a caça de animais. Este processo se modifica, há cerca de 10 mil anos, quando os humanos iniciaram a manipulação de algumas espécies animais e vegetais, o que

representou uma mudança na forma como os humanos viviam, gerando uma revolução agrícola.

Esta revolução se iniciou com a domesticação, sendo que até hoje, 90% das calorias consumidas pela humanidade provém de espécies que foram domesticadas entre 9.500 e 3.500 a.C., entre estes alimentos destacam-se o trigo, arroz, cevada, milho e a batata (HARARI, 2018).

A agricultura surgiu em diferentes lugares do planeta por modos totalmente independentes, de alguns pontos iniciais, a agricultura se espalhou para o mundo inteiro. Estes lugares do surgimento inicial não foram aleatórios, eram o ambiente no qual se encontravam espécies candidatas e adequadas para a agricultura. Ou seja, “[...] essas poucas espécies se situavam em lugares específicos, e esses são os lugares onde as revoluções agrícolas ocorreram” (HARARI, 2018, p.115).

Para o autor, a revolução agrícola carregou o seu ônus e, apesar de proporcionar uma vida mais tranquila, foi responsável por torná-la difícil. Certamente ela proporcionou o aumento do total de alimento disponível, mas os alimentos extras não teriam se traduzido em uma melhoria da dieta ou em mais lazer, além de não ter garantido a segurança econômica dos agricultores.

“[...] a revolução agrícola é um dos acontecimentos mais controversos da história. Alguns defensores afirmam que ela colocou a humanidade no caminho da prosperidade e progresso; outros insistem que a levou à perdição. Esse foi o ponto decisivo, afirmam, em que os *sapiens* abandonaram sua íntima simbiose com a natureza e correram rumo à ganância e à alienação. Qualquer que fosse a direção dessa estrada, não havia retorno. A agricultura permitiu que as populações aumentassem de maneira tão rápida e radical que nenhuma sociedade agrícola complexa poderia se sustentar novamente se voltasse a se dedicar à caça e à coleta” (HARARI, 2018, p.139).

Neste processo o futuro se tornou uma preocupação do presente. “[...] A preocupação com o futuro tinha origem não só nos ciclos sazonais de produção como também na incerteza fundamental da agricultura” (HARARI, 2018, p.142), considerando que os vilarejos se dedicavam a uma variedade limitada de plantas e animais, aumentando sua exposição e dependência com relação aos períodos de seca, inundações e pestes. Neste contexto, “[...] os camponeses eram obrigados a produzir mais do que consumiam para que pudessem acumular reservas”.

Os excedentes alimentares ganharam grande destaque nas relações sociais, tornando-se a base para a divisão da sociedade em classes, foram usados como moeda de

troca, subsidiaram a política, a guerra, a construção de palácios e templos. O seu uso promoveu e alimentou a minoria das elites ao longo da história da humanidade (SMITH, 1984; HARARI, 2018).

As diferentes culturas se estabelecem, as estruturas políticas, econômicas e religiosas ganham corpo, “[...] o comércio, os impérios, e as religiões universais levaram quase todos os *sapiens*, de todos os continentes, ao mundo globalizado que vivemos hoje” (HARARI, 2018, p.320). E este processo de unificação e expansão não se deu de forma linear ou ininterrupta, mas a transição de muitas culturas pequenas para algumas culturas maiores, até chegar a uma sociedade global, provavelmente foi o resultado desta dinâmica da história humana.

Um aspecto fundamental para a constituição deste mundo globalizado foi a consolidação do capitalismo como modo de organização da produção e das trocas de bens e serviços. A partir deste momento o alimento passa a ser visto como mercadoria, assim como muitas outras dimensões da vida social, e as mercadorias passam a ser a determinação da riqueza das sociedades (HARVEY, 2013; HARARI, 2018).

A mercadoria é entendida como um denominador comum, uma presença universal no interior do modo de produção capitalista. Independentemente das distinções de raça, classe, gênero, religião ou mesmo nacionalidade, todos possuem a mercadoria como algo familiar, essencial para a existência, considerando que viver passa a estar atrelado com comprá-las (MARX, 2011; HARVEY, 2013).

A função da mercadoria está vinculada com a satisfação de uma necessidade, uma carência ou mesmo um desejo humano, que levam as pessoas ao ato de consumi-las, já que estas são atribuídas de uma utilidade, de um valor de uso (MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Na forma da sociedade capitalista as mercadorias também se constituem como suportes materiais do valor de troca, sendo que elas se movimentam neste sistema de trocas ao serem comensuráveis. Como valor de uso as mercadorias são de diferentes *qualidades*, como valor de troca elas podem ser apenas de *quantidades* diferentes, neste caso, sua comensurabilidade não se vincula com os valores de uso (MARX, 2011; HARVEY, 2013).

O que há de comum em todas as mercadorias é o fato de se constituírem como resultado do trabalho humano, ou seja, o trabalho humano está incorporado em sua produção (SMITH, 1984; MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Este trabalho não é definido como um trabalho humano concreto, entendido como o tempo efetivamente gasto para que a produção de determinada mercadoria se realize, mas sim como um trabalho humano abstrato, definido como o “tempo de trabalho socialmente necessário” sob as condições socialmente existentes.

O valor de troca das mercadorias representa este trabalho humano e é (re)determinado em um contexto do mercado global de trocas de mercadorias, introduzido pelo capitalismo (SMITH, 1984; MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Este trabalho socialmente necessário é um aspecto relevante na determinação dos valores das mercadorias, bem como nas consequências ambientais, sociais, políticas etc., decorrentes de como estes valores são criados e reproduzidos (SMITH, 1984; MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Além disso, os valores atribuídos às mercadorias são sensíveis a diversos fatores como as modificações na produtividade, a incorporação de tecnologias ou mesmo por causa de transformações no ambiente natural. Todos estes aspectos vão conferir ao valor a característica de não ser uma constante e de ser uma construção social, vinculada a um modo particular de produção (MARX, 2011; HARVEY, 2013).

O trabalho é uma condição fundamental tanto para a existência das mercadorias, como também para a atribuição de valor de uso e de troca das mesmas<sup>2</sup>. Além disso, se constitui na condição da existência humana, que se dá por meio da apropriação da natureza com o intuito de satisfazer as necessidades socialmente constituídas (SMITH, 1984; FOSTER, 2000; MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Para Marx, os valores de uso são nexos tanto do trabalho, como também da matéria natural. Ao produzir o homem altera a forma da matéria, gerando valores de uso, e a natureza, ao constituir-se como a única fonte da riqueza material, também o faz. Ou seja, tanto o trabalho como a natureza vão se constituir nas fontes de riqueza e dos valores de uso e de troca (SMITH, 1984; MARX, 2011; HARVEY, 2013).

---

<sup>2</sup> Ao vincular o conceito de valor com o tempo de trabalho socialmente necessário, Marx busca combater o que ele chama de *fetichismo da mercadoria*. Este processo se dá pelo distanciamento do sujeito do trabalho do processo integral da sua produção. Por vezes, o sujeito responsável pela produção de determinada mercadoria não reconhece a conexão desta mercadoria com o trabalho produtivo por ele desempenhado. É como se a mercadoria fosse independente de quem a produz, surgisse como “feitiço”, um fetichismo. Combater o fetichismo da mercadoria é justamente impedir que a mercadoria como “feitiço” encubra as reais características sociais do trabalho, por meio do qual toda a mercadoria se realiza, ou seja, seria impedir que as relações reais das trocas de mercadorias sejam disfarçadas, alienadas, impedindo o distanciamento entre o trabalho e a sua produção (MARX, 2011; HARVEY, 2013).

O processo de trabalho como condição da existência humana se caracteriza por ser independente das formas sociais, é uma necessidade natural eterna, um trabalho material que é a base para a (re)produção da vida, sendo considerado como o elemento mediador do metabolismo entre sociedade-natureza. Por este motivo, não existe separação no processo de trabalho, ele é inteiramente natural e inteiramente humano, uma construção dialética de um momento do metabolismo, no qual é impossível separar o natural do humano (SMITH, 1984; FOSTER, 2000; MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Neste processo de apropriação da matéria natural para sua vida, o homem coloca em movimento as forças naturais da sua corporeidade modificando, por meio deste movimento, tanto a natureza externa como a sua própria natureza. Portanto, nesta concepção metabólica não é possível a sociedade transformar o seu redor sem transformar-se, assim como não é possível a sociedade se transformar sem que o seu redor também seja transformado (SMITH, 1984; FOSTER, 2000; MARX, 2011; HARVEY, 2013).

De forma geral, a satisfação das necessidades naturais da sociedade, como por exemplo, o alimento, estão inseridos em um contexto no qual a natureza, direta ou indiretamente, preenche estas necessidades, por meio do processo metabólico. Os meios de subsistência seriam as exigências materiais consumidas diretamente da natureza a fim de atender estas necessidades (MARX, 2011; SMITH, 1984).

Onde os meios de subsistência não estão diretamente disponíveis em quantidade ou mesmo em qualidade, os meios de produção, entendido como os objetos de produção, são apropriados da natureza e empregados pelo trabalho humano para produzir produtos consumíveis (MARX, 2011; SMITH, 1984).

Neste processo de produção dos meios para satisfazer as suas necessidades a sociedade produz a sua própria vida material, ao mesmo tempo em que produz novas necessidades humanas que demandam outras atividades produtivas (MARX, 2011; SMITH, 1984).

A singularidade desta relação metabólica entre os seres humanos e a natureza é a realização mental do trabalho antes da sua efetivação. Ou seja, os seres humanos obtêm, ao final do processo de trabalho, um resultado que já existia mentalmente, já imaginado desde o início do processo. Ao alterar a matéria natural os seres humanos realizam um objetivo, uma atividade intencional (MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Esta relação metabólica entre a sociedade e a natureza carrega em si contradições e demandas inerentes aos diferentes contextos histórico-sociais nas quais vão se realizar.

Algumas destas contradições, vinculadas com o modo de produção capitalista, serão discutidas a seguir, com o intuito de auxiliar na compreensão de como a relação entre sociedade-natureza se estabelece neste modo de produção dominante.

## **2.1 O capitalismo e os mecanismos de expropriação, privatização e exploração**

Uma das principais características do capitalismo foi a de se apropriar dos elementos fundamentais de produção e atribuição de valor e riqueza, ou seja, o trabalho e a natureza (SMITH, 1984; FOSTER, 2000; MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Este processo se deu, principalmente, por meio da desvinculação dos sujeitos dos meios de subsistência e de produção. Esta desvinculação esteve articulada com mecanismos como a expropriação, o estabelecimento do regime de propriedade privada, a mercantilização e a exploração (SMITH, 1984; FOSTER, 2000; MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Estes mecanismos foram relevantes para a acumulação de capital, abordada por Marx, no contexto da chamada acumulação primitiva, enquanto um processo histórico e social que resultou no enriquecimento de determinados grupos sociais em detrimento do empobrecimento e submissão de outros. Este processo vinculado à gênese do capitalismo, mas não se limitando a ela, se inicia em meados do século XIV e XV (SMITH, 1984; FOSTER, 2000; MARX, 2011; HARVEY, 2013).

A chamada acumulação primitiva se deu pela expropriação violenta dos trabalhadores diretos, em especial dos camponeses, do controle dos meios necessários para a sua subsistência (MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Foi mediante a acumulação primitiva que a mercantilização do trabalho e da natureza se consolidaram. No caso do trabalho sua transformação em mercadoria se deu justamente com a criação do contingente de trabalhadores livres, desprovidos dos meios de subsistência e produção, que disponibilizassem a venda da sua força de trabalho, enquanto obrigatoriedade, já que o trabalho assalariado passa a ser uma necessidade para a manutenção de sua vida. Esta venda significou a sua alienação, por meio da transferência do elemento gerador de valor para a gerência de outro, para aquele que detenha os meios de produção (MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Esta alienação do trabalhador das forças produtivas foi um elemento importante para que o capitalista pudesse produzir as mercadorias com um valor superior do que

aquelas do início do processo, resultando em mais-valor, em lucro, que seria a diferença entre o valor que o trabalhador incorpora nas mercadorias produzidas e o valor por ele recebido como pagamento da sua força de trabalho (MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Portanto, para que a produção de mercadorias, de valor e de mais-valor se realize o capitalista precisa encontrar no mercado tanto um trabalhador disposto a vender sua força de trabalho, como também precisa que este trabalhador esteja desprovido das condições necessárias para realizá-la (MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Este trabalhador precisa estar privado dos meios de produção, da riqueza e do valor, precisa estar privado de seu trabalho e da matéria natural, da natureza. Aqui se estabelece a contradição do trabalhador que é “livre” ao ser privado dos meios de realização do seu trabalho.

Esta concepção de liberdade está associada, segundo Marx, com a teoria liberal das liberdades individuais, que se constituíram na base dos direitos burgueses, e que foram orientadas para mascarar os mecanismos de alienação e exploração do trabalho (SMITH, 1984; MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Com estas ideias universais de liberdade há um convencimento da ficção das boas liberdades, que no capitalismo significa ter a liberdade e o direito de vender a sua força de trabalho para quem quiser, ou mesmo de poder comprar o que quiser no mercado por meio do seu salário. Neste caso, o capitalismo daria a liberdade de todos terem acesso a tudo o que desejarem obter enquanto mercadoria ou serviço, desde que possa pagar por eles (SMITH, 1984; MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Estes ideais foram a base para a legitimação da propriedade privada e das perspectivas de individualização na sociedade, sendo usadas para justificar a exploração do trabalho ou mesmo o uso da repressão para privar as pessoas de acessar os meios de produção ou subsistência (SMITH, 1984; MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Estas ações de privação estavam vinculadas com a alienação, enquanto um mecanismo de transformação dos seres humanos em mercadoria. Para Mészáros (2007), esta mercadorização do homem se dá, justamente pela venda da sua força de trabalho e pelo seu distanciamento do controle dos meios de produção e valor.

A alienação é um conceito de existência histórica, e é justamente neste caráter histórico que se dá a sua proximidade teórica com o conceito de estranhamento. A alienação e o estranhamento seriam os sintomas da impossibilidade humana de controlar o processo de trabalho, na lógica do capitalismo (MÉSZÁROS, 2007; SANTOS, 2015).

O trabalho foi abordado por Marx como o elemento de *mediação de primeira ordem* do intercâmbio entre homem e natureza. Os elementos de *segunda ordem* seriam aqueles que se interpõem nesse intercâmbio, como, por exemplo, a propriedade privada e a divisão do trabalho, que ao “intermediarem” esta relação promovem a alienação do homem dos frutos de sua atividade, já que o impede de realizar, plenamente, as suas capacidades produtivas. Uma recomposição da sociedade em comunhão com a natureza se daria com a superação destas mediações de segunda ordem (MARX, 2010; SANTOS, 2015).

O elemento mediador de primeira ordem é entendido com a atividade produtiva em termos universais, ou seja, o trabalho como metabolismo social, por meio do qual o homem realiza sua relação com a natureza, para produzir os meios materiais de sua existência (MÉSZÁROS, 2007; MARX, 2010; SANTOS, 2015).

Os mediadores de segunda ordem são elementos historicamente específicos, que se constituem em particularizações, que no caso do capitalismo vão se dar por meio do trabalho assalariado e da propriedade privada, sendo o trabalho assalariado a particularização histórica do trabalho e a alienação (MÉSZÁROS, 2007; MARX, 2010; SANTOS, 2015).

Estes elementos de segunda ordem vão se consolidando historicamente, transvestindo os elementos de mediação de primeira ordem, ao ponto do próprio homem os considerar como tal. Aqui a essência da alienação não se resume em mediar a mediação, enquanto distorção da mediação de primeira ordem, mas também na sua capacidade de se universalizar, por meio da sua “naturalização”. Com este mecanismo, o capitalismo se configura na sua materialidade em uma realidade na qual o homem é incapaz de conceber uma outra forma de sociedade, na qual a propriedade privada, por exemplo, não seja um dos seus alicerces (MÉSZÁROS, 2007; MARX, 2010; SANTOS, 2015).

A desvinculação do trabalho da sua realização direta com a natureza, possibilitou que a própria natureza também fosse alienada e transformada em mercadoria. Um elemento de relevância neste processo é justamente o estabelecimento da propriedade privada (FOSTER, 2000; MÉSZÁROS, 2007; SANTOS, 2015).

Para Harvey (2016, p.52), a propriedade privada é responsável por estabelecer “[...] o direito de posse exclusiva de uma coisa ou processo, quer seja usado ativamente, quer não”. É por meio do direito à propriedade privada que se confere o direito de vender (alienar) aquilo que se possui.

Este aspecto gera a diferenciação “[...] entre os chamados direitos de usufruto (que correspondem ao uso ativo) e direitos de propriedade exclusivos e permanentes” (HARVEY, 2016, p.52). Entre os direitos de usufruto e a propriedade privada há uma diversidade de direitos de propriedade comum, ou seja, confinados a uma dada coletividade.

Porém, o que se identifica é um processo concomitante de fim dos direitos de usufruto e o cercamento dos bens comuns, que resultaram “[...] na predominância de um sistema de direitos de propriedade privada individualizada, respaldado pelo poder estatal, como a base para as relações de troca e comércio. Essa é a forma consistente com a acumulação e a circulação do capital” (HARVEY, 2016, p.54).

Para que algo se constitua como propriedade privada, o objeto ou processo tem que ser claramente delimitado, nomeável e identificável. Mas nem tudo o que se é considerado ou tratado como propriedade é suscetível a esta condição (HARVEY, 2016).

No caso de elementos da natureza, como o ar e a atmosfera, é difícil imaginar como eles podem ser divididos em itens de propriedade para compra e venda. Porém, o capitalismo tem avançado a ponto de estender os regimes de direito de propriedade privada individualizada à aspectos do mundo natural e social para garantir os direitos de propriedade (HARVEY, 2016).

No caso da posse da terra este processo se deu como imposição, o que gerou e ainda gera graves conflitos, em especial, com relação a comunidades e povos que têm como base os direitos de usufruto da terra e que foram impedidos deste uso por meio da imposição dos direitos exclusivos de propriedade.

“Populações que se deslocavam de um lugar para outro, acompanhando rebanhos ou trocando uma terra esgotada por outras mais férteis, viram-se impedidas de repente de se locomover por causa de cercas e arames farpados. Foram proibidas muitas vezes de usar terras que tradicionalmente consideravam livres para o uso porque agora alguém a possuía perpetuamente, mesmo que não a usasse”. (HARVEY, 2016, p.52).

Tanto a privatização e exploração da natureza como a privatização e exploração dos homens por outros homens, são processos fundamentais para a efetivação de um modelo econômico baseado no crescimento da exploração, da produção e do consumo.

O sistema capitalista se baseia na geração de valor por meio da exploração das bases da produção deste valor, o trabalho e a natureza. Esta exploração tem como objetivo

fundamental a acumulação de capital, que por sua vez, se realiza com o crescimento da produção de mercadorias, da sua distribuição e do seu consumo.

Para Marx toda produção é uma apropriação da natureza por parte de um indivíduo que se encontra inserido em uma forma de sociedade específica (SMITH, 1984).

No sistema capitalista esta produção engendra algumas características fundamentais como, por exemplo, o intercâmbio de mercadorias, que vai se realizar no mercado de trocas, por meio de um equivalente universal que facilita sua mobilidade, distribuição e acumulação (SMITH, 1984; FOSTER, 2000; MARX, 2011; HARVEY, 2013).

A troca é entendida como a transação na qual o valor muda de forma, ou seja, na qual a mercadoria se torna dinheiro e o dinheiro se torna mercadoria. Ou seja, na troca, a venda de uma mercadoria particular a transforma em seu equivalente universal, a mercadoria-dinheiro (MARX, 2011; HARVEY, 2013).

O dinheiro é responsável por interiorizar e refletir o valor de uso e o valor de troca na própria mercadoria. Além disso, funciona como um conceito unitário, que ao mesmo tempo em que opera como uma medida de valor do tempo de trabalho socialmente necessário, também opera como um meio de movimentação de uma variedade cada vez maior de mercadoria entre os lugares (MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Ou seja, no capitalismo o dinheiro é fundamental tanto para traduzir o valor das mercadorias em um denominador comum que facilite as trocas, bem como para atribuir mobilidade a estas mercadorias, facilitando a sua circulação e distribuição pelo espaço geográfico (MARX, 2011; HARVEY, 2013).

O dinheiro também se configura como mercadoria, podendo se tornar a propriedade privada de alguém. Este processo no capitalismo se deu pela apropriação deste equivalente universal para atender a finalidades privadas, particulares, resultando no processo de concentração de poder privado e no poder de classes por meio da forma monetária (MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Aqui a divisão de classes vai ser estabelecida por alguns critérios como, por exemplo, o domínio dos meios de produção ou não, bem como a geração de mais-valor e a acumulação de capital que passa a se dar por meio da forma monetária, atribuindo a esta acumulação um limite infinito (MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Esta divisão de classes também se estende para a apropriação desigual da natureza. Na sociedade de classes o acesso à natureza não se distribui de forma equânime, nem do ponto de vista quantitativo, nem qualitativo. A classe dominante, por controlar os meios

de produção social, também exerce controle sobre o excedente apropriado da natureza pelo trabalho, enquanto a classe trabalhadora opera os meios de produção (SMITH, 1984; MARX, 2011; HARVEY, 2013).

A acumulação de dinheiro como poder social ilimitado constitui-se em uma das essências do capitalismo, que se baseia justamente na acumulação infinita, que vai se realizar por meio do crescimento infinito. Estes aspectos essenciais do capitalismo lhe conferem a característica expansionista, fomentando um capitalismo globalizado (MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Esse imperativo do capitalismo se soma com a ideologia virtuosa do crescimento, como algo inevitável, natural e bom. Aquele que não cresce está em crise, está fadado ao fracasso e, por este motivo, qualquer barreira que se imponha ao crescimento precisa ser superada (HARVEY, 2013). Em um contexto em que a diminuição do crescimento não é uma possibilidade, a aplicação de mecanismos de precarização e intensificação da exploração da natureza e do trabalho se tornam recorrentes.

A crise ecológica, por exemplo, representada principalmente pelos processos de degradação e poluição da natureza, constitui-se em uma barreira para o crescimento do capitalismo. Porém, a resposta a este problema dificilmente esteve vinculada com medidas de diminuição do crescimento, nem que para isso seja necessário mudar a relação que é estabelecida com a natureza, e esta estratégia, como abordado, se tornou crucial. Os discursos sobre avanços tecnológicos, os modos de viver e de produzir legitimados são introduzidos com o intuito de permitir a manutenção da acumulação de capital (HARVEY, 2013).

Esta “normalização” da exploração da natureza, como fundamental para o capitalismo, também é resultado da construção social do conceito de natureza e de como este conceito orienta o padrão de relação que a sociedade estabelece com a mesma. Como abordado no capítulo I o conceito de natureza, enquanto construção social, carrega em si intencionalidades e contradições inerentes à sociedade, que precisam ser entendidas dentro de um contexto histórico-social.

Para Smith (1984) este processo se vincula com o que ele denomina de “ideologia da natureza”. A ideologia estaria vinculada com um conjunto de ideias radicadas da experiência prática, sendo esta experiência orientada por uma classe social dominante que vê a realidade por meio de sua própria perspectiva, sendo assim, uma realidade parcial, mas que tenta ser universalizada como a percepção de mundo.

Esta visão corrobora com a conexão estabelecida por Marx e Engels na obra “A Ideologia Alemã” ao vincular o campo das ideias com sua materialidade histórica, ou seja, ao considerar que as ideias são produzidas em sua relação com os processos e contextos históricos e materiais que as produzem.

Aqui os autores entendem que as ideias dominantes seriam uma expressão ideal, enquanto ideologia, das práticas materiais das classes dominantes, “[...] são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

Neste contexto, para Smith (1984) o conceito de natureza tem abrigado um dualismo ideológico essencial entre a exterioridade e a universalidade, que estão ao mesmo tempo inter-relacionados e são mutuamente contraditórios.

A natureza como essência, como universalidade, constitui-se em uma pedra angular da linguagem e do pensamento contemporâneo. Por “natureza” de algo se entende a sua essência, o que existe para além da aparência visível. Sejam naturais ou sociais todos os fenômenos possuem uma essência, uma natureza que, neste sentido, se coloca como universal (SMITH, 1984).

Por outro lado, a exterioridade é o resultado de uma construção social de natureza como algo externo, perspectiva esta que foi fundamental para a legitimação da natureza como objeto de exploração e manipulação. No processo de trabalho isso se traduz nos seres humanos tratarem os materiais naturais como objetos exteriores a serem transformados em mercadorias. A natureza como externa se tornou a objetivação da natureza no processo de produção (SMITH, 1984).

Como efeito desta ideologia de natureza houve a legitimação da dominação da natureza, no qual o seu próprio processo de subjugação foi tratado como natural. Com relação a função ideológica da concepção universal sua função escamoteadora foi a de atribuir a comportamentos sociais um *status* de eventos naturais, que justificam tais comportamentos como imutáveis, como o exemplo da competição, da guerra, da propriedade privada, da existência de ricos e de despossuídos, do lucro etc. (SMITH, 1984).

Neste contexto, o capitalismo se torna natural. A natureza, e não a história humana, passa a ser considerada responsável pela sua consolidação. O capitalismo passa a ser visto como um produto inevitável e universal da natureza, lutar contra ele passa a ser lutar contra a natureza humana (SMITH, 1984).

Aqui o processo de cristalização das práticas materiais da classe dominante na forma de uma ideologia dominante, que por sua vez legitimam estas práticas, se realiza. A exploração do trabalho e da natureza, o crescimento e a acumulação infinita ganham o cenário ideal para as suas realizações.

## **2.2 A consolidação do capitalismo global pelo controle da produção, do consumo e da distribuição**

Para Marx a gênese do capitalismo está vinculada com as condições históricas que resultaram no desenvolvimento da agricultura moderna, intrínseca ao processo dicotômico e contraditório da reestruturação da cidade e do campo na dinâmica capitalista. Estes aspectos contribuíram para as suas análises sobre a *ruptura metabólica*, entendida enquanto falha irreparável no processo interdependente do metabolismo da sociedade com a natureza (FOSTER, 2000).

Na sociedade capitalista global esta ruptura se materializou por meio de dois elementos principais, a indústria e a agricultura em larga escala.

A agricultura capitalista, caracterizada pela grande propriedade fundiária e a monocultura, foi responsável pela redução da população agrícola, justamente por meio dos mecanismos de expropriação, privatização e mercantilização tanto da força de trabalho como da terra. Este processo se realizou tanto pela desvinculação dos sujeitos dos meios de (re)produção da sua vida material, promovendo esta ruptura no metabolismo social, como também pelo processo de exploração intensiva e extensiva da terra, a ponto de levar ao seu esgotamento (FOSTER, 2000).

Com relação à indústria em larga escala ao mesmo tempo em que esteve relacionada com o crescimento da população urbana, também foi responsável por produzir as condições que resultaram nesta falha. Se, por um lado, a indústria seria responsável por arruinar o poder do trabalho, ou seja, o poder natural do homem, a agricultura capitalista em larga escala realiza o mesmo processo, arruinando o poder natural do solo. Isto se potencializa quando ambas se unem no curso do seu desenvolvimento, no qual o sistema industrial é aplicado à agricultura, debilitando tanto o trabalhador como a terra (FOSTER, 2000).

Estes mecanismos de ruptura seriam a base para o caráter predatório do capitalismo, a raiz da *crise ecológica*, e uma das suas maiores contradições ao sobreviver

por meio da destruição das forças coletivas de trabalho e das bases da produção de toda a riqueza e valor.

Quanto maior o distanciamento, a desvinculação dos sujeitos da realização do seu trabalho, entendido como o mediador da interação metabólica, maior a alienação, o estranhamento entre os mecanismos de reprodução do capitalismo e de como estes são nocivos tanto a natureza como a própria sociedade (FOSTER, 2000; SANTOS, 2015).

Esta nocividade se torna cada vez mais normalizada, reduzida a uma questão de causa e efeito, na qual a exploração é componente necessário para a manutenção da sociedade global e para que o crescimento da produção garanta o acesso e a disponibilidade das mercadorias em escala mundial. Esta naturalização da sociedade capitalista global, baseada na exploração, na produção e no consumo, expressa justamente a sua desnaturalização (FOSTER, 2000; SANTOS, 2015).

Para Marx é justamente no mercado mundial que o capitalismo imprime sua marca cosmopolita tanto na produção como no consumo. Em um contexto no qual as velhas indústrias nacionais dão lugar às indústrias novas, não mais vinculadas ou dependentes de matérias primas nacionais, e cuja produção é consumida não somente no país, mas em todo o mundo. As novas demandas, que também não são mais nacionais, agora são satisfeitas com produtos de regiões cada vez mais longínquas. Como resultado tem-se um intercâmbio global e a interdependência dos países (HARVEY, 2013).

Portanto, no capitalismo o mercado mundial se consolida, tornando também globais a exploração da natureza e do trabalho, a produção e o consumo. Estes processos vão se consolidar dentro de mecanismos de alienação, que se estabelecem pela sua desvinculação de necessidades e demandas locais, que agora passam a ser criadas e satisfeitas em uma escala global. No capitalismo a distância entre quem produz e quem consome o que é produzido, bem como o lugar em que se produz e o lugar de destino do que é produzido são cada vez maiores (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A produção, para Marx (2008, p.243) se realiza por meio da apropriação da natureza pelo indivíduo. Portanto, toda forma de produção predispõe uma forma de propriedade, de apropriação. Neste momento, a natureza ao ser apropriada se apresenta como a fonte da produção da sociedade.

No processo de produção os membros da sociedade se apropriam dos produtos da natureza para as suas necessidades humanas, sendo que a distribuição desta produção indicaria a proporção em que o indivíduo participa dessa produção. Já o consumo estaria vinculado com a conversão dos produtos em objetos de gozo, de apropriação individual.

“A produção dá os objetos que correspondem às necessidades; a distribuição, os reparte de acordo com as leis sociais; as trocas reparte de novo o que já está distribuído segundo a necessidade individual; e, finalmente, no consumo, o produto desaparece do movimento social, convertendo-se diretamente em objeto e servidor da necessidade individual e satisfazendo-a com o desfrute” (MARX, 2008, p. 244).

A produção é responsável não só por produzir o objeto do consumo, como também o modo de consumo, ou seja, uma produção objetiva e subjetiva ao mesmo tempo. Portanto, a produção também vai criar os consumidores, bem como as necessidades, que são reproduzidas no consumo. Assim “[...] a produção não somente provê de materiais a necessidade; provê também de uma necessidade os materiais [...] de modo que a produção não somente produz um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto” (MARX, 2008, p. 248).

Aqui a produção engendra o consumo, fornece os materiais, determina seu modo de consumo e excita nos consumidores a necessidade dos produtos estabelecidos como objeto. Ela produz o objeto do consumo ao mesmo tempo em que produz o instinto pelo consumo (MARX, 2008).

“[...] A produção é, pois, imediatamente consumo; o consumo é, imediatamente, produção. [...] A produção é mediada pelo consumo, cujos materiais cria e sem os quais não teria objeto. Mas o consumo é também imediatamente produção enquanto procura para os produtos o sujeito para o qual são produtos. [...] O consumo dá lugar à produção de dupla maneira. Primeiramente, porque o produto não se torna realmente produto senão no consumo [...] em segundo lugar, o consumo produz a produção porque cria a necessidade de uma nova produção, ou seja, o móvel ideal, interno e ativo da produção, que é o seu pressuposto” (MARX, 2008, p. 247-248).

No capitalismo globalizado esta interdependência entre produção e consumo ganha sua expressão máxima. Na sociedade industrial a produtividade crescente do trabalho, subordinada à lógica produtiva, que prioriza a reprodução ampliada do capital e sua acumulação, gera um excedente crescente de produtos, que vai permitir o consumo aumentado.

O crescimento do consumo, por sua vez, possibilita o aumento da produtividade. Neste sentido, a geração de mecanismos de produção e consumo acelerado e em escala global é fundamental para garantir que o capitalismo continue seu processo de consolidação e expansão (MARCUSE, 1973; MARX, 2011).

Um destes mecanismos é garantir o aumento no volume da produção e do consumo. Para isso, todos os sujeitos devem ser transformados em potenciais consumidores, garantindo a possibilidade de acesso às mercadorias e aos serviços, ainda que esta se dê de forma desigual.

Esta garantia se dá, para as classes com menor poder de compra, por meio da disponibilidade dos produtos de menor qualidade e vida útil. Assim, a alta rotatividade das mercadorias consumidas, vinculada com a obsolescência programada<sup>3</sup>, permite o aumento da produção e do consumo mesmo naqueles mercados com baixo valor agregado (MAGERA, 2012).

Aqui, o poder de compra mais limitado desta classe social, que se configura como a grande parcela consumidora mundial, é compensado pela massificação do consumo, por meio do volume e da sua periodicidade, vinculado com esta troca contínua de produtos.

Outra estratégia de incentivo à produção e ao consumo é a produção de desejos e demandas, quando a produção também se vincula à criação de consumidores. Uma sociedade do consumo tem como objetivo tanto garantir a absorção, a incorporação, das mercadorias produzidas, como também gerar novas demandas, necessidades e produtos que aceleram e ampliam a produção.

Aqui se desenha as duas funções principais dos indivíduos no capitalismo, a de serem trabalhadores, já que a reprodução da sua vida material está submetida à exploração do trabalho, e a de serem consumidores, já que o acesso a esta vida material se dá por meio do consumo.

Marcuse (1973) vai se debruçar sobre a questão do consumo em massa e a alienação do homem na sociedade industrial, em um contexto de elevação do crescimento econômico e do padrão de vida dos países capitalistas avançados. O debate do autor se estabelece considerando a diferença entre as necessidades dadas ou “criadas” e as necessidades possíveis, camufladas pela falsa ideia de igualdade por meio do consumo.

Nesta abordagem a sociedade do consumo seria responsável por desenvolver as “falsas necessidades”, que se vinculam com o consumo desenfreado e com associação da realização pessoal dos indivíduos com a possibilidade do consumo. Esta associação, por

---

<sup>3</sup> A obsolescência programada se configura como uma estratégia do setor produtivo, em especial o industrial, de reduzir o ciclo de vida útil dos produtos, com o intuito de acelerar a substituição destes produtos por novos. Este processo potencializa tanto o aumento da produção como também do consumo, mecanismos importantes para a acumulação de capital (MAGERA, 2012).

ser uma criação, levaria às crises existenciais do homem moderno e a sua infelicidade, já que o consumo não se traduz na realização esperada (MARCUSE, 1973).

Portanto, a cultura de massa ao pregar a necessidade do consumo, enquanto imposição de uma ideologia dominante (produtivista e consumista), torna-se uma forte arma de alienação que oprime os indivíduos e as suas necessidades legítimas e essenciais, entendidas pelo autor como o acesso ao alimento, a moradia, a cultura etc.

As falsas necessidades possuem conteúdos e formas sociais determinadas por forças externas sobre as quais os indivíduos não possuem controle, portanto, o desenvolvimento e a satisfação destas necessidades são heterônimos. Elas podem se tornar necessidades do próprio indivíduo, reproduzidas pelas condições de sua existência, mas continuarão a ser produtos de uma sociedade no qual o interesse dominante é a manutenção de formas de repressão (MARCUSE, 1973).

Este modelo de sociedade se baseia em sufocar as necessidades que exigem liberdade. Os controles sociais extorquem a necessidade para a produção e o consumo, para a necessidade do trabalho estupefaciente, bem como para a “livre escolha” entre marcas e produtos. Esta “liberdade”, para Marcuse (1973), pode ser transformada em um poderoso instrumento de dominação, uma forma de alienação pela liberdade de consumo, que de nada liberta e sim prendem os indivíduos em um ciclo ininterrupto de consumir para se libertar.

Portanto, o consumismo se configura como uma forma de controle social, por meio do qual as pessoas se enxergam mais como consumidoras do que como trabalhadoras, ocultando sua relação de exploração sob o capitalismo. Assim, uma visão afirmativa e sem contestação sobre o sistema capitalista é gerada, a partir do momento em que ele puder garantir uma certa mobilidade social ou mesmo atenuar as desigualdades por meio do acesso ao consumo (MARCUSE, 1973).

No capitalismo o que determina as classes sociais é a produção, ou seja, a divisão de classes, constituída de um lado por aqueles que detém os meios de produção e que por meio da produção geram mercadorias, valor e mais-valor, a *mais-valia*, e, de outro, por aqueles que foram historicamente desprovidos dos meios de produção, da realização plena da sua capacidade produtiva, disponibilizando sua força de trabalho enquanto garantia da reprodução da sua vida material (MARX, 2011; HARVEY, 2013).

O consumo não é o determinante estrutural da divisão de classes, mas uma das suas expressões, considerando que o consumo individual se dá de forma desigual, já que sua efetivação depende do poder de compra. Uma sociedade na qual a produção, a riqueza

e o dinheiro são distribuídos de forma desigual, resulta em uma possibilidade de consumo também desigual.

Porém, na sociedade do consumo há uma inversão intencional de papéis. O acesso a uma melhor qualidade de vida se vê dependente da capacidade de consumo, ou seja, a busca pelo aumento do consumo individual seria o caminho para atingir a qualidade de vida. Para mudar a sociedade bastaria então garantir o consumo a todos, ou mesmo promover um “consumo consciente” retirando do centro do debate a necessidade de transformações estruturais na forma com que a sociedade é dividida, ou seja, nos modos de produção excludentes, desiguais e baseados na exploração.

O discurso do “consumo consciente” também é um recurso utilizado para direcionar o debate sobre as transformações de uma sociedade insustentável do ponto de vista do consumo e da exploração da natureza para uma ação individual, ou seja, transfere para o indivíduo o peso de transformar o mundo. Por meio desta narrativa, assumir novas práticas de consumo individuais seriam o caminho para conduzir a transformações importantes como a diminuição do desperdício e, conseqüentemente, da degradação ambiental (JENSEN, 2009).

Porém, este direcionamento para o consumo individual, gera dois problemas. O primeiro diz respeito a tirar o foco dos reais mecanismos de produção e consumo da sociedade capitalista, por não atribuir a necessária visibilidade e responsabilidade para os maiores consumidores e poluidores, representados pelas grandes empresas e corporações, em especial, que atuam no setor industrial e da agricultura capitalista (JENSEN, 2009).

Este processo é denominado no documentário “*Forget Shorter Showers*”<sup>4</sup> como uma campanha de desvio sistemático, por meio do qual o consumismo, vinculado com o sistema capitalista, estimula a substituição das escolhas pessoais de consumo e de estilo de vida, sufocando uma resistência política organizada. Porém, uma mudança pessoal não é o mesmo que uma mudança social (JENSEN, 2009).

Um dos exemplos do documentário se refere ao consumo de água do planeta. A solução para a escassez e a poluição intensiva dos cursos de água não está no consumo individual, mas sim em mudar as lógicas de produção e consumo e reconhecer quem são os reais responsáveis por estes processos (JENSEN, 2009).

---

<sup>4</sup> Documentário “*Forget Shorter Showers*”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eHb4CZlAfGQ>>. Acesso em: 30/05/2020. Artigo referente ao documentário de autoria de JENSEN, Derrick. “Esqueça os banhos curtos: Porque mudanças pessoais não são iguais a mudanças políticas”. 2009. Disponível em: <<https://derrickjensen.org/2009/07/esqueca-os-banhos-curtos/>>. Acesso em: 30/05/2020.

No caso do consumo de água pelos seres humanos no mundo mais de 90% é destinado para a agricultura e a indústria. No Brasil, dados da ANA (Agência Nacional de Águas) de 2019<sup>5</sup>, apontam que 70% do consumo de água estão vinculados com os setores de irrigação, criação de animais e com o setor industrial. Estes dados ajudam a relativizar a mudança dos hábitos individuais como a grande solução para o modelo de sociedade atual.

O segundo problema se refere a reduzir as ações de transformação do modelo de sociedade em ações de consumo, em consumir mais ou menos e em quais produtos ou nichos de mercado serão fomentados. Este aspecto além de não promover transformações substanciais, já que se limitam a ordem do consumo, ignora o fato de que grande parte da população não possui autonomia sobre as escolhas de consumo.

Como pensar em narrativas que pregam a substituição do alimento ultraprocessado ou produzido com o uso de agrotóxicos por alimentos orgânicos e saudáveis, sendo que muitos destes indivíduos não terão acesso ou mesmo possibilidade de comprar estes alimentos? Como pensar nessa democratização do acesso aos alimentos saudáveis, por exemplo, sem considerar as cadeias alimentares globais de produção e distribuição que monopolizam esses processos, determinam preços e estabelecem padrões mundiais de consumo de alimentos? (WILKINSON, 2018).

Para Baudrillard (1995) esta alienação, vinculada com o consumo, não se realizaria por meio de objetos e mercadorias em si, mas por meio dos signos, que tomam outras dimensões das necessidades existenciais dos indivíduos, como o conforto ou mesmo o bem-estar.

Para o autor, a lógica social do consumo se dá por meio de dois aspectos fundamentais. O primeiro como processo de significação e de comunicação, considerando que a apropriação de bens e de signos são o atual código social, e o segundo como classificação e diferenciação social.

“[...] nunca se consome o objeto em si (no seu valor de uso) – os objetos (no sentido lato) manipulam-se sempre como signos que distinguem o indivíduo, quer filiando-o no próprio grupo tomado como referência ideal quer demarcando-o do respectivo grupo por referência a um grupo de estatuto superior (BAUDRILLARD, 1995, p.60).

---

<sup>5</sup> Estes dados podem ser consultados na reportagem: “Estudo da ANA aponta perspectiva de aumento do uso de água no Brasil até 2030”. Disponível em: <<https://www.ana.gov.br/noticias/estudo-da-ana-aponta-perspectiva-de-aumento-do-uso-de-agua-no-brasil-ate-2030>>. Acesso em: 31/05/2020.

Bourdieu (1974) também vai analisar o consumo como uma forma de diferenciação e distinção de grupos sociais, por meio dos aspectos simbólicos e estéticos. Neste caso, o consumo de determinados bens distingue os indivíduos. Esta distinção simbólica faz parte da racionalidade do consumo nas relações sociais, promovendo a reprodução da ordem estabelecida e das relações de poder e desigualdade.

Esta sociedade do consumo como materialização dos valores socialmente construídos no cerne de uma sociedade capitalista ganha seu ápice justamente no contexto da globalização, com o processo de flexibilização dos padrões de consumo. Aqui o surgimento de novas mercadorias ou nichos de mercado são acompanhados pela criação de novas necessidades e novos desejos (HARVEY, 1994).

Tanto estas lógicas de produção como de consumo se realizam por meio da distribuição, entendida enquanto mediação de ambos e determinada pela contingência social (MARX, 2008).

Em um primeiro momento, a distribuição seria um produto da produção, tanto no que se refere ao objeto, vinculada a distribuição destes produtos, como também com relação à forma particular de distribuição, ou seja, a forma segundo a qual se participa da distribuição. Mas, a relação entre produção e distribuição é dialética, sendo que a produção também é organizada e determinada pela distribuição (MARX, 2008).

Antes de ser só distribuição de produtos, ela é tanto distribuição dos instrumentos da produção, como também dos membros da sociedade nos diferentes gêneros de produção, considerando a subordinação dos indivíduos sob relações determinadas de produção. A distribuição dos produtos passa a ser a manifestação, um resultado dessa distribuição, que também está incluída na produção, já que determina a sua organização (MARX, 2008).

Ao estar intrínseca ao processo desigual da distribuição dos membros da sociedade e suas subordinações nas relações de produção, bem como na distribuição dos instrumentos de produção, a distribuição passa a refletir e a reproduzir estas contradições.

A distribuição da posse da terra, por exemplo, se configura como a distribuição desigual dos instrumentos de produção. Esta desigualdade da distribuição determina uma organização de produção altamente centralizadora e excludente, dirigida para demandas globais de consumo e que só se realizarão para aqueles indivíduos que tiverem acesso a esta distribuição, o que no capitalismo se dá por meio da compra. Ou seja, a distribuição desta produção que é desigual, também será desigual, assim como o consumo do que será produzido e distribuído também o é (BASSI, 2018).

A distribuição dentro do modo de produção capitalista assume relevância como o mecanismo de troca dentro de uma economia globalizada. Aqui tudo o que é produzido é mercadoria e, portanto, é distribuído considerando os mercados de interesse para acumulação de capital.

Esta distribuição vai estar relacionada tanto com a disponibilidade como também com o acesso das mercadorias. No caso da disponibilidade, ela está vinculada com diferentes aspectos, como a disponibilidade de matéria-prima ou mesmo de recursos tecnológicos necessários para a produção da mercadoria, como também está articulada com as relações comerciais desenvolvidas em um determinado lugar, como por exemplo, se a produção tem como objetivo atender o mercado local ou os mercados longínquos. Estes aspectos influenciam na maior ou menor disponibilidade da mercadoria (FAO, 2015; BARTZ, 2018; SCHÖNFELD; DILGER, 2018).

No caso do acesso, este está vinculado, principalmente, com a possibilidade de determinados grupos sociais adquirirem estas mercadorias, ou seja, o acesso é desigual justamente porque ele é determinado pela compra. Uma mercadoria pode até estar disponível em determinado lugar, mas as pessoas terão acesso a ela de forma diferente, considerando a possibilidade ou não de comprá-las (FAO, 2015; BARTZ, 2018; SCHÖNFELD; DILGER, 2018).

Estas formas de realização da produção, do consumo e da distribuição foram fundamentais para a consolidação do capitalismo global, baseando-se na intensificação da exploração tanto da natureza como da sociedade, para que fosse possível uma sociedade produtivista, consumista e intensificadora das desigualdades e, conseqüentemente, da *crise ecológica*. A seguir será abordados alguns aspectos sobre como a América Latina esteve inserida nesta globalização, indicando aspectos importantes para a consolidação deste processo.

### **2.3 O capitalismo global e a globalização da exploração da natureza e da sociedade**

A expansão mundial do capitalismo também foi resultado da globalização da natureza, por meio de um modelo de apropriação orientado pelos mecanismos de funcionamento deste modo de produção. Assim, para Porto-Gonçalves (2006), na natureza da globalização também está a globalização da natureza. Para analisar como este

processo se deu ao longo da história o autor contextualiza diferentes períodos da constituição do chamado *sistema-mundo moderno-colonial*.

O primeiro período é definido como o do *colonialismo e a implantação da moderno-colonialidade*, iniciada nos séculos XV e XVI. Neste momento histórico de “descobrimto” da América o processo de estabelecimento do mundo “moderno”, enquanto momento decisivo para a consolidação da hegemonia europeia no mundo, se deu ao preço da colonização, da servidão, da escravidão e do etnocídio. O que resultou tanto na desorganização das sociedades originárias como na exploração de seus recursos naturais, ou seja, no ecocídio.

Este mundo moderno-colonial, estaria organizado com base em um sistema de relações hierárquicas de poder, no qual os processos de exploração dos povos e da natureza em determinados territórios foi a base do enriquecimento de outras sociedades. Algo que se configurou como o momento de surgimento do capitalismo industrial, vinculado com o saque colonial do sistema comercial escravista e com a expropriação de terras em larga escala que, como abordado por Marx (2011) e Foster (2000), foram os elementos garantidores do enriquecimento de sociedades europeias por meio da acumulação.

A exploração social e ecológica se difundiu na América desde o início da colonização, representados pela exploração do ouro e da prata, pelas *plantations* que se desenvolveram sobre o território (cana, café, algodão etc.), bem como por meio das relações de trabalho escravistas e servis, vinculadas com o extermínio de comunidades locais (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Portanto, este processo de globalização se deu por meio de formas de dominação. Uma dominação da natureza, de homens sobre outros homens, da cultura europeia sobre outras culturas e povos e do conhecimento científico e racional economicista sobre outras racionalidades e saberes (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A segunda fase, chamada de *o capitalismo fossilista e o imperialismo*, teria se iniciado no século XVIII com modificações na natureza da conquista territorial e na acumulação de capital derivadas da descoberta e uso do carvão. Esta relação energética da sociedade-natureza se modifica com o carvão, justamente pela sua alta capacidade de produção de energia e de geração de trabalho e, conseqüentemente, de modificação da matéria (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Este potencial de produção energética se somou com o desenvolvimento do sistema de transportes, de comunicação, de máquinas e equipamentos produtivos,

aprofundando o processo de desvinculação do local de produção da matéria-prima com o local de sua transformação, representado pelo setor industrial, e do local onde o seu consumo se realiza (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Na agricultura este processo de desvinculação do local de produção do local de consumo, permitiu a intensificação da especialização, ou seja, da forma de produção agrícola baseada na monocultura. Este modelo agrícola se estabeleceu com a agricultura capitalista moderna, em especial no contexto dos países coloniais que se especializam na exportação de *commodities*<sup>6</sup>, para atender demandas do mercado externo (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Esta modificação da matriz energética, do sistema de transporte e do uso dos maquinários fomentaram a substituição da agricultura orgânica por uma agricultura mecanizada e química, altamente dependente da indústria e do capital, vulnerável às oscilações do mercado, as crises econômicas e sociais, e que se configura como um agrossistema fragilizado, justamente por ser geneticamente simplificado (PORTO-GONÇALVES, 2006). Ou seja, a monocultura configura-se como a forma agrícola mais vulnerável ao se tornar mais dependente de inúmeros fatores externos e essa é uma das suas maiores contradições.

A superação das distâncias espaciais significou a expansão da globalização da exploração da natureza, fundamental para o imperialismo. Sua base estrutural é intrinsecamente dependente da exploração da natureza, e em especial, da exploração dos combustíveis fósseis, considerando que “[...] o capitalismo é, pela natureza da sua própria história, fossilista” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.31).

Por este motivo o capitalismo deve muito do seu desenvolvimento e expansionismo a exploração do carvão, do petróleo e do gás, fontes de energia espacialmente concentradas em determinados pontos do espaço geográfico e dotadas de valor econômico e estratégico.

---

<sup>6</sup> *Commodities*, de acordo com o MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio) seria: “[...] um termo de língua inglesa (plural commodities), que significa mercadoria. É utilizado nas transações comerciais de produtos de origem primária nas bolsas de mercadorias. O termo é usado como referência aos produtos de base em estado bruto (matérias-primas) ou com pequeno grau de industrialização, de qualidade quase uniforme, produzidos em grandes quantidades e por diferentes produtores. Estes produtos "in natura", cultivados ou de extração mineral, podem ser estocados por determinado período sem perda significativa de qualidade. Possuem cotação e negociabilidade globais, utilizando bolsas de mercadorias”. Definição do MDIC disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/balanca/metodologia/COM.txt>>. Acesso em: 11/04/2020.

A atribuição de valor aos recursos naturais favoreceu o crescimento exponencial da extração de enormes volumes de matéria, que foram removidas da natureza e movidas pelo mundo, seguindo uma lógica de produção de mercadorias, comandadas por grandes monopólios industriais financiados por bancos e que dividem territorialmente o mundo em áreas de influência (PORTO-GONÇALVES, 2006).

O imperialismo resultou em uma pilhagem de recursos naturais na América, África e Ásia, deixando um rastro de devastação ecológica e social. Para o autor o modelo de desenvolvimento baseado na economia capitalista, é um modelo que implica uma lógica de guerras, que não se restringem mais ao controle de mercados, mas se vincula com uma disputa pelo controle e exploração de fontes de matéria-prima ou o controle destas regiões consideradas estratégicas.

A terceira fase se caracteriza por um *capitalismo de Estado fossilista fordista*, surgido em meados de 1930, em um momento de produção de mercadorias em massa, com o consumo crescente e com o retorno da mediação estatal no processo de redistribuição do capitalismo, frente às crises econômicas e o agravamento das desigualdades (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Esta participação do Estado, em nenhum momento, teria representado uma postura de considerar a natureza em seus limites, tanto de suprimentos de matérias-primas para o avanço do capitalismo, como de absorção dos rejeitos oriundos deste processo massivo de exploração. Ou seja, as medidas adotadas neste momento histórico legitimaram a globalização do modelo predatório de apropriação da natureza (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A quarta fase correspondente ao período *técnico-científico-informacional*, se caracterizou por um aumento da dívida externa dos países reduzidos às condições semicoloniais, por uma busca incessante pelo superávit primário baseado no aumento dos juros e das exportações e no aprofundamento de políticas de ajuste estrutural que agravaram tanto a pilhagem de recursos naturais como a intensificação da degradação ambiental. O aumento dos juros e os níveis elevados das taxas praticadas pelos países resultaram na recessão, na perda de competitividade e no desemprego (PORTO-GONÇALVES, 2006).

A *crise ecológica* foi agravada ao passo que as taxas elevadas induziram às práticas produtivas que favorecessem ganhos de rentabilidade dos investimentos para compensar os juros altos. Ou seja, “[...] a maior exploração da natureza e a materialização

dos danos ambientais podem bem ser, e têm sido, uma compensação para as altas taxas de juros” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.39).

Este contexto do período *técnico-científico-informacional* tem dado continuidade ao processo histórico de dependência externa e de mecanismos de exploração da natureza e da sociedade na América Latina, agora alicerçados nos pilares do neocolonialismo e do neoextrativismo, dentro de uma economia global neoliberal (LANG, 2016).

Em entrevista concedida ao *Le Monde Diplomatique Brasil*<sup>7</sup>, Boaventura de Sousa Santos identifica o neoliberalismo como uma das maiores tragédias da dominação do século XXI. O neoliberalismo, como o único modelo do capitalismo que realmente domina neste momento, é hegemonizado pelo capitalismo financeiro. Este capital financeiro se configura como o mais antissocial possível, considerando que não precisa e não vê os trabalhadores como elemento fundamental para a sua reprodução.

No capital produtivo industrial havia uma necessidade de se garantir o mínimo para a existência da classe trabalhadora, considerando que havia uma dependência desta classe para a reprodução do capitalismo. Porém, no neoliberalismo e no capital financeiro não há mais este tipo de dependência, já que a riqueza é produzida, principalmente, por meio do dinheiro e da especulação.

A partir deste momento o capitalismo passa a não temer os seus inimigos, embora precisasse ter medo de si próprio. Este medo está associado com o fato do capitalismo ao se reproduzir se tornar autodestrutivo, ou seja, esta ânsia do lucro e pela busca por sempre ganhar mais faz com que ele seja autodestrutivo, por não olhar para a ecologia e para os seres humanos e por querer transformar tudo em riqueza mercantilizável.

As relações estabelecidas neste momento de economia capitalista neoliberal, posterior a década de 1970, se definem, em linhas gerais, pelo aumento da produção material, em especial concentrada nos países mais ricos, e no fornecimento de matéria-prima e energia fluindo no sentido colonial tradicional (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Tem-se, portanto, uma reconfiguração da relação de dependência das importações de recursos naturais por parte dos países do polo dominante do padrão de poder mundial, por meio do qual sua população pode garantir a manutenção do padrão e da qualidade de vida, vinculada ao consumo. Neste contexto, a busca pelo aumento da produção material

---

<sup>7</sup> SANTOS, B. S. Os três Ds de Boaventura: Descolonizar, Desmercantilizar e Democratizar. [Entrevista cedida] *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9MhE-OaBBss>. Acesso em: 19/06/2020.

oriunda dos países do terceiro mundo representa a garantia das condições para o pagamento da dívida externa, que também se transformou em uma verdadeira dívida ecológica (FURTADO, 1974; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Uma das expressões máximas das medidas políticas e econômicas do neoliberalismo e do processo de endividamento dos países do Sul global, ficou evidente na fala proferida em 1983 pela então primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher: “[...] *Se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas*”.

Este discurso sistematiza qual o papel que deveria ser desempenhado por estas nações na economia mundial, ao perpetuar as relações de dependência e exploração por meio das dívidas ou o fornecimento, a qualquer custo, de suas riquezas, em prol do acúmulo de uma elite do Norte global.

Esta configuração do comércio mundial tem favorecido e intensificado as relações econômicas assimétricas entre os países e tem sido usada como um mecanismo para estender e renovar a dominação dos países do terceiro mundo, historicamente colonizados, com relação às “antigas metrópoles” (FURTADO, 1974; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Na prática este esforço tem significado tanto a ampla utilização de recursos naturais, muitos não renováveis, como também o avanço sobre áreas originalmente ocupadas por populações de outras matrizes culturais indígenas, afrodescendentes, camponeses de várias matizes ecoculturais etc. sobre as quais a sua rica biodiversidade está cedendo lugar para as monoculturas ou mesmo para indústrias altamente poluentes (FURTADO, 1974; PORTO-GONÇALVES, 2006).

É neste contexto que para Porto-Gonçalves (2006, p.25) “[...] o processo de globalização traz em si mesmo a globalização da exploração da natureza com proveitos e rejeitos distribuídos desigualmente”. Esta distribuição desigual gerou espaços determinados para grandes passivos ambientais, enquanto outros se “isentaram” de suas responsabilidades nas práticas de exploração e extermínio.

“Considera-se que todo o processo de produção não só produz coisas a serem usufruídas, mas também rejeitos que não circulam entre as fronteiras tal como as mercadorias, como quer o livre comércio. Muitos dos rejeitos ficam e, assim, tornam-se parte do ambiente de quem fica no lugar, em benefício daqueles que só querem os proveitos que, geralmente, estão fora do lugar” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.301).

A desigualdade dos proveitos e rejeitos é uma demonstração cruel da exploração da natureza e da sociedade na economia globalizada neoliberal, e que mascara os reais responsáveis pela *crise ecológica*, ao terceirizar a exploração ao mesmo tempo em que propaga o discurso do desenvolvimento sustentável, do consumo consciente e das novas tecnologias limpas nos países ricos.

Estas nações não deixaram de explorar a natureza e a sociedade, apenas lhes atribuíram uma nova roupagem, que escondem e torna impessoal a transferência desta exploração, concentradas massivamente nos países mais pobres do mundo, que para se enquadrarem na economia globalizada, enquanto nações dependentes pela sua configuração histórica e social, se submetem aos mecanismos de espoliação intensiva.

Suas águas, sua biodiversidade, suas terras, seus minérios privatizados estão sendo direcionados para lugares bem específicos do planeta, muitos deles bem distantes, mas o preço dessa exploração se paga em escala local, e de forma também desigual, atingindo aquelas comunidades mais vulneráveis.

“Vê-se, assim, que o colonialismo e o imperialismo não deixam de existir sob a globalização neoliberal. A colonialidade do poder tem na dívida externa e nas políticas de ajuste, recomendadas pelos organismos internacionais, seu principal instrumento de dominação política nos dias que correm [...] ao salientarem a financeirização e volatilização, deixam de captar a enorme dívida contra a natureza e contra os povos que, no contexto da globalização neoliberal, buscam na exploração mais intensa dos recursos naturais e do trabalho os meios de obter os recursos monetários em moeda que não emitem” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.47).

Na América Latina este histórico de exploração da natureza e da sociedade data do início da colonização. Uma região que ficou marcada como uma área de expansão do tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático, um colonialismo que teve início com o processo de conquista (FERNANDES, 1975).

Esta organização capitalista da economia e da sociedade se somou com uma organização social aristocrática e oligárquica que concentrou a riqueza, o prestígio social e o poder em estratos privilegiados, promovendo uma exclusão permanente e dificultando uma integração nacional como fonte de desenvolvimento político, econômico ou mesmo sociocultural em muitas destas colônias (FERNANDES, 1975).

Esta colonização se inicia com o “antigo sistema colonial”, baseada em uma estrutura social adaptada ao trabalho forçado dos nativos e à escravidão. Uma primeira

forma de dominação colonial que permitiu a exploração ilimitada, em todos os níveis da existência humana e da produção (FERNANDES, 1975).

O segundo tipo de dominação externa se deu como produto da desagregação do antigo sistema colonial, promovendo uma dominação indireta, baseada no controle de mercado dos processos econômicos (FERNANDES, 1975).

Neste momento, os produtores de bens primários conseguiram absorver ao menos uma parte do que lhes era tirado com o antigo padrão de exploração colonial, o que favoreceu o primeiro impulso para a internalização de um mercado capitalista moderno. Porém, a dominação externa era permanente, a despeito de seu caráter puramente econômico, e seus efeitos estruturais e históricos foram agravados pelos novos controles que desempenhavam na função de manutenção do *status quo* da economia, com o apoio das “classes exportadoras” (FERNANDES, 1975).

Um terceiro tipo de dominação se deu com o processo de reorganização da economia mundial, vinculada com a revolução industrial na Europa. Neste momento, as influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura. “[...] A dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina” (FERNANDES, 1975, p. 16).

O quarto padrão, mais recente, surge em conjunção com a expansão das grandes empresas corporativas nos países latino-americanos. Estas empresas incorporaram um novo modelo de produção, organização e *marketing*, como geradores de concorrência e controle interno das economias dependentes, alimentados por interesses externos (FERNANDES, 1975).

Este momento se configurou, para Fernandes (1975), em um imperialismo total, se baseando tanto na dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, como também na ausência de requisitos básicos para o rápido crescimento econômico, cultural e social dos países latino-americanos em bases autônomas. Esta dominação externa foi responsável justamente por esta especialização geral das nações, como fontes de excedente econômico e acumulação de capital justamente para as nações capitalistas mais avançadas (FERNANDES, 1975).

Estas diferentes transições de uma economia colonial para a nacional, da escravidão ou do capitalismo comercial para o industrial reproduziram como realidade estrutural a concentração de renda, do prestígio social e do poder nos estratos e nas unidades ecológicas e sociais, por possuírem importância estratégica para o núcleo hegemônico de dominação externa (FERNANDES, 1975).

Por esta configuração histórica e socioeconômica os países latino-americanos enfrentam, na atualidade, duas realidades complexas. A primeira se refere às estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que absorvem as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo. A segunda é a dominação externa que favoreceria a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que na verdade impede a autonomia real dos países, em especial naqueles de contextos e estados de exploração (FERNANDES, 1975).

Para Acosta (2016) a perpetuação da dependência externa e os papéis desempenhados por grande parte dos países do Sul Global na economia mundial estiveram vinculadas com o histórico de sustentação de suas economias, prioritariamente, nas relações de extração e exportação da natureza por meio do extrativismo, enquanto modalidade de acumulação primário-exportadora, que começou a ser forjada com o processo de colonização da América, Ásia e África (ACOSTA, 2016; ACOSTA, BRAND, 2018).

Com o neoliberalismo houve uma interiorização da acumulação por desapossamento nas principais regiões do capitalismo, embora tenha se ampliado e se aprofundado em todo o sistema global, reproduzindo estas práticas que vão resultar na tendência de empobrecimento crescente de grande parte da população, aumentando a desigualdade entre as classes sociais (HARVEY, 2013).

Como exemplo, no âmbito social, estes processos de desapossamento tem gerado a massiva expropriação dos povos tradicionais e do campo, resultando no aumento expressivo da classe de trabalhadores e em um exército de reserva que possibilita a adoção de medidas de desvalorização do trabalho, tanto por meio do aumento da taxa de exploração como da precarização da vida dos trabalhadores, através da supressão dos seus direitos que vai representar o aumento da acumulação de capital (MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Com relação a natureza, os mecanismos de expansão do capitalismo se manifestam na conversão dos meios de vida em capital, ou seja, em meios de produção de mais-valor. Sua manifestação vai desde a manutenção do controle do acesso à terra, a produção e a comercialização de alimentos, que tem gerado cadeias alimentares globais de monopolização da comida, como também em estratégias de controle da reprodução da própria natureza, no seu nível mais molecular, por meio da engenharia genética, da

reprodução de plantas e animais, dos transgênicos, dos agrotóxicos e fertilizantes químicos etc. (MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Nesta sessão foi possível identificar que os processos de globalização estavam intrinsecamente articulados com formas outras de não só reproduzir como também potencializar mecanismos de dominação e exploração que agravam o contexto da *crise ecológica*. Em um mundo globalizado e neoliberal esta crise é elevada à máxima potência, apesar de lhe atribuída outras caras, como será abordado a seguir.

## **2.4 As contradições da crise ecológica no capitalismo e suas novas roupagens**

A contradição pode ser entendida como quando duas forças aparentemente opostas estão presentes em determinada situação, processo ou evento, ao mesmo tempo. No capitalismo as contradições têm dado origem a momentos considerados de “destruição criativa” e estão muito vinculadas com períodos de crise, entendidas como momentos de transformação em que o capital se reinventa e se transforma em outra coisa (HARVEY, 2016).

Ao mesmo tempo em que as crises são momentos de perigo quando a reprodução do capital é ameaçada pelas contradições subjacentes, também são fundamentais para a sua reprodução, na medida em que as instabilidades capitalistas são confrontadas, remodeladas e reformuladas para dar lugar ao novo, a uma nova versão do que consiste o capitalismo (HARVEY, 2016).

Para Harvey (2016) a questão ambiental, se configura como uma das contradições perigosas do capitalismo, tanto para a capacidade do seu motor econômico de continuar a funcionar, como também para a reprodução da vida humana sob condições razoáveis.

A contradição entre o capital e a questão ambiental se estabelece em quatro pontos principais. O primeiro está vinculado com a longa história do capital de se adaptar e contornar os problemas ambientais, sejam eles no que se referem ao uso dos recursos naturais, da capacidade de absorver os poluentes, a perda de biodiversidade, a diminuição da qualidade da água, do solo, do ar etc.

Ou seja, todas estas questões ambientais que afetam os sujeitos sociais de forma diferenciada no espaço geográfico, não foram suficientes para representar um fim visível e concreto do capitalismo, que mesmo com estes impasses permanece reproduzindo suas lógicas de funcionamento e expansão.

O segundo aspecto, está vinculado com a contradição de uma natureza esgotada e explorada pela sociedade, e que se apresenta como um limite, estar interiorizada na circulação e na acumulação de capital. Ou seja, os seres humanos, assim como muitos outros organismos, participam do processo de (re)produção da natureza. O capital, enquanto a forma dominante da atividade humana, também participa deste processo, porém, cada vez mais em benefício do capital, e não da humanidade (HARVEY, 2016).

Portanto, diferentemente do que defendia o pensamento cartesiano, a relação do capital com a natureza não é de duas entidades separadas em uma interação causal, no qual um domina ou se “vinga” do outro. Versões mais atuais consideram esta relação como uma interdependência (HARVEY, 2016).

Ou seja, o capital seria entendido como um sistema ecológico em evolução e funcionamento, no qual tanto a natureza como o próprio capital são (re)produzidos. Nesta perspectiva, o ecossistema seria constituído pela unidade contraditória entre capital e natureza, assim como a mercadoria seria vista como uma unidade contraditória entre o valor de uso (sua forma material e “natural”) e o valor de troca (sua valoração social).

A natureza resultante desta interdependência evoluiria de duas formas. A primeira de forma imprevisível e espontânea, enquanto razão das mutações aleatórias autônomas, bem como das interações dinâmicas do processo evolutivo de forma geral. E a segunda de forma ativa, sendo remodelada e reconfigurada pelo capital de forma constante, ou seja, um processo de “produção da natureza”, que cada vez mais chega a níveis moleculares (SMITH, 1984; HARVEY, 2016).

Portanto, Para Harvey (2016) a ação da sociedade sobre a natureza é condicionada pelas ações do capital, ou seja, o capital se torna elemento fundamental para entender o processo de (re)produção da natureza e na forma com que a mesma é apropriada.

O capital vê a natureza como uma grande reserva de valores de uso potenciais, que podem ser usados direta ou indiretamente, por meio da tecnologia, na produção de valores das mercadorias.

Neste processo, os valores de uso naturais são monetizados, capitalizados e comercializados como mercadoria. Para isso a natureza é dividida na forma de direitos de propriedade privada garantidos pelo Estado. Aqui a propriedade privada se efetiva pelo cercamento dos bens naturais comuns, como abordado anteriormente, fazendo com que todos os objetos, coisas e processos existentes neles também recebam um valor (HARVEY, 2016).

“[...] Embora seja difícil cercar determinados aspectos da natureza (como o ar que respiramos e os oceanos em que pescamos), podemos imaginar uma variedade de alternativas (em geral com a ajuda do Estado) para monetizar e comercializar todos os aspectos dos bens comuns do mundo natural” (HARVEY, 2016, p.258).

Estes elementos estabelecem a base de uma contradição na qual as pessoas são livres para extrair da natureza mercantilizada as riquezas sociais da posse, inclusive por meio da riqueza monetária. O que respalda o surgimento de uma poderosa classe rentista e proprietária da terra, que regulamenta o acesso à reserva de valores de uso, tanto por meio do seu poder e monopólio, como da renda que extrai da terra.

Essa classe passa a ser “[...] a “dona” da natureza da qual precisamos para viver, monopolizando toda a riqueza para si” (HARVEY, 2016, p.259). Este controle dos recursos naturais exercido pela classe rentista (por exemplo, proprietários de terra e titulares de direitos de propriedade mineral, agrícola e intelectual) permite a manipulação da escassez e a especulação do valor dos ativos.

“Infelizmente, o capital não pode mudar sua maneira de analisar e decompor a natureza em mercadorias e direitos de propriedade privada. Contestar esse fato seria contestar o funcionamento do motor econômico do capitalismo e negar a aplicabilidade da racionalidade econômica do capital à vida social” (HARVEY, 2016, p.260).

A terceira contradição está relacionada com a questão ambiental ter se tornado um grande negócio. Aqui a natureza é vista como “uma estratégia de acumulação”. No qual novas tecnologias ambientais geram problemas ambientais que demandam novas tecnologias. Neste contexto, todos os projetos ecológicos e ambientais são também socioeconômicos e colocam em disputa os propósitos reais destes projetos (SMITH, 1984; HARVEY, 2016).

“As tecnologias ambientais são cotadas a valores altíssimos nas bolsas de todo o mundo. Quando isso acontece, como no caso das tecnologias em geral, a engenharia da relação metabólica com a natureza torna-se uma atividade autônoma em relação às necessidades reais” (HARVEY, 2016, p.256).

Esta apropriação da natureza como uma estratégia de acumulação de capital, está vinculada com o uso dado a qualquer atividade ou tecnologia ambiental. Ou seja, toda satisfação de uma necessidade ambiental se transforma, na lógica do capitalismo, em uma

nova necessidade, que pode ser monetizada e dar origem a um novo nicho de mercado a ser explorado.

Na prática, este processo tem fortalecido o chamado “*greenwashing*”, um disfarce de projetos com fins lucrativos como se fossem para melhorar o bem-estar das pessoas e do meio ambiente. Ou seja, este apelo popular pelo ambientalismo de grandes empresas tem sido útil para o capital e para uma política ambiental que, segundo Harvey (2016), tem sido simbólica e não substantiva.

A quarta contradição está vinculada ao fato do capital poder continuar a circular e a acumular em uma situação de catástrofe ambiental.

“Desastres ambientais criam oportunidades abundantes para um “capitalismo do desastre” lucrar com prodigalidade. Não necessariamente a morte por inanição de pessoas expostas e vulneráveis e a destruição generalizada de habitats prejudicarão o capital (a não ser que provoquem rebelião e revolução), justamente porque grande parte da população mundial já se tornou redundante e descartável” (HARVEY, 2016, p.257.).

Ou seja, o caráter destruidor do capitalismo com relação às pessoas e a natureza não é uma novidade, sendo uma prática intrínseca à reprodução do sistema. Historicamente, o capitalismo tem sido responsável por destruições múltiplas que atingem, preferencialmente, as regiões e comunidades mais pobres e vulneráveis do planeta, com uma distribuição injusta dos danos ambientais (HARVEY, 2016).

Isso se dá de diferentes formas, visando garantir e superar as barreiras da acumulação e reprodução do capital, como os mecanismos de expropriação violenta, as ações de descarte de resíduos, a poluição e destruição da biodiversidade, a criminalização e extermínio de grupos sociais específicos, a deslegitimação de culturas, saberes e modos de vida etc. (HARVEY, 2016).

Todas estas contradições evidenciam que qualquer movimento ecológico, por contestar as bases estruturantes do capitalismo, deve ser anticapitalista. E isto se deve pelo fato do conceito de natureza que sustenta as diferentes filosofias ambientalistas serem opositores, radicais, da forma com que o capital se incorpora da natureza para se reproduzir. Uma natureza mercantilizada, da qual o capital se apropria para, a partir da relação metabólica entre a natureza e a sociedade, construir o seu ecossistema próprio (HARVEY, 2016).

Qualquer ação ambientalista e ecológica que não questione estes elementos, só servirá para legitimar uma forma do capital vestir o manto da responsabilidade ambiental, dominando os discursos ecológicos e buscando soluções para a contradição do capital e da natureza por meio do interesse de classe (HARVEY, 2016).

Para Moreno (2016) o capitalismo continua a reinar, ressignificando o seu discurso hegemônico e as novas formas de acumulação primitiva. Mas agora a roupa do rei é verde, o capitalismo se tornou verde.

A “economia verde” (*green economy*) vem se constituindo nos últimos anos como o novo nó central de reorganização capitalista. O discurso pela busca por um futuro mais verde, tem sido apropriada pelas organizações multilaterais, para redefinir objetivos e metas quantificáveis e organizando novos instrumentos financeiros e de investimentos para impulsionar um “crescimento verde” (*green growth*) (MORENO, 2016).

Ao considerar o padrão atual de desenvolvimento da economia “marrom”, mais poluente, a opção “verde” ou de “baixo consumo de carbono” tem se convertido em uma espécie de “crédito”. Um “crédito” que, por meio de políticas de valorização de ativos ambientais no mercado, tem se apresentado como um potencial título financeiro para capitalizar Estados nacionais e atrair investimentos que vão ser destinados a financiar o mesmo modelo de desenvolvimento (MORENO, 2016).

Sua instauração está vinculada com a participação ativa dos Estados e governos que possibilitem, por meio da centralidade do regime político, a criação, ajuste e reforma de leis que assegurem a validação dos contratos e investimentos. Estas ações de “transição verde” têm sido justificadas como um disparo de um novo ciclo econômico, por meio do qual o crescimento e o desenvolvimento incorporam preocupações da sustentabilidade, como o clima, a biodiversidade, a inclusão social e radicação da pobreza etc. (MORENO, 2016).

Assim, na *prática* e mais além da retórica, a economia “verde” avança sobre os âmbitos mais diversos de nossa vida econômica e social: os critérios para as compras públicas (as licitações “verdes”); as “pegadas” (*footprints*) ecológicas, de carbono e de água como referências de competitividade comercial entre as *commodities*; a regulação para as florestas, áreas úmidas, solos e oceanos e seus respectivos potenciais para o sequestro de carbono e outros “serviços ambientais”; a agricultura de baixo carbono ou “climaticamente inteligente” (*climate smart agriculture*); as diretivas obrigatórias e progressivas para a incorporação das energias renováveis, entre as quais os agrocombustíveis; os seguros ambientais; os impostos e tarifas verdes; as normas para as construções e prédios verdes (*green buildings*); as normas de eficiência energética; as patentes verdes; os programas de

transição para cidades verdes (*green cities*) etc. (MORENO, 2016, p.261).

A “economia verde”, segundo a autora, tem se mostrado um *slogan* eficaz, tanto do ponto de vista político como ideológico, para enfrentar as últimas crises financeiras. Após o desgaste e o esvaziamento ideológico do “desenvolvimento sustentável”<sup>8</sup>, a “economia verde” se reveste como novidade, e como uma resposta dentro do próprio sistema capitalista, carregando um caráter mais “pragmático” de implementação de mecanismos (MORENO, 2016).

Nesta perspectiva, a *crise ecológica* não é incorporada como uma questão política, ao ser dependente das relações de poder que definem ações de propriedade, acesso, uso ou mesmo gestão dos recursos e dos territórios, mas sim como uma falha do mercado. Como falha do mercado, sua solução também deve ser buscada dentro do mercado, tomando a forma da incorporação dos custos desta “externalidade”, precificando a poluição, incentivando investimentos e lucros privados como garantia de políticas públicas, promovendo pagamentos e isenções fiscais, investindo em tecnologias apropriadas e “mais limpas” etc. (MORENO, 2016).

De acordo com a lógica “verde”, quanto mais cresce a economia marrom, mais fundos estariam (hipoteticamente) disponíveis para enverdecê-la. A isso se poderia argumentar na direção oposta: quanto mais degradação ambiental e escassez de recursos, mais valiosos (e caros no mercado) estarão os títulos de cobertura florestal, as compensações de biodiversidade, as licenças de água, os créditos de carbono etc. (MORENO, 2016, p. 279-280).

Para Moreno (2016) a economia verde aparece como uma narrativa unificadora que busca instaurar as condições para a reprodução do capital natural, por meio de ativos vinculados aos serviços ambientais que são medidos e valorizados nas negociações de mercado.

Esta naturalização do capital verde seria uma nova estratégia de acumulação primitiva que se realiza por meio do cercamento desses ativos ambientais, criando a exclusão e a separação de componentes que são indivisíveis da biodiversidade e dos ecossistemas, assegurando a garantia dos direitos de propriedade e realizando mudanças

---

<sup>8</sup> Um debate mais aprofundado sobre como o “desenvolvimento sustentável” foi apropriado por diferentes grupos, suas contradições e os desencadeamentos que resultaram neste desgaste do termo e no seu esvaziamento ideológico pode ser encontrado nas obras de Montibeller Filho (1999), Freitas et al. (2012) e Whitacker (2017).

culturais para que bens antes vistos como comuns passem a ser transformados em propriedade privada.

Os territórios ricos em biodiversidade, em “estoques de carbono”, em fontes de água, passam a ser alvo prioritário do capital especulativo e, ao mesmo tempo, por meio de contratos, passam a servir de lastro para o valor desses novos títulos “verdes” no mercado financeiro (MORENO, 2016, p.287).

Para Porto-Gonçalves (2006) estas “novas roupagens” das formas de apropriação da natureza pelo capitalismo para a sua reprodução se dão por meio de alguns mecanismos fundamentais.

O primeiro mecanismo de apropriação se relaciona justamente com o crédito de carbono e suas contradições, vinculadas com o aquecimento global e com as mudanças climáticas de implicações planetárias, dado um modelo de desenvolvimento fortemente dependente do consumo de combustíveis fósseis (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Como “enfrentamento” desta problemática ambiental têm sido adotados os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) que se deparam com a resistência de ordem econômica da internalização dos custos ambientais e os reajustes às normas de sustentabilidade ecológica de limitação das emissões de gases de efeito estufa. Estas medidas foram incorporadas em políticas como a de comercialização de direitos de emissões, que consolidaram uma das maiores contradições destas medidas (PORTO-GONÇALVES, 2006; MORENO, 2016).

Esta contradição, do “direito de poluir”, se acentua justamente pela comercialização do direito de emissões, que funciona como um salvo-conduto aos países do Norte global, que ao invés de adotarem medidas efetivas de redução das emissões de CO<sub>2</sub> e gases do efeito estufa, as tem compensado por meio da transferência desses custos para outros países, como os da Europa Oriental, que se encontram abaixo de suas cotas de emissão e que por sua conjuntura econômica adotam condições de incremento destas emissões (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Para Moreno (2016) as políticas e leis vinculadas com o combate da mudança climática e a financeirização do clima se constituem na plataforma estrutural de aporte dos mecanismos centrais da “economia verde”.

Suas principais recomendações são a precificação do carbono, as políticas tecnológicas e a eficiência energética, ou seja, medidas vinculadas com uma mentalidade moldada pelo consumo e que fortaleceu contradições. Como exemplo, tem-se a política

de benefício econômico de investimentos na adoção de tecnologias de baixo consumo de carbono, como os atribuídos aos agrocombustíveis, e que potencializou a tomada de terras, a especulação fundiária, os despejos, a expansão de monoculturas, a insegurança alimentar etc. (MORENO, 2016).

O segundo mecanismo se refere ao mercado da fotossíntese, vinculado com o aumento da devastação das áreas de floresta e com o desenvolvimento do mecanismo de Certificação Florestal (PORTO-GONÇALVES, 2006).

As políticas de certificações foram resultado de um acordo entre grandes instituições não-governamentais, empresas do setor florestal e organismos multilaterais, como o Banco Mundial. Para o autor as certificações florestais, assim como o MDL, são as maiores representações do neoliberalismo ambiental.

Nas certificações, o Estado deixa de ser o regulador do cumprimento das normas para emissão do certificado, sendo o produtor rural responsável por contratar e pagar uma certificadora. Apesar do aumento das regiões florestais certificadas, estas se encontram desigualmente distribuídas entre as regiões do mundo, com predomínio nos países ricos.

A desigualdade também aparece no fato da maioria das certificações se concentrarem nas grandes empresas de reflorestamento, considerando os elevados custos deste tipo de manejo que também são financiados pelos agricultores, ou seja, o mecanismo das certificações, na sua origem, já é extremamente excludente (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Além disso, as certificações não consideram os múltiplos usos, valores e sentidos que a floresta possui para os povos e comunidades rurais, que vão além das práticas de produção de valor. Neste contexto, as certificações podem ser vistas como a imposição de uma ideia de mercantilização da natureza e de violência cultural (PORTO-GONÇALVES, 2006).

O terceiro mecanismo se refere à troca da dívida externa por natureza, ou seja, um cenário no qual a natureza vem sendo utilizada como moeda de troca.

“O mecanismo de troca de dívida por natureza à época consistia em comprar títulos da dívida externa dos países do Terceiro Mundo no mercado a preços baixos, até porque esses países mostravam enormes dificuldades em saldá-los, e trocá-los pelo valor de face na compra de áreas a serem destinadas à conservação ambiental nos países devedores” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.372).

Este processo gera uma divisão ecológico-territorial do trabalho, no qual, de um lado, os países industrializados mantêm seu estilo de desenvolvimento, por meio de

pegadas ecológicas que tornam impossível sua extensão para outros povos, e de outro, populações vivendo em condições sub-humanas se deparam com grandes extensões de suas terras sendo transformadas em unidades de conservação. Para o autor, este cenário também participa da criação de uma nova geografia dos proveitos e dos rejeitos (PORTO-GONÇALVES, 2006).

“Desta forma, a mercantilização da natureza sob a nova geopolítica econômico-ecológica aprofunda as diferenças entre os países ricos e pobres sob os princípios do desenvolvimento sustentável. A nova globalidade justifica as vantagens comparativas entre os países mais industrializados e contaminantes e os países pobres que revalorizam sua capacidade para absorver os excessos dos países ricos e oferecem os recursos genéticos e ecoturísticos de suas reservas de biodiversidade. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.380).

O quarto mecanismo está vinculado com a mercantilização da vida, resultante da degradação dos recursos naturais e culturais em dimensões planetárias no processo de formação do *sistema-mundo moderno-colonial*.

Este processo se torna extremamente preocupante quando se considera o legado da diversidade biológica de determinados territórios pelo mundo que estão em frequente ameaça, bem como as suas diferentes populações e culturas que formam parte importante dessa rica diversidade. “A diversidade cultural é, assim, o maior patrimônio que a humanidade legou, e a diversidade biológica [...] não pode ser preservada prescindindo da contribuição dessas populações” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.405).

O quinto mecanismo se refere às contradições entre a teoria e a prática. Neste momento o autor vai trabalhar, por exemplo, com o processo de privatização da água, juntamente com o discurso da escassez, no qual este elemento da natureza passa a estar sob domínio de grandes corporações que pressionam pela desregulamentação e abertura de mercados e supressão dos monopólios públicos.

Este cenário vem resultando na concentração de capital no setor de recursos hídricos e no aumento das injustiças sociais de acesso à água. Neste contexto, a privatização da natureza e sua mercantilização ganham sua expressão máxima, resultando na privação do acesso de um dos elementos fundamentais para a sobrevivência humana. Se a água e o alimento não são mais vistos como bens comuns e direitos universais, o que mais falta para o direito à vida ser suprimido?

Os aspectos levantados ao longo deste capítulo buscaram discutir sobre como a crise da *relação sociedade-natureza* se materializa nas formas de apropriação, nos

processos complexos e multiescalares de degradação e exploração da natureza e da sociedade, característicos de uma *crise ecológica*.

Como visto, a dominação e exploração da natureza e do trabalho, enquanto fontes de riqueza e valor, se tornaram mecanismos fundamentais de acumulação de capital. Este processo se deu, principalmente, pela mercantilização e pelo estabelecimento da propriedade privada, enquanto uma desvinculação do trabalho da sua realização direta com a natureza.

Estes aspectos foram a base de um modelo de sociedade fundada nos pilares da modernidade, da ciência e do capitalismo. Uma sociedade de classes que se estabelece tanto pelo domínio ou expropriação dos meios de produção, da geração de mais-valia e da acumulação de capital, como também pela apropriação desigual da natureza.

Assim, esta *crise ecológica* se funda na normalização e potencialização da exploração indissociável da natureza e da sociedade, dentro do modo de produção capitalista, que ao controlar a produção, o consumo e a distribuição em escala global, alcançou o seu potencial máximo.

Este capitalismo global significou uma globalização da exploração da natureza, reproduzindo as suas contradições. Uma economia neoliberal que resultou tanto no aumento da produção material e na perpetuação das relações de dependência e exploração das nações e dos povos, como também inaugurou uma *crise ecológica* com novas roupagens, enquanto expressão de outras formas de apropriação da natureza pelo capitalismo.

Na América Latina, especialmente no território brasileiro, estas formas de apropriação estão articuladas com heranças coloniais de exploração e dominação que se reproduzem nos padrões de exportação da natureza e em um modelo agrário insustentável, tanto do ponto de vista ecológico como social. Estas contradições de uma *crise agrária* serão abordadas a seguir.

### CAPÍTULO III

#### A CRISE AGRÁRIA E O MODELO DE EXPLORAÇÃO DA NATUREZA E DA SOCIEDADE NA AGRICULTURA CAPITALISTA

A agricultura é a cultura dos povos. Esta vinculação se origina no seu processo de significação. A palavra cultura tem sua origem do latim *colere*, que significa culto, cultivo, assim a agricultura seria entendida como a cultura do campo, a cultura das formas de cultivar (PORTO-GONÇALVES, 2006).

No processo de advento da agricultura, os grupos humanos se diferenciaram culturalmente, em especial por intermédio das práticas de cultivo que se estabeleceram, concomitantemente, com diferentes formas de extrativismo, do convívio em terras de uso comum, com as áreas de pastagem para a criação de animais ou pela coleta de madeira, ervas medicinais, frutos etc. Ou seja, se estabeleceram por meio de diferentes formas de se territorializar e coexistir com a natureza (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Neste contexto, o ato de cultivar plantas e criar animais, ao mesmo tempo em que garantiria o acesso ao alimento, também era incorporado como parte da cultura dos povos, enquanto um elemento fundamental na constituição de seus territórios.

Conhecer para promover a agricultura foi um processo de enriquecimento e diversidade cultural, foi um processo de acúmulo de conhecimentos práticos e saberes alicerçados em diferentes matrizes de racionalidade, que foram transmitidos de geração em geração e que marcam características singulares, formadoras dos diferentes povos (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Esta interdependência entre produzir alimentos enquanto aspecto cultural importante, que diferencia os povos, que territorializa suas ações no espaço geográfico e que sustenta a sua alimentação, com base em cultivares específicos de determinadas condições sociais e ecológicas, cedeu lugar, ao longo da história, ao advento da agricultura na forma de monoculturas, uma agricultura que tem se caracterizado por ser desconectada da diversidade, seja ela biológica, cultural ou territorial, uma agricultura que distancia e desarticula os lugares de produção dos lugares de consumo (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Esta forma de produzir alimento foi forjada para se adequar à sociedade capitalista, na qual a terra e o alimento são mercadorias, e a produção busca garantir não

mais o acesso a comida, mas o atendimento das demandas de mercados cada vez mais distantes e que permitam a reprodução e acumulação de capital (MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Aqui se aplicam os mecanismos de desconexão, de alienação, característicos do modo de produção capitalista, representados, principalmente, pela expropriação, privatização e exploração dos meios de geração de valor (SMITH, 1984; FOSTER, 2000; MARX, 2011; HARVEY, 2013).

O alimento passa a ser desvinculado, tanto do território, da natureza, como de quem o produz. O seu cultivo deixa de significar a garantia de acesso a comida e passa a crescer ao lado da insegurança alimentar. Produzir alimento não mais representa o combate à fome, esta passa a ser determinada pela possibilidade de se pagar para comer.

Aqui a diversidade dá lugar à simplificação. A produção de uma variedade de espécies vegetais e animais, características da biodiversidade natural, é substituída pelo cultivo de uma limitada quantidade de espécies, determinadas pelas práticas de cultivo replicáveis em larga escala e com preços vantajosos. A lógica não é produzir uma grande variedade de alimentos, mas garantir o aumento da produtividade ao vincular a acumulação de capital à quantidade produzida.

As diferentes formas de territorialização e de coexistir com a natureza passam a ser suprimidas e cedem lugar a uma lógica de padronização das formas de apropriação, que vão se materializar no território por meio da concentração de terras e dos latifúndios. Este modelo de organização espacial se estrutura por meio de estratégias de maximização da produção e emprego de determinadas técnicas agrícolas, copiladas em pacotes tecnológicos.

Além disso, é um modelo orientado por relações de exploração do trabalho e da natureza. Com relação ao trabalho identifica-se um processo de substituição dos postos pela mecanização da produção, o aumento da informalidade e das condições de precarização, bem como a intensificação dos conflitos no campo, articuladas com as medidas de expropriação e criminalização de determinados grupos sociais.

Com relação a natureza há diferentes mecanismos de degradação, perda da biodiversidade e poluição, vinculados com a aplicação intensiva de fertilizantes e agrotóxicos, o aumento do uso de espécies transgênicas e com alterações de engenharia genética patenteadas por corporações de controlam a produção e comercialização de *commodities*, a compactação e empobrecimento do solo e o aumento de processos

erosivos, o uso intensivo de água na produção, o desmatamento para incorporação de novas terras etc.

A monocultura e o latifúndio, característicos desta agricultura capitalista, se constituem enquanto resultado e reprodutor das contradições de uma crise da relação sociedade-natureza. No caso do território brasileiro, esta crise certamente está vinculada com os processos de colonização e com a legitimação deste modelo agrícola, potencializador das desigualdades sociais e da exploração e exportação da natureza.

### **3.1 Aspectos sobre a propriedade privada da terra**

Para identificar as principais características da agricultura capitalista inicia-se as análises pelas relações de produção, estabelecida entre os seres humanos no processo de produção social e dependente do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade. Entendendo que é por meio das relações de produção que se produzem as condições materiais da existência de uma determinada sociedade (OLIVEIRA, 2007).

As transformações na produção agrícola foram essenciais para o desenvolvimento do capitalismo, em especial, pelo estabelecimento da propriedade capitalista, iniciada em meados do século XVII (FOSTER, 2000; SANTOS, 2015).

Aqui as divisões sociais ganham uma nova configuração e o capitalismo confere outras características à relação entre o trabalhador e a terra, ou seja, entre a sociedade e a natureza, a partir do momento em que quem produz na terra não possui mais a propriedade sobre ela.

Ou seja, sua vinculação com a produção na terra se dá pela venda da sua força de trabalho para a gestão daquele que detém a propriedade privada. Além disso, quem produz na terra não é mais quem usufrui da produção, o fato de o trabalhador rural produzir o alimento não significa que o mesmo terá acesso a ele, aqui a condição essencial dos indivíduos de se alimentar passa a ser intermediada pelo mercado (SANTOS, 2015).

Esta nova configuração participa do processo de inserção da agricultura nas dinâmicas do mercado de forma gradual, por meio das revoluções agrícolas. A primeira revolução esteve vinculada com o cercamento de terras e a incorporação da agricultura na lógica do mercado, esta foi acompanhada por algumas modificações de manejo, como a rotação de culturas e as técnicas de adubação (FOSTER, 2000; SANTOS, 2015).

A segunda revolução agrícola, iniciada em meados de 1830, esteve associada com o crescimento da indústria de fertilizantes e os conhecimentos desenvolvidos na área de química de solos. Já a terceira, ocorrida no século XX, foi caracterizada pela incorporação da tração mecânica, das mudanças genéticas de produção de plantas e da intensificação do uso de substâncias químicas (FOSTER, 2000; SANTOS, 2015).

Esta apropriação capitalista da natureza é orientada pela superação do valor de uso pelo valor de troca, na qual o valor dado à natureza passa a estar relacionado com as lógicas do mercado, e não mais com a satisfação das necessidades fundamentais da reprodução humana (FOSTER, 2000; SANTOS, 2015).

Como já abordado, estas relações capitalistas de produção serão baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção. Estes trabalhadores despossuídos aparecerão no mercado como trabalhadores “livres” de toda a propriedade, a não ser da sua força de trabalho (OLIVEIRA, 2007; MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Este processo configura a expropriação dos trabalhadores dos meios de produção, que disponibilizarão a venda da sua força de trabalho para aqueles que passam a controlar os meios de produção. Portanto, no capitalismo as relações passam a ser determinadas por contratos de compra e venda da força de trabalho e os grupos sociais passam a ser caracterizados pela sua condição de possuidor ou despossuído dos meios de produção (FOSTER, 2000; OLIVEIRA, 2007; MARX, 2011; HARVEY, 2013).

A compra da força de trabalho configura-se como a aquisição de uma mercadoria especial, considerando que é por meio dela que se pode criar tanto outras mercadorias como também mais valor. A mercadoria e o mais valor serão apropriados pelo dono dos meios de produção e não por quem o produz, o trabalhador, que receberá como forma de pagamento apenas uma parte do valor produzido (OLIVEIRA, 2007; MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Portanto, as relações capitalistas se assentam em relações sociais desiguais entre o capital e o trabalho. O capital é entendido, neste contexto, como a materialização do trabalho não pago ao trabalhador, uma mais-valia que é expropriada do trabalhador e apropriada pelo capitalista (OLIVEIRA, 2007; MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Na relação capitalista de produção tanto o trabalho como o capital são produtos dela mesma, ou seja, só é relação capitalista de produção aquela relação social de produção baseada no trabalho assalariado (OLIVEIRA, 2007; MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Na agricultura esta relação se dá mediante a compra ou arrendamento da terra (enquanto principal meio de produção do campo) pelo capitalista, que também adquire outros meios de produção como as máquinas, ferramentas, insumos etc. No mercado o capitalista contrata os trabalhadores desprovidos de todos os meios de produção, inclusive da terra, e lhe paga um salário em dinheiro, com o qual o trabalhador deve acessar tudo aquilo que precisa para a sua reprodução social, inclusive, para manter sua condição de trabalhador e a venda da sua força de trabalho (OLIVEIRA, 2007).

Como abordado anteriormente, é dentro do processo produtivo capitalista que o dinheiro se configura como capital, ao auferir lucro. Fora das lógicas deste processo produtivo o dinheiro não se configura como capital, mas sim como o equivalente geral de troca da sociedade capitalista (OLIVEIRA, 2007; MARX, 2011; HARVEY, 2013).

Na agricultura esta diferenciação se expressa, segundo Oliveira (2007), no processo de aquisição da terra para especulação, e não para a produção, ou seja, esta terra não é transformada em meios de produção e, portanto, não faz do dinheiro capital e dos ganhos o lucro. Neste caso, o dinheiro recebido pela venda da terra se caracteriza como os juros sobre o dinheiro investido, não havendo acumulação de capital, mas sim de dinheiro.

Aqui se estabelece uma diferença importante sobre a renda da terra a o juros puro que o dinheiro pode oferecer. No caso da renda da terra ela está relacionada com a terra permitir, a quem dela se apropria, o direito de cobrar um tributo, chamado de a renda capitalista da terra (OLIVEIRA, 2007).

Com relação a renda da terra, a mesma é entendida, segundo Oliveira (2007, p.43) como um lucro extraordinário, suplementar e permanente, que ocorre tanto no campo como na cidade. Enquanto lucro ela é entendida como produto do trabalho excedente que, por sua vez, “[...] é a parcela do processo de trabalho que o trabalhador dá ao capitalista, além do trabalho necessário para adquirir os meios necessários à sua subsistência”.

Neste caso, ela é entendida como produto excedente, ou seja, uma fração da produção entregue ao proprietário da terra pelo parceiro, como um pagamento pela autorização para cultivar na terra. Ou seja, este produto excedente se configura como a parcela da produção além da parte necessária para a subsistência do trabalhador (OLIVEIRA, 2007).

No modo de produção capitalista a renda da terra está vinculada com a sobra acima do lucro, entendido como o lucro médio que os capitalistas retiram de sua atividade

econômica. Portanto, ela seria “[...] a sobra acima da fração do valor das mercadorias, que nada mais é do que mais-valia, ou seja, trabalho excedente” (OLIVEIRA, 2007, p.47).

No capitalismo, quando a renda da terra resulta da concorrência ela se configura como renda da terra diferencial, já quando está vinculada com o monopólio, esta é denominada como renda da terra absoluta. (OLIVEIRA, 2007).

De forma geral, a renda da terra diferencial é resultado do caráter capitalista da produção e não da propriedade privada da terra. Ela advém da produtividade gerada pelo emprego do trabalho humano sobre uma determinada base natural de produção na agricultura, ou seja, ela constitui uma forma existencial da mais-valia, oriunda do trabalho humano, enquanto única fonte de valor. A renda diferencial I seria independente do progresso técnico, já a renda diferencial II está ligada ao emprego do desenvolvimento científico e tecnológico das forças produtivas (CARIO; BUZANELO, 1986; OLIVEIRA, 2007).

A renda diferencial I está associada com a existência de dois fatores: a fertilidade e a localização das terras. A fertilidade varia de acordo com as propriedades físico-química dos solos, que se traduz no potencial produtivo da terra. Já a localização está relacionada com as infraestruturas de comunicação, transporte ou produção em proximidade espacial (CARIO; BUZANELO, 1986).

A renda diferencial II decorre dos capitais adicionais aplicados à terra, ou seja, resulta da intensificação produtiva do capital na agricultura. Este processo é característico da fase mais recente de avanço do capitalismo no campo, com o emprego de técnicas de produção, como insumos, equipamentos, máquinas agrícolas etc. Conforme há um aumento da produção em comparação com os terrenos menos produtivos, há um ganho, uma renda diferencial (CARIO; BUZANELO, 1986).

Já a renda absoluta está articulada tanto com a posse privada da terra como da oposição de interesses entre o proprietário fundiário e a coletividade, já que a propriedade da terra se configura como o monopólio de uma classe que, ao colocar a terra para produzir, cobra um tributo da sociedade (OLIVEIRA, 2007).

É a existência do monopólio da terra, ou seja, a existência da propriedade privada da terra que permite que os arrendamentos necessariamente paguem uma renda. Aqui não é nem a localização, nem a fertilidade dos solos o determinante, mas sim a existência do monopólio da propriedade privada do solo enquanto condição para a existência da renda absoluta. Assim, mesmo os piores terrenos, entendidos como os menos produtivos, também passam a poder auferi-la (OLIVEIRA, 2007).

Ela é obtida por meio da elevação dos preços dos produtos agrícolas acima do preço da produção geral, vinculado ao preço do “pior” solo. Ou seja, é a fração da mais-valia global dos trabalhadores em geral da sociedade e não do trabalho excedente dos trabalhadores daquela terra em particular. Assim, toda a sociedade paga este lucro extraordinário aos proprietários de terras e somente o fim da propriedade privada da terra poderia extinguir este tipo de renda da terra (OLIVEIRA, 2007).

A questão da renda da terra está conectada com a natureza do sistema capitalista, de se apropriar do trabalho não pago, da mais-valia gerada dentro do processo produtivo. A terra, apesar de não ter valor, já que não é oriunda do trabalho humano, é um bem natural, não reproduzível, local onde ocorre o processo de produção e, apesar de não ser trabalho materializado, transforma-se em mercadoria no capitalismo (CARIO; BUZANELO, 1986).

Da mesma forma com que o capital se apropria do trabalho, ele vai se apropriar da terra, e da mesma forma com que o capitalista paga o salário para se apropriar da força de trabalho, ele paga uma renda para se apropriar da terra (CARIO; BUZANELO, 1986; OLIVEIRA, 2007).

A questão da perda da fertilidade dos solos na agricultura, bem como os estudos vinculados com a ciência dos solos foram aspectos importantes para a elaboração de uma crítica ecológica da agricultura capitalista de Marx, que desvende uma das maiores contradições do processo de apropriação e exploração do capitalismo, que é a degradação dos meios fundamentais da produção e geração de valor, a natureza e o trabalho (FOSTER, 2000).

Nesta irracionalidade da apropriação privada da terra e da sua exploração em demasia, Marx vai relacionar a historização da fertilidade do solo, atribuída não exclusivamente a sua capacidade natural, mas também pelo atributo de produtividade atribuída à terra pelas relações capitalistas de produção, com a questão da renda da terra e a ruptura metabólica entre a natureza e a sociedade (FOSTER, 2000; SANTOS, 2015).

Para isso Marx se baseou nas discussões desenvolvidas por James Anderson ao relacionar o arrendamento das terras mais férteis não somente com suas condições naturais, mas com o potencial produtivo atribuído à terra para o uso humano. Os solos férteis eram os primeiros a serem incorporados para a agricultura capitalista, apresentando perdas constantes do seu potencial produtivo pela exploração intensiva (FOSTER, 2000; SANTOS, 2015).

Por este motivo, Anderson atribuía a existência de um arrendamento diferencial vinculado com as mudanças históricas na fertilidade dos solos e não, necessariamente, com a sua fertilidade absoluta. Por isso, a melhoria agrícola, representada pelas técnicas de aumento da fertilidade poderiam tornar determinado solo mais fértil, ao mesmo tempo em que, a ausência destas técnicas resultaria na perda gradativa da fertilidade (FOSTER, 2000; SANTOS, 2015).

Baseado nestes aspectos, Marx vai relacionar o declínio geral da fertilidade do solo com fatores racionais como o não investimento na melhoria do solo pelos conflitos de interesses entre o proprietário da terra e o arrendatário, bem como a associação do empobrecimento do solo com a ausência da adubação, vinculada com o crescente distanciamento entre o campo e a cidade. Este distanciamento enquanto potencializador de um distanciamento da sociedade e da natureza, do trabalhador e da terra, também dificultava o retorno ao solo de todos os seus elementos constituintes que eram extraídos para a reprodução social, já que grande parte da população expropriada do campo passou a se concentrar nos centros industriais urbanos (FOSTER, 2000; SANTOS, 2015).

Neste contexto histórico da segunda revolução agrícola havia duas concepções de agricultura, uma anterior a 1840 quando a produtividade agrícola era vinculada com a dependência das condições naturais de fertilidade e nutrição, e uma posterior a este período, associada com o conhecimento sobre a composição físico-química dos solos, em especial, representada pelas contribuições de Justus Von Liebig (FOSTER, 2000; SANTOS, 2015).

Suas contribuições versavam sobre o papel dos nutrientes do solo no crescimento das plantas e sobre o princípio da restituição na agricultura, por meio da devolução ao solo da fertilidade pela reciclagem orgânica. Este seria um sistema urbano-agrícola racional, com a incorporação de nutrientes contidos no esgoto urbano para a fertilização do solo agrícola (FOSTER, 2000; SANTOS, 2015).

Estes aspectos foram a base para as críticas de Marx a exploração capitalista do solo, impulsionada pela agricultura e pela indústria em larga escala, que combinadas resultam no empobrecimento tanto do solo (natureza) como do trabalhador (sociedade), como também na fratura/ruptura irreparável no processo interdependente do metabolismo social (FOSTER, 2000; SANTOS, 2015).

Por isso, uma das maiores contradições do capitalismo é justamente a sua reprodução por meio de uma lógica de degradação das fontes originais de toda a riqueza. Para que esta lógica se legitime a construção de uma concepção de fragmentação e

distanciamento da natureza e da sociedade são fundamentais enquanto bases para as formas de alienação, representada por inúmeros processos como a desarticulação entre o campo e a cidade, a expropriação do trabalhador da terra, a desvinculação dos resíduos extraídos da natureza e o seu retorno, a diminuição da população rural e a concentração populacional nos centros urbanos, a intensificação do potencial de exploração do solo pela vinculação entre agricultura e a indústria em larga escala etc. (FOSTER, 2000).

Todos estes processos são, ao mesmo tempo, produto e condição do aprofundamento deste distanciamento, desta quebra do metabolismo, enquanto uma noção que deriva justamente da interação dos seres vivos com o seu meio ambiente, de uma interdependência orientada pelo uso de matéria e energia disponíveis na natureza e na conversão destes elementos fundamentais, por meio das reações metabólicas, para a base da existência material (FOSTER, 2000).

Outra contradição do capitalismo importante para a análise da agricultura capitalista é a irracionalidade da própria propriedade privada da terra que permite que ela seja transformada em mercadoria, em reserva de valor ou mesmo em reserva patrimonial, resultando em um processo de concentração da terra (OLIVEIRA, 2007).

A propriedade privada da terra seria a renda capitalizada, vinculada com o direito de se apoderar de uma renda, enquanto fração da mais-valia, pago pela sociedade de um modo geral. Isto ocorre pelo fato de uma classe específica deter a propriedade sobre esta terra, e que só permite a sua incorporação na produção por meio da cobrança deste tributo, a renda capitalista da terra. Por isso, no capitalismo a compra da terra seria uma compra de renda antecipada (OLIVEIRA, 2007).

A busca do acesso a esta renda antecipada está vinculada com os mecanismos de apropriação de terras, que podem se dar por meio da compra, da aquisição mediante pagamento, ou por meio da grilagem, que seria uma forma “gratuita” de acessar à renda da terra, de acessar o direito antecipado de obter o pagamento desta renda. Ambos os processos vão fomentar a concentração da terra (OLIVEIRA, 2007).

A concentração da terra, diferentemente da concentração de capital, se dá pela retirada do capital do processo produtivo, na sua imobilização na forma da propriedade privada da terra. Com este acúmulo de terras aumenta-se o poder de extração da mais-valia social sem a participação no processo produtivo, apenas por possuir a propriedade privada. Assim, o proprietário ao se apropriar de grandes extensões retém esta terra como reserva de valor, como uma especulação (OLIVEIRA, 2007).

Este processo de incorporação da terra como mercadoria, sua precificação e sua apropriação como forma de auferir renda, seja vinculada com uma terra inserida no processo produtivo ou para especulação, está articulado com a constituição daquela que se tornará uma das características da agricultura capitalista e do seu modelo produtivo, o latifúndio, enquanto resultado da concentração da terra.

Esta concentração se constituiu em uma das características principais do processo de formação territorial brasileiro que se iniciou na colonização, vinculada com uma organização da produção e com uma exploração agrária realizada em larga escala é caracterizada pelas grandes unidades territoriais produtivas (PRADO JÚNIOR, 1961).

Esta colonização brasileira esteve articulada com o fornecimento ao comércio europeu de gêneros tropicais ou minerais, ou seja, se estruturava e se organizava para a produção e exportação destes gêneros. De forma geral, na agricultura a sua expressão fundamental era a grande propriedade monocultural com o regime de trabalho escravo (PRADO JÚNIOR, 1961).

Este regime agrário de grandes propriedades se instituiu, inicialmente, por meio das capitanias hereditárias e das sesmarias em regime de concessão da metrópole, ou seja, o processo de organização territorial da colônia esteve orientado, desde o começo, ao regime das grandes propriedades. Este regime acompanhou o processo de colonização, estando sempre articulada com o emprego de trabalhadores dependentes, sejam eles escravos, assalariados, ou mesmo sob formas intermediárias de trabalho (PRADO JÚNIOR, 1961; MARTINS, 2010).

É por meio deste sistema de organização do trabalho e da propriedade que se tem origem a extrema concentração da riqueza da economia colonial brasileira e da posterior organização econômica do país. Para Prado Júnior (1961), no que tange a *estrutura* a economia brasileira neste período histórico se reproduziu como um organismo meramente produtor, com relação ao *funcionamento*, sua função principal foi a de fornecedor ao comércio internacional de determinados gêneros, por fim, na sua *evolução* se caracterizou pela exploração extensiva dos recursos naturais do país.

A constituição do latifúndio enquanto forma de materialização espacial da concentração de terras esteve articulada tanto com os processos de propriedade da terra como também de expropriação, característico da acumulação primitiva.

Este processo de expropriação, segundo Martins (2010), se deu de forma diferente no que tange aos principais grupos populacionais constituintes do processo de formação da sociedade brasileira: os povos indígenas, as populações africanas submetidas ao

regime de trabalho escravo e os imigrantes, em especial os europeus oriundos das migrações (OLIVEIRA, 2001; MARTINS, 2010).

Portanto, as raízes históricas da concentração de terras no Brasil, também estavam vinculadas com as relações de trabalho no campo. Este processo se iniciou com a escravidão como primeira forma generalizada de trabalho no campo brasileiro, posteriormente, com a expansão da atividade cafeeira, identificou-se a passagem para o trabalho como colonato. Já a industrialização e o crescimento urbano teriam oferecido as possibilidades históricas para o estabelecimento do trabalho assalariado capitalista no campo, em concomitância com a recriação de formas de trabalho familiar e camponês (OLIVEIRA, 2001; MARTINS, 2010).

Este processo de institucionalização do trabalho livre na sociedade brasileira, historicamente recente, caracterizou-se por sua vinculação com a abolição da escravidão e com as correntes de imigrantes que se constituiu no principal formador do contingente de trabalhadores livres do Brasil (MARTINS, 2010).

No caso dos imigrantes europeus, a expropriação violenta destes trabalhadores não teria se dado no contexto social brasileiro, já que este recebeu o trabalhador imigrante livre, sem ter passado pelo processo de acumulação para a sua libertação da terra. Esta expropriação teria se dado em suas sociedades de origem, sendo a própria emigração um episódio que resultou deste processo e que se consumou no território brasileiro, como uma força de trabalho desprovida (MARTINS, 2010).

A abolição da escravatura, convenientemente, também é associada como um fator que não esteve vinculado com a acumulação primitiva, já que não promoveu a separação entre o trabalhador e os seus meios de produção. Porém, a própria escravidão também se caracteriza como um resultado desta separação, que garantiu ao fazendeiro o monopólio dos meios de produção, da terra. Neste sentido, a abolição promoveu a separação entre o trabalhador e a sua força de trabalho, um trabalhador já despossuído, já despojado dos meios de produção, sendo o trabalho cativo a base da separação dos seus meios de produção (MARTINS, 2010).

Nesta lógica, a libertação do escravo em uma terra livre à ocupação representaria a destruição da sujeição do trabalho e, por isso, passa a ser um problema, enfrentado, por exemplo, pelos mecanismos de propriedade privada destas terras no Brasil (MARTINS, 2010).

Para Martins (2010) a Lei de Terras de 1850 se configura como o equivalente na história brasileira de uma chamada acumulação primitiva. Esta legalizou e universalizou

o regime de propriedade privada da terra no país, enquanto uma das condições das grandes transformações institucionais que mais tarde culminaram na abolição da escravatura e a viabilização do capitalismo no Brasil.

Teoricamente a Lei de Terras reconheceria aos titulares de posse de terra o direito à propriedade, possuída por meio de qualquer título. Porém, segundo Martins (2010), a dominação patrimonial e pessoal dos agregados pelo fazendeiro, por meio de uma violência cultural, política e psicológica, foram um instrumento de expropriação do direito reconhecido para muitos posseiros que, em sua maioria, eram mestiços remanescentes da escravidão indígena. Em determinado momento oportuno, estes posseiros, ao serem coagidos a declarar que as terras que ocupavam pertenciam aos fazendeiros, foram expulsos da terra e convertidos em trabalhadores livres.

A desigualdade da estrutura fundiária brasileira, articulada com a distribuição e acesso à terra, teve sua origem, portanto, nos primórdios da colonização. Tanto as capitâneas hereditárias e seus donatários como as sesmarias se configuram como a origem de grande parte dos latifúndios brasileiros. Com a Lei de Terras o acesso à terra passa a ser restrito pela compra e pela venda com o pagamento em dinheiro, impedindo que um contingente significativo da população, vinculadas aos processos de expropriação e subjugação do trabalho, como apontados anteriormente, pudessem ter acesso a ela (OLIVEIRA, 2001).

Desta forma, a concentração fundiária no Brasil foi sendo reproduzida, com o exemplo de Constituições como a de 1946 e 1967 que garantiam a aquisição de terras públicas com áreas cada vez menores, o que favoreceu a expansão da propriedade privada da terra no território brasileiro. Estas estratégias se somam com manobras de titulação de terras griladas ou por meio de “técnicas de procuração” que também favoreceram o acesso e a concentração das terras (OLIVEIRA, 2001).

“[...] Podemos afirmar com segurança que a estrutura fundiária brasileira herdada do regime das capitâneas/sesmarias, muito pouco foi alterada ao longo dos 400 anos de história do Brasil; e particularmente na segunda metade este século o processo de incorporação de novos espaços – assaltados/tomados das nações indígenas – tem concentrado ainda mais as terras em mãos de poucos proprietários (OLIVEIRA, 2001, p.29).

A tendência à concentração de terras, vinculada com os processos complementares de apropriação privada da terra e expropriação dos trabalhadores dos meios de produção, se configura tanto como um dos elementos fundamentais para

entender o acirramento de desigualdades, como também uma das pautas mais relevantes da questão agrária.

Estes obstáculos derivam da condição de acesso da população rural à terra e, portanto, a solução para estas questões estaria na alteração desta estrutura da propriedade, por meio de uma reforma agrária (SAMPAIO, 2013).

A reforma agrária no capitalismo aparece atrelada a questão social advinda da concentração das terras e está envolvida com a natureza das desapropriações. Segundo Oliveira (2007) a luta pela terra não estaria restrita ao direito do acesso à terra, mas também se articula contra o capital, que está por trás da propriedade capitalista da terra.

No século XX as reformas agrárias surgem principalmente nos países em desenvolvimento com elevada concentração da propriedade privada da terra e com enormes contingentes de trabalhadores sem-terra, com o intuito de promover mudanças na estrutura agrária visando melhorias nas condições sociais, políticas e econômicas dos territórios (OLIVEIRA, 2007).

Os pilares fundamentais da reforma agrária seriam a política fundiária e a política agrícola. Esta primeira está articulada com o conjunto de princípios que as sociedades definem como aceitáveis ou justas para a apropriação privada da terra, aqui são incluídas as legislações que estipulam os tributos sobre a propriedade privada, bem como as legislações que regulam seus usos e os programas de financiamentos para aquisição. Já a segunda refere-se às ações de governo, que implementam assistência social, técnica, de financiamentos e subsídios etc. (OLIVEIRA, 2007).

No Brasil os princípios da reforma agrária estiveram articulados com a desapropriação por interesse social e a justa distribuição da propriedade, porém, estas propostas têm encontrado forte resistência (OLIVEIRA, 2007).

O enfrentamento da questão agrária e da *crise agrária* vinculada tanto com o acirramento das desigualdades, da violência e da desapropriação de populações no campo, como também com as degradações da natureza derivadas das formas de exploração e produção da agricultura capitalista, tem sido feita por meio da organização, reivindicação e luta no campo pelos movimentos sociais.

A seguir, serão apresentadas as características constituintes desta *crise agrária* vinculadas com as contradições inerentes à exploração da natureza e da sociedade sob um modelo de produção agrícola articulado com a concentração de terras, a monocultura, a insegurança alimentar, a criminalização de povos e culturas e com a degradação e poluição de ecossistemas naturais.

### **3.2 A crise agrária e as contradições da agricultura capitalista no Brasil**

Para Paulino (2007) a questão agrária constitui-se em uma expressão das contradições dos processos de apropriação privada dos bens e das riquezas produzidas socialmente, em que a terra é entendida como a sustentação de toda riqueza.

Assim, a questão agrária é uma questão do capitalismo, de abrangência global, e que precisa ser desvendada por meio da compreensão das singularidades/generalidades de cada território. Um território entendido enquanto síntese contraditória das dinâmicas das forças produtivas prevalentes, em que sua dinâmica é entendida por meio das contradições resultantes dos conflitos de classe.

Para Fernandes (2005; 2009) a questão agrária precisa ser abordada na sua articulação com as disputas de/por territórios. Esta disputa, geradora de conflitualidades, traz consigo a defesa de um modelo de territorialização e de desenvolvimento.

No campo esta disputa se dá entre o agronegócio e o campesinato, entendidos enquanto pares opostos e dialéticos, que se espacializam e se materializam no território por meio de mecanismos distintos. Estes territórios se confrontam por meio de processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, sendo que a disputa por seus territórios representa a manutenção da sua existência (FERNANDES, 2005; GIRARDI, 2008).

O território do latifúndio e do agronegócio, enquanto expressão fundamental do modelo de produção e exploração da agricultura capitalista, caracterizam-se por sua articulação com as grandes propriedades, os processos de grilagem, a especulação fundiária, as grandes empresas capitalistas, os impactos ambientais cada vez mais recorrentes e multiescalares, a mecanização intensiva, a superprodução em contradição com a improdutividade e a concentração do poder econômico e político (GIRARDI, 2008).

Em oposição, o território do campesinato, relativo aos camponeses com ou sem terra, se caracteriza pelas pequenas propriedades, pela luta pela terra, pelo cooperativismo, pela produção familiar, pelo menor impacto ambiental, pelas ocupações de terras e assentamentos rurais e pela soberania alimentar (GIRARDI, 2008).

Portanto, para entender a questão agrária o conceito de território ganha relevância. Para Haesbaert (2005) o território se configura em uma dupla conotação, a material e a simbólica, vinculada tanto com o sentido mais concreto de poder, de dominação, como também no sentido mais simbólico, de apropriação. Para isso o autor distingue a

apropriação da dominação, entendendo que o primeiro possui um sentido mais simbólico, vinculado com o “vivido”, com o valor de uso, já o segundo seria mais funcional e vinculado com o valor de troca.

Este valor de uso implicaria a apropriação e não a propriedade e esta apropriação teria tempos, ritmos, símbolos e práticas específicas. Conforme os espaços se tornam mais funcionalizados, mais eles são dominados pelos agentes que os manipulam e menos eles se articulam com as formas de apropriação, considerando que este passa a se colocar cada vez mais externamente do tempo vivido e do valor de uso (HAESBAERT, 2005).

Assim, este espaço enquanto tempo vivido seria um território múltiplo, diverso e complexo, enquanto o território unifuncional (direcionado pelos seus agentes para uma funcionalidade específica e homogeneizante) se vincula com uma lógica capitalista hegemônica (HAESBAERT, 2005).

Esta lógica capitalista de acumulação resulta em uma dominação que se sobressai sobre a apropriação, “[...] sufocando as possibilidades de uma efetiva “reapropriação” dos espaços, dominados pelo aparato estatal-empresarial e/ou completamente transformados em mercadoria” (HAESBAERT, 2005, p. 6775). Esta lógica de poder do capitalismo sobre os territórios, os povos e a natureza resultam em dinâmicas de reforço da dominação e não de apropriação.

Portanto, o território em suas relações de dominação e/ou apropriação, se desdobra desde uma dominação mais funcional e concreta, como a dominação política e econômica, até uma apropriação mais cultural e simbólica (HAESBAERT, 2005).

Para Haesbaert (2005) o espaço se vincula com um espaço socialmente construído, é “um espaço feito território”, por meio de processos tanto de apropriação, que se inicia com a apropriação da natureza, como por processos de dominação, característico da sociedade moderna capitalista.

Assim, no território as relações sociais se configuram como relações de poder, exercidos pelos sujeitos que controlam estes espaços. Uma multiplicidade de poderes e manifestações oriundas dos múltiplos sujeitos constituintes deste território.

Neste contexto, a territorialidade, segundo Haesbaert (2005), incorpora as relações econômicas e culturais ligadas ao modo como as pessoas se organizam e utilizam o espaço, dando-lhes significado. Ou seja, todo território é, ao mesmo tempo, funcional e simbólico, sendo que sua funcionalidade estaria vinculada com o território enquanto recurso, tanto de proteção como fonte de matérias primas, que vão ganhando relevância e formas de apropriação ou dominação dependendo do modelo de sociedade vigente.

Outro aspecto relevante da compreensão do território é entendê-lo por meio do seu contexto histórico e geográfico, que resultam na variação dos objetivos dos processos de territorialização, ou seja, de dominação e de apropriação. As sociedades tradicionais, por exemplo, teriam conjugado a construção material e funcional do território, enquanto abrigo e base de recursos, com referentes simbólicos fundamentais para a manutenção da sua cultura. Mais recentemente haveria uma predominância do território como controle da mobilidade, das conexões, dos fluxos e das redes (HAESBAERT, 2005).

Nestes contextos históricos e geográficos os territórios coexistem, há uma multiterritorialidade, a experimentação de vários territórios ao mesmo tempo e que se entrecruzam. A multiterritorialidade inclui tanto a maior diversidade de territórios, no sentido quantitativo, como também a combinação da intervenção e da vivência de forma concomitante de diferentes territórios, em um sentido qualitativo (HAESBAERT, 2005).

Considerando que o domínio dos territórios se dá pelas relações sociais de poder, o controle das multiterritorialidades, do território-rede, é exercido pelos sujeitos do poder, por uma elite globalizada que controla e vive efetivamente uma multiterritorialidade, enquanto outros sujeitos, lutam pela manutenção do território no qual sua reprodução cotidiana se dá. E, por isso, a luta pela manutenção desse território passa a ser a garantia da sua existência (HAESBAERT, 2005).

Para a questão agrária brasileira latifúndio e agronegócio, comandados por uma elite globalizada, são componentes de um mesmo território por atuarem conjuntamente, um excluindo pela improdutividade e o outro excluindo pela superprodução. Ambos atuam de forma integrada no processo de expansão da fronteira agropecuária brasileira, no qual o latifúndio precede o agronegócio (FERNANDES, 2005; GIRARDI, 2008).

Tanto o território do campesinato como do latifúndio e do agronegócio são dinâmicos, sendo criados, destruídos e recriados pelo processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, onde a territorialidade de um significa a desterritorialidade do outro, que se reterritorializa em outro espaço e tempo. Para Fernandes (2005) a questão agrária seria o movimento de destruição e recriação de relações capitalistas e camponesas de produção, contradição estrutural do capitalismo que gera, simultaneamente, a concentração da riqueza e da pobreza.

Fernandes (2005) vai adentrar à questão agrária por meio de dois processos principais, o conflito de terras e o desenvolvimento rural. Para o autor há uma compreensão dominante de que o conflito prejudica o desenvolvimento, porém, tanto o

conflito agrário como o desenvolvimento são processos inerentes à contradição estrutural do capitalismo.

Aqui o conflito é abordado como algo interno ao desenvolvimento, imposto por modelos de desenvolvimento *territorial* rural. Ou seja, “[...] um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios” (FERNANDES, 2005, p. 26).

No que tange ao conflito este deve ser considerado em seu movimento, enquanto conflitualidade, promovendo ao mesmo tempo territorialização–desterritorialização–reterritorialização de distintas relações sociais, em um movimento de destruição, criação e recriação destas relações. A conflitualidade se refere a uma propriedade dos conflitos e se relaciona, essencialmente, “[...] à propriedade da terra, à renda da terra, à reprodução capitalista do capital, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária e aos processos de expropriação dos camponeses e assalariados por diversos meios, escalas e bases sociais” (FERNANDES, 2005, p.27).

A questão agrária pode ser tensionada por um modelo de desenvolvimento, que ao se basear na expropriação, na concentração de terras e da riqueza aumenta a conflitualidade. Por outro lado, um modelo de desenvolvimento que se baseie na distensão da questão agrária, pode promover a diminuição das desigualdades, o desenvolvimento regional e o fortalecimento da democracia.

A conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultâneos e conseqüentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento (FERNANDES, 2005, p. 6).

As transnacionais têm se configurado, nos últimos anos, como um agente importante na compra de extensões de terras em diferentes países do Sul global, na América Latina, África e Ásia, com o intuito de expandir um modelo de desenvolvimento baseado na produção de *commodities* (FERNANDES, 2009).

Em oposição, os movimentos camponeses e indígenas têm resistido, principalmente, pelo fato da expansão dos territórios das transnacionais ter representado a sua desterritorialização, por ocorrer sobre os seus territórios. Porém, concomitantemente, este processo de desterritorialização tem gerado

multiterritorialidades por meio da resistência destes movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2009).

Este cenário de disputa tem levantado questionamentos tanto sobre o acesso das terras pelas transnacionais, como também do modelo de desenvolvimento, ao estar vinculado com a soberania alimentar e dos povos.

Este modelo de desenvolvimento baseado nas *commodities* tem se realizado tanto pelo domínio de territórios dos países pobres, como também pela sua dependência tecnológica e econômica dos países ricos, uma divisão internacional de aprofundamento das desigualdades entre as nações (FERNANDES, 2009). Além disso, tem representado a criação de infraestruturas e serviços de direcionamento dos usos dos territórios, resultando em práticas de expropriação, tensionamento da violência no campo e intensificação da exploração da natureza.

Esta expropriação e desapossamento são responsáveis por destruir sujeitos, identidades, grupos e classes sociais, já que estes não existem sem os seus territórios. E este é o sentido da disputa territorial dos camponeses e povos indígenas, já que “[...] o capitalismo sempre apropriou e/ou subalternizou outras relações sociais e seus territórios. O desapossamento significa a intensificação da destruição dos territórios não subalternos” (FERNANDES, 2009).

Para Girardi (2008) a compreensão da questão agrária como um problema inerente ao modelo de desenvolvimento permite uma abordagem atual e ampla sobre o tema. Um desenvolvimento imposto pelas políticas neoliberais, por meio da ação de órgãos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, que são controlados por países desenvolvidos. Este desenvolvimento imposto se baseia em um discurso como controle social, que busca legitimar a ideia de que o desenvolvimento por meio de políticas neoliberais funciona.

O neoliberalismo tem atingido a questão agrária por quatro processos principais. O primeiro é os ajustes estruturais desiguais praticados nos países do Sul global, com a consequente retirada dos Estados dos países subdesenvolvidos da economia, bem como com a abertura de seus mercados. O segundo processo se vincula com a liberalização desigual do mercado agrícola, que resultou no aumento da influência e controle do setor privado. O terceiro se refere ao controle crescente das corporações transnacionais, que dominam a produção de novas técnicas e organismos, intensificando a dependência dos agricultores em múltiplas etapas do processo de produção. Já o quarto elemento é o direito

sobre a propriedade intelectual aplicada pelas corporações, organizadas em monopólios (GIRARDI, 2008).

De forma geral, o modelo agrícola neoliberal se fundamenta na concentração, no domínio das grandes corporações, no grande estabelecimento agrícola, no favorecimento dos países desenvolvidos, na intensificação da especialização da produção, na monocultura, na degradação ambiental e no aumento da pobreza. Este caráter concentrador, excludente e predatório busca inibir qualquer outra forma de desenvolvimento e funda a base do seu modelo no agronegócio (GIRARDI, 2008).

Neste contexto neoliberal a monocultura para exportação, até então chamada de *agrobusiness*, assume a sua expressão na língua portuguesa: o agronegócio. Assume também o papel de substituir e diferenciar a *agricultura* do *agronegócio*, distinguindo a atividade econômica ancestral e milenar da produção de alimentos para a existência dos povos, enquanto aspecto da sua cultura, das formas de apropriação do território e de coexistir com a natureza, de uma atividade econômica da produção de *commodities*, ou seja, do alimento enquanto mercadoria para o mercado mundial. E esta distinção vai marcar as diferentes territorialidades e seus propósitos (PORTO-GONÇALVES, 2006; OLIVEIRA, 2007).

Esta disputa territorial é a base estrutural da questão agrária e ajuda a compreender as contradições do modelo de desenvolvimento no campo articulados com a agricultura capitalista. A seguir, serão elencados algumas das contradições deste modelo agrícola, indicando como estas contradições caracterizam uma crise agrária e reproduzem a crise da relação sociedade-natureza.

- **A herança colonial do latifúndio: A quem a terra pertence?**

A terra é entendida como condição *a priori* da produção agrícola e a sua distribuição e formas de apropriação determinam relações relevantes na questão agrária. Entre uma das relações fundamentais está a renda da terra, que como já abordado anteriormente, está vinculada aos mecanismos da propriedade privada.

A propriedade privada da terra, entendida enquanto um elemento fundamental para a produção de alimentos e suprimento da existência humana, vai contra os interesses básicos de coletividade, por monopolizar o principal meio de produção, em prol da renda da terra. Portanto, este modelo de produção capitalista, que pressupõe a propriedade

privada da terra, se configura como um exploratório e socialmente injusto (GIRARDI, 2008).

Assim, considerar a diminuição da concentração fundiária significa permitir o acesso à terra a um grande contingente populacional, atendendo a interesses coletivos que promovam a diminuição da desigualdade social no campo, a melhoria da qualidade de vida e a segurança alimentar (GIRARDI, 2008).

Neste contexto, o latifúndio, o agronegócio e a produção capitalista do campo se fundem, considerando que a compra de terras no capitalismo se dá pela compra antecipada de renda da terra e da sua concentração. Portanto, a concentração de terra é inerente ao latifúndio e ao agronegócio, compondo a exploração capitalista do campo tanto por meio da especulação e compra antecipada da renda da terra, como também pela apropriação da mais valia no agronegócio (GIRARDI, 2008).

Como discutido anteriormente, a questão fundiária no Brasil é resultado de uma conjuntura histórica colonial que atribuiu à América Latina o título de pior distribuição de terras do planeta, na qual 51,19% das terras agrícolas se concentram nas mãos de 1% dos proprietários rurais. Neste cenário, o Brasil ocupa da 5ª colocação, com 45% de sua área produtiva concentrada em propriedades rurais com mais de mil hectares, o que corresponde a apenas 0,91% do total dos imóveis rurais do país (BASSI, 2018).

Esta concentração se legitima com a Lei de Terras ao suprimir a apropriação de terras por meio da posse ou do usufruto, o que deu margem para a prática da grilagem e a posse ilegal. Atualmente, cerca de 53% do território nacional, o que corresponde a 453 milhões de hectares, está sob uso privado, sendo que 28% das terras privadas possuem tamanho superior a 15 módulos fiscais<sup>9</sup> (BASSI, 2018).

O uso e ocupação das terras vem se estruturando e se articulando com as cadeias globais de valor, sendo que grande parte da produção de *commodities* no Brasil está vinculada com conglomerados de estrutura verticalizada, que controlam desde o plantio até a comercialização.

Como exemplo de empresas que exploram o mercado de terras no país, seja para a produção de *commodities* como para a especulação, têm-se a “[...] SLC Agrícola (404 mil hectares), Grupo Golin/Tiba Agro (300 mil ha), Amaggi (252 mil ha), BrasilAgro (177 mil ha), Adecoagro (164 mil ha), Terra Santa (ex-Vanguarda Agro, 156 mil ha),

---

<sup>9</sup> Estes dados e análises realizados pelo Atlas do Agronegócio se baseiam no Atlas da Agropecuária Brasileira, desenvolvido por meio da parceria entre o Imaflora e do GeoLab da Esalq/USP. Disponível em: <<http://atlasagropecuario.imaflora.org/pesquisa-agropecuaria>>. Acesso em: 01/04/2020.

Grupo Bom Futuro (102 mil ha) e Odebrecht Agroindustrial (48 mil ha)” (BASSI, 2018, p.15).

A tendência à concentração de terras e de capital é inerente ao modelo agropecuário brasileiro, e esta tendência tem resultado no aumento de conflitos no campo, considerando que quanto menor a quantidade de terras disponíveis, maior a tensão gerada pela ocupação das mesmas (BASSI, 2018).

Por meio dos dados de séries históricas sobre estrutura fundiária do SNCR (Sistema Nacional de Cadastro Rural) do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) o site “Reforma Agrária em Dados” calculou o índice de Gini<sup>10</sup>, com o intuito de identificar o índice de concentração fundiária no Brasil ao longo dos anos (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Variações do índice de Gini para concentração fundiária no Brasil



Fonte: Reforma Agrária em Dados<sup>11</sup>. Organização: Baldassarini (2020).

<sup>10</sup> O índice ou coeficiente de Gini é uma medida que possibilita identificar a desigualdade de dados, sendo muito utilizada para a medição da desigualdade de renda. Os valores variam de 0 a 1, no qual nos resultados mais próximos de 0 indicam menor desigualdade enquanto os resultados próximos de 1 indicam que a desigualdade atingiu o máximo possível. O coeficiente foi desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini e foi publicado em 1912. Disponível em: <<https://www.dicionariofinanceiro.com/indice-de-gini/>>. Acesso em: 03/09/2019. Na análise desenvolvida sobre estrutura agrária o índice de Gini indica o grau de concentração fundiária, quanto mais próximo de 1 maior a concentração das terras, ou seja, maior a desigualdade fundiária. O site Reforma Agrária em Dados calculou os índices de Gini a partir da base de dados do SNCR (Sistema Nacional de Cadastro Rural) do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) a fórmula utilizada para cálculo de  $IG = 1 - \frac{(Y_{i+1} + Y_i)(X_{i+1} - X_i)}{Y_1(X_1 - X_0)}$  seguiu a referência de: Hoffmann, R. Estatística para economistas. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 2ª ed. revista e ampliada, 1991. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/realidade/i-estrutura-fundi%C3%A1ria>>. Acesso em: 03/09/2019.

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/realidade/i-estrutura-fundi%C3%A1ria>>. Acesso em: 03/09/2019.

A baixa variação do índice ao longo da série histórica indica que a desigualdade fundiária e a concentração de terras no Brasil permaneceram praticamente inalteradas, ou seja, as políticas públicas adotadas nas últimas décadas não contribuíram para a alteração da concentração geral da estrutura fundiária no Brasil.

A tabela a seguir apresenta a variação do número de estabelecimentos e da área de cada grupo, bem como sua porcentagem com relação ao valor total.

Tabela 1 - Variação do número e área dos estabelecimentos agropecuários no Brasil

Número e área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros										
Grupo de Área	Número de estabelecimentos					Área total dos estabelecimentos				
Ano	1980	1985	1995	2006	2017	1980	1985	1995	2006	2017
<b>Total</b>	5.159.851	5.801.809	4.859.865	5.175.636	4.996.287	364.854.421	374.924.929	353.611.242	333.680.037	351.289.816
Menos de 10 ha	2.598.019	3.064.822	2.402.374	2.477.151	2.543.681	9.004.259	9.986.637	7.882.194	7.798.777	7.993.969
%	50,4	52,8	49,4	47,9	50,9	2,5	2,7	2,2	2,3	2,30
10 a menos de 100 ha	2.016.774	2.160.340	1.916.487	1.971.600	1.980.684	64.494.343	69.565.161	62.693.585	62.893.979	63.810.646
%	39,1	37,2	39,4	38,1	39,6	17,7	18,6	17,7	18,8	18,2
Menos de 100 ha	4.614.793	5.225.162	4.318.861	4.448.751	4.524.365	73.498.602	79.551.798	70.575.779	70.692.756	71.804.615
%	89,4	90,1	88,9	86,0	90,6	20,1	21,2	20,0	21,2	20,4
100 a menos de 1000	488.521	517.431	469.964	424.288	420.719	126.799.188	131.432.667	123.541.517	112.844.186	112.257.692
%	9,5	8,9	9,7	8,2	8,4	34,8	35,1	34,9	33,8	31,9
1000 ha e mais	47.841	50.411	49.358	47.578	51.203	164.556.629	163.940.463	159.493.949	150.143.096	167.227.511
%	0,9	0,9	1,0	0,9	1,0	45,1	43,7	45,1	45,0	47,6

Fonte: SIDRA/IBGE – Censo Agropecuário; Reforma Agrária em Dados. Organização: Baldassarini (2020).

O que se observa é justamente a concentração da propriedade rural praticamente inalterada ao longo das décadas. Há variações tanto no número de estabelecimentos como de área total ao longo da série, porém, com um registro de aumento de 5% da área total no ano de 2017, em comparação com o censo de 2006, totalizando 351 milhões de hectares. Este aumento não é acompanhado pelo número de estabelecimentos, que apresenta queda em 2017, quando comparado com o censo anterior.

Apesar de, historicamente, a tendência ser de queda do número de estabelecimentos com menos de 10 ha, é possível identificar uma elevação de 3% do percentual de 2006 para 2017, porém, este aumento não é acompanhado pela área total dos estabelecimentos deste grupo, com manutenção do percentual da área, que ao longo das décadas também tende a queda. Ou seja, apesar do aumento do número de estabelecimentos agropecuários com menos de 10 ha nos últimos anos, não houve incorporação de novas áreas.

Com relação aos estabelecimentos de 10 a menos de 100 ha houve pouca variação do número de estabelecimentos, bem como da área total ocupada por este grupo. O número de estabelecimentos com menos de 100 ha, apesar das quedas apresentadas entre

1985 e 2006, teve aumento no percentual total no censo de 2017, passando de 86,0% do número de estabelecimentos totais em 2006 para 90,6% do total. Quando comparado com a área total dos estabelecimentos é possível observar que o grupo com menos de 100 ha, mesmo sendo responsável por 90% do número total, corresponde a apenas 20% da área total, inclusive apresentando queda de 2006 para 2017, mesmo com o acréscimo no número de estabelecimentos, indicando o aumento da concentração.

Quando se analisa os maiores estratos é possível identificar uma tendência a diminuição do número de estabelecimentos de 100 a menos de 1000 ha, sempre representando menos de 10%, a área total deste grupo também sofreu queda, passando de 33,8% em 2006 para 31,9%.

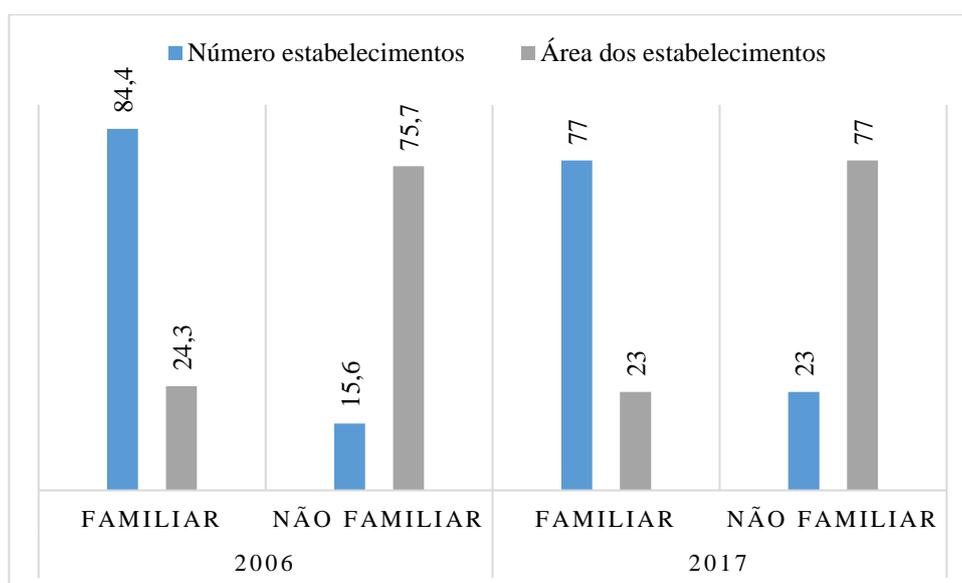
Já os estabelecimentos com mais de 1000 ha tiveram aumento de 2006 com 0,9% para 2017 quando passaram a representar 1,0% do total do número de estabelecimentos agropecuários no Brasil. O mesmo ocorreu quando a área total de 2006 para 2017, quando deixaram de representar 45,00% para 47,6%.

Ou seja, no último censo agropecuário brasileiro as propriedades com mais de 1000 ha correspondem a 1,0% do número total das propriedades e ocupam quase metade da área total dos estabelecimentos agropecuários do país. Enquanto isso, aquelas com menos de 100 ha, apesar de representarem mais de 90% do número total das propriedades, ocupam pouco mais de 2% da área total dos estabelecimentos.

No gráfico abaixo, quando comparado os dados de 2006 e 2017 é possível identificar o aumento desta disparidade tanto no que tange ao número de estabelecimentos como do total da área dos mesmos, com a diminuição do número de propriedades agrícolas da agricultura familiar de 84,4% em 2006 para 77% em 2017 (correspondendo a 3,9 milhões de estabelecimentos), bem como da área ocupada de 24,3% para 23% no mesmo período (80,9 milhões de hectares).

Os estados de Pernambuco, Ceará e Acre possuem as maiores proporções de área ocupada com a agricultura familiar, enquanto São Paulo e os estados do Centro-Oeste possuem as menores áreas, ambos vinculados com processos históricos e/ou mais recentes de grilagem de terras, sendo este último constituinte da principal fronteira agrícola do país, vinculada com a incorporação de terras para a produção de *commodities* e, portanto, vinculado com o modelo de produção da agricultura capitalista dos latifúndios e do agronegócio.

Gráfico 2 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários no Brasil vinculados à agricultura familiar<sup>12</sup> e não familiar



Fonte: SIDRA/IBGE – Censo Agropecuário; Reforma Agrária em Dados. Organização: Baldassarini (2020).

Também é possível identificar mudanças importantes na distribuição das terras no Brasil de acordo com a sua utilização.

Tabela 2 - Área dos estabelecimentos agropecuários por utilização da terra

Área dos estabelecimentos agropecuários por utilização da terra								
Ano do Censo	1985	%	1995	%	2006	%	2017	%
Total	374.924.929	100	353.611.246	100	333.680.037	100	351.289.816	100
Lavouras permanentes	9.903.487	2,64	7.541.626	2,13	11.679.152	3,50	7.728.375	2,20
Lavouras temporárias	42.244.221	11,27	34.252.829	9,69	48.913.424	14,66	55.855.080	15,90
Pastagens naturais	105.094.029	28,03	78.048.463	22,07	57.633.189	17,27	47.424.125	13,50
Pastagens plantadas	74.094.402	19,76	99.652.009	28,18	102.408.873	30,69	112.061.451	31,90
Matas naturais	83.016.973	22,14	88.897.582	25,14	95.306.715	28,56	106.440.814	30,30
Matas plantadas	5.966.626	1,59	5.396.016	1,53	4.734.219	1,42	87.822.454	2,50

Fonte: SIDRA/IBGE – Censo Agropecuário. Organização: Baldassarini (2020).

<sup>12</sup> A agricultura familiar no Censo Agropecuário do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) se refere ao Decreto 9.064 de 31/05/2017, que indica uma gestão da propriedade compartilhada pela família, sendo a atividade produtiva agropecuária a principal fonte de renda. Estas definição se vincula com a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA). Para mais informações sobre a definição e seus critérios consultar o endereço eletrônico subsequente. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm)>. Acesso em: 03/04/2020.

De forma geral, observa-se uma tendência a diminuição da área total de estabelecimentos agropecuários, porém, no censo de 2017 este total aumentou 5% em comparação a 2006, representando 351 milhões de hectares.

Com relação ao uso da terra, observa-se uma variação ao longo da série com relação a área ocupada com lavouras permanentes. No ano de 2017 houve uma queda expressiva em comparação com 2006, passando de 3,50% da área ocupada para 2,20%. As principais culturas em área plantada são o café, a banana e a laranja. Grande parte das culturas de lavoura permanente são produzidas majoritariamente por pequenos estabelecimentos, com exceção da borracha, a maçã e o dendê (GIRARDI, 2008).

As matas naturais têm indicado aumento ao longo da série, ocupando em 2017 30,30% da área total dos estabelecimentos agropecuários no país. Com relação às matas plantadas houve aumento no último censo quando comparado com 2006, passando de 1,42% para 2,50%.

A tendência de aumento também é observada para a área ocupada com as pastagens plantadas, vinculada com as áreas de desenvolvimento da pecuária e com a subutilização da terra no país, considerando que a prática se dá de forma extensiva.

Em 2017 a área ocupada com pastagens plantadas foi de quase 32% da área total, mais que o dobro da área ocupada com pastagens naturais, que ao longo da série histórica tem demonstrado queda expressiva, passando de 28% da área ocupada em 1985 para menos de 14% em 2017.

Com relação às lavouras temporárias observam-se nos últimos censos um acréscimo da área ocupada, passando a ocupar no ano de 2017 quase 16% da área total dos estabelecimentos.

As principais culturas que ocupam estas áreas são aquelas do agronegócio e as culturas de base da alimentação brasileira como o arroz, feijão, a mandioca e o trigo. De forma geral, a soja, o milho e o algodão permitem identificar a espacialização do agronegócio no Brasil, principalmente ocupando o centro e o sul do Mato Grosso, sul de Goiás e o oeste da Bahia (GIRARDI, 2008).

De acordo com Girardi (2008) o avanço da agropecuária pela fronteira agrícola vinculado, principalmente, com o aumento das áreas destinadas a pastagem e a produção de *commodities* também está articulada com os dados de “posses” de terra nesta região e com o não aproveitamento produtivo de muitas destas terras, em especial na Amazônia, o que indica o processo de especulação fundiária.

Segundo o autor supracitado, os dados do INPE indicavam que havia na Amazônia Legal 55,8 milhões de hectares de terras exploráveis não exploradas. De 1998 até 2007 foram desflorestados na região 54,5 milhões de hectares.

Praticamente nesse mesmo período a área total de lavouras e de pastagens na região cresceu 23 milhões de hectares, 45% destes relacionados com as pastagens, sobrando cerca de 32,2 milhões de hectares disponíveis para a expansão da agropecuária regional só pelo aproveitamento destas terras exploráveis não exploradas do período.

Porém, o desmatamento continua acontecendo, somado ao saldo de 32,2 milhões de hectares nas áreas que não são efetivamente incorporadas pela fronteira agrícola no processo produtivo.

Este processo de ocupação da fronteira agrícola em direção a Amazônia Legal também corrobora com os dados de grilos e posses analisados por Girardi (2008). Nesta região é previsto a possibilidade de legalização de áreas de até 1.500 hectares, o que favorece a regularização dos grilos, entendidos como imóveis sem registro legal com 100 hectares ou mais. No Brasil, os grilos somam 36,7 milhões de hectares, sendo que na Amazônia Legal estão 25,4 milhões.

Já as posses de terra são entendidas, de acordo com o Cadastro Rural do INCRA, como os imóveis rurais sem registro legal, independente do seu tamanho. Estas posses podem se dar tanto em terras públicas, devolutas ou mesmo privadas. Por ser considerado uma prática ilegal possivelmente estes dados são subestimados. De acordo com o INCRA, em 2003 as posses representavam no Brasil 27,3% do total dos imóveis rurais, algo próximo a 66.285.346,8 hectares (GIRARDI, 2008).

Estas disputas por território têm representado o aumento dos conflitos no campo. Em 2016, foi apontado pelo Conselho Indigenista Missionário 118 assassinatos de indígenas no Brasil. Só em 2017 foi registrada a morte de 207 lideranças de conflitos socioambientais no mundo, sendo que o Brasil liderou as estatísticas, com 57 mortes (GLASS, 2018).

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra foram registrados 71 assassinatos em conflitos por terra no país em 2017, com destaque para os estados da Bahia, Mato Grosso, Pará e Rondônia, o que representou um aumento de 15% quando comparado com o ano anterior (GLASS, 2018).

O potencial de acirramento desses conflitos vem acompanhado das ofensivas do setor ruralista no país, por meio de legislações socioambientais. De acordo com Glass (2018), diversas manobras de desregulamentação da legislação vigente têm sido

articuladas. De 2004 a 2017, a bancada ruralista do Congresso Nacional propôs 25 Projetos de Lei que dificultam a demarcação de terras indígenas no Brasil como, por exemplo, a PEC215.

Mais recentemente, as medidas apresentadas na MP910, conhecida como a MP da grilagem, tem sido articulada dentro do Projeto de Lei 2633/2020, por meio de propostas que favorecem a regularização fundiária no país, com a ampliação do tamanho das áreas passíveis de regularização sem vistoria prévia, inclusive em áreas do Cerrado e da Amazônia, o que poderia potencializar o desmatamento, a grilagem e os conflitos nestas áreas<sup>13</sup>.

- **O mito da modernização da agricultura no Brasil: o que significa dizer que o “*Agro é tech*”?**

A modernização da agricultura está relacionada com dois aspectos fundamentais. O primeiro deles se refere às mudanças de base técnica, vinculada com a intensificação do uso de equipamentos e insumos modernos, que objetivam o maior rendimento na produção, neste caso a modernização seria considerada uma mecanização e tecnificação da agricultura.

O segundo aspecto está relacionado com as modificações nas relações sociais de produção, entendendo a modernização da agricultura enquanto um processo de transformação capitalista, estando vinculada com uma forma desigual de beneficiar determinados produtos e setores (BALSAN, 2006; MATOS; PESSÔA, 2011; TEIXEIRA, 2005).

As razões da modernização versam sobre o sentido do progresso técnico no capitalismo, vinculado com os mecanismos de aumento da produtividade com o intuito de aumentar o excedente, os lucros e, conseqüentemente a apropriação da mais-valia.

Na agricultura esta premissa vai se dar tanto com o emprego de técnicas que visam o aumento da produtividade por área, como também daquelas que possibilitam a diminuição de custos e da quantidade de trabalho demandado na produção. “[...] Os desenvolvedores visam reduzir os custos trabalhistas e o trabalho manual pesado e

---

<sup>13</sup> Reportagem divulgada pela Comissão Pastoral da Terra intitulada: “PL da Grilagem ainda representa ameaça à sociobiodiversidade”, 2020. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/geral/5236-pl-da-grilagem-ainda-representa-ameaca-a-sociobiodiversidade>. Acesso em: 21/06/2020.

permitir que os agricultores se tornem independentes das jornadas de trabalho” (CHEMNITZ, 2018, p.17). Este mecanismo é vinculado com o emprego seletivo da tecnologia que se encontra concentrada nos grandes empreendimentos agrícolas intensivos em capital.

Com relação aos dados referentes ao pessoal ocupado na agropecuária, o censo de 2017 indica que 67%, cerca de 10,1 milhões de pessoas, trabalham na agricultura familiar. Com destaque para a região Nordeste com 46,6%, seguida do Sudeste 16,5%, Sul 16,0%, Norte 15,4% e Centro-Oeste 5,5%.

Na tabela a seguir é possível identificar esta distribuição por grupo de área, indicando a concentração dos postos de trabalho naquelas unidades de menor área, predominantemente pertencentes à agricultura familiar.

Tabela 3 - Pessoal ocupado por grupo de área total em 1996 e 2017

Grupo de área total	1996	%	2017	%
Total	17.930.890	100	5.030.721	100
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	1.349.711	7,5	606.400	12,0
1 a menos de 2 ha	1.378.451	7,7	468.259	9,3
2 a menos de 5 ha	2.513.564	14,0	818.200	16,3
De 5 a menos de 10 ha	2.058.452	11,5	650.662	13,0
De 10 a menos de 20 ha	2.416.889	13,5	730.585	14,5
De 20 a menos de 50 ha	3.055.094	17,0	855.773	17,0
De 50 a menos de 100 ha	1.678.601	9,4	394.054	7,8
De 100 a menos de 200 ha	1.197.018	6,7	218.654	4,3
De 200 a menos de 500 ha	1.007.832	5,6	146.911	3,0
De 500 a menos de 1.000 ha	481.096	2,7	54.748	1,1
1000 ha e mais	751.002	4,2	50.787	1,0

Fonte: SIDRA/IBGE – Censo Agropecuário; Atlas Brasil Agrário<sup>14</sup>. Organização: Baldassarini (2020).

Em comparação com os dados fornecidos pelo censo de 2006 houve uma queda de 8,8% no número total de pessoal ocupado para 2017, o que representou 15,1 milhões de pessoas, por sua vez, a queda de 1996 para 2017 foi de 72%.

Ou seja, em pouco mais de duas décadas a diminuição de pessoas que trabalham no setor agropecuário no Brasil superou os 70%. O que corrobora com o processo de incorporação da modernização e mecanização da agricultura capitalista no território brasileiro, em especial, nas maiores propriedades rurais, bem como com o processo de êxodo rural decorrente da expropriação desta população e da concentração de terras.

<sup>14</sup> Disponível em: < [http://www.atlasbrasilagrario.com.br/con\\_subcat/agropecuaria](http://www.atlasbrasilagrario.com.br/con_subcat/agropecuaria)>. Acesso em: 03/09/2019.

Milhares de sujeitos que viviam no campo se deslocaram tanto para as novas áreas de fronteiras agrícolas como para os centros urbanos. Estes indivíduos formaram um enorme contingente de trabalhadores assalariados temporários (considerando a mecanização parcial da produção agrícola); foram absorvidos por postos de trabalho urbanos; ficaram desempregados ou se organizaram em movimentos de reivindicação de acesso à terra e de defesa dos seus territórios (HESPANHOL, 2008).

Para Arl (2008) a modernização se instala efetivamente com a chamada “Segunda Revolução Agrícola”, com uma agricultura baseada na “Revolução Verde”. Este modelo de agricultura esteve vinculado com um padrão agrícola químico, motomecânico e genético, fundados nos Estados Unidos e na Europa, e que foi disseminado em escala global por meio dos pacotes tecnológicos, baseados em uma nova racionalidade produtiva. A ideia central por trás da sua efetivação era combater a fome mundial por meio do aumento da produtividade e da modernização tecnológica.

Segundo Mazoyer e Roudart (2010) os interesses da modernização não se restringiam ao fomento da revolução agrícola para a melhoria do acesso aos alimentos ou mesmo bem-estar social, mas também com o cenário de liberação de força de trabalho demandadas pelos grandes centros urbanos de países industrializados, além de favorecer o maior desenvolvimento industrial destes países, por serem os responsáveis pelo fornecimento de sementes, maquinários, defensivos, fertilizantes e o beneficiamento de produtos agrícolas.

Este processo caracteriza o chamado *apropriacionismo* que envolve a produção de adubos químicos em substituição da matéria orgânica, a mecanização na substituição de trações animais e o trabalho braçal e a produção de sementes melhoradas por meio da engenharia genética. Estes aspectos caracterizaram a apropriação das atividades de produção e processamento pela indústria, gerando uma quebra de autonomia da agricultura (ARL, 2008).

[...] há uma redefinição das relações entre a agricultura e a indústria a partir do desenvolvimento do complexo agroindustrial. A agricultura passa a se reestruturar a partir de sua inclusão imediata no circuito de produção industrial, seja como consumidora de insumos e maquinarias, seja como produtora de matéria-prima para a sua transformação industrial. Embora se mantenha a transferência de excedentes do setor agrícola, essa transferência é realizada principalmente pela ação do complexo agroindustrial, que passa a comandar os processos de produção na agricultura (SORJ, 1980 *apud* LIMA, 2004, p.43).

A agricultura neste modelo torna-se cada vez mais científica e globalizada, regida pela competitividade e por demandas cada vez maiores de técnica, ciência e informação (SANTOS, 2000), o que representa alterações não só na produção, como também na relação da sociedade-natureza cada vez mais metamorfoseada e socializada, por intermédio do aparato técnico.

Nos países mais pobres este processo resulta na dominação do setor industrial de grupos econômicos estrangeiros, tornando não só a agricultura, mas toda a economia do país dependente. O setor industrial produz a tecnologia agrícola e força sua demanda por meio do controle dos preços, além de dominar o processamento e/ou distribuição da produção impondo, novamente, os preços aos produtores.

O faturamento mundial do mercado de máquinas e tecnologias agrícolas é de US\$ 137 bilhões. Porém, desde 2013 o setor vem registrando queda das vendas em decorrência de fatores como diminuição de subsídios, baixo preço dos produtos agrícolas e saturação de mercados importantes.

Por outro lado, um setor em crescimento é a agricultura de precisão, que deve alcançar em 2021 um faturamento de 4,2 bilhões de euros, com um crescimento anual de 13,6%. Este mercado também é controlado por poucas corporações, sendo que no mercado mundial três delas dominam o setor: a canadense Deere & Company, a CNH Industrial que pertence ao grupo Fiat e a norte-americana AGCO (CHEMNITZ, 2018).

Tratores são operados pelo GPS; aplicativos fornecem aos produtores dados sobre a qualidade do solo através de redes sem fio e calculam os padrões ideais de semeadura e as distâncias de plantio. Os *drones* podem controlar a pulverização de agrotóxicos. A tecnologia da informação permite que os “sistemas de gerenciamento de áreas de produção” digitais acessem bases de dados e combinem informações da qualidade do solo com as previsões meteorológicas. E o controle desta tecnologia está concentrado nas mãos de poucas empresas (CHEMNITZ, 2018, p.16).

No Brasil a introdução dos pacotes vinculados com a modernização agrícola veio, em meados da década de 1960, acompanhado dos interesses do Estado e das grandes empresas de capital nacional e internacional. O Estado brasileiro foi responsável pela criação de todo um aparato institucional de favorecimento da modernização agrícola, por meio de investimentos para o desenvolvimento rural, com o crédito para compra de insumos, com as pesquisas agrônômicas e extensão rural para disseminação do modelo produtivista, importação de equipamentos agrícolas e com a política fundiária vinculada

com a propriedade privada e com o controle dos movimentos sociais (ARL, 2008; HESPANHOL, 2008).

Portanto, neste cenário de dependência de mercados longínquos, dos preços internacionais, dos lucros auferidos pelas intermediações do processo produtivo etc., as políticas de desenvolvimento se colocaram como instrumentos de institucionalização fundamental, por parte do Estado enquanto detentor de capital, decisão e coerção política em prol, espacialmente e historicamente, do processo de introdução do capitalismo no campo brasileiro (GORENDER, 1987; SANTOS, 2000).

A Revolução Verde promoveu mudanças estruturais relevantes, com a intensificação das desigualdades sociais, em especial no campo, vinculadas ao acesso desigual dos sujeitos sociais aos pacotes tecnológicos e a nova base técnica, gerando uma heterogeneidade estrutural da modernização agrícola. Muitos destes indivíduos agora eram subordinados não só aos fenômenos naturais e seus ritmos, como também ao capital, representado por empresas globais (BALSAN, 2006; ALTIERI, 2008; PEREIRA, 2012).

O processo de exploração dos solos agricultáveis mediante padrões vinculados a Revolução Verde e aos pacotes tecnológicos também ilustram interesses e intencionalidades de agente globais, que extrapolam o lugar, a região ou mesmo os Estados Nações, se tornando hoje uma questão de interesse mundial, justamente pela escala global de impacto.

São conjunturas globais que influenciam nas dinâmicas locais, regionais e nacionais de apropriação e uso dos solos agrícolas. Estes agentes globais com enorme força de atuação e aliados à importantes nichos de mercado, pesquisa e tecnologia altamente lucrativos, foram relevantes na disseminação global do padrão atual de exploração dos elementos naturais e da produção de alimento, incorporando novos elementos e processos em distintas configurações espaciais, constituídas por dinâmicas naturais e socioculturais extremamente diversas e múltiplas. Estes espaços se veem pressionados por um processo desenfreado de homogeneização de práticas, de insumos, de *commodities* e de alimentação.

Cada região ou lugar é atingido por esta escala de impacto carregando consigo particularidades que também devem ser consideradas. Diferentes regiões e lugares lidam com demandas globais com suas singularidades ao longo do processo. Diversas formas de resistência se espraiam pelos lugares, propondo novas relações com a natureza, com os alimentos e com as filosofias de vida. E estas resistências se fortalecem inclusive globalmente, embora também sejam incorporadas localmente de diversas formas.

- **A agricultura capitalista e a sua natureza antinatural**

O estabelecimento de um modo de produção no qual o condicionante do processo de trabalho é a reprodução do capital tem se tornado o núcleo da questão ecológica. Com o advento do capitalismo a produção material é cada vez menos guiada pela reprodução da vida social, e sim, pelo processo de acumulação de capital.

Portanto, centrar o debate sobre a questão ecológica no modo social de reprodução do capitalismo significa entender que é o caráter das relações sociais que determina a forma como a sociedade se relaciona com a natureza. Este processo fica evidente no modelo de desenvolvimento da agricultura moderna, enquanto uma irracionalidade da relação sociedade-natureza, já que a sua reprodução se dá sobre a intensificação da exploração da natureza, bem como do aprofundamento de desigualdades.

Para Porto-Gonçalves (2006) a monocultura, vinculada com o processo histórico brasileiro de exploração da terra para exportação de gêneros agrícolas de valor lucrativo para o mercado externo, se estabelece como uma das maiores contradições da agricultura.

Esta contradição se origina de um dos objetivos fundamentais da agricultura que seria a criação de mecanismos garantidores de segurança alimentar, ou seja, que garantisse o acesso ao alimento. Este objetivo, inerente às múltiplas *agriculturas* e seus consórcios, passa a ser subvertido com a expansão das monoculturas.

Desta forma, a monocultura de alimentos e outras formas de monocultura, é, em si mesma, a negação do legado histórico da humanidade na sua busca pela segurança alimentar, na medida em que o seu objetivo primeiro não é garantir a alimentação de quem a produz e, sim, a mercantilização do produto, ou seja, a mercantilização do alimento. “[...] Assim, a relação entre produtor e produto muda de qualidade e, mais ainda, a quantidade torna-se a qualidade mais desejada” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.213-214).

A expansão da monocultura é a expressão das relações de desigualdade. Uma desigualdade que é multiescalar.

Quando é considerado o papel dos países especializados na produção alimentar e de matérias-primas, identifica-se um processo de concentração desigual tanto da produtividade biológica do planeta (que vai dar subsídio para esta especialização e que, espacialmente, é representada pelas regiões tropicais), como também da produtividade econômica do planeta representada, especialmente, pelos países das regiões temperadas,

que são responsáveis pelo crescimento exponencial das demandas de produção e consumo.

Esta demanda crescente da produtividade econômica dos países no Norte Global resulta em um alto custo ecológico, cultural e político para os países do Sul Global, por gerar uma extrema especialização, tanto no que se refere às monoculturas, como também da dependência de alguns tipos de cultivo, tornando estes agrossistemas vulneráveis. Esta vulnerabilidade se refere tanto às pragas e variações climáticas, como também à dependência de insumos externos, como adubos, venenos e energia (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Estas relações desiguais colocam os povos e as comunidades que dependem da produção agrícola à mercê de demandas, preços e tecnologias que lhes são externas, que lhes são negadas por serem desde o início excludentes, justamente por estarem também inseridas no processo de mercantilização do todo.

No caso das sementes, o processo intensivo de monopólio e criação de patentes, vinculado com um novo modelo de produção do conhecimento a ele associado, é um fator de relevância no distanciamento, na separação, da produção e da reprodução e, assim, da segurança alimentar, que passa a depender de algumas corporações (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Esta separação também se aplica no distanciamento entre o saber e o fazer, entre o conhecimento produzido nos laboratórios das grandes corporações transnacionais e o conhecimento patrimonial, coletivo e comunitário, resultante das tradições indígenas, camponesas e quilombolas. Este modelo de agricultura promove a uniformização, a diminuição da diversidade genética, das formas de cultivar, de se relacionar com a terra, com o alimento e com a natureza.

“Nas áreas onde essa agricultura científica globalizada se instala, verifica-se uma importante demanda de bens científicos (sementes, inseticidas, fertilizantes, corretivos) e, também, de assistência técnica. Os produtos são escolhidos segundo uma base mercantil, o que também implica uma estrita obediência aos mandamentos científicos e técnicos. São essas condições que regem os processos de plantação, colheita, armazenamento, empacotamento, transportes e comercialização, levando à introdução, aprofundamento e difusão de processos de racionalização que se contagiam mutuamente, propondo a instalação de sistemismos, que atravessam o território e a sociedade, levando, com a racionalização das práticas, a uma certa homogeneização” (SANTOS, 2011, p. 89).

No Brasil não é diferente, o desenvolvimento do modelo agrário/agrícola está alicerçado no monocultivo que, segundo (PORTO-GONÇALVES, 2006), é um elemento fundamental para entender o processo de dependência dos agricultores com relação ao complexo industrial-financeiro altamente oligopolizado, o que gera insegurança no acesso ao alimento, tanto dos indivíduos envolvidos na produção como do país como um todo.

Com a Revolução Verde um mercado bilionário de fertilizantes também foi estabelecido, com a indústria ressaltando os seus efeitos nos rendimentos crescentes, mas sem considerar os impactos negativos sobre a natureza e a sociedade.

A produção de fertilizantes, vinculada com a alta demanda do gás e do petróleo, aumentou seis vezes desde a década de 1960. As suas vendas totalizaram US\$ 175 bilhões, sendo que a Agrium do Canadá, a Yara da Noruega e a Mosaic Company dos EUA são responsáveis por 21% do mercado mundial de fertilizantes (REHMER; WENZ, 2018).

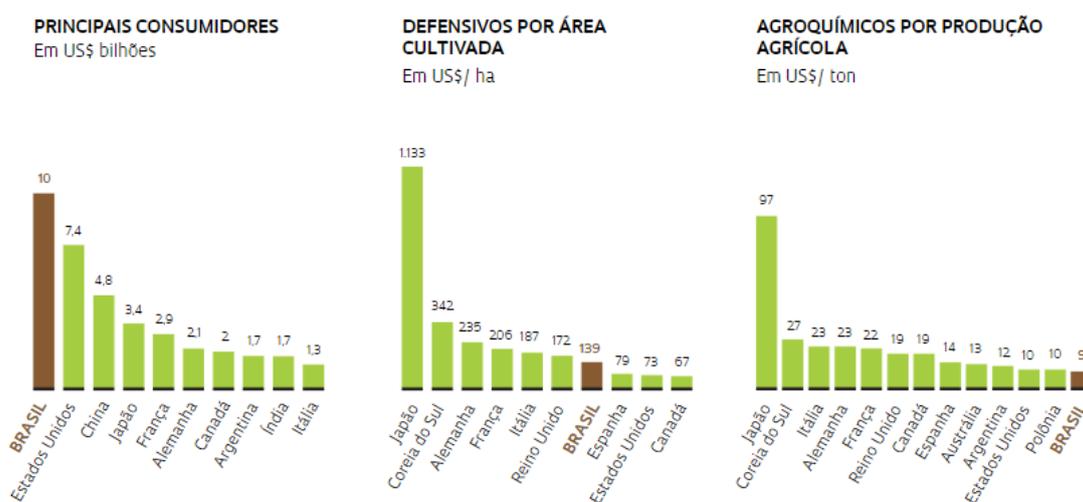
Neste cenário, países como a China estabilizaram suas demandas por fertilizantes, restringindo o uso no país, porém, suas importações de rações e alimentos provenientes de países como o Brasil, indicam o processo de terceirização da produção agrícola e do uso de fertilizantes, sinalizando, no caso brasileiro, um aumento progressivo deste uso de cerca 3,5 vezes quando comparado com 1995. Atualmente, “[...] cada hectare de terra arável é tratado com 163,7 kg de fertilizantes – uma quantidade bem elevada em comparação com a média mundial de 137,6 kg e que torna o Brasil o quarto maior consumidor de fertilizantes do mundo” (REHMER; WENZ, 2018, p.19).

O mesmo modelo de negócio se aplica para as empresas de sementes e agrotóxicos, caracterizadas por um ritmo acelerado de fusões dando origem a conglomerados empresariais cada vez mais poderosos. Um dos exemplos mais atuais foi a compra da americana Monsanto pela alemã Bayer, tornando-se a maior corporação agrícola do mundo, com um terço do mercado global de sementes comerciais e um quarto do mercado de agrotóxicos (MOLDENHAUER; HIRTZ, 2018).

Neste contexto, o domínio dos agrotóxicos e o material genético por meio das patentes resulta no controle do setor de semente e, conseqüentemente, influencia diretamente na agricultura, na produção de alimentos e na soberania alimentar em escala global (MOLDENHAUER; HIRTZ, 2018).

Desde 2008 o Brasil é o campeão mundial no consumo de agrotóxicos<sup>15</sup> (Figura 1), movimentando em torno de US\$ 50 bilhões e 20% do mercado global. Em 2012 o consumo chegou a 6,9 kg/ha, um aumento de 160% quando comparado com o ano 2000, período de maior expansão da soja e do milho transgênico em território nacional. Em 2017 o consumo saltou para 540 mil toneladas, 50% a mais do que em 2010 (FERNANDES, 2018; VASCONCELOS, 2018).

Figura 1 - Comparação do uso de agrotóxicos no Brasil e no mundo (2013)



Fonte: Vasconcelos (2018)<sup>16</sup>.

A distribuição do consumo demonstra uma desigualdade espacial, no qual estados como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e São Paulo apresentam uma média em torno de 12 a 16 kg/ha (BOMBARDI, 2017).

A assimetria também se observa na permissividade de resíduos de agrotóxicos em diferentes nacionalidades, um exemplo é a soja brasileira na qual é tolerado resíduo de glifosato 200 vezes maior do que o permitido na União Europeia, ou de Malationa que no brócolis produzido no Brasil tem limites de resíduo 250 vezes maior que o permitido na União Europeia, para o feijão este limite sobe para 400 vezes (BOMBARDI, 2017).

<sup>15</sup> De acordo com a lei dos agrotóxicos (BRASIL, 1989) e seu decreto de regulamentação (BRASIL, 2002) os agrotóxicos são definidos como: “os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos”. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7802.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7802.htm)>. Acesso em: 13/04/2020.

<sup>16</sup> Dados compilados por Edivando Velini e Caio Carbonari, da Unesp, com base em dados da FAO e da Consultoria PHILLIPS MCDOUGALL.

Na água a assimetria também persiste, no Brasil o limite de resíduo tolerado na água potável de Atrazina é 20 vezes maior e de Glifosato é 5.000 vezes mais. Já para a Malationa e o Acefato não há na legislação brasileira um limite estabelecido, sendo que todos estes estão listados entre os agrotóxicos mais comercializados em território nacional (BOMBARDI, 2017).

As *commodities* soja, milho, cana e algodão correspondem a destinação de 85% do total de agrotóxicos utilizados no país (CARNEIRO et al., 2015; FERNANDES, 2018). No que tange ao ingrediente mais consumido destaca-se o Glifosato, que corresponde a mais da metade do volume total dos agrotóxicos comercializados, com um aumento do consumo de 2009 para 2014 de 64%, chegando a quase 195 toneladas/ano.

O estado do Mato Grosso lidera o consumo, com 38 mil toneladas, aliás este estado lidera o consumo de agrotóxicos no país, 17,7% do total, ou seja, o Mato Grosso é responsável por consumir 1/5 de todo o agrotóxico comercializado no Brasil (BOMBARDI, 2017).

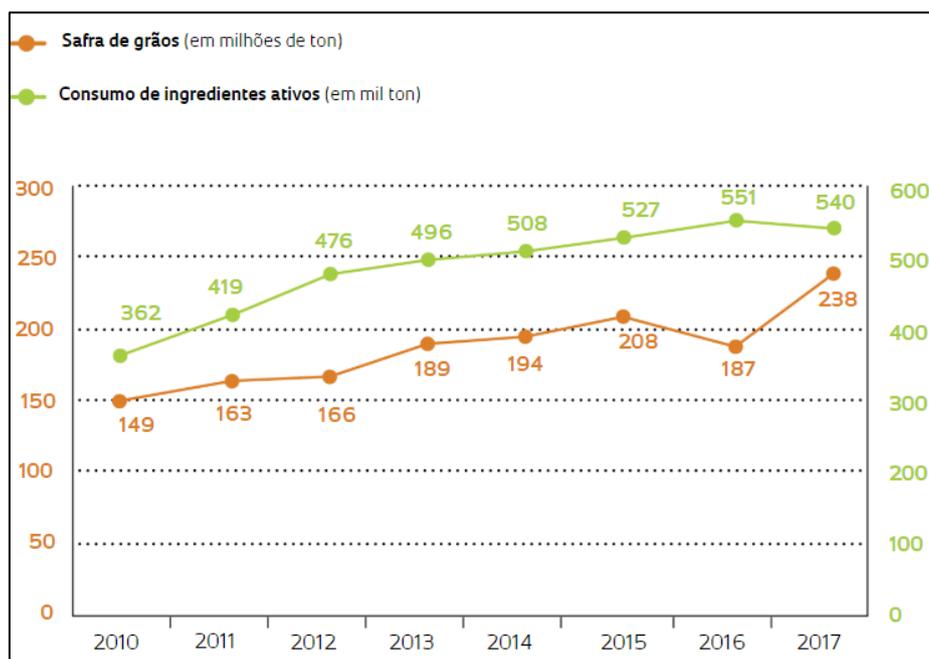
Quando comparado com outros grandes consumidores de agrotóxicos do mundo, o Brasil cai para sétimo lugar no ranking mundial por área plantada e para 13º no que tange a taxa de consumo pela produção agrícola. Apesar da queda, o país continua entre os maiores consumidores, com o agravante, segundo Bombardi (2017), de que muitos dos defensivos vendidos no país não são permitidos em nações desenvolvidas, chegando a cerca de 30% dos agrotóxicos. Como exemplo têm-se a Atrazina e o Acefato, duas das substâncias mais utilizadas no Brasil.

O debate sobre o uso dos agrotóxicos no país se acirrou nos últimos anos devido ao Projeto de Lei (PL) nº 6.299/02 aprovado na Câmara dos Deputados em junho de 2018, que foi apresentado em 2002 pelo então ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi. O projeto objetiva a revisão das regras de uso e registro de novos defensivos agrícolas em território nacional (VASCONCELOS, 2018).

De acordo com os defensores da mudança na legislação representados, principalmente, por fabricantes e associações vinculadas ao agronegócio, a legislação atual impede a entrada de produtos mais avançados e mais seguros no mercado brasileiro. Por outro lado, organizações da saúde, bem como entidades ambientalistas, indicam que o projeto representaria um “Pacote do Veneno”, alegando que a flexibilização da entrada destes produtos resultaria em maiores riscos à saúde e à contaminação ambiental, por facilitar a entrada de agrotóxicos mais perigosos no país e por não contribuir com a disponibilidade de alimentos mais seguros (VASCONCELOS, 2018).

O aumento do consumo de ingredientes ativos (composto responsável pela atividade do agrotóxico) de agroquímicos acompanha o aumento da produção agrícola no Brasil (Gráfico 3), vinculada com a expansão da monocultura, que de acordo com Bombardi (2017) e Vasconcelos (2018) se constitui em um sistema que altera o equilíbrio do ecossistema, afetando a biodiversidade e favorecendo o surgimento de pragas e doenças, que serão “combatidas” com o maior uso de defensivos agrícolas.

Gráfico 3 - Evolução do consumo de ingredientes ativos de agroquímicos e a produção de grãos no Brasil

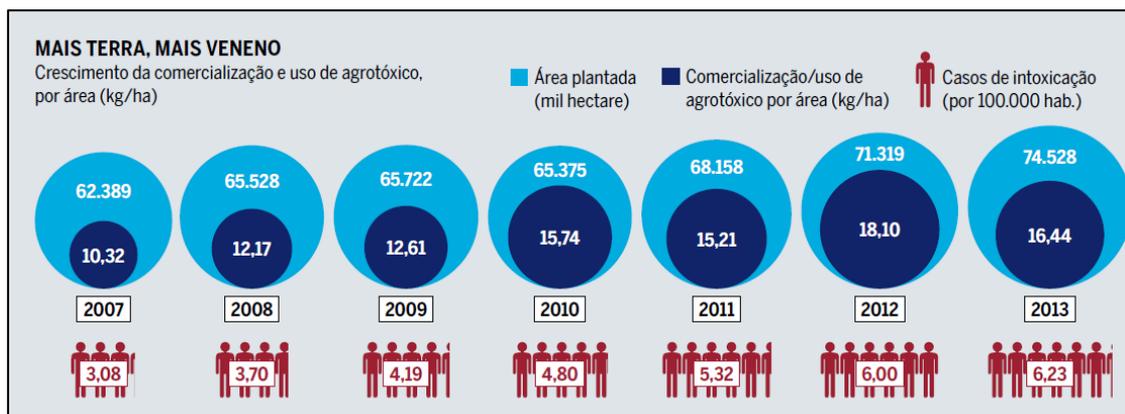


Fonte: Vasconcelos (2018).

O uso intensivo dos agrotóxicos tem sido acompanhado pelo aumento dos casos de intoxicação (Figura 2), tanto aqueles causados pela exposição no ambiente de trabalho, como as intoxicações crônicas, derivadas da presença de resíduos de agrotóxicos em alimentos ou no ambiente.

Também é possível identificar que este aumento do consumo de agrotóxicos não possui vinculação direta com o aumento da produtividade ou mesmo da expansão de áreas cultivadas. Como é possível visualizar na figura abaixo, entre 2007 e 2013 a área cultivada registrou aumento de 20%, enquanto o uso de agrotóxicos e os casos de contaminação dobraram (FERNANDES, 2018). Entre 2007 e 2015 84,2 mil pessoas sofreram intoxicação, uma média de 25 por dia (VASCONCELOS, 2018).

Figura 2 - Infográfico do comparativo entre aumento da área plantada, uso de agrotóxicos e casos de intoxicação no Brasil (2007 a 2013)



Fonte: Fernandes (2018).

Com relação ao desmatamento vinculado com a incorporação de terras na fronteira agrícola para a produção de *commodities*, a reportagem “A study names firms that buy products from areas with deforestation” da revista inglesa *The Economist*<sup>17</sup>, indicou algumas correlações entre o agronegócio brasileiro e o desmatamento na Amazônia e no Cerrado, ao nomear as empresas que adquirem produtos de áreas associadas com estas práticas.

Segundo os estudos apresentados pela plataforma Trase, resultado de uma parceria do Instituto Ambiental de Estocolmo com a Global Canopy, 95% da derrubada de árvores nas fazendas de cultivos de soja no estado do Mato Grosso entre 2012-2017 foram consideradas ilegais. Nos municípios do estado com as áreas mais desmatadas ilegalmente, a Trase estima que praticamente 60% da sua colheita foi adquirida pela Amaggi (empresa nacional) ou pelas gigantes norte-americanas, Bunge e Cargill.

De acordo com o anuário publicado pela Trase em 2018<sup>18</sup> a região de Matopiba, no nordeste do cerrado brasileiro, cobrindo um terço do bioma, constitui-se em um dos maiores focos mundiais de desmatamento e perda de habitat vinculado com a produção de soja. Em Matopiba (associação das iniciais dos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), a soja teria se expandido, entre 2001 e 2017, 310% o que corresponde a 14% de toda a expansão da soja do país.

<sup>17</sup> Deforestation in Brazil: The roots of the problem. Publicada em 11 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.economist.com/graphic-detail/2020/06/11/a-study-names-firms-that-buy-products-from-areas-with-deforestation>. Acesso em: 19/06/2020.

<sup>18</sup> Anuário Trase 2018, Sustentabilidade das cadeias de produção: Risco de desmatamento na exportação de soja brasileira. Disponível em: <https://yearbook2018.trase.earth/>. Acesso em: 19/06/2020.

Esta expansão teria resultado no desmatamento de aproximadamente 850.000 ha de vegetação do cerrado para a ocupação da soja entre 2005 e 2016, o equivalente a 20% da área total de soja plantada em 2016 e 37% da área total de expansão da soja durante este período.

Já a produção de carne bovina brasileira teria sido responsável por causar 6 vezes mais desmatamento do que as áreas de produção de soja, sendo a pecuária vinculada com aproximadamente 80% do desmatamento na Amazônia, quase todo ilegal. A JBS, a Minerva e a Marfrig, gigantes do setor, seriam responsáveis por 2/3 do risco de desmatamento oriundos dos seus fornecedores.

A abordagem destes processos desnuda a articulação entre a *crise agrária* e a *crise ecológica*, já que em seu núcleo estão os mecanismos de reprodução do capitalismo. Assim, a defesa por uma agricultura ecologicamente mais sustentável perpassa pela crítica ao capitalismo, ao modificar e influenciar diretamente o modelo econômico e agrário/agrícola.

- **Quem alimenta o Brasil? A agricultura capitalista e a insegurança alimentar**

Os caminhos percorridos na história da agricultura do Brasil estão articulados com um projeto de nação que desencadeou no perfil agropecuário brasileiro.

Os debates agrários nas décadas de 1950 e 1960 versaram, segundo Delgado (2013), sobre a natureza das forças produtivas na agricultura, justificando uma reforma agrária que permitisse o desenvolvimento capitalista nas pequenas e médias explorações. Esse discurso vem acompanhado por uma crescente desigualdade entre a produção de alimentos e de produtos exportáveis.

De forma geral, se identificou neste momento uma queda expressiva da disponibilidade interna de alimentos *per capita* em oposição a um dinamismo crescente da produção voltada para o mercado de exportação, revelando o compromisso do capital com os valores mais rentáveis da agricultura brasileira.

“[...] Se apenas a produção dos “exportáveis” e da cana-de-açúcar permite, pelos seus preços relativos, que os retornos do capital paguem a renda fundiária compatível, essa produção tornar-se-á prioritária do ponto de vista capitalista. Isso ocorre mesmo que se elevem as carências nutricionais da população mais pobre” (DELGADO, 2013, p. 66).

Em meados dos anos 1980 instaurou-se políticas conjunturais no sentido de desmontar o projeto de modernização conservadora e criar condições para uma nova estratégia de acumulação de capital na agricultura, baseada na economia do agronegócio. Esta estratégia foi desenhada com a crise cambial de 1982, por meio da adoção de medidas de ajuste econômico que resultaram no apelo à exportação de *commodities* como caminho de equação do *déficit* das transações externas.

Essa orientação se efetiva nos anos 2000, quando a pauta exportadora passa pelo processo estrutural de “reprimarização”. A este contexto se soma às políticas neoliberais dos anos 1990, com o desmonte de estruturas internas de fomento produtivo e comercial (DELGADO, 2013).

A economia do agronegócio se reestrutura nos anos 2000 frente a crise de liquidez internacional que afeta a economia brasileira e resulta nos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI). Como estratégia se busca a geração de saldos de comércio externo com o objetivo de suprir o *déficit*, e mais uma vez os setores primário-exportadores são escalados para gerar esse saldo comercial, fazendo com que a agricultura capitalista, o agronegócio, volte a ser a prioridade da agenda política e econômica (DELGADO, 2013).

Este movimento de expansão das exportações gerou a expansão das *commodities*, a valorização das terras agropecuárias e a desregulamentação fundiária, com o afrouxamento da política fundiária e florestal. Com estes mecanismos os complexos agroindustriais se rearticulam, crescendo substancialmente frente a economia, graças a inserção externa e as políticas internas caracterizadas como economia do agronegócio (DELGADO, 2013).

[...] O que fica evidente nos anos 2000 é o relançamento de alguns complexos agroindustriais, da grande propriedade fundiária e de determinadas políticas de Estado, tornando viável um peculiar projeto de acumulação de capital, para o qual é essencial a captura da renda de terra, juntamente com a lucratividade do conjunto dos capitais consorciadas no agronegócio” (DELGADO, 2013, p. 109).

Esta conjuntura política e econômica evidencia a dependência e a exploração como os resultantes do modelo de desenvolvimento econômico. A expansão das exportações de *commodities* ressalta a presença das estruturas de acumulação e de captura do excedente econômico ancoradas, principalmente, nas vantagens comparativas naturais e da produtividade da natureza.

“[...] A produtividade dos recursos naturais, ou o conceito antigo da teoria do comércio internacional – as vantagens comparativas dos recursos naturais – terras, e jazidas minerais, recursos hídricos, etc., parece haver se convertido na grande aposta da inserção brasileira na divisão internacional do trabalho, com todos os riscos inerentes à assimetria dessa inserção; principalmente da instabilidade congênita de sua vinculação à remuneração do capital estrangeiro operante ou transitando na economia” (DELGADO, 2013, p.114).

Soma-se a este fenômeno a busca pela extração do excedente econômico baseado na renda fundiária e que se fundamenta tanto na exploração da natureza como a concentração da propriedade fundiária. O que vai acarretar consequências agrárias, ambientais e sociais.

A dimensão espacial da produção agropecuária no Brasil indica dois movimentos principais. O primeiro é justamente esta expansão das áreas destinadas à produção de *commodities*, no sistema de monoculturas, altamente centralizadoras de terra e renda e comandada por demandas do mercado externo.

Os dados macroeconômicos do Brasil reafirmam este perfil agrário exportador da economia brasileira. Em 2019 o Brasil foi responsável por exportar US\$ 225.383,5 bilhões e importou um total de US\$ 177.347,9 bilhões, resultando em um superávit de US\$ 48.035,6 bilhões. Os principais destinos das exportações foram a China, responsável por 28,1% do total, Estados Unidos com 13,2%, Países Baixos com 4,49% e Argentina com 4,34%.

As exportações de 2019 foram lideradas pela soja representando 12% do total das exportações, petróleo com 11%, minério de ferro e seus concentrados com 10%, celulose com 3,3%, milho com 3,2%, carne bovina com 2,9%, carne de frango também com 2,9%, demais produtos manufaturados com 2,8%, farelo de soja também com 2,8% e café representando 2% das exportações brasileiras<sup>19</sup>.

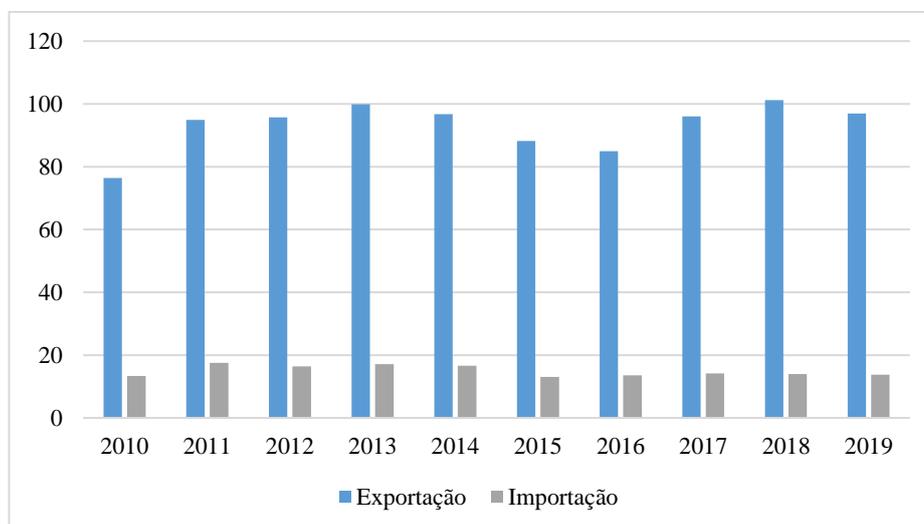
Os principais produtos importados foram combustíveis de petróleo com 7,3%, adubos e fertilizantes com 5,1%, demais produtos manufaturados com 4,5% e equipamentos de telecomunicação 4%.

---

<sup>19</sup> Os dados de exportação e importação do agronegócio, a participação dos estados brasileiros, os principais destinos e produtos foram extraídos do Agrostat - Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro. Disponível em: < <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/AGROSTAT.html>>. Acesso em: 03/02/2020. Os valores de exportação e importação total do Brasil foram extraídos do site do Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços, no sistema Comex Stat. Disponível em: < <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>. Acesso em: 03/02/2020.

As exportações do setor do agronegócio somaram US\$ 96,8 bilhões em 2019, já as importações foram de US\$ 13,6 bilhões.

Gráfico 4 - Balança comercial do agronegócio brasileiro (2011-2019) em US\$ Bilhão



Fonte: MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), AGROSTAT – Estatísticas de comércio exterior do agronegócio brasileiro. Organização: Baldassarini (2020).

De acordo com dados do IBGE e do MAPA o PIB da agropecuária brasileira no ano de 2019 apresentou um aumento de 1,3%, totalizando R\$ 322 bilhões e representando 5,2% da participação das atividades econômicas do país, que totalizou R\$ 7,3 trilhões. A indústria foi responsável por 20,9% (aumento de 0,5%) do PIB nacional e os serviços por 73,9% (aumento de 1,3%).

O maior destaque do setor agropecuário foi a pecuária, com um crescimento expressivo de 23,71%, vinculado com o aumento da demanda mundial por carnes, em especial representada pela China<sup>20</sup>.

Já o ramo agrícola recuou 3,46% em 2019, apesar do aumento dos elos industriais (insumos e agroindústrias). De acordo com o Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), da Esalq/USP, este recuo foi impulsionado pelo crescimento do custo de produção e a redução de preços de produtos relevantes como soja, café, algodão e mandioca.

O Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) lançou em 2016 o estudo sobre a dinâmica do crescimento das exportações do agronegócio brasileiro (MARANHÃO;

<sup>20</sup> Estas informações são do CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) da Esalq/USP em parceria com a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) e com a Fealq (Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz). Disponível em: < <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>. Acesso em: 06/04/2020.

VIEIRA FILHO, 2016). Ao avaliar o desenvolvimento do PIB para os setores da agricultura, indústria e serviços, com dados do Banco Mundial de 2016, foi possível identificar a tendência de queda na participação da agricultura ao longo dos anos em diversos países, inclusive o Brasil.

Figura 3 - Participação do valor adicionado no PIB da agricultura e a taxa geométrica de crescimento (1992-2013)

Valor adicionado (% do PIB)	Regiões	Anos					Taxa geométrica de crescimento (TGC)			
		1992	1994	1999	2008	2013	1992-1994	1994-1999	1999-2008	2008-2013
Agricultura	Mundo	-	-	4,3	3,1	3,1	-	-	-3,7	0,4
	Países de renda média	17,8	17,0	14,3	10,2	10,0	-2,5	-3,3	-3,7	-0,4
	Países de baixa renda	41,4	41,2	37,8	33,5	32,4	-0,3	-1,7	-1,3	-0,7
	Países de alta renda	-	-	2,0	1,5	1,6	-	-	-3,4	1,3
	Brasil	7,7	9,9	5,3	5,4	5,6	13,0	-11,5	0,1	0,8
	Argentina	5,9	5,5	4,8	7,2	7,3	-4,0	-2,67	4,61	0,42
	China	21,4	19,5	16,1	10,3	9,4	-4,5	-3,8	-4,8	-1,9
	Índia	28,7	28,3	24,5	17,8	18,6	-0,8	-2,8	-3,5	0,9
	Rússia	7,4	6,6	7,3	4,4	4,0	-5,3	2,0	-5,5	-1,8
	Estados Unidos	-	-	1,2	1,1	1,5	-	-	-0,3	4,9

Fonte: Maranhão; Vieira Filho (2016).

Apesar da tendência de queda, o desempenho brasileiro no mercado mundial está fortemente vinculado com a produção de produtos agropecuários para exportação. A compensação do setor se dá, principalmente, por meio de mecanismos de aumento da produção. As pesquisas apontam para a continuidade deste crescimento também na produção agropecuária brasileira, embora com taxas menores, vinculada, principalmente, com as demandas de importações de países emergentes, com o aumento da população urbana e do PIB mundial *per capita* e com o incentivo da produção de biocombustíveis a partir de óleos vegetais (MARANHÃO; VIEIRA FILHO, 2016).

Estes dados corroboram com as análises de Girardi (2008), apresentados no Atlas Brasileiro Agrário, ao indicar a tendência histórica de vulnerabilidade econômica do agronegócio, o que resulta no esforço constante de aumento da produção agropecuária e da produtividade, bem como do avanço da fronteira agrícola para incorporação de novas terras ao processo produtivo, enquanto política de incentivo as exportações brasileiras de *commodities*.

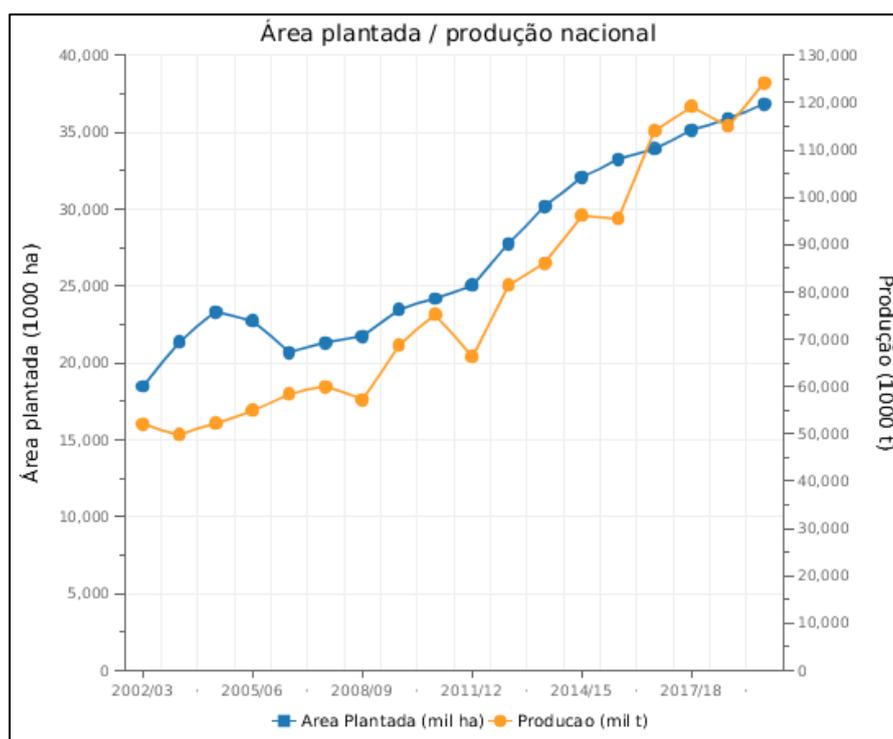
Atualmente, o Brasil disputa o primeiro e segundo lugar na produção de soja do mundo, com uma área plantada que passou de 22 milhões de hectares em 2005/2006 para 36 milhões em 2019/2020<sup>21</sup>. Também é o maior produtor de cana-de-açúcar com uma

<sup>21</sup>Disponível em: <<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>>. Acesso em: 11/04/2020.

área de 8,4 milhões de hectares na safra 2019/2020<sup>22</sup>, quando comparado com 5,8 milhões de hectares em 2005/2006. Já o milho, do qual o Brasil também é um dos maiores exportadores do mundo, ocupa uma área estimada de 17 milhões de hectares em 2019/2020, contra 12 milhões em 2005/2006<sup>23</sup>.

O crescimento tanto em área como da produção das *commodities* brasileiras pode ser observado nos gráficos a seguir. De forma geral, é possível identificar que o crescimento da produção está articulado diretamente com a incorporação de novas áreas ao processo produtivo.

Gráfico 5 - Área plantada e produção nacional de soja (2002/2003 – 2019/2020)

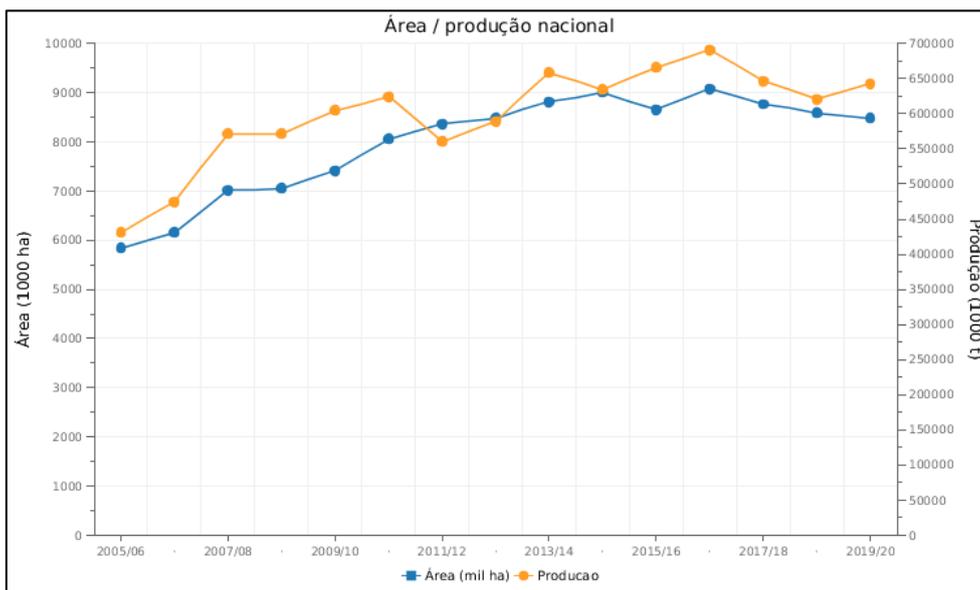


Fonte: CONAB (2020).

<sup>22</sup>Disponível em: < <https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/safras/cana-serie-historica>>. Acesso em: 12/04/2020.

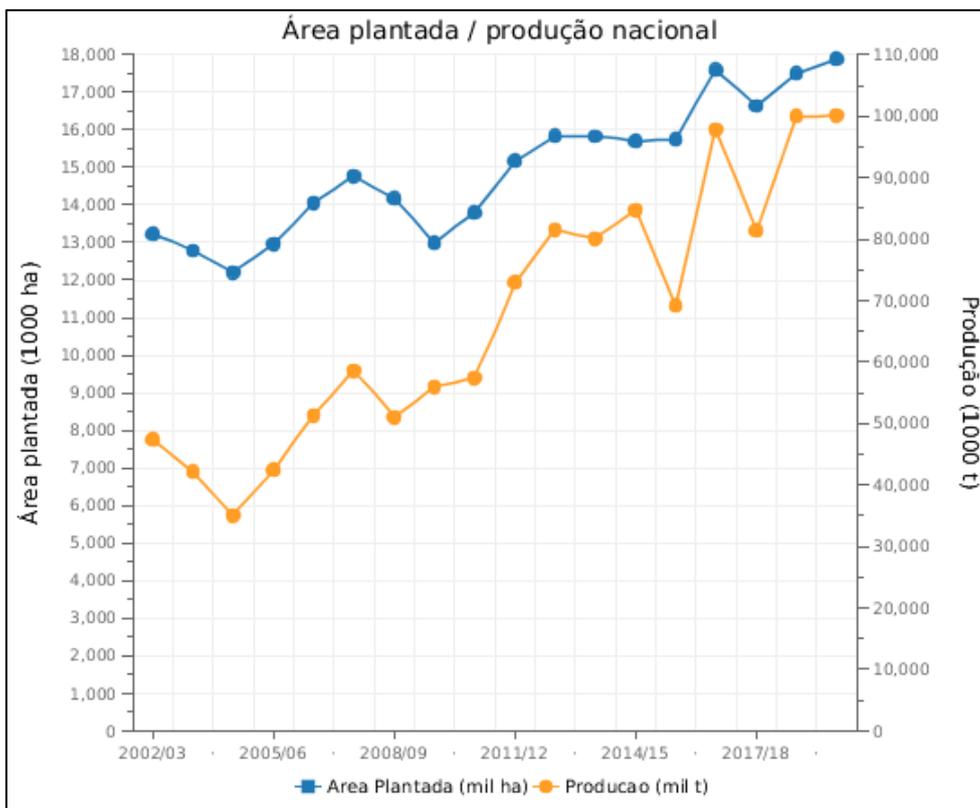
<sup>23</sup>Disponível em:< <https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/safra-serie-historica-dashboard>>. Acesso em: 12/04/2020.

Gráfico 6 - Área plantada e produção nacional de cana-de-açúcar (2005/2006 – 2019/2020)



Fonte: CONAB (2020).

Gráfico 7- Área plantada e produção nacional de milho (2002/2003 – 2019/2020)



Fonte: CONAB (2020).

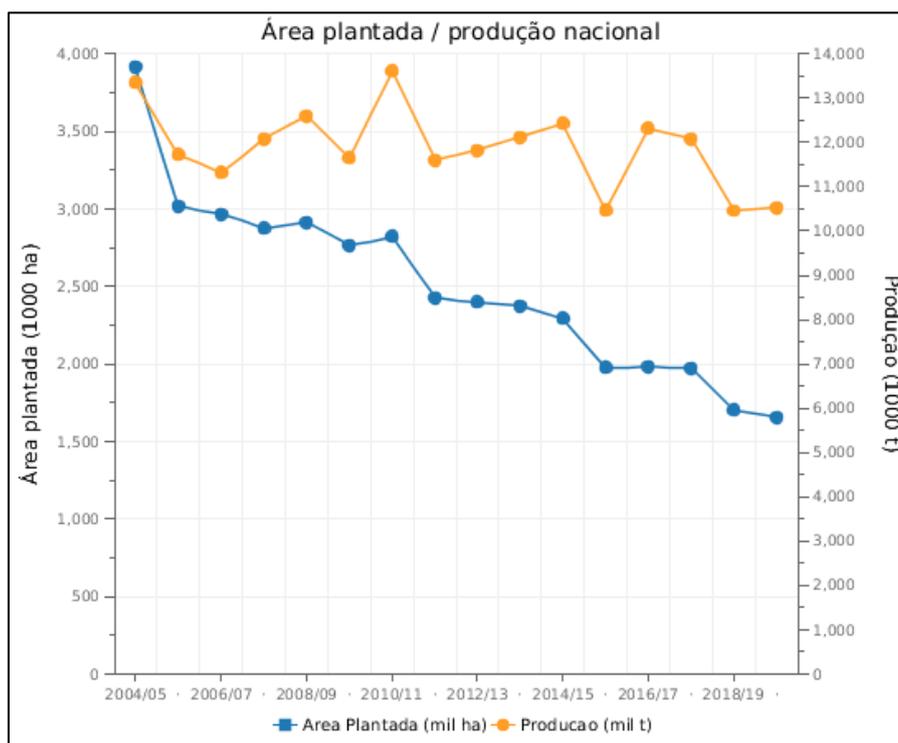
Tanto o milho como o etanol são um dos principais produtos que também compõem as importações brasileiras, neste sentido, como abordado por Bombardi (2017),

é explícito a lógica de produção de itens agropecuários brasileiros orientada por demandas de exportação e de mecanismos do mercado internacional e não de abastecimento interno.

De acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira, publicado em 2014 pelo Ministério da Saúde, os alimentos básicos do consumo da população brasileira como o arroz, feijão, mandioca e legumes e frutas, além de serem nutricionalmente indicados, também são responsáveis por promover a agricultura familiar e a economia local, “[...] favorecendo assim formas solidárias de viver e produzir e contribuindo para promover a biodiversidade e para reduzir o impacto ambiental da produção e distribuição dos alimentos” (BRASIL, 2014, p.31).

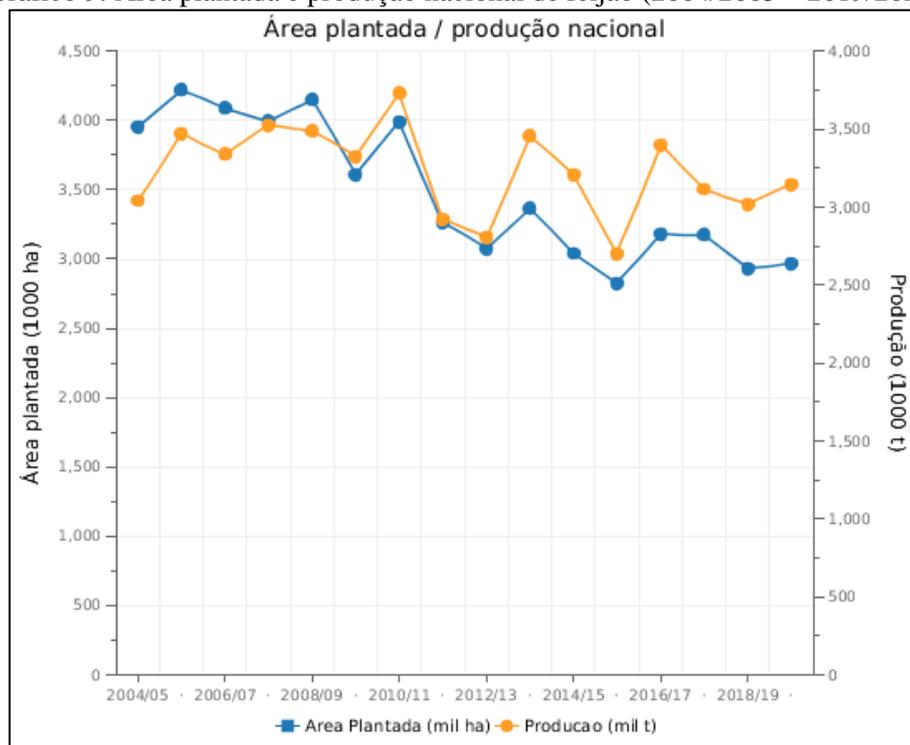
Porém, nos últimos anos, se observa a continuidade da tendência de diminuição tanto em produção como, principalmente, em área plantada destes alimentos básicos do consumo nacional, como indicam os gráficos a seguir, repercutindo na disponibilidade de alimentos e, conseqüentemente, na segurança alimentar da população.

Gráfico 8 - Área plantada e produção nacional de arroz (2004/2005 – 2019/2020)



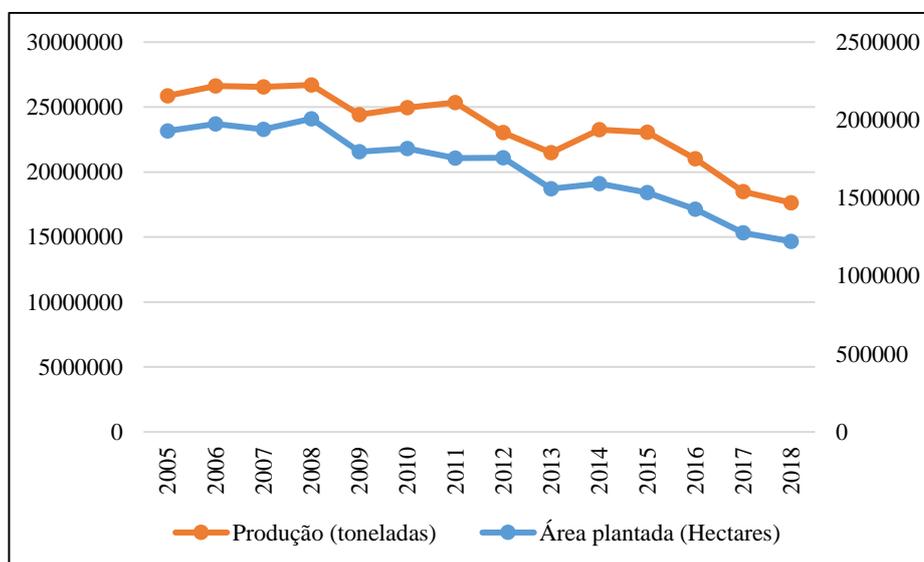
Fonte: CONAB (2020).

Gráfico 9: Área plantada e produção nacional de feijão (2004/2005 – 2019/2020)



Fonte: CONAB (2020).

Gráfico 10 - Produção e área plantada de mandioca (2005 – 2018)



Fonte: IBGE – Produção agrícola municipal. Organização: Baldassarini (2020).

De acordo com o Anuário Estatístico da FAO de 2013<sup>24</sup>, 870 milhões de pessoas, 12,5% da população mundial, ou seja, uma em cada oito, ainda passam fome no mundo.

<sup>24</sup> Anuário Estatístico da FAO de 2013: Alimentação e Agricultura Mundial. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/i3107e/i3107e00.htm>>. Acesso em: 07/04/2020.

Deste total, 852 milhões residem em países em desenvolvimento, representando 14,9% da população total desses países.

Em 2018, de acordo com o Statistical Pocketbook da FAO<sup>25</sup>, este número caiu para 821 milhões de pessoas, uma média de uma a cada nove pessoas no mundo, sendo que 10% da população mundial se encontram em situação de insegurança alimentar grave.

As dimensões da segurança alimentar versam sobre a disponibilidade, acesso, estabilidade e a utilização dos alimentos (FAO, 2013). Com relação à disponibilidade de alimentos, fatores como conflitos políticos, as mudanças e desastres climáticos têm comprometido a oferta, resultando nos índices de fome global.

Porém, soma-se a estes aspectos a desigualdade da distribuição dos alimentos produzidos e das condições de acesso, que dependem de fatores como renda das famílias, preços das mercadorias e as condições de infraestrutura para acessar estes produtos, sendo que a proximidade entre os locais de produção e os consumidores têm sido um fator fundamental para facilitar a acessibilidade (FAO, 2013).

Ainda segundo o Statistical Pocketbook houve um aumento exponencial do comércio internacional de alimentos, com um aumento de 5 vezes nos últimos 50 anos dos fluxos de exportações, principalmente, por conta da maior produtividade por unidade de terra e pela intensificação dos cultivos. Porém, esta expansão também se dá de forma desigual.

No geral, os países de alto rendimento foram aqueles que mais cresceram em comparação com as regiões mais pobres. Um exemplo foi o continente Africano, no qual o crescimento da produção agrícola foi de menos de 1%, quando comparado com a média de crescimento de 2% dos países considerados em desenvolvimento (FAO, 2018).

Outro aspecto fundamental para entender a segurança alimentar é a elevada instabilidade dos mercados de alimentos caracterizada, desde meados dos anos 2000, pelos *déficits* de oferta, oscilação de preços e aumento da incerteza sobre a capacidade do mundo de se alimentar.

No que tange à demanda, os preços altos e voláteis tem representado aos consumidores tanto a necessidade de reajustar a ingestão de alimentos, bem como de se preparar para o aumento da proporção de gastos da renda familiar destinada para a compra destes produtos (FAO, 2013).

---

<sup>25</sup> World Food and Agriculture: Statistical Pocketbook 2018. Disponível em: < <http://www.fao.org/policy-support/resources/resources-details/en/c/1160800/>>. Acesso em: 07/04/2020.

Portanto, as flutuações na produção, oferta e preço dos alimentos indicam a maior ou menor vulnerabilidade dos países no que tange à segurança alimentar, somando-se a estes fatores a demanda de importação de produtos alimentícios básicos, indicando que quanto maior a necessidade de importação de alimentos maior a vulnerabilidade destes países. Garantir a produção, abastecimento e distribuição dos alimentos pelo mercado interno é, portanto, garantir a segurança alimentar da população.

A produção de cereais, principal produção agrícola destinada para alimentação é responsável por ocupar mais de 50% da área total cultivada no mundo. Das 2,3 bilhões de toneladas de cereais produzidas ao ano, 1 bilhão é destinada para consumo humano, 750 milhões para consumo animal e 500 milhões são processadas para o uso da indústria, usadas como semente ou desperdiçadas (FAO, 2013).

A previsão é que até 2050 a produção de alimentos praticamente irá dobrar para satisfazer as necessidades projetadas para uma população de 9 bilhões de pessoas. Este cenário indica a necessidade de se pensar em sistemas agrícolas sustentáveis que garantam a soberania alimentar, o que perpassa, necessariamente, pelo diálogo sobre formas outras de se fazer *agriculturas* e de se relacionar com a natureza.

A identificação dos aspectos constituintes da *crise agrária*, relacionadas com os mecanismos de dominação e exploração da natureza e da sociedade na agricultura capitalista, ajudam a compreender como a mesma expressa as contradições deste modelo de sociedade moderna.

Estas contradições versaram sobre vários aspectos, a começar pela “adequação” de um modelo de territorialização e produção baseado na mercantilização da natureza e na propriedade privada da terra, enquanto inserção da agricultura nas dinâmicas do capitalismo.

Como aspectos constituintes deste modelo de agricultura têm-se a sua materialização espacial por meio da concentração de terras, articulada com a especulação fundiária e a constituição e consolidação dos latifúndios; as disputas de/por território acirrando as desigualdades e os conflitos no campo; a monocultura enquanto modelo de simplificação da diversidade cultural e ecológica; a insegurança alimentar enquanto expressão de um distanciamento crescente da produção e do consumo de alimentos, regidos por padrões globais de distribuição controlados pelos oligopólios do setor etc.

Todos estes aspectos indicam a configuração de um contexto insustentável, tanto do ponto de vista socioeconômico como ecológico, que caracteriza o modelo dominante

de exploração e exportação da natureza no território brasileiro, fortemente articulado com as suas heranças coloniais de extrativismo, colonialidade e dependência.

No capítulo a seguir buscou-se identificar como estes mecanismo de apropriação, dominação e exploração da natureza e da sociedade, identificados enquanto expressões das contradições da *crise do paradigma-científico*, da *crise ecológica* e da *crise agrária*, se reproduzem dentro do contexto da colonialidade, entendido enquanto um padrão mundial do poder característico do modelo de sociedade do sistema-mundo capitalista moderno-colonial, sem o qual é impossível compreender as contradições fundamentais da *crise da relação sociedade-natureza* no Sul Global, em especial, no caso brasileiro.

## CAPÍTULO IV

### **A DES(COLONIALIDADE) DA RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA: DO ENTENDIMENTO DOS PADRÕES DE REPRODUÇÃO AOS POTENCIAIS DE TRANSPOSIÇÃO PELO DIÁLOGO COM AS PERSPECTIVAS DESCOLONIAIS E DE EMANCIPAÇÃO DO SUL GLOBAL**

Neste capítulo será abordado a colonialidade da relação sociedade-natureza, por meio da identificação das relações de dominação intrínsecas ao processo de exploração colonial e capitalista da América Latina, bem como da construção de uma forma hegemônica de pensar, viver e se relacionar com a natureza.

Considerando enquanto pilares do modelo de sociedade o capitalismo, a racionalidade científica e a modernidade, a ênfase dada a este capítulo será a de compreender como os mecanismos de dominação e exploração capitalista da natureza e dos indivíduos, bem como a hegemonia do pensamento científico moderno se deu em um contexto de colonização e colonialidade da América Latina. Neste sentido, os autores descoloniais indicam aspectos e especificidades importantes para o debate, articulando diferentes mecanismos de (re)produção dos padrões de dominação e exploração.

Por isso, a colonialidade da natureza será abordada como uma das formas de dominação do sistema-mundo capitalista moderno-colonial, estando articulada com a colonialidade do poder, do saber e do ser, que se expressaram por meio de diferentes mecanismos no tempo e no espaço.

Nesta perspectiva, a colonialidade do poder está relacionada com as formas modernas de exploração e dominação, que deram sustentação tanto para a expansão colonial como para a construção de um padrão de classificação social baseado na categoria de “raça”. Já a colonialidade do saber está articulada com a reprodução dos regimes de pensamento, sendo a Europa o centro da produção e validação do conhecimento científico, objetivo e racional (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017; MALDONADO-TORRES, 2007; QUIJANO, 2000; WALSH, 2005).

A colonialidade do ser, por sua vez, se refere a vivência da experiência da colonização, que impacta nas formas de vida e visões de mundo dos povos colonizados, resultando em processos de subalternação e desumanização. E, por fim, a colonialidade da natureza estaria relacionada com a construção da dualidade binária natureza/sociedade, por meio da qual é negada toda relação dos mundos biofísicos, humanos, espirituais, característico de uma narrativa que justifica os processos de exploração e dominação da

natureza (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017; MALDONADO-TORRES, 2007; QUIJANO, 2000; WALSH, 2005).

A partir do entendimento dos padrões de reprodução da colonialidade, por meio dos mecanismos estruturantes daquilo que será entendido como a colonialidade da relação sociedade-natureza, será estabelecido um diálogo entre concepções consideradas importantes e que apontam caminhos para a transposição das crises enunciadas até aqui. São caminhos que abordam contribuições da ecologia dos saberes, alternativas ao desenvolvimento, perspectivas pós-extrativistas e por uma discussão que aborda o *Buen Vivir* e os Direitos da Natureza enquanto potenciais de emancipação.

São formas de pensar e conceber o mundo que se encontram e se materializam nas lutas dos movimentos sociais, lutas em defesa dos povos, dos territórios e da natureza, lutas que articulam mudanças de paradigmas e ações contestatórias representadas, por exemplo, por formas outras da relação sociedade-natureza, como a soberania alimentar e a agroecologia.

#### **4.1 A colonialidade da relação sociedade-natureza: entendendo os padrões de dominação e os mecanismos de reprodução do sistema-mundo capitalista moderno-colonial**

O conceito de colonialidade, cunhado por Quijano (1997), vincula a modernidade com a experiência colonial, entendendo-a como um processo de estabelecimento da economia capitalista mundial que se deu com a incorporação das Américas, mediante o processo de colonização e da acumulação primitiva colonial. Esta última, mais do que uma pré-condição para o desenvolvimento do capitalismo, se constituiu como fundamental para a sua dinâmica interna e de reprodução (ASSIS, 2014).

Portanto, não haveria uma economia capitalista mundial que pudesse existir ou ser entendida sem o processo de expansão colonial com as grandes navegações e o “descobrimento” das Américas iniciado no século XVI, como também do neocolonialismo do século XIX e a partilha da África e da Ásia.

Mesmo com a extinção do colonialismo histórico-político nas Américas e a constituição das nações independentes nos séculos XIX e XX, não houve a emancipação política, econômica e cultural destes países, permanecendo a reprodução dos processos de acumulação primitiva colonial (QUIJANO, 2005; ASSIS, 2014; CRUZ, 2017).

Neste momento histórico duas transformações importantes, associadas com o colonialismo, ocorreram tanto na economia como na epistemologia. No que tange a economia mudanças radicais permitiram que o Ocidente reproduzisse indefinidamente seus recursos, consolidando a economia capitalista (MIGNOLO, 2017).

Já a mudança epistemológica se associa com o Renascimento europeu, com a ciência enquanto conhecimento que lhe permitiu um controle sobre a natureza que nunca havia tido antes. Tanto o capitalismo como a revolução científica passam a se configurar dentro do discurso progressista da modernidade. Ambos se materializam pela legitimação e expansão da exploração capitalista da natureza, ou seja, estão inseridas nas lógicas do modo de produção hegemônico, que vai orientar as formas de apropriação social da natureza e as formas de concebê-la (MIGNOLO, 2017).

Esta relação entre modernidade, colonialismo e capitalismo mundial, são entendidas enquanto a base para o padrão de poder, definida por Quijano (2000) como a colonialidade do poder, estruturada em níveis complexos que se entrelaçam e se reproduzem. Esta colonialidade indica os mecanismos de dominação e de exploração que permaneceram com o fim do colonialismo.

Como nestas sociedades houve um processo de independência dos Estados sem a descolonização social, o que ocorreu foi uma reconfiguração da colonialidade do poder em bases institucionais novas. Não houve, segundo Quijano (2000), a descolonização das relações sociais, políticas e culturais entre as raças, entre grupos e elementos de existência social europeus e não-europeus. Portanto, a estrutura de poder permanece organizada ao redor do eixo colonial.

Para Fanon (1968, p.79) grande parte dos países do Terceiro Mundo, dominados e colonizados se transformaram em países economicamente dependentes, considerando que a ex-colônia reforçou, ou mesmo manteve intacta, os circuitos comerciais do tipo colonialista. A jovem nação independente pôde “[...] exportar para outros países, para outras zonas monetárias, mas a base de suas exportações não se modifica fundamentalmente. O regime colonial cristalizou circuitos, e a nação é obrigada, sob pena de sofrer uma catástrofe, a mantê-los”.

Por isso, a colonialidade transcende os aspectos particulares do colonialismo histórico, indicando a manutenção e reprodução das formas coloniais de dominação e subordinação após o fim das administrações coloniais, agora vinculadas com os

mecanismos do sistema-mundo capitalista moderno-colonial<sup>26</sup> (QUIJANO, 2005; ASSIS, 2014; CRUZ, 2017).

Nesta perspectiva, as formas coloniais de dominação e subordinação estariam arraigadas na formação social, nas instituições políticas e acadêmicas, nas relações de dominação e opressão, nas práticas autoritárias de sociabilidade, na linguagem, imaginário e subjetividades, bem como na forma como o conhecimento é produzido (CRUZ, 2017).

Nesta perspectiva, a modernidade, associada ao tempo, o tempo moderno, se vincula com a relação imperial/colonial, associada ao espaço (expansionismo e controle de terras pelo imperialismo/colonialismo), justamente porque a modernidade que se conecta à Europa pelos discursos dominantes é indissociável da localização geopolítica, ou seja, a espacialidade é de extrema importância para a produção deste discurso e as concepções imperiais e coloniais de espaço foram elementos formadores da experiência moderna (MALDONADO-TORRES, 2008).

Quais são as relações entre, por um lado, as tendências instrumentalistas e monológicas da modernidade e, por outro, o mito do vazio das terras e do vazio de racionalidade dos povos dessas terras? Como se pode comunicar com sujeitos que *a priori* se suspeita não serem dotados de razão? A fim de abordar estas questões, é necessário introduzir um conceito de modernidade que tenha seriamente em consideração a relação que esta mantém com as relações geopolíticas” (MALDONADO-TORRES, 2008, p.85).

Assim, a relação entre modernidade e experiência colonial é fundamental para entender o processo de produção da modernidade. Isso porque o que surge no século XVI foi um novo modelo de poder associado com dois processos históricos de produção daquele espaço/tempo.

O primeiro foi uma nova forma de classificação dos povos, codificada pela ideia de “raça”, que diferencia conquistadores e conquistados, uma estrutura biológica que supostamente estabelece uma situação natural de inferioridade de povos em relação a outros (QUIJANO, 2000; MALDONADO-TORRES, 2008).

---

<sup>26</sup> Esta experiência colonial e a colonialidade estão localizadas não só no tempo como também no espaço, a partir de uma noção espacial cunhada por Mignolo (2002), o colonial/moderno. Este mundo colonial/moderno evoca simultaneamente a expansão do circuito comercial atlântico, as transformações promovidas pela Revolução Industrial e a sua expansão para as Américas, Ásia e África, bem como possibilita narrativas e histórias oriundas não só da perspectiva do “moderno” e da sua expansão pelo mundo, mas também do “colonial” e sua situação de subalternidade.

O segundo processo foi um novo mecanismo de controle do trabalho, baseada em uma estrutura que traduzia todas as outras já conhecidas (como a escravidão, a servidão e a pequena produção independente) em função do capital e do mercado mundial (QUIJANO, 2000; MALDONADO-TORRES, 2008).

Para Quijano (2005) o atual padrão de poder mundial caracteriza-se pela articulação dos âmbitos da existência social com as formas historicamente conhecidas de controle das relações sociais, formando estruturas com relações sistemáticas. Cada uma destas estruturas é controlada por uma instituição produzida dentro do padrão de poder. No caso do controle do trabalho, dos seus recursos e produtos, a instituição é a empresa capitalista; já o sexo, seus recursos e produtos são controlados pela família burguesa; a autoridade é controlada pelo Estado-nação e a intersubjetividade é controlada pelo eurocentrismo.

Ou seja, o atual sistema-mundo global, que começou a se formar com a colonização da América, teria três elementos básicos de práticas sociais: a colonialidade, o capitalismo e o eurocentrismo. Assim, a “[...] elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado” (QUIJANO, 2005, p.126).

Este novo padrão de dominação e exploração articulou raça e capitalismo, estabelecendo uma complexa matriz de poder denominada de colonialidade do poder, ou seja, um modelo de poder “[...] especificamente moderno que interliga a formação racial, o controle do trabalho, o Estado e a produção do conhecimento” (MALDONADO-TORRES, 2008, p.88).

Quijano (2005) considera a raça uma categoria mental da modernidade, vinculada com relações sociais que se configuraram, no processo de colonização, como relações de dominação, no qual tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais.

Para quem pensa o mundo numa perspectiva emancipatória e a partir da América, sobretudo da América negra, indígena e mestiça e dos segmentos excluídos da riqueza que produz sob relações de dominação/opressão e produção/exploração, é fundamental compreender esse caráter colonial-moderno do sistema-mundo que conformou um complexo de classes sociais embebido na racialidade (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.41).

Assim, a ideia de raça foi importante para a legitimação das relações de dominação impostas pela conquista, associada com uma “[...] elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeu” (QUIJANO, 2005, p. 118), ou seja, a legitimação das ideias e relações entre dominantes e dominados.

Soma-se a raça outras duas linhas de classificação que constituíram a formação do capitalismo mundial colonial-moderno: o gênero e o trabalho. Para Quijano (2000) é nestas três instâncias que as relações de exploração, dominação e conflito se estabelecem. Estes seriam entendidos como os pilares da modernidade (BALLESTRIN, 2013).

Com relação ao gênero Curiel (2018) indica a importância de buscar a matriz de opressão que se reproduz nas expressões estruturais e ideológicas. Aqui a questão central é entender por que os indivíduos são empobrecidos, racializados e sexualizados, considerando que estas condições são produzidas pela colonialidade.

Nesta perspectiva, raça, gênero e classe são entendidos enquanto construções de uma epistemologia moderna colonial, “[...] não são simples eixos de diferenças, mas são diferenciações produzidas pelas opressões imbricadas que o sistema colonial moderno produziu” (LUGONES, 2008, p.94).

As novas identidades históricas produzidas pela ideia de raça também foram vinculadas com a natureza dos papéis na estrutura global de controle do trabalho. Assim, raça e divisão do trabalho estão estruturalmente associados e se reforçam.

Este processo originou a divisão racial do trabalho no interior do capitalismo colonial/moderno, por meio de um controle da relação capital-trabalho, enquanto assalariado e não remunerado, destinado às raças colonizadas.

Esta colonialidade do trabalho, para Quijano (2005, p.120), determinou a geografia social do capitalismo, no qual o capital, na “[...] relação social de controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno do qual se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos”.

Na América, as formas de controle do trabalho atuaram simultaneamente, bem como foram articuladas em torno do eixo do capital e do mercado mundial, fazendo parte de um padrão de organização que configurou o sistema capitalista (QUIJANO, 2005).

Com a colonização, o capital se consolidou mundialmente como sistema de relações de produção e engrenagem das formas de controle do trabalho e seus produtos (QUIJANO, 2005).

Para Fanon (1968) as condições de trabalho pouco mudaram com o fim do colonialismo, sendo as deportações, os massacres, o trabalho forçado e a escravidão os principais meios empregados pelo capitalismo para a acumulação de capital e poder.

Assim, a colonialidade do poder se caracteriza por um contexto de legitimação e potencialização daquelas formas de exploração capitalista identificadas na *crise ecológica* e na *crise agrária*, tanto da natureza, pela exploração colonial, como da sociedade pelo controle e divisão racial do trabalho. Estes mecanismos de (re)produção das lógicas de poder, foram importantes para o processo de apropriação dos elementos fundamentais da produção e da atribuição de valor e riqueza, ou seja, tanto o trabalho como a natureza.

Outra dimensão da colonialidade/modernidade é epistemológica, entendida enquanto a colonialidade do saber ou a geopolítica do conhecimento. Aqui o eurocentrismo passa a ser visto como uma lógica fundamental da reprodução. Eurocentrismo e colonialismo são encarados como duas faces da mesma moeda (BALLESTRIN, 2013).

A colonialidade do saber, para Quijano (2005), está articulada com a elaboração intelectual da modernidade, que produziu uma perspectiva e modo de produzir conhecimento que legitima e reforça um padrão mundial de poder colonial/moderno, capitalista e eurocêntrico.

Esta linguagem epistêmica eurocentrada articula-se, segundo Castro-Gómez (2005), com o “ponto zero”, entendido como o lugar do qual partiria toda observação neutra e absoluta, que atribuiu à linguagem científica uma estrutura universal da razão. Para o autor, este “ponto zero” é eurocêntrico, traduzindo um sujeito que não tem gênero, etnia, raça, classe ou mesmo localização epistêmica em alguma relação de poder, ou seja, um padrão de neutralidade do sujeito.

A colonialidade do saber esteve articulada com as novas relações intersubjetivas de dominação enquanto um processo que se iniciou com a expropriação das populações colonizadas, enquanto aspecto importante no processo de acumulação primitiva, seguido da repressão das formas de produção do conhecimento dos colonizados, da sua produção de sentidos, seu universo simbólico, das suas expressões e subjetividades (QUIJANO, 2005).

Por fim, a reprodução da dominação se deu forçando os colonizados a aprender a cultura dos dominadores, tanto no campo material, tecnológico, subjetivo como até

religioso. Estes mecanismos de dominação garantiram aos dominadores europeus o traço etnocêntrico, baseado justamente no processo de classificação racial da população.

Estes mecanismos de poder colonial tiveram duas implicações principais:

A primeira é óbvia: todos aqueles povos foram despojados de suas próprias e singulares identidades históricas. A segunda é, talvez, menos óbvia, mas não é menos decisiva: sua identidade racial, colonial e negativa, implicava o despojo de seu lugar na história da produção cultural da humanidade (QUIJANO, 2005, p.127).

A partir deste momento, modernidade e racionalidade passam a ser a base para o eurocentrismo, enquanto “[...] perspectiva hegemônica de conhecimento, da versão eurocêntrica da modernidade e seus dois principais fundamentos”: o primeiro como trajetória da civilização humana, que parte do estado de natureza até a Europa, e o segundo que concede a dualidade entre a Europa e a não-Europa, enquanto diferenças de natureza racial e não de histórias de poder (QUIJANO, 2005, p.122).

O eurocentrismo passa a ser entendido como uma perspectiva de conhecimento que foi elaborada sistematicamente na Europa Ocidental e que se tornou mundialmente hegemônica com o processo de domínio da Europa burguesa, vinculada com um “[...] padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América” (QUIJANO, 2005, p.9).

Como elementos principais do eurocentrismo têm-se: a perspectiva dualista (não europeu-europeu, primitivo-civilizado, tradicional-moderno, pré-capital-capital); o evolucionismo linear e unidirecional (do estado de natureza para a sociedade moderna europeia); a naturalização das diferenças culturais por meio da ideia de raça e a localização de tudo que não é europeu como atrasado (QUIJANO, 2005).

Portanto, houve uma naturalização das relações humanas, construída a partir de uma narrativa de que as características da sociedade moderna seriam a expressão de tendências espontâneas e naturais do desenvolvimento histórico da humanidade, ou seja, a sociedade liberal expressaria não somente a ordem social desejável, como também a única possível, seguindo um modelo civilizatório único, globalizado e universal (LANDER, 2005).

Aqui repousa a força hegemônica do pensamento da colonialidade que é de produzir sua própria narrativa como conhecimento objetivo e universal, de defesa da sociedade moderna, capitalista e liberal como a mais avançada, bem como dos seus

imperativos de progresso, crescimento e desenvolvimento sustentado pela dominação e exploração capitalista dos indivíduos e da natureza (LANDER, 2005).

Neste contexto se reproduz as relações intersubjetivas de dominação, características da *crise do paradigma científico*, no qual se constituiu uma ideologia, uma ideia de natureza enquanto externalidade, enquanto normalização e padronização das formas de apropriação social da natureza.

Ou seja, uma universalidade que legitima a intenção da colonização de negligenciar as formas de conhecer e viver dos povos colonizados, substituindo-as por outras formas de viver e de conhecer que atendessem das demandas e objetivos do processo civilizatório (CRUZ, 2017).

Para Maldonado-Torres (2008) esta relação entre modernidade, colonialidade e o mundo moderno/colonial foi a base para o conceito de colonialidade do Ser, já que é na relação entre poder e conhecimento e entre colonialidade do poder e colonialidade do saber que se têm o conceito de ser e a sua própria colonialidade.

Esta conexão se estabelece a partir do momento em que o conhecimento não pode ser separado da linguagem, e que esta não é apenas um fenômeno cultural, no qual as pessoas encontram sua identidade, mas também o lugar na qual este conhecimento se inscreve. Ou seja, a linguagem não é só algo que os seres humanos têm, mas algo que eles são, por isso, a colonialidade do poder e a colonialidade do saber se engendram pela colonialidade do ser (MIGNOLO, 2003; MALDONADO-TORRES, 2008).

A colonialidade do ser está centrada no ser colonizado, resultado de um poder e um pensamento que se tornam mecanismos de exclusão. Este ser colonizado é produto “[...] da modernidade/colonialidade na sua íntima relação com a colonialidade do poder, com a colonialidade do saber e com a própria colonialidade do ser” (MALDONADO-TORRES, 2008, p.89).

Assim, a colonialidade do ser refere-se “[...] ao processo pelo qual o senso comum e a tradição são marcados por dinâmicas de poder de caráter preferencial: discriminam pessoas e tomam por alvo determinadas comunidades”. Este caráter preferencial da violência traduz a colonialidade do poder, “[...] que liga o racismo, a exploração capitalista, o controle sobre o sexo e o monopólio do saber, relacionando-os com a história colonial moderna”. (MALDONADO-TORRES, 2008, p.96).

Para Fanon (1968, p.198) o domínio colonial se estabelece pela desarticulação da existência cultural do povo subjugado, que se deu por diferentes mecanismos como a negação da sua realidade nacional, a introdução de novas relações jurídicas, o lançamento

à periferia dos indígenas e seus costumes e a escravização sistemática que resulta na anulação cultural. Isso se deve ao fato da cultura nacional, sob o domínio colonial, ser “[...] uma cultura contestada, cuja destruição é empreendida de maneira sistemática. É muito rapidamente uma cultura condenada à clandestinidade”.

Este autor aborda a descolonização como um encontro de duas forças “congenitamente antagônicas” que segregam e alimentam a situação colonial, o colono e o colonizado. Este último se refere aos sujeitos e grupos sociais subjugados, oprimidos, violentados, explorados e expropriados do campo e da cidade (FANON, 1968; MALDONADO-TORRES, 2008).

A colonialidade do poder, do ser, do saber e da natureza não são formas de dominação exclusivamente baseadas no exercício do poder de forma coercitiva, ou seja, não se trata somente da repressão dos dominados, mas também do processo de institucionalização e naturalização do imaginário europeu como a única forma possível de se relacionar com a natureza, com o mundo social e com a subjetividade (CRUZ, 2017).

Assim, o processo de colonização também significou a colonização do imaginário do colonizado por meio de formas de repressão associadas com a produção do conhecimento e os modos de conhecer (CRUZ, 2017).

Na colonialidade da natureza estes mecanismos podem ser entendidos como as formas econômicas e instrumentais de se pensar e de se explorar a natureza, que são construídos no interior da modernidade, e que expressam os processos de expropriação territorial para a acumulação capitalista. São formas hegemônicas de concebê-la enquanto mercadoria e de aniquilamento e deslegitimação de outros modos de se viver com ela (ASSIS, 2014).

Como abordado por Galeano (2010) a exploração da natureza pela expansão territorial dos domínios coloniais foi não só o estímulo, mas a base de sustentação do desenvolvimento europeu.

O saque se deu por mecanismos de expropriação, apropriação e exploração não só da natureza, mas também dos povos, enquanto fatores fundamentais no movimento de acumulação primitiva de capital.

A Europa precisava de ouro e prata. Os meios de pagamento em circulação se multiplicavam sem cessar e era necessário alimentar os movimentos do capitalismo na hora do parto: os burgueses se apoderaram das cidades e fundavam bancos, produziam e intercambiavam mercadorias, conquistando mercados novos. Ouro, prata, açúcar: a economia colonial, mais abastecedora do que consumidora, estruturou-se em função das necessidades do mercado europeu, e a seu serviço (GALEANO, 2010, p.31).

Para o autor os processos de expansão territorial continuam sendo pautados na lógica capitalista, garantindo a expropriação, por meio de mecanismos diferentes. Se anteriormente, no colonialismo histórico, isso se dava por meio de uma exploração legitimada pela força político-militar do Estado colonizador, agora a garantia da expropriação está vinculada com a colonialidade da apropriação da natureza, que no interior da modernidade cria formas econômico-instrumentais de pensá-la e apropriá-la.

Sempre que o imperialismo começa a exaltar suas próprias virtudes, convém revistar seus bolsos. E comprovar que este novo modelo de imperialismo não torna suas colônias mais prósperas, conquanto enriqueça seus polos de desenvolvimento; não alivia as tensões sociais regionais, antes as agrava; dissemina ainda mais a pobreza e concentra ainda mais a riqueza (GALEANO, 2010, p.193).

Assis (2014) buscou demonstrar a continuidade dos processos de expropriação em países da periferia do capitalismo, indicando que estes espaços da colonialidade ainda são relevantes para o avanço das frentes de acumulação de capital e de relações de dependência. Assim, a colonialidade na apropriação da natureza atualmente está vinculada com as novas formas tomadas pela velha exploração territorial (ASSIS, 2014; CRUZ, 2017; MIGNOLO, 2017).

Os discursos civilizatórios, de modernidade, desenvolvimento, progresso e globalização, vinculados com um padrão civilizatório superior e normalizado, sustentam a aceitabilidade da colonialidade da natureza por meio de narrativas e ações como: promover vantagem competitiva com a extração de riquezas naturais; a necessidade de “ocupação econômica” de terras vagas ou pouco produtivas; a ideia de que o progresso e o desenvolvimento econômico são proporcionais à exploração da natureza; ou mesmo de que a modernidade nos países periféricos estaria vinculada com a integração dos produtos primários à economia global, ou seja, seria o único caminho possível de integração destes países (LANDER, 2000).

A colonialidade e o padrão de poder mundial capitalista estão articulados com esta invenção do desenvolvimento e do Terceiro Mundo e seus mecanismos de exploração,

como uma forma de organização das redes e das estruturas de poder do mundo contemporâneo, que condena os países periféricos ao subdesenvolvimento.

E são os povos, as classes e as comunidades subalternizadas que experimentam o preço do desenvolvimento ao mesmo tempo em que escancaram a crise deste modelo como único caminho, enunciando a sua crítica radical (BARCELOS, 2017).

Até porque são estes que continuamente vêm sendo os primeiros expropriados por grandes barragens, monoculturas, siderúrgicas, estradas, corredores logísticos, portos, enfim, *obras do desenvolvimento*, e os primeiros também a recusarem estas ideias fáceis do imaginário desenvolvimentista, como progresso, economia, justiça, sustentabilidade, avaliação de impactos, cidadania, controle social (BARCELOS, 2017, p.266).

Para estes povos desenvolver-se representou a persistência de conflitos territoriais, injustiças sociais, intolerância, silenciamento e desterritorialização das formas de vida, de fazer e de ser (BARCELOS, 2017).

A narrativa do desenvolvimento se associa com uma busca de satisfazer as necessidades da sociedade moderna, tornando-se uma proposta global institucionalizada em 1949, em um contexto do discurso do presidente dos Estados Unidos, Harry Truman. A partir deste momento, houve um direcionamento de todas as sociedades de perseguirem esta única meta. Desde então, todas as energias, planos, programas, projetos, metodologias, financiamentos etc., tinham como objetivo alcançá-lo (ACOSTA, 2012).

Em nome desta busca, os países centrais ou desenvolvidos, jamais renunciaram às operações de intervenção nos assuntos internos dos países periféricos ou subdesenvolvidos. Ao invés disso, consolidaram uma estrutura de dominação dicotômica, dividindo o mundo em desenvolvidos-subdesenvolvidos, uma visão binária bem característica da sociedade moderna-colonial (ACOSTA, 2012).

Quando os problemas vinculados com o desenvolvimento começaram a gerar questionamentos sobre este modelo, buscou-se alternativas de desenvolvimento, que orientassem a superação daquilo que era identificado como um problema.

Com isso diversos caminhos de desenvolvimento foram sendo redefinidos como: desenvolvimento local, rural, sustentável, ecodesenvolvimento e tantos outros que não questionavam os núcleos conceituais da ideia convencional, ou seja, enquanto um progresso linear expresso, principalmente, pelo crescimento econômico (ACOSTA, 2012).

Para Lang (2016) esta meta tem se traduzido na inclusão violenta de territórios nos circuitos de acumulação de capital, além de transformar populações em consumidores, camponeses em assalariados, natureza em *commodities* e a propriedade coletiva em privada e vendável.

Ao mesmo tempo, esta busca tem justificado tanto os meios para ser alcançada, como também os seus fracassos. Aqui vale tudo para sair do subdesenvolvimento, tudo pode ser sacrificado se o objetivo for se tornar desenvolvido, “[...] por isso aceitamos a devastação ambiental e social em troca de conseguir o “desenvolvimento”, negamos nossas raízes históricas e culturais para nos modernizarmos” (ACOSTA, 2012, p.200).

Para autores como Acosta (2016), Lander (2016) e Lang (2016) houve nos governos progressistas da América-Latina um processo de neodesenvolvimentismo que aprofundou o modelo extrativista, com o argumento da necessidade de financiar o investimento social com o crescimento econômico propiciado pelos *royalties* da exportação de *commodities*.

Nesta fase de neoliberalismo a característica central, de acordo com Aráoz (2016), é a intensificação dos processos de acumulação por espoliação, bem como das dinâmicas de mercantilização, mediadas por recursos de violência.

Na verdade, o que se expandiu com o crescimento foi o capitalismo que, no caso da América Latina, se configura como um capitalismo periférico-colonial-dependente, fundamentado no aprofundamento das condições estruturais e históricas de superexploração e depredação da natureza para a acumulação global (ARÁOZ, 2016).

Apesar de todas as advertências em contrário, a obsessão pelo crescimento, pela expansão do consumo, pela “ascensão das classes médias” como caminho para “superação da pobreza” acabou provocando uma grave amnésia política sobre *o que cresce* e sobre os efeitos ecobiopolíticos desse crescimento (ARÁOZ, 2016, p.459).

O que se identificou foi a não utilização desta conjuntura excepcional para promover *alternativas ao desenvolvimento*, aproveitando a consolidação e atuação de organizações sociais de resistência ao extrativismo, e sim um aproveitamento deste superciclo de alta dos preços das *commodities* no mercado internacional para a reprimarização e a desindustrialização de muitos países latino-americanos, ou seja, para o aprofundamento do extrativismo em detrimento da diversificação e autonomia das economias (ACOSTA, 106; ARÁOZ, 2016).

A história latino-americana mostra que esse processo extrativista levou a uma generalização da pobreza e abriu caminho para crises econômicas recorrentes. Ao mesmo tempo, consolidou mentalidades “rentistas”. Tudo isso aprofunda a frágil e escassa institucionalidade democrática da região, incentiva a corrupção, desestrutura as sociedades e as comunidades locais, e deteriora gravemente o meio ambiente. Tal realidade se agrava ainda mais com as práticas clientelistas e patrimonialistas, que contribuem para frear a construção da cidadania (ACOSTA, 2016, p.52).

Para Acosta (2016) e Acosta e Brand (2018) o extrativismo é uma modalidade de acumulação forjada a grande escala com a estruturação da conquista e colonização da América, África e Ásia, estando diretamente relacionada com o atendimento das demandas das metrópoles.

Este processo fomentou a especialização na extração e produção de matérias-primas, ou seja, em bens primários, enquanto outras se especializaram na produção de manufaturas. Assim, enquanto as primeiras exportavam natureza, as segundas importavam.

Aráoz (2016, p.453) vai chamar o extrativismo de *natureza colonial do capitalismo*, mais precisamente, de seus vícios antropocêntricos, produtivistas e evolucionistas. Ou seja, extrativismo, colonialismo e capitalismo são vínculos históricos e geográficos, considerando que “[...] na economia-mundo do capital, as geografias industrializadas estão “organicamente vinculadas” às geografias coloniais, onde impera pura e simplesmente a acumulação por espoliação”.

O extrativismo se relaciona com a remoção de grandes volumes de recursos naturais não processados ou parcialmente processados e que se destinam, especialmente, para a exportação. Sua prática constitui-se em um mecanismo de apropriação colonial e neocolonial, forjando a exploração de matérias-primas indispensáveis para o desenvolvimento industrial do Norte Global (ACOSTA, 2016; ACOSTA; BRAND, 2018).

Para Acosta e Brand (2018) o conceito de “extrativismo” associado com a acumulação primitiva ajuda a esclarecer aspectos importantes do processo de saque, concentração e devastação colonial e neocolonial, bem como da origem do capitalismo moderno.

Por outro lado, a articulação do extrativismo com a concentração de terras, a acumulação por espoliação, de David Harvey, ou a *extrahección* (termo que descreve a apropriação de recursos naturais por meio da imposição do poder e violando direitos

humanos e da natureza), ajuda a entender o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como faces do mesmo processo de expansão mundial do capitalismo moderno.

Para Araújo (2016, p.455) a riqueza da natureza americana colonial era, e ainda é, *matéria-prima da acumulação capitalista global*, provendo “[...] as bases materiais e simbólicas da produção capitalista da Natureza e da configuração da Natureza como objeto colonial do capital”.

Ou seja, a cosmovisão moderna-capitalista da natureza, vinculada com uma concepção antropocêntrica/utilitarista e com o padrão hegemônico extrativista, se conformou no contexto sócio-histórico de conquista e (neo)colonização da *Natureza americana*.

Uma colonialidade da natureza que se configura pela trajetória de objetificação, cientificação e mercantilização, tanto exterior (territórios e recursos naturais) como interior (do corpo e da força de trabalho).

O neoextrativismo, por sua vez, se configura como uma inserção internacional subordinada à globalização do capitalismo transnacional, que consolida e agrava impactos sociais e ambientais dos setores extrativistas, por meio da reprodução de processos produtivos voltados para a competitividade, eficiência, externalização de impactos etc.

Para Acosta (2016) trata-se de uma lógica subordinada da sua produção, movida pela demanda externa, característica da evolução das economias primário-exportadoras, sendo que o neoextrativismo mantém e reproduz elementos fundamentais do extrativismo de raiz colonial.

A colonialidade da natureza tem se traduzido, mais recentemente, nestes processos de neoextrativismo, associado com uma reprimarização da economia, algo que Assis (2014) denomina de *regressão primário-exportadora*, associada com investimentos estrangeiros diretos no controle e apropriação da natureza.

No Brasil, observa-se a expansão e incorporação de novos espaços nos circuitos de acumulação de capital pelas grandes corporações empresariais, por meio do direcionamento de capitais para a produção de agrocombustíveis e da manutenção do modelo agro-minero-exportador da economia brasileira.

Neste contexto, o Brasil desempenha duas funções principais que elucidam as novas relações entre os países do centro e da periferia do capitalismo. Uma delas é do ponto de vista neocolonial e a outra imperialista.

A primeira se refere a um espaço de vazão de capitais, investidos pela atuação de conglomerados internacionais, oriundos das economias centrais, que demandam por combustíveis e que passam a terceirizar a exploração social e da natureza para os países periféricos, como exemplo, tem-se a produção de *commodities* no Brasil para atender as demandas do mercado externo (ASSIS, 2014).

Já a segunda função está vinculada com a inserção de novos territórios nos circuitos de acumulação do mercado global de agrocombustíveis, uma função imperialista das megacorporações nacionais, que ao agirem como cêntricas, promovem a periferização de territórios (ASSIS, 2014).

Estes aspectos têm demonstrado a relevância da exploração da natureza na manutenção da acumulação capitalista, vinculada com a expansão territorial e a incorporação de novos territórios a estas lógicas (inclusive com processos de estrangeirização de terras<sup>27</sup>).

No Brasil, a intensificação das queimadas e do desmatamento nos últimos anos, vinculados com a incorporação e exploração econômica da Amazônia, do Cerrado e do Pantanal, enquanto territorialização do agronegócio, ilustram estas dinâmicas de exploração imperialista da natureza e deflagram a intensificação dos conflitos no campo, como já abordado no capítulo III.

Nesta perspectiva, a territorialização das *commodities*, acompanhada pela desterritorialização de outras formas de agricultura, resulta de uma colonialidade na apropriação da natureza, enquanto reprodução do padrão de poder colonial.

Este padrão de poder colonial somatiza processos importantes da colonialidade, desnudando a interdependência destes mecanismos de dominação e trazendo elementos importantes para se pensar a *colonialidade da relação sociedade-natureza*.

O primeiro deles vai ser a colonialidade do poder, associada com os mecanismos de expansão imperialista e colonialista da exploração capitalista, vinculada com a expansão territorial e a acumulação de capital, ou seja, uma exploração capitalista dos territórios, da natureza e da sociedade.

---

<sup>27</sup> Compreendida enquanto um processo de apropriação da terra nacional por estrangeiros, uma apropriação que se faz presente nas formas de acesso à terra pelo capital transnacional. Um processo antigo, mas que adquiriu novas formas e dinâmicas no século XXI com a globalização e a financeirização da economia, vinculadas com o interesse na produção de agrocombustíveis como também de produção de alimentos. Tanto a estrangeirização de terras como os mecanismos de controle de terras ocorrem dentro de um contexto de convergência de crises: alimentar, energética, financeira e ambiental (FERNANDES, 2011; PEREIRA, 2017).

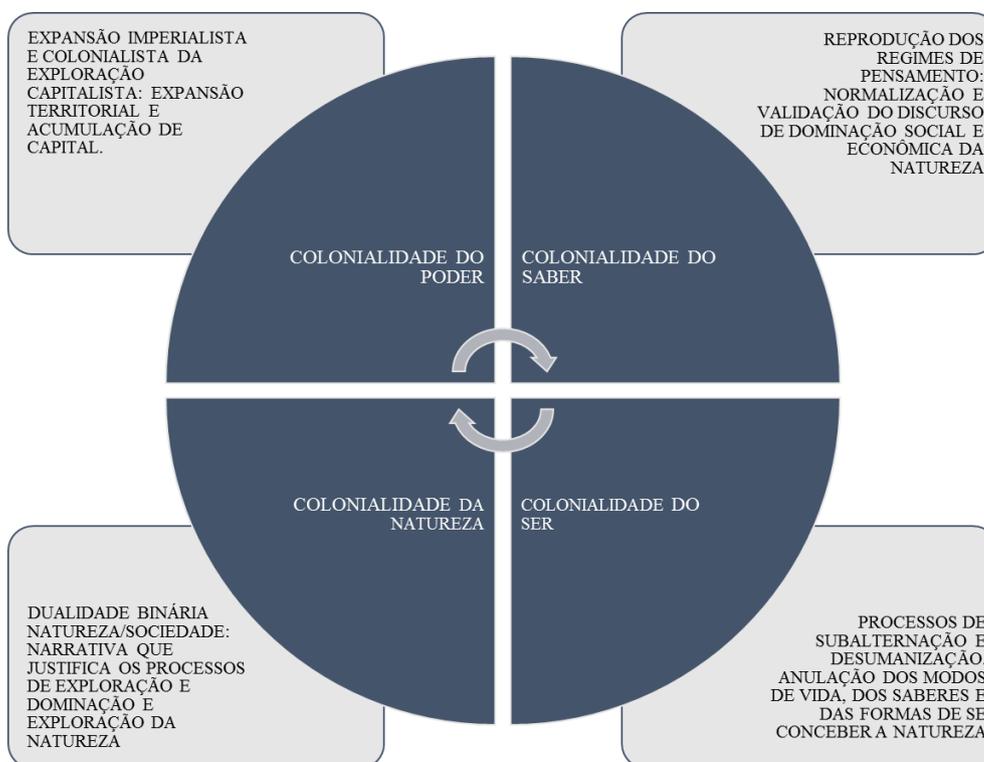
A colonialidade do saber, por sua vez, está articulada enquanto normalização e validação de um discurso de dominação social e econômica da natureza, no qual o conhecimento científico, objetivo e universalizante, molda as dualidades e as fragmentações da desnaturalização da sociedade e da desumanização da natureza.

São discursos desenvolvimentistas, de progresso e de crescimento construídos para justificar e dar sentido para o modelo de apropriação e exploração. Aqui, a *crise ecológica*, expressa pela degradação ambiental, é vista como externalidade, enquanto um preço a se pagar pelo desenvolvimento da sociedade.

Por fim, a colonialidade do ser se manifesta pelos processos de subalternação e desumanização, uma anulação dos modos de vida, dos saberes e das formas de se conceber a natureza, uma destruição cultural e epistêmica que se soma a introdução da padronização da modernidade ocidental capitalista.

Estes aspectos estruturantes da colonialidade da relação sociedade-natureza estão organizados na imagem a seguir, indicando seus principais mecanismos e sua interrelação.

Figura 4: Aspectos estruturantes da colonialidade da relação sociedade-natureza



Fonte: Baldassarini (2021).

Conceber a existência da colonialidade da relação sociedade-natureza significa caminhar para a descolonialidade material e simbólica das formas hegemônicas de dominação, e esta descolonialidade passa por considerá-la justamente como um domínio da matriz colonial, moderna e capitalista, identificando as suas formas de controle, administração, pensamento e ações descoloniais (ASSIS, 2014; MIGNOLO, 2017).

Ao abordar o padrão colonial de poder fica evidente a importância dos mecanismos de apropriação e controle da natureza, dos territórios e dos povos associados com a agricultura, em especial no território brasileiro.

São formas de territorialização e desterritorialização, sustentados por um modelo agroexportador altamente desigual e degradante. Aspectos que originaram a *crise agrária*, abordada no capítulo III.

Este padrão exercido no Brasil está inserido em um contexto maior de dominação, vinculado com os regimes alimentares, que apontam elementos importantes para compreender o controle do alimento e, portanto, da natureza, pelo capitalismo.

Assim, para entender os padrões atuais de reprodução da colonialidade da natureza, associados com as formas (neo)extrativistas e (neo)desenvolvimentistas em território brasileiro é importante contextualizar os aspectos estruturantes dos regimes alimentares, no tempo e no espaço, identificando como estes momentos interferiram nesta reprodução.

A abordagem teórica dos regimes alimentares articula-se com a análise do papel desempenhado pela agricultura no desenvolvimento da economia capitalista, possibilitando o estabelecimento de articulações entre os períodos e os arranjos do capitalismo com as políticas alimentares (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989).

A identificação dos regimes alimentares e suas configurações indicam a existência de uma política e uma economia global que influenciam diretamente nas dinâmicas da agricultura e da alimentação ao longo do desenvolvimento do capitalismo.

Isso se daria por meio de ações, estratégicas, políticas e práticas adotadas por determinados agentes, como proprietários fundiários, agricultores, empresários, e por instituições, como os bancos, governos, movimentos sociais e corporações (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989).

Como resultado tem-se uma configuração de conflitos e disputas de poder e hegemonia que influenciam nas relações de produção, distribuição e consumo de alimentos em múltiplas escalas e em diferentes períodos de acumulação de capital (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989).

Para McMichael (2016) os regimes alimentares não são entendidos enquanto uma formação estrutural, mas como um instrumento analítico, um método de análise que permite identificar os aspectos estruturantes da agricultura e da alimentação em períodos ou ciclos do capitalismo.

Para o autor cada um dos regimes é explicado por um projeto de sociedade e o seu modo de produção dominante, o primeiro projeto seria o Colonial, o segundo seria o Projeto de Desenvolvimento e o terceiro estaria articulado com o Projeto de Globalização (MCMICHAEL, 2016).

Coca (2019) se baseia na abordagem teórico-metodológica dos regimes alimentares, com o intuito de articular as relações de poder e controle dos fluxos de alimentos no espaço, enquanto componente geopolítico importante.

Este processo se dá de forma concomitante com a emergência das contradições sociais e ecológicas do capitalismo, associadas com a financeirização da economia, a flexibilização do trabalho e a confluência de crises estruturais, como a crise climática, energética e alimentar.

O primeiro regime alimentar, associado ao Projeto Colonial e que compreende o período de (1870-1930), esteve fundamentado justamente na corrida colonialista e imperialista de incorporação de novas terras para a produção de matéria-prima para a indústria europeia (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989; MCMICHAEL, 2016; SCHNEIDER, 2016).

No primeiro regime alimentar o controle territorial e o fortalecimento da propriedade privada da terra foram componentes fundamentais para o mando exercido, principalmente, pelo imperialismo e o livre-mercado. Aqui está o início da *crise agrária* brasileira.

Esta estratégia, como já debatido, configurou as relações políticas, econômicas, sociais, simbólicas e ambientais a tal ponto de permanecer mesmo após o fim do colonialismo, por meio da colonialidade, do poder, do ser, do saber e da natureza (SCHNEIDER, 2016; FERNANDES, 2019).

O fim do colonialismo da América Latina veio acompanhada da libertação dos escravos e da expansão do capitalismo, que se apropriou da estrutura fundiária herdada do período colonial, com a concentração de terras e a manutenção das *plantations* de monocultivo para abastecimento do mercado externo. É neste momento que os movimentos camponeses passam a reivindicar a terra, as condições de trabalho e as políticas de reforma agrária (FERNANDES, 2019).

O segundo regime alimentar, associado com o Projeto de Desenvolvimento, também denominado de mercantil-industrial, se estabeleceu no período após a Segunda Guerra Mundial até a década de 1970, por meio da ascensão dos Estados Unidos na produção mundial de alimentos, vinculada tanto com a forte industrialização da agricultura, como também com as políticas subsidiadas de transferência de excedentes agrícolas para os países do Sul Global, por meio de programas como o “*Food Aid*” (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989; MCMICHAEL, 2016; SCHNEIDER, 2016).

Esta política foi considerada uma prática de *dumping*, ou seja, medidas adotadas por empresas ou mesmo governos com o intuito de subsidiar e tornar mais barato os produtos exportados, neste caso os alimentos dos EUA, para que sejam mais competitivos do que os produzidos dentro do país importador.

Com isso, países do Sul Global permaneceram dependentes, por não desenvolver suas próprias forças produtivas com o intuito de suprir suas demandas internas de consumo (FRIEDMANN; MCMICHAEL, 1989; MCMICHAEL, 2016; SCHNEIDER, 2016).

Durante o segundo regime alimentar, a estrutura do modelo capitalista de desenvolvimento da agricultura foi determinada pela revolução verde, com o uso intensivo da mecanização e de agrotóxicos (MCMICHAEL, 2016; SCHNEIDER, 2016; FERNANDES, 2019).

Este modelo teve impacto direto nas comunidades camponesas, por meio dos processos de desapropriação, perda de territórios e êxodo rural. Como consequência, houve o agravamento da desconexão do campo e da cidade, da comida e da natureza, do camponês e seu território.

Uma produção de alimento que passou a depender cada vez menos dos agricultores e a ser controlada, cada vez mais, pelas grandes corporações, assim, “[...] o poder extrativista havia capturado as jovens repúblicas latino-americanas, transformando o extrativismo colonial em extrativismo neocolonial” (FERNANDES, 2019, p.192). Aqui, os mecanismos fundamentais para a reprodução das formas de dominação e exploração da *crise agrária* se consolidam.

Este momento foi acompanhado pelas lutas de resistência camponesa, com o surgimento e fortalecimento dos movimentos de reforma agrária nos países latino-americanos. Lutas locais, regionais e nacionais em defesa do acesso à terra, aos seus territórios e da agricultura familiar. Uma luta que deixou de fazer frente aos colonizadores

e passou a lutar contra as corporações que controlavam a exploração da natureza e dos territórios latino-americanos (MCMICHAEL, 2016; FERNANDES, 2019).

No século XX tem-se a consolidação do capitalismo no campo por meio da integração dos sistemas produtivos, o que deu origem ao agronegócio, o fortalecimento dos impérios alimentares e o modelo hegemônico de desenvolvimento do terceiro regime alimentar, associado com o Projeto de Globalização, também denominado de corporativo (MCMICHAEL, 2016; FERNANDES, 2019).

Para Schneider *et al.* (2016) o ano de 1995 seria apontado como um marco inicial do terceiro regime alimentar, com a criação da Organização Mundial do Comércio e do Acordo sobre Agricultura, que favoreceu a liberalização dos mercados nacionais e restringiu os direitos de regulação da agricultura e da alimentação pelas nações. Estes aspectos se associam justamente com o pensamento neoliberal da globalização e do estado mínimo e o domínio das grandes corporações internacionais da produção, distribuição e padrões de consumo de alimentos.

A globalização da agricultura, a neoliberalização dos sistemas alimentares e a mercantilização e *commodificação* da produção de alimentos esteve fortemente vinculada tanto com a transnacionalização do comércio e a atuação global das empresas, como também com a intensificação e/ou reconfiguração da colonialidade da natureza, justamente por se ancorar na sua exploração.

A agricultura se mostrou um dos setores econômicos e produtivos que mais cedo ingressou nesta internacionalização, atuando tanto em escala como em intensidade global (MCMICHAEL, 2016; SCHNEIDER *et al.*, 2016; COCA, 2019).

Aqui, a globalização se configura como uma globalização da exploração da natureza, no caso brasileiro, fortemente associado com a agricultura capitalista, o (neo)extrativismo e o (neo)desenvolvimento.

O processo de incorporação das terras pelas corporações se articula tanto aquelas vinculadas com a herança colonial do latifúndio como também o aluguel de novas terras e o avanço da fronteira agrícola sobre florestas e terras indígenas.

Como resistência os camponeses têm lutado pela manutenção de suas propriedades bem como realizado novas ocupações, “[...] os camponeses colombiano, equatoriano, peruano, boliviano, chileno, brasileiro, argentino e mexicano são exemplos dos que possuem maior participação relativa no controle das terras agricultáveis” (FERNANDES, 2019, p.194).

O avanço do neoliberalismo tem trazido novos elementos para a questão agrária como, por exemplo, a compra e aluguel de grandes extensões de terras, em especial, nos países do Sul Global, bem como com a mudança da matriz energética para a biomassa, em substituição aos combustíveis fósseis.

Este movimento esteve associado com a crise alimentar de 2008, a intensificação da expropriação de comunidades e a maior ocorrência de impactos ambientais resultantes da intensificação da produção de *commodities* (MCMICHAEL, 2016; FERNANDES, 2019).

O avanço de políticas neoliberais ampliou a participação do capital financeiro representado por fundos de pensões, fundos soberanos e fundos privados, que investem em corporações para produção de *commodities* flexíveis (energia e comida), através da aquisição de vastas extensões de terra, controlando porções dos territórios dos países latino-americanos (FERNANDES, 2019, p.195).

Para McMichael (2016) as políticas de incentivo à produção de biocombustíveis por meio da expropriação e incorporação de novas terras para a produção de *commodities* de exportação, fortemente associadas com a degradação ambiental e exploração da natureza, estão articuladas com o processo de privatização dos bens naturais, uma *neoliberalização da natureza*.

O outro lado da história da biocivilização é a canalização dos recursos naturais para o mercado global de biomassa e para a chamada “sustentabilidade”, destruindo-se e consumindo recursos naturais que poderiam ser utilizados para garantir a segurança/soberania alimentar nacional (FERREIRA, 2015, p. 17).

Mesmo as novas tecnologias estando voltadas para a produção e consumo de biocombustíveis o que se identifica é um modelo econômico ainda sustentado pelo consumo de combustíveis fósseis (ESTEVE, 2017, p.48).

Além do mais, o modelo de agricultura industrial, utilizado nesta produção, se caracteriza por ser altamente centralizador e socialmente excludente, sendo que o mercado de biomassa é dominado pelas grandes corporações, tanto “[...] do setor de alimentos, energia, química e biotecnologia que, em nome da suposta sustentabilidade e do “esverdeamento” da economia, vêm ganhando relevantes incentivos políticos e econômicos entre diversos estados nacionais” (FERREIRA, 2015, p.9).

Atualmente, estas grandes corporações controlam a produção de biomassa, desde os insumos e as sementes até a produção dos derivados, ou seja, as duas pontas do

processo se encontram oligopolizadas, reproduzindo a prática do *business as usual* (FERREIRA, 2015).

Atualmente, quatro corporações ocidentais dominam o mercado global de produtos agrícolas, tanto na importação como na exportação das *commodities*: Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill e Louis Dreyfus Company. Recentemente, a *trader* de grãos chinesa Cofco alcançou o grupo, tornando-se o maior comprador de milho e soja do Brasil.

Com exceção da ADM, as corporações são controladas por suas famílias fundadoras. Comercializam, transportam e processam diversas *commodities*. Possuem navios oceânicos, portos, ferrovias, refinarias, silos, moinhos e fábricas. Juntas, representam 70% do mercado mundial de *commodities* agrícolas (HERRE, 2018, p.28)

A aceleração, nas últimas décadas, da substituição da produção de alimentos para os agrocombustíveis, vai na direção contrária da recomendação dada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) em 2008, de controlar e reduzir os agrocombustíveis e as monoculturas, privilegiando a produção da agricultura familiar e camponesa.

Assim, a exploração do mercado de biomassa (madeira, fibras, papel, plástico, combustíveis etc.) somado com as pesquisas de biotecnologia, seriam elementos importantes na reestruturação do regime alimentar corporativo, em prol da construção de um novo regime associado com o aprofundamento do extrativismo da tríade alimento-combustível-biomassa. Aspectos que reforçariam os processos de exploração da natureza (das terras, da biodiversidade, das águas) e do trabalho (pela expropriação, exclusão e precarização), em função da acumulação de capital (MCMICHAEL, 2016).

Portanto, a exploração da natureza e a expropriação das populações indígenas e camponesas, são estratégias do modelo hegemônico do agronegócio na América Latina. Este agroextrativismo se configura como um produto e um produtor do neocolonialismo, que busca perpetuar as relações de colonialidade, de dependência e de desigualdade (FERNANDES, 2019).

Assim, qualquer proposta que busca desarticular os mecanismos de reprodução do padrão de poder da colonialidade da relação sociedade-natureza precisa, necessariamente, questionar a manutenção das lógicas de (re)produção do sistema capitalista, do regime alimentar dominante, das práticas (neo)extrativistas e (neo)desenvolvimentistas, bem como das formas do pensamento moderno-colonial da sociedade pensar, viver e conceber

a sua relação com a natureza. Aspectos estes que expressam as contradições inerentes a *crise do paradigma científico*, a *crise ecológica* e a *crise agrária*.

#### **4.2 Por uma descolonialidade da relação sociedade-natureza: Aspectos teóricos e práticos enquanto práxis para uma outra relação**

Nesta seção serão abordados caminhos possíveis de prefiguração da descolonialidade da relação sociedade-natureza, caminhos que indicam formas de combater os mecanismos de reprodução do padrão de poder colonial.

Inicia-se por aportes teóricos e epistemológicos baseados em perspectivas descoloniais e de emancipação do Sul Global. São caminhos que perpassam pela ecologia de saberes, alternativas ao desenvolvimento, perspectivas pós-extrativistas e por uma discussão que aborda o *Buen Vivir* e os Direitos da Natureza enquanto potenciais de emancipação.

Estes caminhos se encontram com as lutas dos movimentos sociais, enquanto práxis da articulação de mudanças de paradigmas e ações de transformação articuladas, principalmente, com a soberania alimentar e a agroecologia.

Assim, desenha-se um conjunto de elementos considerados importantes no processo de *descolonialidade da relação sociedade-natureza*, que se complementam e se interrelacionam, expresso na imagem a seguir.

Figura 5: Aspectos estruturantes da descolonialidade da relação sociedade-natureza



Fonte: Baldassarini (2021).

Estes estudos descoloniais ou pós-coloniais fazem referência a dois aspectos fundamentais. O primeiro é o período posterior aos processos de descolonização e independência de sociedades que foram exploradas pelo imperialismo e colonialismo. O segundo seria as contribuições teóricas a uma proposta de epistemologia que critica as concepções dominantes da modernidade (COSTA, 2006; BALLESTRIN, 2013).

Por isso, o pensamento descolonial seria uma resistência teórica e epistemológica ao eurocentrismo, que se opõe à modernidade-colonialidade e que se vincula com o movimento, não só de indivíduos, mas também de movimentos sociais, que defendem a revalorização de teorias e epistemologias do sul, resultando no surgimento de “paradigmas outros”.

Pensamentos e ações descoloniais seriam uma desobediência epistêmica e uma desvinculação com a matriz colonial. Partem do entendimento da lógica da colonialidade por trás da modernidade e sua retórica, com o intuito de superá-la (MIGNOLO, 2008; 2017).

Portanto, a descolonialidade significa tanto desvelar a lógica da colonialidade e as formas de reprodução da matriz colonial do poder da economia capitalista, como também

se desconectar de subjetividades totalitárias e categorias de pensamento ocidentais como a ideia de progresso, de moderno, de desenvolvimento, entre outros.

Esta desobediência epistêmica tem sido associada, principalmente, com um pensamento pós-abissal, com a ecologia dos saberes e com a interculturalidade.

Para Santos (2007, p.79) o pensamento pós-abissal parte de reconhecer as diferentes formas que assume a exclusão social, um pensamento não-derivativo, já que “[...] envolve uma ruptura radical com as formas de pensamento e ação da modernidade ocidental”. Para enfrentar o ordenamento da apropriação/violência seria necessária uma perspectiva epistemológica na experiência social do outro lado da linha, ou seja, do Sul Global.

Assim, o pensamento pós-abissal seria um aprender com o Sul por meio de uma epistemologia do Sul, que confronte a monocultura da ciência moderna em prol de uma ecologia dos saberes, ou seja, do reconhecimento de conhecimentos heterogêneos (incluindo a ciência moderna) e com interações sustentáveis e dinâmicas entre eles (SANTOS, 2007; 2018).

As epistemologias do Sul constituem-se em um “[...] conjunto de indagações sobre a construção e validação do conhecimento nascido na luta, de formas de saber desenvolvidas por grupos e movimentos sociais como parte da sua resistência contra as injustiças e as opressões sistemáticas” (MENESES, 2018, p.27). Seu principal objetivo é garantir que os grupos sociais oprimidos possam representar o mundo com os seus próprios termos e, com isso, possam transformá-lo por suas aspirações.

Uma ecologia dos saberes entende que o conhecimento é interconhecimento, é co-presença de práticas e de agentes dos dois lados da linha, tendo como premissa a “diversidade epistemológica do mundo”, um reconhecimento da existência da pluralidade das formas de conhecimento (SANTOS, 2007; 2018).

Aqui radica o impulso da copresença e da incompletude. Não existe um único tipo de conhecimento que possa explicar todas as intervenções possíveis no mundo, motivo pelo qual todos os tipos de conhecimento são incompletos em diferentes formas (SANTOS, 2018, p.240).

Para a ecologia dos saberes toda prática racional no qual intervêm seres humanos e seres humanos e natureza, originam diferentes saberes e, por conseguinte, diferentes tipos de ignorância.

Para Santos (2018) todos os conhecimentos possuem os seus limites internos e externos. Os internos se relacionam com as restrições do que ainda não se sabe, mas que

por meio de outro conhecimento, pode-se saber. Já os externos, estão relacionados com o que não se sabe e nem se pode saber por meio de um determinado conhecimento. Na ecologia dos saberes, esta limitação externa é combatida pelo reconhecimento de intervenções alternativas que só são possíveis com outros tipos de conhecimento.

Por isso, o uso contra-hegemônico da ciência seria uma forma de explorar os seus limites internos e externos, assegurando a “igualdade de oportunidades” para conhecimentos que juntos podem contribuir com outras epistemologias e mundos possíveis. (SANTOS, 2018).

A ecologia dos saberes busca ser um terreno fértil para a maior participação dos grupos sociais tanto na concepção como na execução, controle e fruição das intervenções, isso porque é necessário a reavaliação das intervenções e relações concretas na sociedade e na natureza proporcionadas pelos diferentes conhecimentos (SANTOS, 2007; 2018).

Ou seja, ela caminha junto com a defesa da diversidade sociocultural do mundo e com o reconhecimento da diversidade e da pluralidade epistemológica como uma das importantes dimensões desta pluralidade.

Para Santos (2018) a emergência da ecologia dos saberes está associada com dois fatores fundamentais. O primeiro é a forte atuação política de povos e de visões de mundo do outro lado da linha, que são importantes agentes da globalização contra-hegemônica. O segundo é a confrontação de concepções diferentes de sociedade alternativa, que indicam que não há uma única alternativa totalizadora.

Para isso seria necessário recorrer a um pensamento marginalizado, a utopia, que para Boaventura de Sousa Santos constitui-se em imaginar futuros possíveis, explorar por meio da imaginação novas possibilidades humanas e novas vontades, em detrimento de uma necessidade atrelada somente ao que já existe, uma criação do mundo existente para lhe servir e lhe reproduzir.

Esta utopia realista estaria atrelada com um conhecimento profundo sobre a realidade, uma utopia como projeto do “ainda não, mas possível” que se abre para um horizonte de expectativas e possibilidades e que se baseia nos princípios da solidariedade e comunidade. Assim,

[...] para defender a diversidade do mundo, para resgatar saberes silenciados pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado, é urgente construir uma teoria alternativa de alternativas que considere a diversidade e a complexidade das lutas dos oprimidos e subalternizados, dos que não são considerados humanos pela força do pensamento abissal (MENESES, 2018, p.27).

Haveria diferentes espaços de transição para o paradigma emergente, o paradigma das emancipações. Esta transição seria uma transformação gradual da dinâmica de desenvolvimento dominante para uma dinâmica emergente, do qual fazem parte a contradição e a competição paradigmática. Na prática “[...] contradição e a competição paradigmática implicam a experimentação com formas alternativas de sociabilidade” (SANTOS, 2018, p.77).

No *espaço doméstico* a contradição e competição ocorrem, segundo Santos (2018), entre o paradigma família patriarcal e o paradigma das comunidades domésticas cooperativas. No *espaço da produção*, entre o paradigma do expansionismo capitalista e o paradigma ecossocialista, vinculada com a forma cooperativa e autogerida de produção democrática de valores de uso e de combate à degradação da natureza.

No *espaço do mercado*, a contradição e competição ocorre entre o paradigma do consumismo individualista para o das necessidades humanas, satisfação decente e consumo solidário.

Já no *espaço da comunidade* se daria entre o paradigma das comunidades-fortaleza (exclusivas, defensivas, de identificação interna e de clausura em relação ao externo) e o das comunidades-amíba (aqui a identidade é sempre múltipla, inacabada, em reconstrução e reinvenção, uma identidade em curso, que se baseia na comunidade, no encontro e na coexistência).

No *espaço da cidadania* ocorre entre o paradigma da democracia autoritária e o da democracia radical, global, de ampla expansão do direito democrático e da cidadania. Por fim, no *espaço mundial* a contradição e competição paradigmática ocorre entre o paradigma do desenvolvimento desigual e da soberania exclusiva e o das alternativas democráticas ao desenvolvimento e da soberania permeável, aqui a busca seria por um novo padrão de sociabilidade transnacional democrática e ecossocialista, no qual as relações internacionais seriam orientadas para um cosmopolitismo.

Para Santos (2018) a ecologia dos saberes e a interculturalidade seriam as ferramentas de conversão da diversidade de conhecimentos em um recurso poderoso que permite entender os contextos de opressão e resistência, bem como estabelecer articulações mais amplas e profundas entre as lutas e suas diferentes dimensões e tipos de dominação.

Assim, a interculturalidade estaria associada com os grupos sociais em subalternização, ao reivindicarem a quebra das relações de dominação e de exploração, que impedem o diálogo entre as culturas e os povos.

Uma luta que parte do território, “[...] até porque a cultura não é algo abstrato, mas implica o comer (agri+cultura), o habitar, respirar, o curar-se (as medicinas), enfim, um espaço concreto (com significado) da vida”, ou seja, um território, indissociável da tensão que o constitui (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.45).

A interculturalidade, por sua vez, permite articular diferentes movimentos e lutas sociais, contribuindo para a diversidade epistemológica e cultural do mundo enquanto fator de capacitação e emancipação contra as lutas do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado. Por isso, a tradução intercultural não é uma atividade individualizada e sim:

[...] uma dimensão de trabalho cognitivo sempre que estiverem presentes as ecologias dos saberes, os intercâmbios de experiências, a valorização das lutas (próprias e alheias) e um exame prudente do conhecimento que os grupos sociais dominantes mobilizam para isolar ou desarticular os oprimidos. O trabalho de tradução intercultural tem uma dimensão de curiosidade, ou seja, fomenta a abertura a novas experiências (SANTOS, 2018, p.330).

Assim, ecologia dos saberes e a interculturalidade são concepções de conhecimento que se articulam com práticas emancipatórias, práticas de luta contra os processos de opressão, práticas que ao mesmo tempo em que contestam o modelo hegemônico indicam alternativas para processos como o (neo)extrativismo, o desenvolvimento e a exploração da natureza e dos povos.

Para Acosta (2016) e Gudynas (2016) uma alternativa para o (neo)extrativismo estaria na construção de uma estratégia de economia pós-extrativista, um esforço que deveria ser acompanhado pela substituição planejada do extrativismo, com o incentivo ao potencial de atividades sustentáveis, atendendo a duas condições indispensáveis: erradicação da pobreza e combate às novas perdas de biodiversidade.

Trata-se de substituir modelos econômicos não sustentáveis, dependentes e primário-exportadores, que promovem exclusão, pobreza, concentração de riqueza e depredação da natureza, por economias sustentáveis, diversificadas em produtos e mercados, voltadas para as demandas dos povos e seus territórios, com capacidade para gerar empregos de qualidade, que promovam a equidade e que respeitem as culturas e a natureza.

Para Lander (2016) e Svampa (2016) uma das consequências da atual inflexão extrativista tem sido justamente a explosão dos conflitos socioambientais, vinculados tanto com lutas ancestrais pela terra, em especial, pelos movimentos indígenas e camponeses, bem como com mobilizações e participação cidadã em prol da defesa dos recursos naturais (entendidos como “bens comuns”).

Estes conflitos socioambientais estão articulados com o acesso, conservação e controle dos recursos naturais, em um contexto de assimetria de poder. São movimentos pautados no território, nas concepções de natureza e de desenvolvimento.

Este movimento tem gerado um processo de ambientalização das lutas indígenas e camponesas na América Latina, bem como a emergência de um pensamento ambiental latino-americano.

Ou seja, um horizonte coletivo de lutas que aponta para a articulação entre atores diferentes, para um diálogo de valorização dos saberes locais e da elaboração de um “[...] saber especialista independente dos discursos dominantes [...] diversificando as estratégias de luta, combinando a mobilização de base e a articulação de redes sociais” (SVAMPA, 2016, p.146).

A confluência entre as lutas indígenas e camponesas com o debate ecológico tem gerado o que Svampa (2016) chama de *giro ecoterritorial*, vinculado com as resistências coletivas e socioambientais.

São lutas por mais autonomia e autodeterminação, de valorização à natureza e ao ser humano e de combate à marginalização social e destruição ambiental (ACOSTA; BRAND, 2018). Lutas que se materializam, por exemplo, nos movimentos de reforma agrária, soberania alimentar e agroecologia.

Dentre as discussões pós-desenvolvimentistas tem se consolidado os debates sobre *alternativas ao desenvolvimento*, isso porque a própria noção de desenvolvimento contradiz os conceitos de sustentabilidade, equidade e inclusão.

Para Gudynas (2016) as alternativas ao desenvolvimento desafiam a sua base conceitual, seu modo de entender a sociedade e a natureza, suas instituições e narrativas. Busca romper o cerco criado pela racionalidade do desenvolvimento, possibilitando alternativas não somente em sua instrumentação, mas também em suas bases ideológicas.

Uma destas alternativas ao desenvolvimento é o *Buen Vivir*, entendido como uma busca coletiva por alternativas de vida, que surge de grupos tradicionalmente marginalizados, e que questiona a ética do que é “viver melhor” da sociedade capitalista

ocidental moderna, associada com o consumo e com o progresso ilimitado e competitivo entre os indivíduos e as nações (ACOSTA, 2012).

Para Acosta e Brand (2018) o pós-extrativismo na América Latina, enquanto questionamento ao neoliberalismo e ao (neo)extrativismo, seria uma tentativa de criar as condições necessárias para a cristalização de abordagens alternativas como o *Buen Vivir*.

Para os autores supracitados o pós-extrativismo critica a exploração da natureza e os problemas socioeconômicos, políticos e ecológicos que acarretam, como também indicam a necessidade de superação dos processos atuais de modelos, conceitos e práticas de desenvolvimento.

Por isso, o pós-extrativismo é contestador do dualismo “desenvolvido” e “subdesenvolvido”, pobres e ricos, centrais e periféricos, civilizados e selvagens, característico do pensamento ocidental moderno colonial.

Não se configura como um rechaço a todas as formas de “[...] utilização ou apropriação social dos recursos naturais, mas à dominação e à destruição da Natureza, à marginalização e à exploração dos seres humanos” (ACOSTA; BRAND, 2018, p.141).

Este movimento é acompanhado pela exigência de descolonizar o conhecimento e seus sistemas, por isso as Epistemologias do Sul, abordadas por Boaventura de Sousa Santos, indicam um caminho de superação da colonialidade do saber, do domínio do pensamento europeu colonizador.

Assim, uma ecologia do conhecimento, enquanto provedora de diálogos, poderia ser convertida em elementos de descolonização ou de coprodução de conhecimentos outros (ACOSTA; BRAND, 2018; SANTOS, 2007; 2018).

Por isso, Acosta e Brand (2018) acreditam que os debates e movimentos em prol do *Buen Vivir* no Sul Global devem vir acompanhados dos debates sobre o pós-extrativismo.

Para Gudynas (2016) o *Buen Vivir* seria um campo de ideias que agrupam as perspectivas de alternativas ao desenvolvimento, justamente por questionar a ideologia do progresso e do crescimento econômico, que se expressam no modelo de desenvolvimento contemporâneo.

Além do mais, o *Buen Vivir* defende a “qualidade de vida” em um sentido que transcende a dimensão material antropocêntrica em benefício do bem-estar social coletivo que se estende à natureza.

Por isso, a natureza é valorizada dentro desta perspectiva, orientada a transcender o dualismo moderno colonial que separa sociedade e natureza e que enxerga a linearidade

do tempo, no qual os países em desenvolvimento devem repetir o “caminho evolutivo”, os estilos e as culturas das nações desenvolvidas.

O *Buen Vivir* busca reconhecer e recuperar a cosmovisão dos povos e nacionalidades autóctones, o que não significa uma negação da modernidade na sociedade, mas sim a incorporação de valiosos avanços tecnológicos na lógica do *Buen Vivir*.

Também não significa marginalizar contribuições importantes do pensamento da humanidade, mas que essa seja usada para a construção de um mundo harmônico, em um diálogo permanente e construtivo entre saberes e conhecimentos que possibilitem descolonizar a sociedade, “[...] sua contribuição nos convida a assumir outros “saberes” e outras práticas, nesse caso dos povos e nacionalidades tradicionalmente marginalizados” (ACOSTA, 2012, p.202).

Para Walsh (2005) é necessário descolonizar se utilizando de estratégias que façam com que os indivíduos deixem de ser colonizados, mas também que busquem alternativas de transformação, a criação de uma transição, superação e emancipação destes povos. É nesta busca que se consolidam as propostas do *Buen Vivir*.

Nesta perspectiva, descolonizar significa dismantelar os sistemas políticos, culturais, sociais e mentais, significa descolonizar os territórios e os seres, ou seja,

[...] responder a las injusticias que se cometen contra otros seres (humanos y no humanos), derribar las falsas barreras entre la humanidad y el mundo natural, decir aquello que pensamos en voz alta, superar el miedo a ser diferente, y restaurar el equilibrio dinámico y contradictorio que ha sido roto por un sistema y modo de pensar dominante (SOLÓN, 2017, p.27).

Os territórios seriam descolonizados pela autogestão e pela sua autodeterminação, já a descolonização do ser se dá pela superação de crenças e valores que impedem ou dificultam o reencontro da sociedade com o todo, com a *Pacha* (SOLÓN, 2017).

O *Buen Vivir* é constituído por alguns elementos centrais. O primeiro deles está associado com o conceito de *Pacha*, que significa a unidade indissociável do espaço e tempo, ou seja, *Pacha* seria o todo em movimento constante, um todo interconectado que forma uma unidade (SOLÓN, 2017).

Para o *Buen Vivir*, espaço e tempo não são lineares, mas sim ciclos, por isso uma perspectiva de crescimento e progresso, por exemplo, não são compatíveis com esta visão. O tempo avança como espiral, fazendo com que o futuro esteja entrelaçado com o

passado, por isso, todo avanço significa um retorno e todo retorno significa um avanço (SOLÓN, 2017).

Esta visión del tiempo, en espiral, cuestiona la esencia misma de la noción de “desarrollo” de siempre avanzar hacia un punto superior. Este devenir ascendente es una ficción para el Vivir Bien. Todo avance da vueltas, no hay nada eterno, todo se transforma y es un reencuentro del pasado, el presente y el futuro (SOLÓN, 2017, p.18).

O conceito surge na região andina da América do Sul e deriva, por um lado do *suma qamaña* (*aymara*) e, por outro do *sumaq kawsay* (*quechua*), que expressavam um conjunto de ideias oriundas dos sistemas de conhecimento, prática e organização destes povos originários. Outras línguas indígenas, como o tupi-guarani também menciona o termo “*Teko Kavi*”, que significa vida boa ou viver bem, respeitando a vida (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017; SOLÓN, 2017).

Os termos, *suma qamaña*, *sumaq kawsay* ou *Buen Vivir/Vivir Bien*, como tradução mais difundida, representam uma cosmovisão construída historicamente, uma forma de se conceber a sociedade em sua relação com a vida, com a natureza e que se consolidou externamente aos padrões do colonialismo, do patriarcado e do capitalismo, que marcaram os processos de colonização e exploração dos países latino-americanos (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017).

No *Buen Vivir* a ruptura entre a natureza e o ser humano, característica da colonialidade da natureza, dá lugar a busca pelo reencontro, pelo amarrar do nó górdio. Na *Pacha* não há separação entre os seres vivos e os corpos inertes, sendo que todos eles têm vida e a vida só se explica na relação entre as partes do todo.

Por isso, “[...] a dicotomia entre seres com vida e simples objetos não existe. Além do que, não há uma separação entre seres humanos e natureza. Todos somos parte da natureza e a *Pacha* como um “todo” têm vida” (SOLÓN, 2017, p.19, “tradução nossa”).

Assim, o ser humano é natureza, que enquanto um sistema vivente “[...] nos excede, nos precede e nos contém absolutamente. Nossa vida é estrutural e funcionalmente dependente de uma sistemática e ininterrupta vinculação material com o resto da Natureza” (ARÁOZ, 2016, p.466).

O *Buen Vivir* não se trata de uma proposta monocultural, ou seja, é um conceito plural que considera os “bons viveres” ou “bons conviveres” como propostas plurais. Disso resulta o respeito às diversas formas de vida, “[...] sempre que, ao menos, esta nova

organização social e econômica esteja enquadrada dentro dos limites biofísicos da natureza e que erradique estruturalmente a pobreza” (ACOSTA, 2012, p.210).

Para Acosta (2012, p.204) uma das transformações mais profundas é “[...] transitar do antropocentrismo atual ao biocentrismo”, ou melhor, para um *sociobiocentrismo*, no qual a tarefa é “[...] organizar a sociedade e a economia, preservando a integridade dos processos naturais, garantindo os fluxos de energia e matéria da biosfera, sem deixar de sustentar a biodiversidade do planeta”. Tudo isso sem desconsiderar a consequente melhoria das condições de vida dos indivíduos.

Assim, o *Buen Vivir* propõe transformações civilizatórias, sendo biocêntrico e não antropocêntrico, comunitário e não individualista, plural e diverso e não unidimensional nem monocultural (ACOSTA; BRAND, 2018).

Uma das principais modificações na forma de se enxergar a natureza e de se repensar sua apropriação dentro da perspectiva do *Buen Vivir* foi considerá-la como um sujeito de direitos, ou seja, a natureza deixa de ser objeto para se tornar sujeito. A Constituição equatoriana de 2008 foi pioneira nesta direção.

Se nos Direitos Humanos o centro está nas pessoas, nos Direitos da Natureza o centro está na natureza, o que, certamente, inclui o ser humano. Aqui a natureza passa a valer por si mesma, independente da utilidade ou uso atribuído pela sociedade.

Este aspecto é importante porque considera que todos os seres vivos têm valor ontológico, embora não sejam todos idênticos e é isso que representa uma visão biocêntrica (ACOSTA, 2012; PONTES JÚNIOR; BARROS, 2016).

La sociedad no puede entenderse sólo en relación con los seres humanos, sino como una comunidad que tiene a la naturaleza y al todo en el centro. Somos la comunidad de la *Pacha*, la comunidad de un todo indisoluble en permanente proceso de cambio cíclico (SOLÓN, 2017, p.19).

Garantir os Direitos da Natureza não significa defender uma natureza intocada, mas sim defender a manutenção dos sistemas, os conjuntos de vida. A atenção é dada para os ecossistemas, nas suas coletividades.

Acosta (2012) chama os Direitos da Natureza de direitos ecológicos, para diferenciá-los dos direitos ambientais. Assim, a justiça ecológica busca assegurar a sobrevivência das espécies e seus ecossistemas, como um conjunto, uma rede de vida, sendo esta justiça independente da justiça ambiental, orientada para regular os processos de apropriação social da natureza.

Uma das chaves dos Direitos da Natureza é fomentar os processos de desmercantilização, ou seja, combater as formas de privatização e os critérios mercantis de comercialização, tanto dos elementos naturais como dos serviços ambientais.

Estes estão sendo promovidos pela “Economia Verde”, que parte da premissa de que a natureza possui um valor intrínseco para propor que se atribua um valor monetário, que permita compensações no mercado de serviços ambientais.

La idea de “*compensaciones*” a nivel de emisiones de carbono u *offsets* de la biodiversidad representa un proceso de financiarización de la naturaleza, de carácter muy especulativo, que ahondará aún más los desequilibrios del sistema de la Tierra. A nivel de la biodiversidad, la preservación de una especie no puede jamás compensar la destrucción de otra especie. Los derechos de la naturaleza jamás se pueden garantizar a través de una lógica de mercado en la cual las empresas contaminantes compran “permisos” para seguir continuando con sus actividades nocivas para el medio ambiente (SOLÓN, 2017, p. 158).

A propriedade privada da natureza é uma das principais manifestações do antropocentrismo, tendo os seus direitos sobre a posse da terra, animais, máquinas, e até mesmo de outros seres humanos reconhecidos, antes mesmo do reconhecimento dos próprios direitos humanos.

Para que a propriedade exista, “[...] o objeto de posse tem que ser identificado como uma “coisa” sem nenhum tipo de direito, ou em todo caso, tem que ter menos direitos que o seu proprietário” (SOLÓN, 2017, p. 159, “tradução nossa”).

Atualmente, a relação jurídica dominante entre os seres humanos e a natureza se estabelece justamente por meio da propriedade, considerando que as leis se estabelecem para garantir os direitos de posse, por exemplo, sobre a terra. Por isso, na perspectiva do Direito da Natureza é preciso repensar, redefinir e limitar o conceito de propriedade (SOLÓN, 2017).

Uma das modificações fundamentais propostas pelo *Buen Vivir* está na transformação dos objetivos econômicos das sociedades, ou seja, a economia aqui se encontra subordinada às leis de funcionamento da natureza e não o contrário. Aqui a busca é pela dignidade humana e pela melhoria da qualidade de vida das pessoas, no qual o crescimento econômico passa a ser apenas um meio e não um fim (ACOSTA, 2012).

Para Acosta e Brand (2018) é necessária uma outra economia para uma outra sociedade, em que os motores sejam a solidariedade, reciprocidade, complementaridade e relacionalidade.

Para isso, reconhecer e valorizar outros saberes e práticas, reinterpretar socialmente a natureza, por meio do *Buen Vivir*, se colocam como elementos importantes na construção de uma outra racionalidade social, econômica, política e cultural.

Neste sentido, os autores corroboram com Henrique Leff sobre a necessidade de uma racionalidade ambiental baseada na reapropriação da natureza e na reterritorialização das culturas e povos (ACOSTA; BRAND, 2018).

No *Buen Vivir* o valor básico da economia é a solidariedade, uma economia solidária que combate os ditames da competição livre entre os mercados e os países. Na economia solidária as relações de “[...] produção, de intercâmbio e de colaboração que propiciam a suficiência (mais do que apenas a eficiência) e a qualidade, apoiadas na reciprocidade” (ACOSTA, 2012, p. 205).

A riqueza, dentro desta perspectiva, não se refere ao acúmulo de uma quantidade infinita de bens, mas a busca pelo equilíbrio entre as necessidades essenciais da humanidade e os recursos disponíveis para atendê-las (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017, GUDYNAS, 2016; SOLÓN, 2017).

Esta cosmovisão em oposição ao desenvolvimento pelo crescimento permanente se assenta no equilíbrio. Uma busca pelo equilíbrio que não é eterno, nem permanente, mas que engendra novas contradições que requerem novas ações para se reequilibrar. Esta é a fonte de movimento, de mudanças cíclicas no espaço-tempo, um equilíbrio entre os contrários que habitam o todo e que se dá por meio da complementaridade (SOLÓN, 2017).

A complementaridade está associada com enxergar a diferença do outro enquanto parte de um todo, já que a diversidade, a diferença e a particularidade são partes da natureza e da vida. Por isso, respeitar a diversidade significa encontrar maneiras de articular experiências, conhecimentos e ecossistemas (SOLÓN, 2017).

Para Acosta (2012) estas transformações devem alcançar todas as formas de produção, inclusive a extrativista, enquanto base material do capitalismo. O extrativismo é incompatível com o *Buen Vivir* tanto pelo fato de degradar a natureza como também por reproduzir uma estrutura laboral de exploração da mão-de-obra.

Kate Raworth, economista e pesquisadora do Environmental Change Institute da Universidade de Oxford, propõe que os maiores desafios do século XXI como a crise econômica permanente, a desigualdade extrema e a degradação ambiental só podem ser superadas com um novo paradigma econômico.

Para isso, Raworth propõe em sua obra “Economia Donut: Uma alternativa ao crescimento a qualquer custo” um modelo que teria como propósito responder a estes desafios. Muitas das suas reflexões caminham para pensamentos e práticas que dialogam com as proposições apresentadas até aqui.

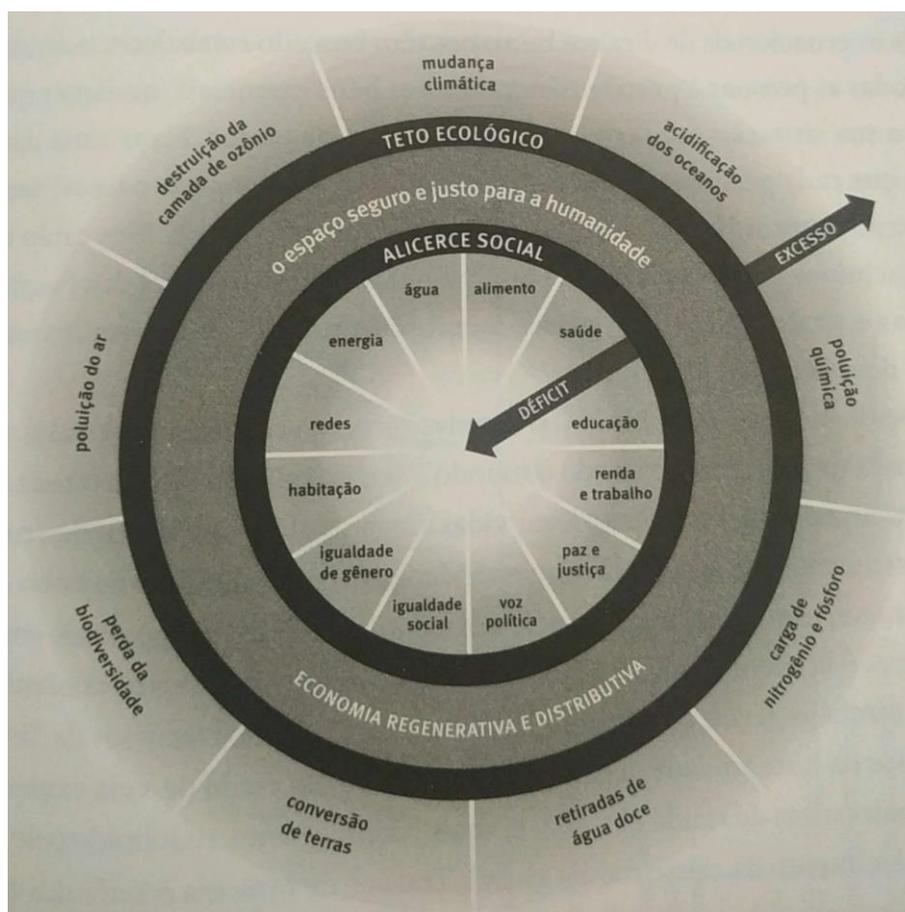
O modelo Donut parte do desenho das metas da humanidade do século XXI, formado por um par de anéis concêntricos. Dentro do anel interno, chamado de alicerce social, são apresentadas as privações humanas críticas como, por exemplo, a fome e a analfabetização, nas quais ninguém deve cair, ou seja, demarca as condições básicas de vida das quais ninguém deve ser privado.

Para fora do anel externo, chamado de teto ecológico, está a degradação planetária que não deve ser transposta, como as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade. Ou seja, trata-se da pressão que a humanidade exerce sobre os sistemas geradores de vida.

O alicerce social é formado por doze dimensões, resultantes de prioridades sociais, que compreendem: alimento, saúde, educação, renda e trabalho, água e saneamento, energia, redes, habitação, igualdade de gênero, igualdade social, voz política e justiça social.

Já o teto ecológico é formado por nove limites propostos por grupos internacionais de cientistas do sistema terrestre, que são: mudanças climáticas, acidificação dos oceanos, poluição química, carga de nitrogênio e fósforo (vinculado com a contaminação de fertilizantes agrícolas), retiradas de água doce, conversão de terras, perda de biodiversidade, poluição atmosférica e destruição da camada de ozônio (RAWORTH, 2017).

Figura 6: Representação da economia Donut



Fonte: Raworth (2017).

Segunda a autora, o Donut de limites sociais e planetários seria uma visualização das condições sociais e ecológicas que sustentam o bem-estar humano coletivo. Por isso, entre os dois conjuntos de limites está o espaço ecologicamente seguro e socialmente justo, no qual a sociedade pode prosperar.

Para Raworth (2017) sete aspectos fundamentais devem ser considerados para a mudança de paradigma, bem como para criar economias que permitam manter a sociedade dentro do espaço seguro e justo do Donut.

O primeiro aspecto está relacionado com uma das mudanças radicais do paradigma econômico que é a *mudança de objetivo do PIB*. Uma perspectiva baseada na produção nacional como medida básica de progresso.

Para a autora é preciso definir uma outra abordagem econômica que tenha como objetivo o bem-estar humano, e não a acumulação de riqueza. Ao invés de priorizar métricas como o PIB o foco deveria ser ampliar as aptidões das pessoas, tais como serem saudáveis, empoderadas e criativas, para poderem escolher ser e fazer as coisas que

valorizam. Mas para isso é necessário que tenham acesso aos artigos básicos da vida, como soberania alimentar nutritiva, saúde pública e educação, segurança pessoal e voz política.

A palavra-chave para a mudança também seria o equilíbrio, assim a metáfora “para a frente e para cima”, característica do progresso, deveria dar lugar pela busca do equilíbrio dinâmico, ou seja, para a expressão “o bom é o equilíbrio”.

Neste momento, Raworth (2017), recorre a muitas culturas em que “tudo com moderação é melhor”, nas quais conceitos como bem-estar se combinam com o bem-estar espiritual, ecológico, familiar ou econômico entrelaçados em dimensões interdependentes. Como exemplo, a autora cita o *Buen Vivir*, ao valorizar a plenitude da vida em comunidade com os outros e com a natureza.

A segunda transformação necessária seria a transição do *mercado autônomo à economia integrada*. Aqui parte-se da análise do quadro geral de constituição da economia neoliberal do século XX, que caminhou a sociedade para a beira do abismo, para a economia do século XXI, potencial criadora do equilíbrio dinâmico.

Na economia do equilíbrio dinâmico a ênfase está em mudar os papéis dos atores principais da economia. Por exemplo, a *terra* deixa de ser vista como inesgotável, portanto, “pegue o que quiser” e passa a ser vista como geradora de vida, portanto, “respeite os seus limites”.

A *sociedade* passa a ser vista em suas conexões, no poder da coletividade, das organizações de bases populares e no engajamento político. A *economia* como diversificada e integrada, deve ser baseada na articulação dos fatores: agregado familiar (economia doméstica), mercado (que deve ser integrado com sabedoria), bens comuns (enquanto recursos compartilháveis da natureza ou da sociedade que devem ser geridos e usados mediante a auto-organização) e Estado (baseado na política e no engajamento democrático).

No caso das *instituições financeiras* elas devem servir à sociedade. As *empresas* devem ter propósitos definidos (sujeitas a negociações coletivas e mudança na estrutura da propriedade). O *comércio*, por sua vez, deve ser justo, com cooperação efetiva para garantir o compartilhamento dos benefícios. Por fim, o *poder*, que permeia tudo, deve ter seus abusos vigiados.

A terceira modificação seria a transição do *homem econômico racional para os seres humanos sociais adaptáveis*. O homem econômico racional, segundo a autora, é o protagonista dos manuais de economia e das tomadas de decisão política do mundo. É um

homem solitário, calculista, competitivo e insaciável, por meio do qual é impossível satisfazer os direitos humanos de todos e do planeta.

Este autorretrato precisa ser atualizado, indicando que os seres humanos são sociais e recíprocos (baseados na cooperação), que tem referências e valores fluidos, que são interdependentes e profundamente integrados a teia da vida, ou seja, a natureza.

Este último aspecto está associado com uma mudança de perspectiva, que vai da pirâmide (baseada nos valores antropocêntricos de superioridade humana e nos utilitarismos da natureza) para uma teia (com o reconhecimento e respeito do valor intrínseco do mundo vivo), algo também defendido pela concepção do *Buen Vivir*.

A quarta transformação estaria relacionada com a compreensão do funcionamento do sistema, que resultaria na transição do *equilíbrio dinâmico para a complexidade dinâmica*.

Aqui, os modelos mecanicistas precisam dar lugar a compreensão da complexidade, entendendo que os sistemas são um conjunto de coisas interconectadas e que produzem padrões de comportamento distintos e complexos.

Na economia isso se traduz com muitos dos efeitos econômicos serem tratados como “externalidades” e que, na verdade, se transformaram em crises sociais e ecológicas marcantes do século XXI.

Para Raworth (2017) a economia divisiva e degenerativa por definição, precisa dar lugar para a economia distributiva e regenerativa por concepção. Para isso a abordagem seria sintetizada em diversificar-selecionar-amplificar experimentos e práticas de pequena escala com a formulação de políticas adaptativas, crucial para os desafios sociais e ecológicos da atualidade.

A quinta mudança é a transição do “*reequilíbrio pelo crescimento*” para uma *concepção de distribuição*, ou seja, a superação da filosofia econômica dominante de que “[...] as nações precisam forçar a barra e suportar a dor social da alta desigualdade se quiserem criar uma sociedade mais rica” (RAWORTH, 2017, p.178).

O aumento da desigualdade não se trata de uma fase necessária do progresso das nações, mas uma escolha política, nociva e com múltiplas repercussões para a humanidade.

Como exemplificado pela autora, estudos indicam que a grande desigualdade conduz à pobreza também nos países de alta renda, ou seja, o crescimento econômico não foi o garantidor da melhoria da qualidade de vida das pessoas.

“[...] os países passavam de baixa para média e depois alta renda, alguns viam a desigualdade crescer, depois cair, depois voltar a crescer; outros a viam cair, depois crescer; em outros ela só crescia, ou só caía. Verificou-se que, no que diz respeito a desigualdade e crescimento, tudo é possível” (RAWORTH, 2017, p.183).

Se, por um lado, as sociedades mais igualitárias, sejam ricas ou pobres, se revelam mais saudáveis e felizes, as sociedades mais desiguais tendem a ter mais casos de enfermidade mental, uso de drogas, obesidade, encarceramento, evasão escolar, menor expectativa de vida e níveis mais baixos de confiança.

Assim, a transição seria baseada em criar economias muito mais distributivas do valor que geram, uma redistribuição tanto da renda como da riqueza, por meio do controle, por exemplo, sobre as terras, a tecnologia e o conhecimento, já que “[...] combater a desigualdade pela raiz requer a democratização da propriedade da riqueza” (RAWORTH, 2017, p.192).

Em vez de focarem apenas a redistribuição da renda, procurarão também redistribuir a riqueza – trata-se do poder de controlar a terra, da criação de dinheiro, da iniciativa, da tecnologia ou do conhecimento -, e aproveitarão igualmente o mercado, os bens comuns e o Estado para fazer com que isso aconteça (RAWORTH, 2017, p.221).

A sexta mudança é a substituição da ideia de que “*o crescimento limpará tudo de novo*” para uma *concepção regenerativa*. Aqui a virada está em deixar de lado a perspectiva de que os países pobres têm outras preocupações mais importantes do que a ecológica, como se a degradação ambiental fosse uma preocupação de luxo, deixada de lado até que os países sejam suficientemente ricos para lhe dar atenção, ou mesmo de que o crescimento econômico limpará a poluição que o cria e substituirá os recursos que se esgotaram.

Em vez de esperar que o crescimento faça a limpeza – porque não vai fazer -, é muito mais inteligente criar economias regenerativas por concepção, restaurando e renovando os ciclos de vida dos quais depende o bem-estar humano desde o âmbito local ao global. É hora de apagar o velho diagrama cuja influência continua pairando e substituí-lo por uma ideia de concepção econômica regenerativa própria do século XXI (RAWORTH, 2017, p.224).

A concepção regenerativa estaria associada com o estudar e imitar processos cíclicos vitais como o de morte e renovação, ou seja, nos quais os dejetos dos processos produtivos sirvam de alimento para outros ciclos.

Neste caminho, a economia circular indica potenciais regenerativos, em especial, com a consolidação de movimentos de *economia circular de código aberto*, ou seja, baseadas na criação e compartilhamento de bens comuns de conhecimento.

Por fim, a última transição estaria relacionada com a mudança do “*ser viciado em crescimento*” para o “*ser agnóstico ao crescimento*”.

Um economista da corrente dominante possivelmente desenharia a curva do crescimento econômico de forma sempre ascendente, conhecida como a curva de crescimento exponencial.

Outros, porém, possuem uma compreensão intuitiva de que as coisas que crescem precisam desacelerar em algum momento. No crescimento econômico isso seria traduzido como um estado estacionário ou mesmo pelo decrescimento ou pós-crescimento.

De qualquer forma, a tendência de finitude do crescimento infinito exige tirar a economia do piloto automático do crescimento e reprojeter as estruturas econômicas, sociais e políticas que tornaram o crescimento uma condição normal, pensando em economias que possam prosperar, não crescer, mas prosperar, se administradas com sabedoria.

Mas, como pensar em ações de consolidação e efetivação das transformações desejadas e pretendidas com os aportes teóricos e epistemológicos debatidos?

No caso brasileiro, combater a reprodução do padrão do poder da colonialidade da natureza, perpassa com considerar a territorialização do agronegócio e a vinculação da economia nacional com o modelo (neo)extrativista agro-minero-exportador.

Assim, as transformações caminham no sentido de fortalecer a (re)territorialização de formas outras de agricultura, ecologicamente e socialmente mais justas, ou seja, que combatam tanto a degradação ambiental como a concentração de terras e o aumento das desigualdades.

É neste caminho que a agricultura ecológica, representada pelos movimentos sociais de defesa da agroecologia e da soberania alimentar vêm trazendo contribuições importantes, tanto do ponto de vista da produção sustentável de alimentos, garantindo a autonomia dos produtores e consumidores, como também de outras formas de se conceber a relação dos povos com os seus territórios e com a natureza.

Ambos, se configuram como uma contestação e uma alternativa ao regime alimentar capitalista hegemônico, ao (neo)extrativismo e a racionalidade dualista da relação sociedade/natureza.

A luta pela terra, como expresso por Fernandes (2019) é uma das lutas mais antigas e, ao mesmo tempo, mais atuais de resistência ao processo de expropriação. Isso se deve ao fato do capitalismo se desenvolver justamente pela expropriação do campesinato, com o conseqüente controle do território e da natureza.

Frente a atuação das corporações globais, os movimentos camponeses também passaram para a articulação mundial, por meio da Via Campesina. Aqui, a inserção da América Latina no regime agroalimentar corporativo se torna mais complexa, isso porque ao mesmo tempo em que participa de forma subalterna do comércio internacional de alimentos, também desempenha um papel importante na emergência de alternativas por meio dos movimentos sociais (COCA, 2019b).

Estas alternativas demonstram uma resistência que é, ao mesmo tempo social e econômica, buscando combater os padrões de colonialidade, exploração e dependência do Sul Global, como também uma resistência ambiental, vinculada com o fortalecimento de movimentos da agricultura ecológica, que se contrapõem ao modelo insustentável das estruturas de reprodução dos regimes alimentares hegemônicos.

No Brasil, os fundamentos práticos da agricultura ecológica são muito anteriores ao período da modernização, vinculado com o domínio de saberes dos povos originários e comunidades tradicionais, que tinham como base as leis da natureza, em uma relação direta com os ecossistemas naturais.

Enquanto movimento social organizado, a agricultura ecológica via se consolidar na década de 1970, justamente enquanto resistência e alternativa à política de modernização agrícola (BRANDENBURG, 2002; EMBRAPA, 2006).

Em decorrência desta inserção da América Latina no atual regime agroalimentar houve tanto a intensificação do processo de espoliação dos territórios rurais e de concentração fundiária, como também o aumento da violência da acumulação primitiva, acentuando as conflitualidades no campo, dada a disputa pelos modelos de desenvolvimento (COCA, 2019b).

No que tange ao consumo, participa desta inserção a consolidação dos supermercados enquanto espaço principal de comercialização de alimentos, em detrimento de outras formas locais e mais diretas da relação produtor e consumidor.

Neste sistema alimentar, é imprescindível mencionar o poder dos grandes supermercados e redes varejistas, atrelando nossa alimentação aos interesses econômicos de poucos. São essas empresas que determinam o preço a pagar ao agricultor por seus produtos e qual o custo a ser cobrado do consumidor. Trata-se de um oligopólio, em que poucas empresas controlam o setor, que empobrece a atividade rural, que procura homogeneizar o que comemos, que precariza as condições de trabalho, acaba com o comércio local e promove um modelo de consumo insustentável e irracional (ESTEVE, 2017, p.12).

Além disso, observa-se modificações no padrão de consumo com a maior ingestão de produtos *fast food*, ou seja, altamente processados, padronizados e com baixo valor nutricional (COCA, 2019b).

Este padrão de consumo tem sido acompanhado pelo aumento significativo de indivíduos que sofrem com a obesidade, a diabetes, bem como outras doenças crônicas, associadas com a ingestão de alimentos ricos em gorduras, açúcares e sódio, ou mesmo contaminados com agrotóxicos. De acordo com Bartz (2018), os alimentos ultraprocessados correspondem a 21,5% da dieta alimentar dos brasileiros com mais de dez anos de idade.

Este tipo de consumo de alimentos produzido em larga escala, praticados com preços mais baixos, e controlados pelas grandes corporações de produção e distribuição tem sido adotado como padrão de dieta de populações vulneráveis, justamente aqueles que possuem menor autonomia sobre o poder de compra dos alimentos ingeridos.

O mercado mundial de processados também segue a tendência de concentração, sendo que os “[...] cinquenta maiores fabricantes de alimentos representam 50% das vendas globais”, e as maiores corporações são aquelas que registram os maiores crescimentos. Esta concentração tem consolidado a globalização dos sistemas alimentares, bem como a perda de diversidade produtiva com a padronização dos alimentos comercializados (BARTZ, 2018, p. 31).

De acordo com Esteve (2017) esta perda de diversidade na produção de alimentos não tem somente consequências ecológicas e culturais, mas também representa o desaparecimento de saberes e sabores gastronômicos, além de ameaçar a soberania alimentar, justamente com promover a dependência cada vez maior de algumas poucas culturas e espécies.

De acordo com Acosta e Brand (2018) a destinação de grandes extensões de terra para a monocultura, os organismos geneticamente modificados e os pacotes tecnológicos

têm levado, desde o início do século XX, a redução de 75% da diversidade genética de plantas em todo o mundo.

Na Alemanha, cerca de 30% das sementes estão em risco de extinção e 75% da alimentação do mundo é assegurada por doze espécies vegetais e cinco animais. Hoje, apenas o arroz, o milho e o trigo são responsáveis por 60% das calorias e proteínas consumidas pelos seres humanos o que indica que apenas 4% de todas as espécies de plantas conhecidas são utilizadas pelos humanos.

Ao longo dos séculos, o saber camponês foi melhorando as variedades, adaptando-as às diversas condições agroecológicas a partir de práticas tradicionais, como a seleção de sementes e cruzamentos para desenvolver culturas. Em compensação, as variedades contemporâneas dependem do uso intensivo de pesticidas e fertilizantes químicos, com um impacto social e ambiental negativo, sendo mais vulneráveis às secas, doenças e pragas (ESTEVE, 2017, p.46).

Por sua vez, os alimentos saudáveis, mais naturais e orgânicos passam a ser incorporados enquanto novos e lucrativos nichos de mercado pelas corporações que os vendem como “[...] um modo de combater problemas e doenças nutricionais, apesar de serem parcialmente responsáveis por estes mesmos problemas” (BARTZ, 2018, p.31).

O mercado de comida saudável no Brasil é o 6º maior no mundo e segue se concentrando por meio de fusões e aquisições entre corporações da tríade sementes-agrotóxicos-medicamentos (BARTZ, 2018).

Neste sistema alimentar moderno, a fome e a subnutrição caminham concomitantes com o crescimento da obesidade. De acordo com o relatório *El Estado de la Seguridad Alimentaria y la Nutricia en el Mundo*, lançado pela FAO em 2018, a fome mundial tem aumentado nos últimos anos, atingindo 821 milhões de pessoas, sendo que 39,3 milhões estão na América Latina e no Caribe.

Para Esteve (2017) os números indicam que o problema da fome não está relacionado com a escassez de alimentos, mas com a falta de democracia nas políticas agrícolas e alimentares e com o desperdício. A fome persiste porque as pessoas não podem pagar o preço cada vez maior dos alimentos, por isso, quando a comida se torna mercadoria e não se pode pagar por ela ou ela é jogada ao lixo ou destinada para alimentar carros e animais (ACOSTA; BRAND, 2018; ESTEVE, 2017).

Produz-se comida, mas uma grande quantidade dela não acaba em nosso estômago. O sistema de produção, distribuição e consumo de alimentos é projetado para dar dinheiro às empresas do agronegócio, que monopolizam, do início ao fim, a cadeia alimentar. Eis, aqui, a causa da fome (ESTEVE, 2017, p.167).

Por outro lado, um em cada quatro habitantes da América Latina e Caribe sofrem com obesidade, o que também segue a tendência mundial, no qual 672 milhões de pessoas são obesas, ou seja, mais de uma em cada oito pessoas. Enquanto isso, o desperdício de alimentos ao ano chega a 1,3 bilhão de toneladas, o suficiente para alimentar três bilhões de pessoas (FAO, 2018).

Estes indicadores estão associados com o aumento da insegurança alimentar em todas as regiões do mundo, exceto na América do Norte e Europa. Na América Latina, o índice saltou de 7,6% em 2016 para 9,8% em 2017.

No sistema alimentar moderno, a fome e a subnutrição caminham lado a lado com o crescimento da obesidade, transtornos alimentares diversos e doenças crônicas. Da mesma forma, as desigualdades e as injustiças socioambientais também fazem parte das contradições desse modelo em que a comida aparece como mercadoria, e a fome como um negócio com segmentos diversificados, que vão da ausência ao excesso (SCHOTTZ; CASEMIRO; DIAS, 2018, p.26).

As alterações ocorridas nos processos de expropriação e subordinação do campesinato pelo capitalismo no campo também promoveram alterações na forma de atuação dos movimentos e governos pela reforma agrária.

Esta nova política de reforma agrária se assenta na criação de um modelo que se contraponha ao agronegócio, ou seja, que defenda um modelo sustentável da agricultura (SCHNEIDER, 2016; FERNANDES, 2019).

Mas, o que seria entendido como agricultura sustentável?

Para Costabeber (1999) este conceito se aproxima de uma produção agrícola que pode se sustentar a longo prazo se não degradar a terra e a água que a sustenta, valorizando a equidade social.

Neste caminho, as agriculturas “alternativas”, em especial a agroecologia, enquanto vias para a diversidade dos sistemas agrários, é o que mais se aproxima com o discurso da agricultura sustentável.

[...] poderia dizer-se que o conceito de agricultura sustentável funciona como um guarda-chuva sob o qual se inclui toda uma série de tecnológicas agrárias, sistemas de produção e estilos de agricultura que, em maior ou menor grau de intensidade e em distintos níveis, expressam os critérios ou princípios básicos que definem a sustentabilidade (COSTABEBER, 1999, p.35).

Esta iniciativa busca uma atitude emancipatória dos camponeses, desvinculada da dependência dos pacotes tecnológicos e sim, com a valorização dos conhecimentos camponeses sobre sua relação com a natureza e as formas de cultivo de alimentos. Uma troca, uma ecologia de saberes, que originou as primeiras experiências dos movimentos alimentares (SCHNEIDER, 2016; FERNANDES, 2019).

Ao contrário do agronegócio onde tudo é transformado em mercadoria, a agroecologia é um compartilhamento comunitários de culturas e diversidade. Há décadas, os movimentos camponeses da América Latina, através do método camponês a camponês tem promovido a troca de saberes agroecológicos, construindo um novo conhecimento científico (FERNANDES, 2019, 204).

Este modelo de agricultura sustentável se consolida como uma iniciativa de resistência ao modelo implementado pela revolução verde. Aqui a lógica é inversa, focando na eliminação da dependência de produtos e insumos externos, no desenvolvimento da diversidade produtiva, da produção e do consumo local, na valorização dos territórios, seus indivíduos e saberes, bem como no estabelecimento de (re)conexões.

Uma ideia que se centra na transformação dos sistemas alimentares em sistemas sustentáveis, por meio da biodiversidade, cuidado com a natureza, alimentos saudáveis e promoção da saúde, da terra e das pessoas (SCHNEIDER, 2016; FERNANDES, 2019).

De acordo com Coca (2019), a Via Campesina tem se inserido na agenda pública internacional para meio da defesa da soberania alimentar como alternativa ao atual regime alimentar corporativo e em oposição a noção defendida pelas instituições multilaterais, em especial, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), que estabelece a segurança alimentar enquanto referência para as políticas de combate à fome.

A segurança alimentar se configurou como um conceito operacional nas políticas públicas, estando articulada com um contexto de discussões sobre problemas alimentares em âmbito global, vinculado com uma crise alimentar.

Em um primeiro momento, o debate promovido pela segurança alimentar esteve relacionado com o abastecimento de alimentos, buscando mecanismos para garantir a disponibilidade e estabilidade da oferta e dos preços dos alimentos básicos, tanto no nível nacional como internacional (FAO, 2013).

Posteriormente, o conceito passa a incluir a garantia de acesso dos suprimentos disponíveis para as pessoas em vulnerabilidade, ou seja, garantir que todas as pessoas tenham tanto o acesso físico como econômico aos alimentos básicos, em quantidade suficiente para uma vida saudável.

Assim, “[...] a segurança alimentar existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável” (FAO, 2003, n. p.).

Desde os anos 1980 as principais causas da insegurança alimentar estão relacionadas com as variações anuais dos preços internacionais dos alimentos, as variações abruptas da produção e consumo, além da renda familiar.

Soma-se a estes aspetos dois fatores, o primeiro é o aumento da ocorrência de desastres naturais, muitos intensificados pelo modelo de apropriação e exploração da natureza, o segundo está relacionado com as situações de conflito das localidades, em sua maioria, decorrentes do aprofundamento de crises e desigualdades sociais e econômicas (FAO, 2003).

Desde então, a insegurança alimentar passou a ser um problema justamente porque o sistema agroalimentar atual não garante nem o acesso, nem a disponibilidade e a qualidade dos alimentos para as populações, ao invés disso, o modelo de produção tem representado a intensificação da insegurança.

Neste contexto, consolida-se a proposta de defesa da soberania alimentar, com o intuito de articular estas múltiplas temáticas e consolidar as relações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais dentro do debate da produção, oferta, distribuição e acesso aos alimentos, não se restringindo a suprimir uma demanda por comida, mas reconhecendo que as dinâmicas estruturais do sistema agroalimentar global é o produtor destes problemas (COCA, 2016; XAVIER et al., 2018).

Isso porque, apesar da segurança alimentar buscar a garantia da universalidade do acesso ao alimento, não há um direcionamento para mudanças importantes no modelo de desenvolvimento agrícola.

Assim, a soberania alimentar passou a se colocar como uma proposta alternativa que sugere modificações estruturais nos sistemas agroalimentares. Por isso, “[...] pode-se entender que a soberania alimentar emerge como uma contradição social e ecológica do regime alimentar corporativo em que o movimento camponês articulado globalmente propõe um paradigma alternativo” (COCA, 2019, p.270).

Neste contexto, a Via Campesina se apropria do conceito de soberania alimentar, apresentado em 1996 na Cúpula Mundial sobre Alimentação da FAO, que a considera como um direito fundamental dos povos e das nações a soberania sobre os seus alimentos e sistemas alimentares, definindo sobre as formas de produção, uso e intercâmbio nas diferentes escalas, bem como assegurando alimentos de qualidade, acessíveis, nutritivos e culturalmente apropriados (FERNANDES, 2019).

Ao relacionar a questão agrária, ou melhor, a *crise agrária*, com os regimes alimentares, McMichael (2016) aponta para a importância da luta dos movimentos de soberania alimentar que buscam desnaturalizar uma ideia de segurança alimentar vinculada ao mercado.

Para o autor é fundamental transformar o sistema alimentar industrial agroexportador em um sistema direcionado à soberania alimentar, no qual a terra seja entendida pela sua função social de sustento da vida e no qual as demandas de produção, distribuição e consumo priorizem a escala e as comunidades locais.

A soberania alimentar desafia este contexto, se articulando com a garantia do direito de cada nação de manter, como também de desenvolver a sua própria capacidade de produção dos alimentos básicos no seu território de forma autônoma, considerando o respeito à diversidade cultural dos hábitos alimentares dos povos, bem como dos modos de produção agrícola (COCA, 2016; HOYOS; D’AGOSTINI, 2017; XAVIER et al., 2018).

Durante o World Forum for Food Sovereignty (Fórum Mundial pela Soberania Alimentar) realizado no ano de 2007, no Mali, com representantes de organizações camponesas de 80 países, este conceito foi aprofundado e definido como:

[...] um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, por cima das exigências dos mercados e das empresas (FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY, 2007, n.p.).

A ampliação do conceito busca justamente dar conta das dimensões de acesso, produção, distribuição e consumo dos alimentos. No que tange ao *acesso*, este se refere ao efetivo controle e gestão dos territórios agrícolas, da terra, da água, das sementes, da biodiversidade por parte dos trabalhadores e trabalhadoras do campo. A *produção* é contemplada pelo uso de sistemas de produção agrícola ecológica e que combata qualquer relação de exploração, seja da natureza pela sociedade ou entre os indivíduos.

Já a *distribuição* tem como ênfase atender as demandas dos mercados espacialmente e temporalmente mais próximos, sem desconsiderar o comércio internacional.

Por fim, no que tange ao *consumo* é defendido que os consumidores tenham conhecimento sobre a forma de produção dos alimentos por eles consumidos, bem como de decidirem de quem e qual tipo de produto desejam consumir, podendo acessar alimentos mais nutritivos e adequados culturalmente.

Do ponto de vista do produtor, este deve ter autonomia sobre o que e como produzir, utilizando-se das experiências e saberes socialmente e culturalmente produzidos (FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY, 2007).

Considerando seu aspecto de contestação do modelo hegemônico, a soberania alimentar vai defender alguns aspectos fundamentais. Entre eles o fato de realocar o alimento não como mercadoria, obedecendo as dinâmicas de oferta e procura, nem como *commodities*, atreladas com o abastecimento do mercado externo e os ditames do mercado financeiro, mas como um direito de todas as pessoas, ou seja, um bem social (COCA, 2016; HOYOS; D'AGOSTINI, 2017; XAVIER et al., 2018).

Outro aspecto combatido pela soberania alimentar é o monopólio e do controle exercido pelas grandes corporações transnacionais sobre o sistema alimentar global, resultando na perda de autonomia, da soberania e do poder de escolha das populações e das localidades sobre o que produzir e sobre o que comer. Por isso, se coloca como uma alternativa ao domínio geopolítico exercido pelas grandes potências capitalistas por meio do controle do mercado de alimentos (COCA, 2016; HOYOS; D'AGOSTINI, 2017; XAVIER et al., 2018).

Outro aspecto defendido pela soberania alimentar é a produção e oferta de alimentos saudáveis, produzidos sem veneno, e que considere a sazonalidade da natureza de cada localidade, ou seja, uma produção de alimentos enquanto modo de vida, com raízes e comprometimentos locais, uma comida que se associa com a cultura de quem a produz (COCA, 2016; HOYOS; D'AGOSTINI, 2017; XAVIER et al., 2018).

É neste contexto de emancipação e difusão das agriculturas ecológicas e alternativas, rumo a uma agricultura sustentável, que a agroecologia<sup>28</sup> ganha notoriedade, indicando outras formas de se produzir e de se consumir o alimento, buscando tornar os sistemas alimentares socialmente mais justos, ambientalmente mais ecológicos e independentes das grandes corporações (URHAHN; POHL, 2018).

Neste sentido, a agroecologia seria entendida como uma orientação geral que permite tanto a superação de formas de depredação da natureza como também de reorganização do trabalho por meio da cooperação.

Isso porque ela questiona a lógica das relações de poder intrínsecas e estruturantes do modo de produção agrícola capitalista, ou seja, dos padrões de poder da colonialidade da natureza, promovendo a agricultura em pequena escala, em equilíbrio e coexistência com os ecossistemas locais.

Enquanto movimento político, social e ambiental transformador, “[...] a agroecologia não procura melhorar a agricultura industrial, mas substituí-la: não se trata de adaptação ou conformação, mas, sim, transformação (URHAHN e POHL, 2018, p.50).

Do ponto de vista histórico a agroecologia é tão antiga quanto a agricultura. O estudo das agriculturas tradicionais indica sistemas agrícolas complexos, adaptados às condições das localidades, com agroecossistemas funcionalmente e estruturalmente similares aos ecossistemas naturais.

Ou seja, as estratégias adaptativas dos cultivos às variáveis da natureza, baseada em conhecimentos tradicionais e desenvolvidos ao longo dos ciclos produtivos e disseminado pela comunidade não é recente (EMBRAPA, 2006).

Enquanto campo do conhecimento a consolidação da agroecologia data do século XX, em especial da década de 1950, quando houve uma maior articulação entre os estudos da agronomia e da ecologia. Em meados da década de 1980, a agroecologia emerge como uma metodologia e uma estrutura conceitual dos estudos de agroecossistemas, com forte influência das pesquisas sobre sistemas de cultivo e conhecimentos tradicionais (EMBRAPA, 2006).

Neste contexto é entendida como “[...] a aplicação de conceitos e princípios ecológicos ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis” (ALTIERI, 2010,

---

<sup>28</sup> Para o aprofundamento no processo de surgimento e consolidação da agricultura alternativa no Brasil consultar: Assis (2002) e a análise do processo de difusão da agroecologia no Brasil e suas perspectivas, Costa et al. (2015) e a análise histórica do movimento agroecológico no Brasil e Moura (2016) e sua avaliação sobre a agroecologia na agenda governamental brasileira.

p.23), com o intuito de melhorar a qualidade do solo, produzir plantas saudáveis, debilitar a atuação de pragas e promover organismos benéficos com a diversificação do agroecossistema.

Desde então, a agroecologia tem se consolidado enquanto abordagem interdisciplinar e baseada em um diálogo de saberes que entende a agricultura não somente do ponto de vista da produção, mas considerando as dinâmicas socioculturais, políticas, econômicas e ecológicas do sistema alimentar (EMBRAPA, 2006).

No Brasil o seu (re)surgimento está atrelado com iniciativas que se consolidaram no final da década de 1970 por meio de organizações não governamentais, movimentos sociais e organizações de trabalhadoras e trabalhadores do campo. Estas ações têm sido importantes para o surgimento de redes locais, territoriais e regionais de gestão de produção e de conhecimentos agroecológicos (SCHMITT et al., 2018).

A proposta agroecológica tem se caracterizado pela convergência de lutas, justamente pelo diálogo estabelecido com um universo amplo de organizações e movimentos no campo da “[...] saúde coletiva, soberania e segurança alimentar e nutricional, economia solidária, feminismo, justiça ambiental, direito à cidade, entre outros” (SCHMITT et al., 2018, p. 53).

Seu potencial transformador também gera movimentos de resistência de grupos e instituições que buscam a reprodução do modelo de agricultura e apropriação da natureza. Por isso, a incorporação do enfoque agroecológico enfrenta entraves importantes como: as políticas de fortalecimento do agronegócio; a desestruturação dos direitos dos camponeses, povos indígenas e comunidades tradicionais; a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e a consequente desarticulação das políticas de fortalecimento da agricultura familiar, que tem encontrado justificativa no discurso de austeridade fiscal e dependência econômica (SCHMITT et al., 2018).

De acordo com Pardal (2020) a agroecologia se coloca como garantidora da soberania alimentar, justamente porque ambas lutam pelos mesmos princípios.

Tanto Pardal (2020) quanto Guzmán (2015) apontam os princípios da agroecologia, que estariam estruturados em dimensões fundamentais.

Para Pardal (2020) a primeira dimensão seria a *prática social*, associada com o processo organizativo dos camponeses e das comunidades tradicionais, Guzmán (2015) vai entender esta dimensão como um *processo de resistência e construção participativa*, por meio de uma ação social coletiva que objetiva tanto o acesso à terra como a defesa dos manejos locais tradicionais.

A segunda dimensão seria a *produção de saberes* enquanto produção de conhecimentos sobre os sistemas agrícolas ecológicos, contemplando o diálogo entre os saberes científicos e as práticas locais e que considerem os processos naturais e sociais dos territórios.

Para Guzmán (2015) esta dimensão se associa com a *hibridação tecnológica*, entendida como uma proposta socioeconômica representada pela articulação de experiências e práticas, uma ecologia de saberes entre os conhecimentos científicos e locais que consolidaram as bases agroecológicas de manejo.

E, por fim, Pardal (2020) aponta para a dimensão da *luta social*, enquanto movimento de oposição e enfrentamento ao modelo insustentável. Para Guzmán (2015) configura-se como uma *construção participativa de propostas de libertação sociocultural e política*, por meio tanto da articulação dos movimentos e organizações sociais como também da construção local de alternativas ao desenvolvimento.

Para Leff (2002, p.37) a agroecologia consiste em um novo paradigma produtivo, ao promover o diálogo entre ciências, técnicas e práticas para uma produção ecologicamente sustentável. Estes “[...] saberes agroecológicos são uma constelação de conhecimentos, técnicas, saberes e práticas dispersas que respondem às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais de cada geografia e de cada população”.

São saberes e práticas que não tem a pretensão de se unificarem em torno de uma ciência, pelo fato de as condições históricas de produção estarem articuladas em diferentes níveis, tanto teórico como também de ação política. São saberes que se orientam na interface de teorias, práticas e cosmovisões (LEFF, 2002).

“[...] A agroecologia convoca a um diálogo de saberes e intercâmbio de experiências; a uma hibridação de ciências e técnicas, para potencializar as capacidades dos agricultores; a uma interdisciplinaridade, para articular os conhecimentos ecológicos e antropológicos, econômicos e tecnológicos, que confluem na dinâmica dos agroecossistemas. Essas ciências se amalgamam no caldeirão no qual se fundem saberes muito distintos para a construção de um novo paradigma produtivo”.

Para além de uma fusão de cosmologias dos povos, no qual seus princípios emergem, a agroecologia é formada por conhecimentos e práticas que carregam uma nova teoria da produção, um novo paradigma ecotecnológico. Esta nova teoria parte dos princípios da ecologia e do território, de uma relação sociedade-natureza que nutre potenciais ecológicos e significações culturais.

Na terra onde se desterrou a natureza e a cultura; neste território colonizado pelo mercado e pela tecnologia, a Agroecologia rememora os tempos em que o solo era suporte da vida e dos sentidos da existência, onde a terra era torrão e o cultivo era cultura; onde cada parcela tinha a singularidade que não só lhe outorgava uma localização geográfica e suas condições geofísicas e ecológicas, senão onde se assentavam identidades, onde os saberes se convertiam em habilidades e práticas para lavrar a terra e colher seus frutos (LEFF, 2002, p.37).

Na agroecologia busca-se a libertação da ideia de natureza enquanto recurso submetido à racionalidade econômica, que a desnaturalizou da sua organização natural, para torná-la matéria-prima, submetida a uma apropriação produtiva.

A terra, por sua vez, também deixa de ser desterritorializada, definida por um valor de mercado, por uma renda, realocando-a nas suas bases territoriais e culturais, vinculando-a com seu valor de uso, seu valor ecológico (LEFF, 2002).

Neste raciocínio sobre o valor de uso da natureza Leff (2002) se apropria do termo *usar* no sentido heideggeriano, ou seja, de que a coisa usada seja tratada na sua natureza essencial, de acordo com suas formas de ser, com suas condições de existência.

Tanto o valor de uso da natureza como da terra deveria ser visto não como o valor intrínseco de uma coisa (um recurso), mas enquanto útil, necessário, uma natureza valorizada pelo seu valor em si.

Por isso, “[...] o valor de uso implicaria também o respeito ao objeto valorado e utilizado para um fim humano, quer dizer, o "valor em si" da natureza por suas condições de produção e reprodução, e como suporte das condições materiais e simbólicas da existência humana” (LEFF, 2002, p.41).

Assim, o movimento agroecológico significaria uma reapropriação social da natureza. Uma necessidade de transformar os princípios da racionalidade econômica, que tem resultado em degradação, desigualdades e exploração, para uma racionalidade que gere equidade social e sustentabilidade ecológica.

Este debate teórico tem dado corpo ao debate político e a uma bandeira de luta e práxis social dos movimentos e organizações que defendem a autogestão dos seus territórios e da natureza (LEFF, 2002).

Ao serem colocadas em prática estas estratégias produtivas de gestão participativa, se avança na realização de um desenvolvimento alternativo, no qual se vai forjando uma nova consciência social e um conhecimento coletivo sobre o potencial que encerra o manejo ecológico dos recursos naturais e a energia social que surge nesses processos sociais de autogestão produtiva (LEFF, 2002, p.49).

Aqui, teoria e prática se conectam, possibilitando pensar em uma práxis construída de forma coletiva, que indique caminhos e possibilidades de transformação. São confluências importantes de se pensar e de se praticar, construindo pontes que tornem possíveis a prefiguração de uma nova relação sociedade-natureza.

Neste momento, as formas de prefigurar as transformações e superações das contradições expressas nas crises abordadas indica para múltiplos caminhos. Não há uma direção única capaz de solucionar sintomas tão complexos de uma crise civilizatória. A coexistência de possibilidades, de formas de se pensar e de se lutar por um mundo menos desigual e degradante indica uma práxis em constante transformação e que nos direcione para uma descolonialidade da relação sociedade-natureza.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o decorrer do trabalho foi possível identificar como as principais contradições das crises enunciadas como *crise do paradigma científico*, *crise ecológica* e *crise agrária* se expressam e estão articuladas com a *crise da relação sociedade-natureza*. Todas elas estão associadas com um modelo de sociedade que se assenta em três pilares fundamentais: da modernidade, da ciência e do capitalismo.

A primeira crise abordada, do paradigma científico, indicou elementos importantes para se entender a relação entre a consolidação da ciência e da modernidade. Processos fundamentais na abordagem de uma concepção socialmente construída, pela sociedade moderna, de natureza. Assim, a forma de se conceber a natureza e, conseqüentemente, a apropriação social da mesma, esteve articulado com um contexto histórico-social de hegemonia da ciência moderna.

Inicialmente, estabeleceu-se a correlação entre os aspectos estruturantes da constituição da linguagem e da ciência, enquanto resultado de fatores sociais, do processo da vida material e, conseqüentemente, como expressão de um pensamento dominante que atenda às demandas e intencionalidade de uma classe dominante.

Este processo é importante para se estabelecer as correlações entre a construção do conhecimento científico, o contexto histórico-social da modernidade e as crises e contradições do pensamento, enquanto reflexo da sociedade. Neste contexto, a ciência também estaria inserida em uma disputa de poder, na qual os polos epistemológicos são fatores integrantes de um campo de tensões, de um conflito pelo domínio da razão.

O mesmo ocorre com a constituição da ideia de natureza, que dentro da ciência moderna vai se modificando e assumindo aspectos importantes do modelo de sociedade, de fortalecimento do capitalismo enquanto sistema econômico, do cercamento de terras, da constituição da propriedade privada etc.

Como consequência, houve o contexto de consolidação hegemônica da racionalidade científica da modernidade, vinculada tanto uma deslegitimação de outras formas de se conceber o que é natureza, como também a universalização de uma natureza enquanto externalidade, no qual o conhecimento sobre a mesma resultaria em uma potencialização da reprodução dos mecanismos de apropriação, dominação e exploração, não só dela, mas também da sociedade.

Assim, a crise da *relação sociedade-natureza* também é resultado de uma *crise do paradigma científico*, uma crise do modelo de pensamento moderno ocidental pautado na

disjunção, na desarticulação, na externalidade e na ideia de separabilidade do mundo natural e do mundo social. O grande problema está no fato da manutenção da hegemonia desta racionalidade perpetuar e instrumentalizar um tipo de relação sociedade-natureza que é insustentável, tanto do ponto de vista ecológico como social.

Portanto, qualquer proposta que caminhe no sentido superar a crise da relação sociedade-natureza precisa considerar a forma como a sociedade concebe sua concepção do que é natureza e de como isso pode legitimar ou não determinadas formas de apropriação.

Diversas perspectivas dentro do debate da crise da ciência apontam para outras formas de se conceber esta relação. São possibilidades diversas que versam sobre a ecologia profunda, a teoria da complexidade, a racionalidade ambiental e as formas de reapropriação da natureza.

São caminhos que buscam se comprometer com a construção de uma ciência com preocupações sociais, com a diversidade cultural, com a superação dos sistemas de dominação e com as diferentes formas de conhecimento, adotando o diálogo como uma perspectiva emancipatória.

No segundo capítulo abordou-se como a crise da relação sociedade-natureza está relacionada com as formas de exploração da natureza e da sociedade no capitalismo. Aqui, esta crise, foi entendida enquanto materialização das formas de apropriação, associadas tanto com a construção social da concepção de natureza como com os mecanismos de reprodução de dominação.

Para compreender este processo foi necessário articular a constituição da mercadoria, do dinheiro e do valor de uso e de troca, com o trabalho, enquanto condição humana que se dá em sua relação com a natureza.

Nesta perspectiva, natureza e trabalho são abordados tanto enquanto fonte de riqueza, como também de valor, sendo apropriados pelo capitalismo para realizar a expropriação, apropriação, privatização e exploração da natureza e dos indivíduos.

Assim, se colocam enquanto aspectos fundamentais para o processo de acumulação de capital pela mercantilização. A constituição histórica da propriedade privada foi importante neste contexto, enquanto privação dos meios de realização do trabalho, resultou na sua desvinculação da realização direta com a natureza, sendo estes alienados e transformados em mercadoria.

Estes processos foram importantes na constituição de uma sociedade de classes, estabelecida pelo domínio ou expropriação dos meios de produção, a geração da mais-

valor e a acumulação de capital. Soma-se a estes aspectos a apropriação desigual da natureza, na qual uma classe dominante, ao controlar os meios de produção, também exerce controle sobre o excedente apropriado da natureza pelo trabalho.

No capitalismo global os mecanismos de expropriação, apropriação, dominação e exploração da natureza e da sociedade estão associados com o controle da produção, do consumo e da distribuição. Estes aspectos são importantes para compreender a consolidação de uma sociedade do consumo, da obsolescência programada, das narrativas e ideologias que envolvem o consumo consciente e as ações individualizadas como solução para a *crise ecológica*.

Posteriormente, foi abordado a expansão mundial do capitalismo, enquanto resultado da globalização da exploração da natureza e da sociedade. Neste momento, a economia capitalista neoliberal foi abordada enquanto expressão dos processos de aumento tanto da produção material e do consumo, como também das formas de exportação da natureza pelo Sul Global colonial tradicional, não só perpetuando, mas potencializando as relações de dependência e exploração.

Finalizando este capítulo foi abordado as contradições da crise ecológica no capitalismo, bem como as suas novas roupagens. Esta crise, enquanto contradição do capitalismo, está relacionada com as ações da sociedade sobre a natureza estarem condicionadas pelo capital, ou seja, o capital se torna elemento fundamental para entender o processo de (re)produção da natureza e na forma com que a mesma é apropriada.

Aqui a natureza é vista como reserva de valores de uso potencial, tendo os seus usos monetizados, capitalizados e comercializados como mercadoria. Assim, ela é dividida na forma de direitos de propriedade privada, na qual as pessoas são livres para extrair da natureza as riquezas sociais da sua posse.

Com a globalização observa-se outros mecanismos de apropriação da natureza pelo capitalismo. Aspectos relacionados com a economia verde, com as pegadas ecológicas, o desenvolvimento limpo, a regulação das florestas, os serviços ambientais, entre outros, enquanto ressignificação do discurso hegemônico e das novas formas de acumulação de capital, por meio da incorporação dos custos desta “externalidade”, ou seja, de uma naturalização do capital verde.

No caso da América Latina, mais especificamente do Brasil, estas formas de apropriação, dominação e exploração estão articuladas com as heranças coloniais que reproduzem os padrões de exportação da natureza e de um modelo agrário insustentável

socialmente e ecologicamente. Estas características de uma *crise agrária* foram abordadas no capítulo III.

Iniciou-se a discussão por meio da relação entre a agricultura e a cultura dos povos. Enquanto um aspecto importante na territorialização, na diversidade cultural das populações e nas diferentes formas de coexistir com a natureza. Um processo sócio-histórico de produção e acúmulo de conhecimentos práticos e saberes alicerçados em diferentes matrizes de racionalidade.

Estes tipos de (agri)culturas foram sendo substituídos por uma padronização agrícola baseada nas monoculturas, na desconexão com a diversidade, sejam elas culturais, biológicas ou territoriais. Este modelo de agricultura foi adequado a um modelo de sociedade capitalista, na qual a natureza é mercadoria, os indivíduos são consumidores e trabalhadores, as demandas atendidas pelas produções são cada vez mais longínquas e o objeto central é a acumulação de capital.

A inserção da agricultura nas dinâmicas de mercado se deu por meio das revoluções agrícolas, associadas com o cercamento de terras, a expropriação dos meios de produção e a apropriação econômica da natureza e do trabalho. Estes aspectos configuraram a institucionalização da propriedade privada da terra e da exploração capitalista do solo.

Esta apropriação privada constitui-se como uma das contradições deste modelo de agricultura, na qual se tem a degradação dos meios fundamentais da produção e da geração de valor, que é a natureza e o trabalho. Outra contradição deste modelo é a concentração de terras como um processo vinculado com a sua imobilização na forma de propriedade privada. Esta incorporação capitalista constitui-se como uma das principais características do seu modelo produtivo, o latifúndio.

Assim a *crise agrária* é constituída por contradições que expressam estes processos, como a herança colonial do latifúndio que deflagram a desigualdade de acesso à terra, os conflitos no campo que indicam a disputa por modelos de territorialização e desenvolvimento rural, a especulação fundiária, o desmatamento, o uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos, a grilagem de terras, a monocultura como simplificação das diversidades, a insegurança alimentar, o desemprego no campo, as políticas de desenvolvimento como institucionalização do capitalismo, entre outros.

Por fim, no quarto capítulo foi trabalhado como os mecanismos de apropriação, dominação e exploração da natureza e da sociedade, entendidos enquanto expressão das contradições da crise do *paradigma científico*, da *crise ecológica* e da *crise agrária*, se

reproduzem dentro do contexto da colonialidade, ou seja, de um padrão mundial de poder característico do modelo de sociedade do sistema-mundo capitalismo moderno-colonial.

Esta abordagem indica aspectos importantes sobre o padrão mundial do poder se manifestar por meio da colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza. Estas formas de dominação estão articuladas e se somatizam, resultam no que foi denominado de *colonialidade da relação sociedade-natureza*.

No que tange a colonialidade do poder ela está vinculada com os mecanismos de expansão imperialista e colonialista da exploração capitalista, vinculada com a expansão territorial e a acumulação de capital, ou seja, uma exploração capitalista dos territórios, da natureza e da sociedade.

Já a colonialidade do saber está associada com a normalização e a validação do discurso de dominação social da natureza, no qual o conhecimento científico, objetivo e universalizante, molda as dualidades e as fragmentações da desnaturalização da sociedade e da desumanização da natureza.

A colonialidade do ser traduz os processos de subalternação e de desumanização, ou seja, as formas de anulação dos diferentes modos de vida, de saberes e de coexistir com a natureza, consiste em uma destruição cultural e epistêmica que dá lugar a padronização da dominação da sociedade moderna ocidental capitalista.

Por fim, a colonialidade da natureza está relacionada com a construção da dualidade binária que justifica a sua dominação e exploração, estas formas econômicas e instrumentais de se pensar e explorar a natureza estão no interior da modernidade. São formas hegemônicas de concebê-la enquanto mercadoria e de aniquilamento e deslegitimação de outros modos de se viver com ela.

Aspectos como o (neo)extrativismo, o (neo)desenvolvimentismo e o modelo agro-minero-exportador característico da *crise agrária* se constituem como as formas mais recentes desta colonialidade.

Por meio do entendimento do que seria a colonialidade da relação sociedade-natureza é possível indicar caminhos para a descolonialidade material e simbólica destas formas de dominação. Significa o questionamento sobre a manutenção do regime alimentar dominante, que controlam os padrões de produção, consumo e distribuição de alimentos, as práticas (neo)extrativistas e (neo)desenvolvimentistas, bem como as formas do pensamento moderno-colonial da sociedade pensar, viver e conceber a sua relação com a natureza. Aspectos estes que expressam as contradições inerentes a *crise do paradigma científico*, a *crise ecológica* e a *crise agrária*.

Por fim, com o intuito de pensar em uma *descolonialidade da relação sociedade-natureza*, ou seja, de pensar em caminhos que indiquem as formas de combater os mecanismos de reprodução do padrão de poder e das contradições inerentes as crises indicadas até aqui, foi proposto um diálogo entre perspectivas descoloniais e de emancipação do Sul Global.

São perspectivas que perpassam pela ecologia dos saberes, pelo pós-extrativismo, as alternativas ao desenvolvimento, por um outro paradigma econômico e por propostas baseadas no *Buen Vivir* e no Direitos da Natureza e que trazem elementos importantes para se pensar em transformações tanto do ponto de vista epistemológico como das práticas.

São perspectivas que apontam para o interconhecimento, a coexistência da diversidade epistemológica, a interculturalidade, as lutas *ecoterritoriais*, para a superação dos padrões extrativistas e de desenvolvimento econômico, as buscas coletivas por alternativas de vida, o bem-estar social coletivo, o biocentrismo, a desmercantilização da natureza e para uma racionalidade ambiental e territorial baseada na reapropriação da natureza e na reterritorialização das culturas e dos povos.

Estas perspectivas nascem justamente de um conhecimento oriundo das lutas por emancipação, das lutas por defesa da natureza, do território e dos povos. Assim, estes caminhos indicam uma práxis que se materializa na base popular e coletiva de grupos que historicamente foram subalternizados, ou seja, se materializa nos movimentos sociais.

A emergência destas alternativas na América Latina, mais especificamente no Brasil, está articulada com duas bandeiras de luta importantes, a soberania alimentar e a agroecologia, enquanto enfrentamento ao regime alimentar hegemônico e as contradições da agricultura capitalista, a (re)territorialização de formas outras de agricultura que sejam ecologicamente e socialmente mais justas, a produção sustentável de alimentos, a autonomia dos produtores e consumidores, como também as outras formas de se conceber a relação dos povos com os seus territórios e com a natureza.

A confluência entre estas perspectivas advertem para caminhos possíveis. Caminhos, no plural, já que as contradições que se expressam por meio das crises anunciadas neste trabalho não terão uma única solução possível. Esta construção é coletiva, e esperamos ter indicado algumas pontes importantes que fomentem o diálogo por uma práxis da descolonialidade da relação sociedade-natureza.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.
- ACOSTA, A. Extrativismo e neoextrativismo: Duas faces da mesma maldição. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Editora Elefante, 2016.
- ACOSTA, A; BRAND. **Pós-extrativismo e decrescimento: Saídas do labirinto capitalista**. São Paulo: Elefante, 2018.
- AGUIAR, J. D. N. Marxismo e pensamento decolonial: debates teóricos e consequências políticas. **VIII Congresso Latinoamericano de Ciencia Política**. Pontificia Universidad Católica del Perú. Lima: Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP), 2015, p. 1 – 17.
- ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 40, p. 231–251, 2017.
- ALIMONDA, H. (Org.). **La naturaliza colonizada: Ecología política y minería en América Latina**. Buenos Aires: Ediciones CICCUS, 2011.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. Editorial Nordan-Comunidad. Montevideo. 1999.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia - A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. 110p.
- ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, n.16, p. 22-32, 2010.
- ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. I. **Agroecología, teoría y práctica para una agricultura sustentable**. México: PNUMA, ONU, 2000. 250 p.
- ASSAD, M. L. L.; ALMEIDA, J. Agricultura e sustentabilidade. Contexto, desafios e cenários. **Ciência & Ambiente**, São Paulo, v. 1, n. 294, p. 15-30, abr. 2004.
- ASSIS, R. L. DE. **Agroecologia no Brasil: Análise do Processo de Difusão e Perspectiva**. (Tese de doutorado) Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- ASSIS, R. L de; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e Agricultura Orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba, v.6, p.67-80, 2002.
- ASSIS, W. F. T. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, v. 27, n. 72, p. 613–627, 2014.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89–117, 2013.
- BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-território: revista de geografia agrária**. Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

BALSADI, O. V. et al. **A demanda regional da força de trabalho agrícola no Estado de São Paulo e sua sazonalidade**. Informações Econômicas, São Paulo, v.25, n.6, p.19-30, jun. 1995.

BARCELOS, E. Povos e comunidades tradicionais, conflitos territoriais e lutas pela descolonização do saber, do poder e do território. In: CRUZ, V. do C.; OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, p. 261-269.

BASSI, B. S. Latifúndio: quem são os donos da terra no Brasil? In: SANTOS, M; GLASS, V. **Atlas do agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

BAUDRILLARD, J. (1995). **A sociedade do consumo**. Rio de Janeiro: Elfos Editora.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: Laboratório de Geografia Agrária – FFLCH-USP, 2017.

BOURDIEU, P. (1974). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 6, p. 11–28, 2002.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2º ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRAVO, E. **Agrocombustíveis, cultivos energéticos e soberania alimentar na América Latina: aquecendo o debate sobre agrocombustíveis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CAMPOS, J. F. S. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

CAPORAL, F. R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília: **Embrapa**, 2009, p.30.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e sustentabilidade. Base conceptual para uma nova Extensão Rural. In: **World Congress Of Rural Sociology**, ed. 10, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: IRSA, 2000.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. 2006. Disponível em: <http://biblioteca.emater.tche.br:8080/pergamumweb/vinculos/000005/000005f5.pdf>. Acesso em: 07/10/2018.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

CAPRA, F. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Editora Cultrix, 2002.

- CAPRA, F. **Ponto de mutação**: A ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Editora Cultrix, 1982.
- CARRASCO M, I. Walter D. Mignolo. La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial. **Estudios filológicos**, v. 1, n. 44, 2009.
- CARIO, S. A. F.; BUZANELO, E. J. Notas sobre a teoria marxista da renda da terra. **Revista de Ciências Humanas UFSC**, Santa Catarina, n. 8, v.5, p. 32-47, 1986.
- CARMO, M. S. do. A Produção Familiar como *Locus* Ideal da Agricultura Sustentável. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v.45, n.1, p.1-15, 1998.
- CASÃO JUNIOR, R; ARAÚJO, A. G; LLANILLO, R. F. Plantio direto no Sul do Brasil: Fatores que facilitaram a evolução do sistema e o desenvolvimento da mecanização conservacionista. Londrina: **IAPAR**, 2012. 77p.
- CAMPANHOLA, Clayton; VALARINI, Pedro José. A agricultura orgânica e seu potencial para o pequeno agricultor. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.18, n.3, p.69-101, set./dez. 2001.
- CASSIRER, Ernst. **Linguagem e mito**. São Paulo: Editora Perspectiva. 3º ed, 1992.
- CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. MIGNOLO, W. D. A (Org.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas**, p. 63–79, 2005.
- CASTRO-GÓMEZ, S. GROSFOGUEL, R. (Org.). **El giro decolonial**: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.
- CENTRO DE FORMAÇÃO PAULO FREIRE. **Soberania Alimentar e Agroecologia**. Entrevista concedida pelos formadores Adalberto Pardal (MST) e Jorge Mattos (UFRPE/NAC). 2020. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=GD2wCBBtl74&t=5674s&ab\\_channel=CentredeForma%C3%A7%C3%A3oPauloFreire](https://www.youtube.com/watch?v=GD2wCBBtl74&t=5674s&ab_channel=CentredeForma%C3%A7%C3%A3oPauloFreire)>. Acesso em: 26 de outubro de 2020.
- CHABOUSSOU, Francis. **Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: novas bases de uma prevenção contra doenças e parasitas – A teoria da trofobiose**. São Paulo: Expressão popular, 2006.
- CHEMNITZ, C. Tecnologia agrícola: manobras digitais – quando tratores funcionam online. In: SANTOS, M; GLASS, V. **Atlas do agronegócio**: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.
- CLASEN, V. G. O comércio mundial de alimentos e o regime alimentar corporativo: como se produz o paradoxo entre fome e obesidade nos países em desenvolvimento. Rio de Janeiro: **Instituto de Integração de Relações Internacionais**, 2020.
- COCA, E. L. DE F. A Abordagem Teórico-Metodológica Dos Regimes Alimentares e a Escala Geográfica. **VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária**. Curitiba, 2017.
- COCA, E. L. DE F. O alimento e a atualidade da geopolítica. In: ALVES, F. D et al. (Orgs). **A dimensão política no espaço**: Conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea. Alfenas: UNIFAL, p.261-275, 2019.

- COBOS, J. Y. G. Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias. **Revista NERA**, v. 21, n. 43, p. 177–184, 2018.
- COSTA, M. B. B. et al. Agroecologia no Brasil–1970 a 2015. **Agroecología**, v. 10, n. 2, p. 63–75, 2015.
- COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. 20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar alternativo. **Revista NERA**, v. 19, n. 32, p. 14-33, Dossiê Soberania Alimentar, 2016.
- CONTI, I. L. Interfaces entre direito humano à alimentação adequada, soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e agricultura familiar. In: CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. (Orgs.). **Convivência com o semiárido brasileiro: autonomia e protagonismo social**. Brasília: Editora IABS, 2013.
- CORONIL, F. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 50-62.
- COSTA, Alberto. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. In. **Um campeão visto de perto**. Fundação Boell: 2012. 19p.
- COSTABEBER, J. A. Transição Agroecológica: rumo à sustentabilidade. **Agriculturas**, v.3, n°3, 2006.
- COSTABEBER, J. A. Transição agroecológica: do produtivismo à ecologização. In: BRACAGIOLI NETO, Alberto (Org.). **Sustentabilidade e cidadania: O papel da extensão rural**. Porto Alegre: Emater/RS, 1999.
- COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. Transição agroecológica e ação social coletiva. out./dez. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.1, n.4, p 50-60, out/dez. 2000.
- CRUZ, V. do C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. CRUZ, V. do C.; OLIVEIRA, D. A. (Org.). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, p. 15-36.
- CRUZ, V. DO C.; OLIVEIRA, D. A. DE. (Orgs.). Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico.
- DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.
- DESMARAIS, A. A. **La Vía Campesina: globalization and the power of peasants**. Black Point: Fernwood Publishing, 2007.
- DE SOUSA SANTOS, B. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Novos Estudos**, n. 79, p. 71–94, 2007.
- DE SOUSA SANTOS, B. **Construindo as Epistemologias do Sul: Para um pensamento alternativo de alternativas**. Compilado por MENESES, M. P. et al. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.

DE SOUSA SANTOS, B. **Refundación del Estado en América Latina: Perspectivas desde una epistemología del Sur.** Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, Programa Democracia y Transformación Global, 2010.

DOURADO, J. A. L. Papel da agroecologia frente a crise alimentar mundial: olhares sobre as práticas agroecológicas na Mesorregião do Alto Solimões (AM), Brasil. **Acta Geografica**, v. 1, p. 245-264, 2013.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. MIGNOLO, W. D. A (Org.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas**, p. 24–32, 2005.

EMBRAPA. A reference framework for agroecology. **Marco referencial em Agroecologia**: EMBRAPA, 2006.

FANON, F. **Os condenados da Terra.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local Sustentável**, n. 37, 1999.

FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). O Estado Da Segurança Alimentar E Nutricional No Brasil. **Global Food Security**, v. 2, n. 3, p. 188–194, 2013.

FAO, O (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). **Panorama da segurança alimentar e nutricional.** Santiago: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2017.

FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). **The state of food security and nutrition in the world.** Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations, 2019.

FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). World Food and Agriculture: **Statistical yearbook.** 2013. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/i3107e/i3107e00.htm>>. Acesso em: 04/04/2020.

FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). World Food and Agriculture: **Statistical pocketbook.** 2018. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/CA1796EN/ca1796en.pdf>>. Acesso em: 04/04/2020.

FEDERAL, U. et al. Marxismo e pensamento decolonial: debates teóricos e consequências políticas. **VIII CONGRESO LATINOAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA.** n. 38, p. 1–17, 2015.

FEIDEN, A. Agroecologia: introdução e conceitos. In: AQUINO, A. M de, ASSIS, R. L. de (ed). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável.** Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005, p.51-70.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** 2005. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/FERNANDES%202004%2>

0quest%C3%A3o%20agr%C3%A1ria%20conflitualidade%20e%20desenvolvimento%20territorial.pdf>. Acesso em: 01/03/2020.

FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, p. 273-302, 2008.

FERNANDES, B. M. Regimes alimentares, impérios alimentares, soberanias alimentares, movimentos alimentares. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. 4, n. 7, p. 188–209, 2019.

FERNANDES, B. M. Sobre as tipologias de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, p.197-216, 2009.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e as classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 2º ed, 1975.

FERNANDES, G. B. Agrotóxicos no Brasil: o pop do agro. In: SANTOS, M; GLASS, V. **Atlas do agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

FERREIRA, H. D. C. A questão alimentar e a agricultura brasileira na era da biomassa. **Revista IDeAS**, v.9, n.1, 2015.

FERREIRA, V. A. B. **Agricultura, agroecologia e ruralidades na cidade: experiências de São Paulo e Bogotá**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Criar cidades mais verdes. Roma, 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/pt/index.html>>. Acesso em 22 de outubro de 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Trade reforms and food security: Conceptualizing the Linkages**. Roma, 2003. Disponível em: <http://www.fao.org/3/y4671e/y4671e00.htm#Contents>>. Acesso em: 22 de outubro de 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Status of the World's Soil Resources**. Roma: ITPS, 2015.

FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY. **Declaração de Nyéléni**. Nyéléni, 2007. Disponível em: <[https://www.cidac.pt/files/5514/2539/9126/Declaraao\\_de\\_Nylny.pdf](https://www.cidac.pt/files/5514/2539/9126/Declaraao_de_Nylny.pdf)>. Acesso em: 23 de outubro de 2020.

FOSTER, J. B. **La ecología de Marx: Materialismo y naturaleza**. Madrid: El Viejo Topo, 2000.

FREITAS, R. C. M. et al. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. **R. Katál**, v.15, n.1, p.41-51, jan/jun. 2012.

FRIEDMA, H.; MCMICHAEL, P. AGRICULTURE AND THE STATE SYSTEM: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, v. 29, n. 2, p. 93–117, 1989.

FURTADO, Celso. O Mito do Desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: Unesp/NERA, 2008. Disponível em: <[www.atlasbrasilagrario.com.br](http://www.atlasbrasilagrario.com.br)>. Acesso em: 02/06/2019.

GLASS, V. Conflitos e resistência: lutas de morte ou vida. In: SANTOS, M; GLASS, V. **Atlas do agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 3ed. 2005, p. 653.

GOMES, J. C. C. Bases epistemológicas da Agroecologia. In: AQUINO; A. M de, ASSIS, R. L. de (ed). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005, p.73-99.

GORENDER, J. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. 27ªed. 64p.

GRAZIANO DA SILVA, J. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

GUDYNAS, E. Extrahección: violación de derechos en la apropiación de la naturaleza. **Sinpermiso**, 2013. Disponível em: <<https://www.sinpermiso.info/textos/extraheccion-la-violacin-de-derechos-en-la-apropiacin-de-la-naturaleza>>. Acesso em: 25/05/2020.

GUDYNAS, E. Transições ao pós-extratativismo. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

GUDYNAS, E. **Direitos da natureza: Ética biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

GUZMÁN, E.S. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: AQUINO; A. M de, ASSIS, R. L. de (ed). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005, p.103-132.

GUZMÁN, E. S. La participación en la construcción histórica latinoamericana de la Agroecología y sus niveles de territorialidad. **Política y Sociedad**, v.52, n.2, p.351-370, 2015.

GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GUZMÁN, E. S.; MONTIEL, M. S. Del desarrollo rural a la agroecología. Hacia un cambio de paradigma. **Documentación Social**, v. 155, p. 25-41, 2009.

- GUZMÁN, E. S.; G. WOODGATE. Agroecología: fundamentos del pensamiento social agrario y teoría sociológica. **Agroecología**, v.8, n.2, p.27-34, 2013.
- HARARI, Y. N. **Sapiens: Uma Breve História da Humanidade**. São Paulo: L&PM, 2018.
- HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre: **UFRGS/PETGEA**, 2004.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança social**. São Paulo: Loyola, 2º ed, 1994.
- HARVEY, D. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- HECHT, S. B. La Evolución del Pensamiento Agroecológico. In: ALTIERI, M. et al. **Agroecología: bases científicas para una agricultura sustentable**. Montevideo, Editorial Nordan–Comunidad, 1999, p. 15-30.
- HECHT, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. **Agroecologia e Desenvolvimento**. v.1, n.1, p. 3-20, 1993.
- HERRE, R. Comida, ração ou energia? In: SANTOS, M; GLASS, V. **Atlas do agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.
- HESPANHOL Rosângela Ap. de Medeiros. Agroecologia: limites e perspectivas. In: ALVES, Adilson Francelino et al. (Org). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. 1. ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- HOLLOWAY, T. H. **Imigrantes do Café: café e sociedade em São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 297p.
- HOYOS, C. J. C.; D'AGOSTINI, A. Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências. **Revista NERA**, v.20, n.35, p. 174-198, 2017.
- JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. Dicionário básico de filosofia. Rio de Janeiro: 3º ed, 2001.
- JESUS, E. L. de. Diferentes abordagens de agricultura não convencional: história e filosofia. In: AQUINO; A. M de, ASSIS, R. L. de (ed). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005, p.23-48.
- KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986.
- LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 8-23.
- LANG, M. Alternativas ao desenvolvimento. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Editora Elefante, 2016.
- LA VIA CAMPESINA. Declaración de Tlaxcala de La Vía Campesina. **II Conferencia Internacional De La Vía Campesina**, 1996. Disponível em:<

<https://viacampesina.org/es/ii-conferencia-internacional-de-la-via-campesina-tlaxcala-mexique-18-al-21-abril-1996/>>. Acesso em: 23 de outubro de 2020.

LA VIA CAMPESINA. **Que es la Soberania Alimentaria**. 2013. Disponível em: < <https://viacampesina.org/es/que-es-la-soberania-alimentaria/#>>. Acesso em: 23 de outubro de 2020.

LA VIA CAMPESINA. **La agroecología: puntal de la soberanía alimentaria**. 2015. Disponível em: < <https://viacampesina.org/es/la-agroecologia-puntal-de-la-soberania-alimentaria/>>. Acesso em: 23 de outubro de 2020.

LEFF, H. Agroecologia e saber ambiental. Tradução: Francisco Roberto Caporal. In: **Revista Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**. V. 3, n.1, Porto Alegre: Emater, jul/set. 2002.

LEFF, H. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. Tradução: Glória Maria Vargas. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LEFF, H. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. Artigo publicado em PHILIPPI JR., A. (Org.). **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. São Paulo: Signus, 2000. Disponível em: Acesso em: 30 mar. 2015.

LEFF, H. **Saber ambiental. Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: PNUMA e Ed. Vozes, 2001.

LEITE, S. Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

LIMA, J. de S. **A modernização da agricultura e as implicações nas relações de trabalho no campo: os trabalhadores volantes no município de Fernandópolis – SP**. 2004. 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

LIMA, S. K. *et al.* **Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil**. Brasília: IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.

LOURENÇO, D. B. **Qual o valor da natureza? Uma introdução à ética ambiental**. São Paulo: Elefante, 2019.

LÖWY, M. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. In: **Caderno CRH**, n°67, v.26, p. 79-86, 2013.

LUIG, B.; GREENBERG, S. Fusões: um grupo controla todos. In: SANTOS, M; GLASS, V. **Atlas do agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

MACHADO, L. C. P. **Pastoreio racional voisin: tecnologia agroecológica para o terceiro milênio**. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2004.

MACHADO, L. C. P; MACHADO FILHO, L. C. P. **A Dialética da Agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. 360p.

- MAGERA, M. **Os caminhos do lixo: da obsolescência programada à logística reversa**. Campinas: Átomo, 2012.
- MALDONADO-TORRES, N. A descolonização e o giro des-colonial. Bogotá: **Tabula Rasa**. n. 9, p. 61–72, 2008.
- MALDONADO-TORRES, N. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 71–114, 2008.
- MARANHÃO, R. L. A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. **A dinâmica de crescimento das exportações do agronegócio brasileiro**. IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016.
- MARCUSE, H. (1968). **A ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- MARIA, L. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73–101, 2008.
- MARIN, J. O. B. Agricultores familiares e os desafios da transição agroecológica. In: **Dossiê Agronegócio e Meio Ambiente**. Revista UFG, Ano XI, n. 7, p. 38-45, dez. 2009.
- MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- MARTINS, J. S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 9ªed, 2010.
- MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editora, 2010.
- MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2.ed, 2008.
- MARX, K. **O capital: Crítica da economia política, livro 1: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo Editora, 2011.
- MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã: Crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes feuerbach, bauer e stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MASSEY, D.; KEYNES, M. Filosofia e política da espacialidade: Algumas considerações. **GEOgraphia**, v. 6, n. 12, 2009.
- MATURANA, H.R.; VARELA, G. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano**. Campinas: Editorial Psy II, 1995.
- MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das Agriculturas do Mundo: do Neolítico à Crise Contemporânea**. Trad. Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo/Brasília: Edunesp/NEAD/MDA, 2010, 568p.
- MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: EdUNESP, 2016.
- MELO, P. B., et al. **Descolonizar o feminismo**. VII Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça do Instituto Federal de Brasília. Brasília: Editora IFB, 2019.

- MENDONÇA, F. Geografia socioambiental. In: MENDONÇA, F; KOSEL, S. (orgs.) Elementos da epistemologia da Geografia contemporânea. UFPR, 2002.
- MENDONÇA, F.; KOZEL, S. **Elementos da epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2009.
- MENDONÇA, M. M. Semeando Agroecologia nas cidades. **Agriculturas**: experiências em agroecologia, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p.4-5, 2012.
- MÉSZAROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2015.
- MILLIET, S. **Roteiro do Café e outros ensaios: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1982. 4ªed.183p.
- MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. MIGNOLO, W. D. A (Org.). **A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas**, p. 33–49, 2005.
- MIGNOLO, W. D. Colonialidade: O Lado Mais Escuro Da Modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 01, 2017.
- MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, p. 287–324, 2008.
- MIGNOLO, W. D. The geopolitics of knowledge and the colonial difference. **The South Atlantic Quarterly**, v. 101, n. 1, p. 57-95, 2000.
- MOLDENHAUER, H.; HIRTZ, S. Sementes e agrotóxicos: de sete para quatro – hegemonizando o mercado. In: SANTOS, M; GLASS, V. **Atlas do agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.
- MONTIBELLER FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.
- MOREIRA, R. M; CARMO, M. S. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agricultura em São Paulo**, p. 37-56, jul/dez. 2004.
- MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. São Paulo: Brasiliense. 1994, p.113.
- MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006, p.191.
- MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Contexto, 2007, p.188.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre, RS: Sulina, 2010.
- MORIN, E.; LE MOIGNE, J.-L. **A inteligência da complexidade**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

- MORENO, C. As roupas verdes do rei: Economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Org.). **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Editora Elefante, 2016.
- MOSÉ, V. **Nietzsche hoje: sobre os desafios da vida contemporânea**. Rio de Janeiro: Vozes, 2018.
- MURPHY, S. Comércio global: em controle, não sob controle. In: SANTOS, M; GLASS, V. **Atlas do agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, 15 (43), 2001.
- NAVARRO, Z.; ALMEIDA, J. (org.). **Reconstruindo a Agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, p.19-32, 1997.
- NUNES, J. O. R; SANT’ANNA NETO, J. L.; TOMMASELLI, J. T. G.; AMORIM, M. C. de C. T.; PERUSI, M. C. **A influência dos métodos científicos na Geografia Física**. Terra Livre, Presidente Prudente, v. 2, n. 27, p.119-130, jul./dez. 2006.
- NUNES, J. O. R. **Práxis geográfica e suas conjunções**. 2014. 150f. Tese (Livre-docência) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.
- OLIVEIRA, A. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 4º ed, 2001.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: **Revista Terra Livre**, nº 21, pp.113-156. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2003.
- OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- PASCHOAL, Modelos sustentáveis de agricultura. *Revista Agricultura Sustentável*, Jaguariúna (EMBRAPA), n.2, p.11-16, jan/jun, 1995.
- PENA-VEGA, Alfredo. O despertar ecológico: Edgar Morin e a ecologia complexa. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p.104.
- PEREIRA, M. C. Brito. Revolução Verde. In: CALDART, Rosa Salete(org.). **Dicionário da Educação no Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular / FIOCRUZ, 2012.
- PETERSEN, P. Semeando Agroecologia nas cidades. **Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p.2, 2012.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. A Geografia está em crise. Viva a Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 55, p. 5-30, 1988.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Da Geografia às Geo-grafias: Um Mundo Em Busca de Novas Territorialidades. **La guerra infinita Hegemonía y terror mundial**, p. 217–256, 2002.

- PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios – diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. CRUZ, V. do C.; OLIVEIRA, D. A. (Org.). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, p.37-54.
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo (colônia)**. São Paulo: Brasiliense, 6<sup>o</sup>ed, 1961.
- PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 13<sup>o</sup>ed. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1970. 354p.
- PRIMAVESI, Ana Maria. **Manejo ecológico de pragas e doenças**. São Paulo: Nobel, 1988.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina. In: **Anuário Mariateguiano**. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997.
- QUIJANO, A. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, v. 17, n. 37, p. 4-28, 2002.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of world-systems research**, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.
- RABELLO, D.; THOMAZ JÚNIOR, A. Havendo uma mesa com alimentos agroecológicos, há uma família camponesa territorializada no campo. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, João Pessoa, 2013, **Anais...** João Pessoa. CD – ROM. 2013.
- RAWORTH, K. Economia Donut: **Uma alternativa ao crescimento a qualquer custo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.
- REHMER, C.; WENZ, K. Fertilizantes: agrotóxicos para o solo. In: SANTOS, M; GLASS, V. **Atlas do agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.
- SAMPAIO, P. A. A questão agrária brasileira e a luta pelo socialismo. In: STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SAMPAIO, P. A. (coord.). **Proposta para o II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, 2003.
- SAMBUICHI, R. H. R. et al. Antecedente e aspectos fundantes da agroecologia e produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil. **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**, p. 463, 2017.
- SANTANDREU, A; LOVO, I. C. **Panorama da agricultura urbana e Periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: Identificação e Caracterização de**

Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. Belo Horizonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007.

SANTOS, B. DE S. **Construindo as epistemologias do sul**. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SANTOS, B DE S. Para além do pensamento abissal. **NOVOS ESTUDOS**, n. 78, p. 639–676, 2019.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais para uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.

SANTOS, B. S. Os três Ds de Boaventura: Descolonizar, Desmercantilizar e Democratizar. [Entrevista cedida] **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9MhE-OaBBss>. Acesso em: 19/06/2020.

SANTOS, B. DE S. **Refundación del Estado en América Latina: perspectivas desde una epistemología del Sur**. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010.

SANTOS, M. Alimentação: do fake saudável à gourmetização. In: SANTOS, M; GLASS, V. **Atlas do agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SANTOS, M. Um Discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, v. 2, n. 2, p. 46-71, maio/ago. 1988.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 1º ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec. 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, R. A. **Natureza, alienação e capitalismo em Marx: uma crítica da sustentabilidade**. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SCHMITT, C. *et al.* Alternativas: agroecologia no Brasil. In: SANTOS, M; GLASS, V. **Atlas do agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SCHNEIDER, S.; SCHUBERT, M. N.; ESCHER, F. Regimes Agroalimentares E O Lugar Da Agricultura Familiar – Uma Apresentação Ao Debate. **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**, v. 1, n. 1, p. 1–20, 2016.

SCHÖNFELD, A. V.; DILGER, G. Muito além da propaganda. In: SANTOS, M; GLASS, V. **Atlas do agronegócio**: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SEVILLA GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.1, 2001.

SEVILLA GUZMÁN, E. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.1, 2002.

SICARD, T. E. L. Agroecología: Desafíos de una ciencia ambiental en construcción. **Agroecología**. Murcia/Espanha, v. 4, p.7-17, 2009.

SILVA, T. R. **Geografia e pensamento decolonial**: um diálogo necessário. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2020.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1984.

SOLÓN, P. (Org.). **Alternativas sistêmicas**: Bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SOLÓN, P. Derechos de la Madre Tierra. In: SOLÓN, P. **Alternativas sistêmicas**: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Elefante, 1º ed, p. 133-164, 2019.

STEDILE, J. P.; ESTEVAM, D. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: Debates sobre a situação e perspectivas de reforma agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SUERTEGARAY, D. M. A.; NUNES, J. O. R. **A natureza da Geografia Física na Geografia**. Rev. Terra Livre, São Paulo, n. 17, p.11-27, 2001.

SUERTEGARAY, D. M. A. **Espaço Geográfico Uno e Múltiplo**. Rev. Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, n.93, 2001.

SVAMPA, M. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

TEIXEIRA, G. **As vulnerabilidades externas da economia brasileira, o agronegócio e o latifúndio improdutivo**. Brasília: [s. n.], 2004.

THEIS, I. M. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, p. 241-252, dez. 2009.

URHAHN, J.; POHL, C. Alternativas: em busca de um novo caminho. In: SANTOS, M; GLASS, V. **Atlas do agronegócio**: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

VASCONCELOS, Y. **Agrotóxicos na berlinda**. Pesquisa Fapesp, ed. 271, set. 2018. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/2018/09/18/agrotoxicos-na-berlinda/>>. Acesso em: 13/04/2020.

VIVAS, E. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

XAVIER et al. Soberania alimentar: proposta da via campestre para o sistema agroalimentar. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.4, n.7, Edição Especial, p. 4454-4466, 2018.

WHITACKER, G. M. **Desenvolvimento sustentável: decifra-me ou te devoro – Análise sobre o desenvolvimento sustentável no modo de produção capitalista**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

WELCH, C.; FERNANDES, B. M. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULILO, E. T. e FABRINI, J. E. (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.161-190.

WILKINSON, J. Supersize me. In: SANTOS, M; GLASS, V. **Atlas do agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.